

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MARIA DE LOURDES SILVA GONÇALVES

**ESTADOS PÓS-COLONIAIS NA ÁFRICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS: DERIVAS E IMPORTAÇÃO DE POLÍTICAS EM CABO  
VERDE**

Porto Alegre

2013

**MARIA DE LOURDES SILVA GONÇALVES**

**ESTADOS PÓS-COLONIAIS NA ÁFRICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS: DERIVAS E IMPORTAÇÃO DE POLÍTICAS EM CABO  
VERDE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

**Co-orientador:** Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Série PGDR - Tese N° 68

Porto Alegre

2013

### CIP - Catalogação na Publicação

Gonçalves, Maria de Lourdes Silva  
Estados Pós-coloniais em África e a  
Institucionalização de Políticas Ambientais: derivas e  
importação de políticas em Cabo Verde / Maria de  
Lourdes Silva Gonçalves. -- 2013.  
207 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.  
Coorientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Estados pós-coloniais. 2. Elites políticas. 3.  
Instituições. 4. Políticas Públicas. 5. Recursos  
Comuns. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II.  
Anjos, José Carlos Gomes dos, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MARIA DE LOURDES SILVA GONÇALVES**

**ESTADOS PÓS-COLONIAIS NA ÁFRICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS: DERIVAS E IMPORTAÇÃO DE POLÍTICAS EM CABO  
VERDE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de agosto de 2013.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi (Orientador)

Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS

---

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos (Coorientador)

Departamento de Sociologia da UFRGS

---

Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

POSGEA/UFRGS

---

Prof. Dra. Miriam Steffen Vieira

PPG Ciências Sociais/UNISINOS

---

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt

PGDR/UFRGS

Ao meu amado filho Helder Varela  
e ao Aquilino Varela, companheiro de todas as lutas.

## AGRADECIMENTOS

A feitura de um trabalho acadêmico é sempre produto de ações compartilhadas entre instituições, atores institucionais e um conjunto de individualidades que ao longo do percurso se cruzam. Assim, o coroar do ato coloca os seus autores como gratos e devedores destes.

Agradeço, em primeiro lugar, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), cujo convênio com Cabo Verde permitiu a viabilização financeira de minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, concedendo-me uma bolsa de estudo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e todo o seu *staff* acadêmico – docentes e funcionários, que ao longo destes anos sempre responderam positivamente às minhas não poucas solicitações e expectativas.

Palavras muito especiais, de profunda gratidão e admiração vão para os professores Dr. Eduardo Ernesto Filippi, na qualidade de orientador, e Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, como coorientador desta tese. Os dois, com maestria, orientaram-me entrecruzando conhecimentos de campos disciplinares aparentemente distantes que, ao invés de criar em mim derivas, robusteceram-me nos interstícios dos dois campos (economia e antropologia). O reconhecimento pelo trabalho e amizade cultivado durante o processo que culminou com esta tese fica não só aqui registrado como salvaguardado para ulteriores atribuições.

A todos os professores do Programa, Jalcione Almeida, Sergio Schneider Fábio Beck, Fábio Dal Soglio, Flávia Marques, Cleyton Gerhardt, Egon Folch, Ivaldo Gehlen, os meus profundos agradecimentos pelos conhecimentos compartilhados.

Ao pessoal do *staff* técnico do PGDR, com destaque para a Coordenadora Operacional Eliane Sanguiné, aos técnicos administrativos, Lisiane Ribeiro, Marilene Santos, Daniele Finamor e Daniel Centeno. Ficaram amizados, sobretudo, mas também experiências partilhadas que em muito me ajudaram a encurtar os meus dias em Porto Alegre.

À minha família, em especial ao meu pai, em memória, António da Silva Gonçalves, a minha mãe, Isaura Mendes dos Santos Fernandes, e aos meus irmãos Eurico dos Santos, Domingos Emanuel Gonçalves, Maria Fernanda Gonçalves,

Maria Filomena Gonçalves, Elisabeth Gonçalves, Celestino Gonçalves e António Odair Gonçalves, a todos este doutorado é devedor.

Ao meu amigo e mano engenheiro Arlindo Oliveira da Veiga, investigador na Universidade de Coimbra em Portugal, pela amizade e pelos apoios concedidos na realização desta tese.

Aos colegas e amigos do curso, em especial Ieda Ramos, Vanessa Pfeifer, Carolina de Borba, Rafaela Prinths, Jairo Bolter, Camila Silva, Luciana Silveira, Nilson Binda, pelas angústias, partilhas e experiências trocadas.

Agradeço à Arine pela disponibilidade de revisão, acertos dos meus textos e pelas hospedagens; e a Dra. Fabiana Tomé pela amizade e apoios concedidos.

À Dona Marlene Sírio, funcionária de *front Office*, que soube me mimar sempre, mesmo nos momentos de maior aflição, os meus agradecimentos.

Aos amigos Ieda Ramos e Maurício Forte pela amizade e acolhimento em suas casas desde a minha chegada em Porto Alegre em 2010, o que reconheço e agradeço imenso.

Por fim, a todos aqueles que na posse de informações úteis não coibiram de partilhá-las comigo. Ao Diretor Geral do Ambiente de Cabo Verde, Moisés Borges, à Presidente da ECCA, Elsa Simões, ao Coordenador do Projecto Consolidação de Áreas Protegidas de Cabo Verde engenheiro Manuel Leão Silva Carvalho, ao Dr. Nuno Ribeiro e Iderlindo Santos, diretor de Serviço de Informação e Seguimento da Qualidade Ambiental meu agradecimento e reconhecimento pelos apoios concedidos.

Aos técnicos dos Parques pelo tempo despendido nas entrevistas e por toda documentação facultada, mesmo a distância. Um agradecimento especial à técnica do Parque Natural de Serra Malagueta Dra. Lúcia de Pina, pelo incansável apoio em todo o processo de trabalho de campo. Aos moradores dos parques e às batukaderas de Pé-de-Rocha, que esta tese sirva de canal para ecoar as suas inquietações e extroversões derivadas das políticas de conservação ambiental.

Qualquer plano grandioso de conservação  
da vida selvagem sem se levar em conta  
adequadamente os interesses humanos deverá fracassar.  
A conservação nos países em desenvolvimento tem de ser um meio-termo  
entre o idealismo científico e a realidade prática.

[Raman Sukumar, 1985]

## RESUMO

Focalizada nas políticas públicas ambientais em Cabo Verde, sobretudo na delimitação das áreas de conservação, esta tese busca discutir as agendas institucionais dos Estados pós-coloniais na África. Ao traçar este como seu objetivo, questiona também o papel das elites políticas na busca de referências para o desenvolvimento nacional de seus países. Assim, partindo de uma abordagem institucionalista, referenciada em M. Douglas e E. Ostrom, com um enfoque na análise dos discursos, das práticas e dos atores, foi privilegiada uma abordagem qualitativa com recurso a entrevistas estruturadas e *focused interview*. Delinearam-se, nesses termos, as seguintes hipóteses: que os Estados pós-coloniais do Sul situam-se em matéria de políticas públicas ambientais como nos demais campos de desenvolvimento nacional – mimetizando os modelos institucionais dos países do Norte e/ou das suas ex-metrópoles; em consequência, ao assimilarem tais modelos, as entidades políticas nascentes e suas elites vêm provocando a extroversão; e a problemática de importação de modelos institucionais não é um *fenômeno ex-nihilo*: há sempre, por um lado, “conjunturas críticas” produtoras de “orfandades” que estimulam as referidas elites a se empenharem na procura de modelos exógenos e, por outro lado, existe também uma forte pressão por parte das agências internacionais financiadoras no sentido de as elites se situarem em relação aos modelos exógenos. Conclui-se que, não obstante a “compra” de modelos institucionais para o desenvolvimento, os efeitos decorrentes demonstraram ser problemáticos quando a importação é estabelecida como hegemônica – a única estratégia possível. No domínio do ambiente, os parques de Serra Malagueta e Fogo testemunham o caráter extrovertido da instituição.

**Palavras-chave:** Estados pós-coloniais. Elites políticas. Instituições. Políticas Públicas. Recursos Comuns.

## ABSTRACT

Focused on environmental public policies in Cape Verde, especially in the delineation of conservation areas, this thesis discusses the institutional agendas of post-colonial states in Africa. In tracing this as its objective questions, too, the role of political elites in search of references to national development of their countries. Thus, starting from an institutional approach, referred in M. Douglas and E. Ostrom, with a focus on the analysis of discourses, practices and actors was privileged qualitative approach using structured interviews and focused interview. Was outlined in these terms, the following hypotheses: that the post-colonial states of the South are located in the field of environmental public policies as in other fields of national development - mimicking the institutional models of the North countries and / or its former metropolises, as a result, such models to assimilate the new entities and their nascent political elites have led extraversion, and that the issue of import of institutional models, is not a phenomenon ex-nihilo, there is always one hand "critical junctures" producing "orphaned" that stimulate these elites to engage in the search for exogenous models and, on the other hand, there is also strong pressure from international funding agencies towards elites are situated in relation to exogenous models. We conclude that although the "purchase" of institutional models for development, the effects of it proved to be problematic when the import is established as hegemonic - the only one possible. In the field of the environment, Serra Malagueta and Fogo parks testify the outgoing character of the institution.

**Keywords:** Post-colonial states. Political elites. Institutions. Public policies. Common Resources.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Mundi com a localização geográfica de Cabo Verde .....	38
Figura 2 - Arquipélago de Cabo Verde com distribuição das ilhas e ilhéus.....	39
Figura 3 - Mapa Topográfico do Parque Natural de Serra de Malagueta Malagueta	51
Figura 4 - Mapa da Ilha de Santiago em Cabo Verde .....	52
Figura 5 - Mapa da ilha do Fogo .....	55
Figura 6 - Mapa topográfico do Parque de Fogo.....	56
Figura 7 - Espécies protegidas e em vias de extinção representadas nos selos de Cabo Verde .....	117
Figura 8 - Diagrama de relações entre Ambiente, Economia, Sociedade e Valores .....	157
Quadro 1 - Rede Nacional de Áreas Protegidas em todas as Ilhas de Cabo Verde	48
Quadro 2 – Titles of the World Bank’s Development Reports, 1991-2006 .....	79
Quadro 3 - Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Cabo Verde (2012-2016) – pilar da sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas .....	146
Gráfico 1 - Total de visitantes do Parque Natural de Serra Malagueta em 2012.....	53
Gráfico 2 - Evolução da População residente em Cabo Verde por meio de Residência (1900 -2010) .....	100
Gráfico 3 - Evolução de percentuais de superfície Terrestre e Marinha em Áreas Protegidas .....	142
Gráfico 4 - Evolução da superfície Terrestre e Marinha transformada em Áreas Protegidas, em Hectares.....	143

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população cabo-verdiana de 1900 a 2010.....	40
Tabela 2 - Evolução da taxa de desemprego em %, 2000 a 2010.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Associações Comunitárias de Base
ACDI - VOC	<i>Agriculture Cooperative Development International - Volunteers Overseas Cooperative Assistance</i>
ADA	Associação dos Amigos do Ambiente
APs	Áreas Protegidas
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CBTA	<i>Community Based Technical Assistance</i>
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CGG	Comissão sobre Governança Global
CI	<i>Conservation International</i>
CLCD	Convenção da Luta contra Desertificação
CMSCF	Câmara Municipal de Santa Catarina da Ilha do Fogo
CMSCS	Câmara Municipal de Santa Catarina da Ilha de Santiago
CMTSN	Câmara Municipal do Tarrafal da Ilha de São Nicolau
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPRs	<i>Common-Pool Resources</i>
CRP	Comissões Regionais de Parceiros
DGA	Direção Geral do Ambiente
DGASP	Direção Geral de Agricultura Silvicultura e Pesca
ECAA	Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP	Estratégia Nacional de Áreas Protegidas
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases do Efeito Estufa
GEF	Fundo Global para Ambiente
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento e Pesca
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
MAAP	Ministério de Agricultura, Ambiente e Pesca
MADRRM	Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MAHOT	Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MCA	<i>Millenium Challenge Account</i>
MDG	<i>Millenium Development Goals</i>
MDM	Metas dos Objetivos do Milênio
MDR	Ministério para Desenvolvimento Rural
MPD	Movimento para Democracia
NBSAP	<i>National Biodiversity Strategies and Action Plans</i>
NIDRS	Núcleo de Investigação em Desenvolvimento Rural e Sustentável (Cabo Verde)
OASIS	Organização dos Agricultores e Suinocultores da Ilha de Santiago
OCB	Organização Comunitária de Base
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PANA	Plano de Ação Nacional para Ambiente
PAN-LCD	Programa de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação
PAPFI	Projecto Áreas Protegidas de Cabo Verde fase I
PCSAPCV	Projecto de Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde

PDM	Plano Diretorio Municipal de Santa Catarina
PIB	Produto Interno Bruto
PNLPR	Programa Nacional de Luta Contra Pobreza no Meio Rural
PNSM	Parque Natural de Serra Malagueta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
RG	Recenseamento Geral de Agricultura
RJAP	Regime Jurídico de Áreas Protegidas
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SEPA	Secretariado Executivo Para Ambiente
SNPA-DB	<i>Stratégie Nationale et du Plan d'Action en matière de Diversité Biologique</i>
SNU	Sistema das Nações Unidas
TNC	<i>Nature Conservancy</i>
UE	União Europeia
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNICV	Universidade de Cabo Verde
UNIDO	<i>United Nations Industrial Development Organization</i>
US	Universidade de Santiago – Cabo Verde
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
WCS	<i>Wildlife Conservation Society</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> – Fundo Mundial para Natureza
ZDTI	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado

## PERCURSOS DE CONSTRUÇÃO DESTA TESE

Esta tese cuja ossatura aqui apresentamos assenta numa discussão permeada pela importação de políticas ambientais pelas elites cabo-verdianas, no período Pós-colonial, num contexto estrutural de vulnerabilidades tanto social como ecológica. Coagula reflexões, trabalhos e experiências pessoais tidos durante a nossa trajetória académica que se iniciou em 1999, com a formação no curso de Antropologia, vertente social e cultural, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Os primeiros contatos com o desfasamento entre a vulnerabilidade social e ecológica e modelos institucionais estranhos a realidade local aconteceram aquando do nosso primeiro trabalho de campo em 2002, no âmbito da produção do trabalho de final do curso, em que mapeamos as comunidades rurais e sua cosmologia numa pesquisa que deu corpo a monografia intitulada *A Morte e o Morrer na Sociedade Cabo-verdiana*, sob a orientação do Professor Catedrático Doutor Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, na Universidade de Coimbra em junho de 2003. Nessa imersão no mundo científico demos conta que as comunidades rurais marcadas, sobretudo por trabalhos de sobrevivência, através da prática de agricultura, do pastoreio livre, da extração de inertes, da pesca, vivenciam a morte através de uma multiplicidade de solidariedades endógenas, como “djuda” (ajuda mútua), “Mitim” (associação de ajuda mútua) e “djunta móm” (troca de dias de trabalhos), susceptíveis de serem mobilizados para outros fins, numa perspectiva de “dom e contra dom” trabalhada por Mauss (1974), ou de “capital social” no sentido proposto por Putnam (1996).

Em 2007, no âmbito do mestrado em Ciências Sociais na Universidade Pública de Cabo Verde – UNICV, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS escolhemos como tema da nossa pesquisa a comunidade dos Rabelados de Santiago, em Cabo Verde. Uma comunidade rural tradicional que, hoje vem passando por um processo de (re)formulação identitária cujas interpretações mais radicais neste aspecto profetizam o seu fim enquanto grupo *sui generis* do país. Uma transformação marcada, sobretudo pela presença dos mediadores e pelos projetos de desenvolvimento baseados na inculcação de processos modernizantes, de educação, saúde, habitação e conversão de atividades geradoras de rendimento de outrora, em pintura, tecelagem, artesanato e de entre outros. Esta investigação etnográfica deu corpo a uma dissertação do mestrado

intitulada *Os Rabelados de Espinho Branco e Bacio na ilha de Santiago: entre o “mito” de folclorização e a (re) formulação identitária*, cuja orientação científica esteve em mãos do Professor Doutor Sergio Baptista da UFRGS em coorientação com o Professor Doutor Pierre Joseph Laurent da Universidade de Louvain em Bélgica.

Na sequência, aliada também às funções que vínhamos desempenhando enquanto Coordenadora do Centro Cultural Norberto Tavares em Assomada, em 2008, e de Assessoria no Ministério da Cultura durante os mandatos do Doutor Manuel Veiga e da atual Ministra da Educação e Desporto Fernanda Marques, no sentido de responder aos objetivos da instituição em promover atividades culturais naquela cidade marcadamente rurbana, continuamos com a nossa imersão no meio rural, através de várias pontes institucionais, com contatos a grupos culturais, de *batukadeiras*, *tabanka*, Rabelados, artesões de diversas áreas, cobrindo toda a região norte da ilha de Santiago.

No sentido de dar voz e vez às comunidades rurais através de atividades culturais, contatamos com grupos vários de mulheres *batukaderas* que, sem alternativa económica, para sua sobrevivência vinham praticando atividades consideradas predatórias para o ambiente, como a extração de inertes e a apanha de areia em várias localidades daquele Concelho e do país no geral, cuja perigosidade nesse *locus* de labor vem ceifando vidas pelo perigo que se incorre.

Observando estas situações, publicamos em Março de 2009, um artigo no Jornal a Nação de Cabo Verde com o título: *“Mudjeris di pé-di-rotxa”<sup>1</sup>: a luta pela sobrevivência versus a (des)proteção do meio ambiente*, trazendo uma análise sobre a desterritorialização de vida de mulheres no mundo rural em virtude criação de exceções dentro das suas comunidades. Uma produção conjunta, que também trazia uma reflexão sobre “mudjeris fornadjeiras” de Ribeira de São Miguel, da autoria da Mestre Carla Carvalho, fruto da sua dissertação do mestrado na UNICV. Esta publicação trouxe a baila a situação de mulheres rurais e das suas filhas e, por conseguinte também denunciou as suas precariedades e a necessidade do governo em devolver àquele seguimento social condições de vida mais dignas. Após esta denúncia naquele jornal público, o então ministro de Ambiente de Cabo Verde, em parceria com a delegação da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) de

---

<sup>1</sup> Mulheres de Pé-de- Rocha. Nome adveniente da extração de inertes nas rochas, na localidade conhecida por Pé-da-Rocha na zona de amortecimento do Parque natural de Serra Malagueta.

Santa Catarina e da Associação Asa Feminina de Achada Lém, desenvolveu um projeto de apoio àquelas mães de família. Nisto avançaram com a criação de um centro de tecelagem onde as mulheres de Pé-di-Rocha passaram a ter formação nesta área, confecção de rendas e bordados, produção de artesanato de cisal, que posteriormente eram postos em venda e exposições no Centro Cultural de Assomada e no Parque Natural de Serra Malagueta.

No mesmo ano, mais concretamente no mês de maio, no âmbito de um projeto Pró-África em que os professores da UFGRS, vinham desenvolvendo com a UNICV, um conjunto de mestres do qual fazíamos parte foi convidado para participar deste projeto. Nestes começamos a deslindar alguns contatos para a formulação de projetos de pesquisas conjuntos, Cabo Verde e Brasil.

Neste âmbito, acompanhados dos professores daquela Instituição, Doutores José Carlos dos Anjos, Eduardo Ernesto Filippi e Jalcione Almeida, visitamos oficialmente o Parque Natural de Serra Malagueta (Concelho de Santa Catarina), onde fomos recebidos pelo diretor e técnicos daquela instituição e discutiu-se as possibilidades em desenvolver um projeto na área de turismo, ambiente e conflitos socioambientais. A nossa equipe visitou ainda, na companhia do Engenheiro da Delegação do Ministério de Ambiente em Assomada, a localidade de *Txarco* em Ribeira da Barca, no mesmo Concelho para inteirarmos do projeto da construção de barragem que abrangia aquela localidade e as possibilidades agrícolas que dela poderiam reacionar. Ao mesmo tempo em que do outro lado, da praia observávamos mulheres, homens, crianças e caminhões que se circulavam ali na tiragem, compra e venda de areia, uma atividade local que vem se desenvolvendo há décadas, com impacto ambiental grave, observável no aspecto daquela praia.

Ainda, no âmbito do mesmo projeto, visitamos o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) no Concelho dos Orgãos, e inteiramos dos projetos daquela instituição com o EMBRAPA, na área da agricultura, pecuária, microirrigação e melhoria de espécies. No Concelho de São Domingos tivemos encontro com o proprietário do Centro de Hidroponia e concluímos as visitas na delegação do Ministério de Ambiente em Santa Cruz e barragem de Poilão, objetivando conhecer as práticas agrícolas locais, a questão de terra, a exploração dos recursos hídricos e os conflitos decorrentes deste processo.

Após esses contatos, o grupo começou a desenhar projetos pessoais e conjuntos como quesitos para entrar numa universidade ou para se submeter ao

financiamento das instituições, abrangendo diversas áreas como ambiente, políticas públicas, gênero, instituições, elites e desenvolvimento rural.

No mesmo ano, submetemos ao Programa Estudante Convênio - PEC-PG do Centro de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, um projeto intitulado *Elites e Políticas Públicas para o Desenvolvimento no Mundo Rural: Os Parques Naturais Cabo-verdiano*, para consecutivamente obter uma vaga e bolsa de estudos no sentido de cursar este doutorado em Desenvolvimento Rural.

Durante o nosso doutorado, tivemos a oportunidade de em colaboração com os Professores José Carlos dos Anjos e Eduardo Filippi elaborar um projeto de candidatura ao Grupo Nacional de Trabalho da Codesria, integrado numa Rede de Pesquisa Comparativa (RPC) em junho de 2010, cujo tema desenvolvido foi “Repensando os Processos de Desenvolvimento Rural – Gênero, Poder e Instituições: estudo comparativo Cabo Verde/Angola, que envolveu os doutorandos dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICV e do Desenvolvimento Rural e Sociologia da UFRGS, ficando na minha tutela a fundamentação de questões sobre instituições, gênero, poder e desenvolvimento rural em Santa Catarina, Cabo Verde.

Nossa imersão no campo de ambiente e questões transversais foram se ajustando também com o exercício docente na Universidade de Santiago (US) em Assomada e na Escola de Negócios e Governança, na UNICV, na lecionação de cadeiras afins. O que nos permitiu um maior aprofundamento dos conhecimentos nas linhas de pesquisas do PGDR, como Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Dinâmicas Socioambientais no Espaço Rural, áreas de investigação onde esta tese se enquadra, consolidados de certa forma na elaboração de trabalhos finais das disciplinas com temas que abrangiam, Instituições, mediação, elites políticas públicas, agendas de desenvolvimento rural em Cabo Verde, conflitos socioambientais e questão do gênero no Parque Natural de Serra Malagueta, ancorados numa perspectiva pós-colonial.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
1.1 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	28
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	34
<b>1.2.1 Situando o campo de Estudo – Cabo Verde e os Parques Naturais</b>	<b>38</b>
<b>1.2.2 Apresentando os parques naturais de Serra Malagueta e Fogo</b>	<b>46</b>
1.2.2.1 O Parque Natural de Serra Malagueta – Ilha de Santiago	50
1.2.2.2 O Parque Natural do Fogo	54
<b>2 ESTADOS PÓS-COLONIAIS E “AMBIENTALIZAÇÃO” DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁFRICA: AGENDAS, DILEMAS E EXTROVERSÕES</b>	<b>61</b>
2.1 ESTADOS PÓS-COLONIAIS NA ÁFRICA E POLÍTICAS DE EXTROVERSÃO	61
2.2 INSTITUIÇÕES E DEMARCAÇÕES ECOLÓGICAS NO SUL: AGENDAS, DILEMAS E EXTROVERSÕES	68
2.3 DINÂMICAS TERRITORIAIS E A PRODUÇÃO DOS “ARRIVISTAS” DA CONSERVAÇÃO	82
<b>3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE</b>	<b>90</b>
3.1 DAS ADVERSIDADES GEOCLIMÁTICAS À EMERGÊNCIA DE UMA LEI PARA O AMBIENTE NO PERÍODO COLONIAL – A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE 1928	91
3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA – 1975/1990	96
3.3 DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: ENTRE ACORDOS E CONVENÇÕES – 1990-2013	106
3.4 DA DEMARCAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS E PARQUES NATURAIS EM CABO VERDE	117

<b>3.4.1 A delimitação e implementação dos parques naturais</b>	<b>122</b>
<b>4 A ELITE POLÍTICA CABO-VERDIANA: DAS “DINÂMICAS DE ORFANDE” ÀS MICROESTRATÉGIAS DE IMPORTAÇÃO E REPRODUÇÃO</b>	<b>125</b>
4.1 DINÂMICAS E CONFIGURAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS NAS INSTITUIÇÕES POLIÁRQUICAS CABOVERDIANAS	126
4.2 MEDIAÇÕES, DISCURSOS E INSTITUIÇÕES	132
<b>4.2.1 “Dilemas de ação coletiva” e “tragédia dos comuns”: em busca de uma saída coletiva</b>	<b>146</b>
<b>5 PONTES E PORTAS DA RECONVERSÃO (DAS ÁREAS PROTEGIDAS) DO MEIO RURAL CABO-VERDIANO</b>	<b>156</b>
5.1 REINTRODUZINDO DISCURSOS DE DINÂMICAS DE INCLUSÃO: A ECOSSOCIOECONOMIA	156
5.2 (SERÁ) A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO RURAL – PONTE DE PLANEJAMENTO E EMPODERAMENTO TERRITORIAL (?)	161
5.3 DESAFIOS (OCULTOS) DO AMBIENTE E DO GÊNERO NO MUNDO RURAL CABO-VERDIANO	166
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>187</b>
<b>APENDICE A - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE B - QUADRO DE INFORMANTES</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE C - CADERNO MULHERES</b>	<b>202</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Duas conscientizações, aparentemente desconexas, soergueram-se na década de 50 do século passado: os países do Norte, abalados com as duas grandes guerras mundiais e o potencial autodestruidor do ser humano, empenharam-se de novo na reconstrução de mecanismos de aliança e solidariedade entre povos, edificaram o Sistema das Nações Unidas com o intuito de garantir um futuro livre de receios e de privações à geração vindoura (DUPAS; 2008) ; já os países do Sul, por terem, em parte, participado da guerra, ganharam a confiança de que, se podiam auxiliar as suas metrópoles a se libertarem da guerra, também poderiam autolibertar-se delas, ainda que fosse pela via da própria guerra.

Esse gancho preocupacional entre o Norte e o Sul, cuja linha divisória só extemporaneamente pôde ser aplicada (na justa medida em que naquela época o Sul não passava de uma extensão do próprio Norte, já que grande parte do primeiro hemisfério era ainda colônia do segundo, com exceção de alguns países que tinham acabado de ascender à independência, como, por exemplo, a Índia em 1947, o Paquistão na mesma época, Gana em 1958, e a América Latina), demonstra não só o descompasso entre os dois hemisférios, mas também as relações assimétricas entre estes, cujos contornos ainda hoje são suscetíveis de ser observados em domínios díspares da vida política, econômica e social. E é sobre o social que, indiretamente, esta tese se propõe a refletir, tendo como posto de observação a problemática da conservação, na perspectiva de sustentabilidade ambiental e social, nos espaços acima mencionados, sem descurar das estratégias dos atores, o *leitmotiv* da questão, bem como das camuflagens e das devidas proporções de intervenção.

Sucedo, com efeito, que o ritmo crescente da discussão ambiental que se assinala atualmente em arenas de debate nacional e internacional tem colocado em pauta nas reuniões planetárias a imprescindibilidade da criação de políticas globais de desenvolvimento sustentável e a urgência de atitudes ecologicamente sustentáveis, conforme indica o relatório da Comissão sobre Governança Global<sup>2</sup> (CGG):

---

<sup>2</sup> A CGG é um grupo independente integrado por 28 líderes mundiais com experiências e responsabilidades diversas. A tarefa a que se propuseram foi formular sugestões para que a nossa

Uma das mudanças realmente significativas dos últimos anos – e que não poderia ter sido prevista nem mesmo por aqueles que planejaram o sistema econômico global do pós-guerra – é a crescente conscientização acerca da importância do meio ambiente físico e da grande ameaça que paira sobre os ecossistemas vulneráveis. Isso obrigou os governos a reflectir sobre o grau de interdependência dos seus países. O sistema das Nações Unidas merece crédito por haver ajudado a promover essa conscientização, e nesse aspecto a Conferência de Estocolmo de 1972 foi o evento pioneiro. A Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992 resultou numa agenda de grande peso político. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL - CGG, 1996, p. 109).

Uma agenda global sobre o ambiente emergiu em torno das duas conferências com uma pauta que busca formas cooperativas de governança, ainda que incipientes, congregando de Norte a Sul os diferentes “mundos” através de um “império de leis” assentadas em valores compartilhados, com o suposto de garantir a participação equitativa de todos os cidadãos e todos os governos no exercício da sua influência democrática sobre as questões e decisões de fórum global.

Nessa arena, atores diversos são confrontados, interpelados e desafiados a enfrentar as mudanças de forma imaginativa e construtiva, baseados numa nova “ética de libertação” (DUSSEL, 1998) e responsabilidade na relação homem/natureza. Pois as ações humanas sobre o meio ambiente, principalmente a poluição industrial e a exploração predatória dos recursos naturais como sustentáculo do crescimento econômico (DIEGUES, 2008; DUPAS, 2008) muito debatido hoje, nos dois polos têm contribuído, na perspectiva desses autores, para a degradação ambiental sem precedentes na história da humanidade, desafiando a sociedade contemporânea a encontrar novos caminhos intermediários e soluções de compromisso para controlar e administrar os efeitos perversos dos sistemas de produção e exploração sobre a saúde e o bem-estar da população.

Um desafio para lá das capacidades dos Estados Nações do Sul, já que estes demonstram ainda fraca disponibilidade financeira para resolver, de forma autônoma, os inúmeros problemas com que se têm confrontado. Alguns antigos, como conflitos bélicos e políticos, mas marcantes pelos efeitos causados (violência na Somália, genocídio em Ruanda, conflito militar em Angola, instabilidade política na Guiné-Bissau); outros novos, como a pobreza extrema, feminização da pobreza principalmente no meio rural, questões de saúde pública, desemprego, falta de água

e de terra para cultivo e conservação ambiental (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL – CGG, 1996; GONÇALVES; CARDOSO, 2009; CARDOSO; SCHNEIDER, 2013). No âmbito desses desafios, os Estados e seus cidadãos são interpelados a assumir, em estreita colaboração, um compromisso com a responsabilidade comum e o esforço conjunto para minimizar a pobreza, sobretudo a feminina, e maximizar a proteção da biodiversidade.

Nesse quadro, várias advertências têm surgido, alertando a todos, independentemente de condição socioeconômica e localização geográfica, para a existência de uma “crise socioambiental, de civilização” (DIEGUES, 2008), que exige segundo o autor uma alteração profunda nos padrões científico-tecnológicos e nos sistemas produtivos e valores de consumo nas sociedades contemporâneas.

Na sequência dessas advertências, vozes e instituições emergentes, apesar de nem sempre serem mutuamente compatíveis ou perfilharem dos mesmos interesses, têm proposto algumas agendas, diversificando seus objetivos, que vão desde o político-econômico ao social, cultural e ambiental, de impacto global. É nesse quadro que se registram esforços conjuntos (ainda que com ritmos diferentes), até porque os Estados constituem as principais instituições públicas responsáveis pelas questões globais, mormente no campo ambiental.

Nesse sentido, a proposta de criar um sistema de governança internacional do meio ambiente se apresenta de grande interesse, ao mesmo tempo desafiador, tendo em conta que o ônus da governança global ultrapassa a capacidade financeira de muitos governos, que possuem também outras preocupações nacionais que demandam intervenções e resoluções urgentes. Em todo o caso, é preciso reconhecer esforços conjuntos realizados, conforme salienta o Relatório sobre a Governança Global, envolvendo os movimentos ambientalistas, as Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>3</sup>, as multinacionais, em proporções diferentes, que procuram, mediante o gerenciamento das controvérsias internacionais nessa área e a proteção dos bens globais comuns, que se chegue ao desenvolvimento sustentável global (CGG, 1996).

As várias cúpulas internacionais realizadas, assim como a assinatura de protocolos em prol da resolução desses problemas, sinalizam a preocupação com a problemática ambiental global e demonstram que hoje os problemas ambientais

---

<sup>3</sup> Sobre o papel das ONGs, ver DAPHENÈ, J.; WILLIAM, W. (Dir.). *Non-stat Actors in World Politics*. Palgrave, 2000.

ultrapassam as fronteiras e se impõem através de uma agenda própria, central nas políticas de desenvolvimento dos países do Norte e do Sul. Destes, na senda dos acima mencionados (Estocolmo e Eco-Rio-92), acrescentam-se o Protocolo de Kyoto, assinado em 11 de dezembro de 1997 com o objetivo de manter as concentrações dos Gases do Efeito Estufa (GEE) em níveis que evitem interferências antrópicas perigosas para o sistema climático; a Cúpula de Copenhague, realizada de 5 a 18 de dezembro de 2009, visando estabelecer maiores e obrigatórios limites de redução de emissões de GEE; o Protocolo de Nagoya, assinado em 7 de outubro de 2010, em que, dos vinte objetivos propostos, salienta-se o da ampliação das áreas protegidas, terrestres e marinhas, em todo o mundo; a Cúpula de Durban, na África do Sul, ocorrida entre 28 de novembro e 9 de dezembro de 2011, cuja finalidade foi a aprovação de um novo acordo em substituição ao Protocolo de Kyoto; e por fim, mais recentemente, em 2012, a Conferência Rio+20.

Conservar o meio ambiente e garantir a sustentabilidade ambiental, a par das políticas sobre equidade de gênero, de combate à pobreza, de desenvolvimento rural (GONÇALVES; CARDOSO, 2009) dos direitos humanos e da promoção da democracia, caminhos que esta tese procura assentar, têm sido temas relevantes, senão fundamentais, no desenvolvimento dos países nas últimas décadas.

Preocupações com a proteção e a conservação da biodiversidade também se destacam, tornando-se prioritárias nas agendas dos diversos governantes ao se revelarem como questões cruciais para os países tropicais, como Cabo Verde e no Brasil (DIEGUES, 2000), pela riqueza de suas espécies de flora e fauna, ao mesmo tempo em que tais países são fustigados com os problemas da pobreza e da devastação do mundo rural, em prol da sobrevivência humana, por modelos de desenvolvimento que segundo o autor são inapropriados e agravados ainda mais pelas políticas neo-liberais estigmatizadas pelo baixo investimento em setores fundamentais para as populações rurais, como nas áreas de saúde, habitação, emprego e educação. Evidenciam-se, desse modo, nos países do Sul percursos de comunidades rurais, e tradicionais, na luta diante das tentativas de planificação e dos efeitos de políticas de conservação ambiental, muitas vezes formuladas e aplicadas sem uma preocupação efetiva com as populações a que se dirigem.

Se é certo que os desígnios conservacionistas veiculados através das instituições e de seus agentes se baseiam na ideia de que existe uma relação

inversa entre as ações antrópicas e a saúde do meio ambiente, também não é menos verdade que o diferencial desses desígnios não é homogêneo e exige uma readequação, com prioridades e instrumentos próprios a cada região, sob pena de sua inadequação quando importados.

Casos existem, e esta tese os traz à tona, em que não cessam polêmicas sobre a forma como os desafios vêm sendo respondidos, através de políticas públicas ambientais, como a criação de áreas protegidas, cuja formulação, execução e sobreposição às comunidades alteraram os modos de vida destas. Vezes sem conta a investigação evidenciou, com recurso a vários exemplos, como esse processo heteroinduzido tem produzido, em diversos países, aquilo que Barreto Filho (2006) denomina de *primitivismo forçado* e, em outros, conduzindo à expulsão direta dos grupos de seus territórios, transformando-os em “refugiados” ou “arrivistas” da conservação (DOWIE, 2008; BAUMAN, 1998).

Nessa linha de ideias, esta tese questiona e busca fundamentar se não seria possível associar a essas políticas outras não heteroinduzidas e mais articuladas, que permitiriam o engajamento das populações e a potencialização da eficácia objetivada. Diga-se, desde logo, que perspectivas de ações compartilhadas e participativas constituem motes com os quais pretendemos dialogar, em articulação com o volume de estudos que têm demonstrado, através de pesquisas empíricas, a capacidade que as populações locais no meio de inserção das demarcações têm de se organizar para vigiar seus comportamentos e impor sanções àqueles que manifestarem comportamentos não compatíveis às normas instituídas internamente. (OSTROM, 2008; PIMBERT; PRETTY, 2000; DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Em Cabo Verde, as preocupações ambientais na forma como se apresentam atualmente são recentes. Hoje estas constituem o sustentáculo do desenvolvimento, garantidas na própria Constituição da República e suportadas como um projeto nacional, ficando a preservação dependente de ações conjuntas do Estado/sociedade civil. Porém, desde o descobrimento do arquipélago pelos portugueses no século XV, em 1460, até os anos 20 do século passado, a preocupação ambiental não constituía prioridade do Estado colonial, o que se revela pela inexistência de instrumentos jurídico-legais para proteção ambiental. Tudo indica que a legislação de proteção do meio ambiente em Cabo Verde teve a mesma trajetória que a de algumas ex-colônias de Portugal, à semelhança do Brasil,

“iniciando de peças legais que se fragmentavam em recursos naturais, para aos poucos tecer liames mais gerais” (HARTMANN, 2009, p.36). Posteriormente,

[...] as primeiras regras legais sobre o meio ambiente no Brasil, surgiram tímida e reflexamente através das Ordenações Portuguesas. [...] com poucas exceções, portanto durante o período colonial e imperial, a tutela ambiental realmente inicia, e de forma fragmentária, na década de 1930, ganhando fôlego nos anos de 1960 e consolidando-se nas décadas de 1980 e 1990. ( BENJAMIN<sup>4</sup>, 2005, apud HARMATANN, 2009, p.36).

À semelhança do Brasil, Cabo Verde conheceu a sua Primeira Legislação no quadro legal no sentido de melhor o desenvolvimento dos recursos florestais, ainda durante o período colonial, em 1928, concebida a partir das leis florestais aplicadas nas ilhas de Madeira, Açores e na então colônia de São Tomé e Príncipe (MOTA, s/d). Essa legislação, criada através do Diploma Legislativo nº 156 de 11 de agosto de 1928, limitava-se exclusivamente à execução de políticas de reflorestamento e foi revogada em 1985 com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério de Desenvolvimento Rural através do Decreto-Lei nº 32/85 de 30 de março de 1985.

Fragmentárias, tanto a legislação de 1928 como a Lei Orgânica de 1985, enquanto documentos legais, não se constituíram como políticas públicas globais na justa medida em que se apresentaram apenas como tentativas para proteger os recursos naturais específicos em risco, sem relação ou visão ecossistêmica. Só em 1993 viria a surgir a primeira tentativa expressa de instituição de um plano de ação que pôde ser chamado de “política pública ambiental”: a Lei nº 86/IV/93 de 26 de julho, ou Lei de Bases da Política do Ambiente, em vigor até atualidade. Essa lei estabeleceu um sistema nacional de órgãos ambientais, consagrou a responsabilidade ambiental e lançou as bases para o licenciamento ambiental, incluindo estudos de impacto ambiental bem como as disposições gerais da criação do Regime Jurídico de Áreas Protegidas, um instrumento de suprainportância que rege toda a criação e definição das áreas a serem conservadas e da sua biodiversidade.

No presente, em Cabo Verde a conservação da natureza, a declaração e proteção das áreas protegidas, rege-se pelos princípios de ação pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, que veio a se consagrar a

---

<sup>4</sup> BENJAMIN, A. H. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. In: KISHI, S.; SILVA, S.; SOARES, I.; (Org.). Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Afonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005. P.61.

partir de 2003, com a criação do Decreto Lei nº 3 de 2003, que estabelece o Regime Jurídico dos Espaços Naturais. Especificamente este decreto, que em termos de conteúdo se aproxima de muitos outros mecanismos legais de proteção existentes em outros países, com as suas lacunas, imprecisões e descompassos, constitui o primeiro instrumento jurídico para a execução dos primeiros projetos de consolidação de áreas protegidas, sobretudo terrestres, nas ilhas de Santiago e São Nicolau, abrangendo um período de 2004-2008, e posteriormente na ilha do Fogo, em 2009. Situação que tornou possível uma maior inserção e engajamento do país no debate mundial sobre a conservação do meio ambiente e as políticas a serem desenvolvidas para esse efeito, trazendo de forma mais afinçada a proteção ambiental para a agenda do governo, num momento em que a declaração e a delimitação das áreas protegidas põem em evidência interesses diversos.

A percepção deste aspecto se torna mais imperiosa quando verificamos que o retomar atual da preocupação com as questões ambientais e rurais em Cabo Verde está vinculado a estratégias internacionais por meio de importação de políticas, abordagens e instituições.

Diante do exposto, duas questões centrais se impõem como norteadoras desta pesquisa: em que condições as instituições (e que tipos de instituições) se tornam necessárias e possíveis para uma gestão dos recursos comuns que garanta a participação ativa dos cidadãos e que responda eficazmente às necessidades de um mundo em que a mudança é célere, os critérios de escolha são tecnicamente sofisticados e os atores transnacionais? Como o Estado cabo-verdiano tem se posicionado em relação aos projetos heteroinduzidos, os quais têm focos de irradiação na sua constituição, e quais são os atores emergentes e ausentes da sociedade civil cabo-verdiana em matéria de gestão e conservação dos recursos comuns? Essas questões, no âmbito da elaboração desta tese, constituem pontos nodais de reflexão a partir dos quais derivam outras questões que, não sendo centrais, complementam e enriquecem as primeiras.

Para a realização do trabalho, optou-se por analisar as políticas ambientais materializadas via criação e delimitação de áreas protegidas enquanto mecanismos de conservação da biodiversidade que vêm emergindo, sobretudo nos espaços rurais, no contexto da pós-independência do país, sob a tutela da Direção Geral do Ambiente, instituição responsável pela execução de políticas ambientais no país. Ciente da magnitude da proposta, foram eleitas duas áreas protegidas na categoria

de parques naturais – Parque Natural de Serra Malagueta e do Fogo (conforme se apresenta mais à frente) – enquanto iniciativas do governo de Cabo Verde no sentido de responder aos compromissos afirmados diante da comunidade internacional com a retificação da Convenção sobre a Biodiversidade, em 1995.

Nestes termos, esta tese estrutura-se em cinco capítulos e é encerrada com uma consideração final.

O primeiro capítulo é introdutório à tese. Nele apresentamos o objetivo geral do trabalho, as premissas falseadas e os marcos teóricos que serviram de referência às análises, os procedimentos metodológicos e justificativa da escolha da temática em geral. Para uma melhor inserção no “armazém empírico” onde laboramos, trouxemos uma síntese de informações gerais sobre Cabo Verde e os parques selecionados, Serra Malagueta e Fogo, sobre os quais recaíram a nossa análise, no sentido de também propiciar aos leitores não familiarizados com Cabo Verde alguns nós de entendimento.

No segundo capítulo, mergulhamos numa análise pós-colonialista no intuito de situar a posição dos ex-estados coloniais em matéria do seu desenvolvimento. Ali tentamos evidenciar as relações de dependência institucional entre o Norte e o Sul, trazendo nuances ao campo das políticas públicas ambientais.

Em seguida, num terceiro capítulo, aproximamos a nossa reflexão do contexto cabo-verdiano com uma incursão sobre as políticas ambientais executadas pelo Estado de Cabo Verde, recuando um pouco ao período tardo-colonial. Nesse âmbito, debruçamo-nos sobre as legislações produzidas, os planos executados e a implementar e as demarcações consolidadas.

No quarto capítulo procuramos trazer uma reflexão tendo como pano de fundo a elite política e os modelos institucionais de desenvolvimento implementados no Sul, com realce para Cabo Verde. Privilegiou-se a análise dos discursos e as mediações realizadas no domínio do meio ambiente.

No quinto capítulo tratamos exclusivamente das áreas protegidas, de forma a dar conta das dinâmicas intraespaciais. Discutimos criticamente nesse ponto as pontes e as portas que vêm sendo erigidas com as comunidades que habitam os parques, trazendo à colação a questão do gênero e do mundo rural.

Por fim, a tese termina com algumas reflexões consubstanciadas em considerações finais, porém mapeanda com ela ulteriores campos de trabalhos.

## 1.1 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Diante do exposto, registra-se que o interesse acadêmico pelas questões ambientais foi despertado durante o Mestrado na Universidade de Cabo Verde (UNICV) em 2008, no âmbito do contato com o Projecto Pró-África, do qual participaram professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que vinham ministrando cursos em Cabo Verde.

Nesse sentido, a observância de uma fraca produção acadêmica na área de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural em Cabo Verde constitui um dos desafios que impulsionaram a realização desta tese, que abarcou as estratégias institucionais e as políticas de conservação ambiental no contexto africano, focando a análise, sobretudo, na experiência de Cabo Verde na criação de áreas de conservação nos meios rurais.

Baseando-se principalmente na análise da eficácia dos modelos importados de políticas de conservação ambiental visando a demarcação e criação de áreas protegidas e sua transformação em parques naturais, assim como seu reflexo junto à população residente dentro e no entorno dessas áreas, esta tese busca uma agenda própria de pesquisa para os estudos na área de Estado e Políticas Públicas Ambientais para Desenvolvimento Rural, que seja menos dirigida e influenciada pelo Estado, tendo em vista a maximização do engajamento das comunidades residentes ou vizinhas.

Ao propor analisar as relações entre as populações abrangidas pelos parques naturais, as instituições nacionais que formulam e executam as políticas de conservação ambiental direcionadas, sobretudo, para o meio rural (os parques naturais até agora determinados se localizam no meio rural), a ação das organizações internacionais financiadoras e de cooperação ou ainda as de que Cabo Verde faz parte<sup>5</sup>, busca-se desvendar a complexidade das políticas *top-down* e heteroinduzidas e o seu impacto num contexto sociocultural e territorial.

É no âmago dessa acepção que a análise da reconfiguração do mundo rural no quadro das políticas de conservação ambiental, sustentada numa perspectiva do

---

<sup>5</sup> O país possui uma dinâmica cujos alicerces se baseiam em larga escala na parceria especial com a União Europeia (EU), com pontos fortes e fracos; os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no que concerne às organizações regionais; e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em que a cooperação ultrapassa os domínios da língua.

Sul e tendo como posto de observação Cabo Verde, em resposta alternativa à falsa universalidade das fórmulas de desenvolvimento veiculadas *top-down* pela cooperação técnica internacional e suas agências, mostra-se um caminho interessante de pesquisa, abrangendo o Desenvolvimento Rural em si e os seus desdobramentos, como a demarcação e criação de parques naturais, as transmutações institucionais, as (re)valorizações da terra com a criação das ZDTIs, a construção das barragens, entre outros.

Se for levado em consideração que durante muito tempo o desenvolvimento dos países do Sul esteve submetido às agendas do Norte, concebidas como *fast food* dentro do marco historicista ocidental, nos termos em que o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo, numa lógica neocolonial caracterizada, estrito senso, pela imposição de modelos que pouco ou nada correspondiam às necessidades e às realidades do Sul, com o processo da independência, da criação e da constituição de Estados-nações autônomos, ainda persistem tais lógicas, muitas vezes travestidas em políticas públicas de desenvolvimento (na educação, saúde, ambiente), o que demonstra não só a reprodutibilidade do colonialismo por outras formas, mas também a própria insustentabilidade técnica e financeira dos países recém-independentes em processar o seu desenvolvimento.

É por isso que Boaventura Santos (2006) advoga que, apesar de ser recente a emergência dos Estudos Pós-Coloniais que marcaram a década de 1980, com a produção de um conjunto de práticas e discursos que desconstróem a narrativa colonial, numa ruptura clara com os discursos científicos redutores e essencialistas, largamente apropriados pelo pensamento colonial, que muito mais do que estigmatizar o “desconhecido” ou o “outro”, serviram para estabelecer domínios seculares, o pendor eurocêntrico continua ainda a prevalecer no Sul.

É nessa linha de ideias que procura se filiar esta tese, numa reflexão que tem como pano de fundo a ideia de desenvolvimento na sua vertente rural, ancorada num debate que procura um novo paradigma – o do Sul – com o fito não tanto de dar voz e vez àqueles que não as têm, mas, sobretudo, no sentido de trazer para a academia as suas narrativas, os seus discursos e as suas práticas, sitiados e cultivados à margem da modernidade.

Pois, diante da problemática ambiental que se vive em nível global e atendendo à preocupação regional no contexto africano, esta tese torna-se, a nosso

ver, instigante na medida em que permitiu trazer à luz os caminhos percorridos e a percorrer pelos países africanos, de uma forma geral, e a contribuição específica de Cabo Verde diante desse problema que afeta todo o planeta.

Salienta-se ainda que, ao integrar este trabalho na linha de pesquisa Estado, Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Rural do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), objetiva-se trazer contribuições importantes para os *policy makers* no que tange às concepções, compreensões, formulações e implementações de políticas públicas e projetos para o Desenvolvimento Rural/Territorial que, conjugadas com a conservação dos recursos naturais e práticas comunitárias de manejo e gestão desses recursos, poderão ser imprescindíveis para a manutenção de recursos comuns e da biodiversidade em Cabo Verde.

Além do mais, ao perceber as dimensões dos países insulares como espaços primários de catástrofes ambientais, e num momento em que os Pequenos Estados Insulares, incluindo Cabo Verde, mostram-se preocupados com as mudanças climáticas, que constituem atualmente um dos temas mais importantes da sociedade contemporânea, as incertezas associadas a esse fenômeno e às suas consequências para o planeta, e particularmente para esses Estados, têm interpelado a comunidade científica e os poderes políticos, em todo o mundo, para uma maior conscientização e coordenação de esforços para aumentar a capacidade de resposta através de ações de mitigação e adaptação.

Nesse sentido, o Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde (MAHOT), através da Direção Geral do Ambiente e outras instituições no país, tem apostado em várias ações que passam pela formação e sensibilização da população face aos novos desafios, como a criação de áreas protegidas, de parques de energia eólica nas diferentes ilhas para diminuir a importação de combustíveis fósseis, que são a principal fonte de energia utilizada no arquipélago, e a criação de *clusters* marítimos, entre outras ações para fazer frente aos novos desafios do milênio. A participação de Cabo Verde em diferentes cúpulas e conferências internacionais em prol do meio ambiente, com destaque para as últimas conferências, a de Durban, em 2011 e a Rio+20 em 2012, constitui também um exemplo dessa preocupação.

Deve-se destacar ainda que esta tese poderá contribuir para o debate sobre Desenvolvimento Rural, que é pouco difundido em Cabo Verde, apesar de já se ter um ministério específico na área, e abrir horizontes para futuras pesquisas num momento em que já se verificam preocupações acadêmicas em relação à problemática ambiental, tendo a Universidade de Santiago introduzido disciplinas anuais sobre esse tema nos planos curriculares de alguns cursos, como Sociologia, Serviço Social e Políticas Públicas, e a Universidade Pública de Cabo Verde (UNI-CV), apostado na criação de departamentos específicos, como a Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA) e o Núcleo de Investigação em Desenvolvimento Rural e Sustentável (NIDRS), nas vertentes ensino/pesquisa, para fazer frente aos novos desafios do país em matéria de sensibilização e conservação dos recursos naturais, questões agrárias e desenvolvimento rural sustentável. Nesse aspecto, este trabalho poderá constituir-se como um suporte para orientar e desencadear novos debates e pesquisas, bem como para robustecer os conhecimentos acerca do mundo rural no momento em que as tecnologias e as transformações atravessam toda a sua estrutura organizativa e vivencial.

Pessoalmente, enquanto antropóloga, ao abraçar essa formação multidisciplinar e essa nova empreitada, no sentido de ser um tema novo de pesquisa cujo desbravamento exige (re)orientações, incorporações de novos saberes e novas aprendizagens, espero com isso aprofundar os conhecimentos que serão úteis para o engajamento em novos desafios acadêmicos, de pesquisas e no reforço das ações institucionais públicas e privadas em matéria de formulação e execução de políticas de conservação ambiental e desenvolvimento rural, particularmente em Cabo Verde.

Diante dessas considerações/expectativas que compõem o nosso propósito, as respostas às questões centrais levantadas serão dadas em torno do objetivo central desta pesquisa, que consiste em analisar as políticas públicas ambientais executadas pelo Estado cabo-verdiano e suas elites, os acordos e as parcerias internacionais para a gestão ambiental e a sua repercussão junto às comunidades rurais abrangidas pelos parques naturais em Serra Malagueta e Fogo.

Procurando pontos de ancoragem, buscou-se também ao longo da pesquisa trazer pistas que permitirão compreender até que ponto a unilateralidade da concepção de políticas ambientais pelas instituições *outsiders* garante, em si, a

materialização de iniciativas que visem à constituição de áreas protegidas no continente africano e em Cabo Verde.

Uma correta equação do que está aqui em causa requer um esforço de definição de algumas hipóteses de trabalho. Propomos três:

- a) primeira hipótese: os estados pós-coloniais do Sul situam-se em matéria de políticas públicas ambientais e nos demais campos de desenvolvimento nacional mimetizando os modelos institucionais dos países do Norte e/ou das ex-metrópoles;
- b) segunda hipótese: em consequência, ao assimilarem tais modelos, as entidades políticas nascentes e suas elites vêm provocando a extroversão do seu desenvolvimento, com efeitos reconhecidos nos seus territórios;
- c) terceira hipótese: a problemática de importação de modelos institucionais, muito debatida no Sul, não é um fenômeno *ex-nihilo*; há sempre, por um lado, “conjunturas críticas” produtoras de “orfandades”, que estimulam as referidas elites a se empenharem na procura de modelos exógenos e, por outro lado, existe também uma forte pressão da parte das agências internacionais financiadoras no sentido de as elites se situarem em relação aos modelos exógenos.

A construção teórica que norteou a pesquisa e a elaboração desta tese tem como pano de fundo as perspectivas de Mary Douglas (2004) sobre as instituições, cujos pressupostos como convenção, regras, solidariedade e cooperação são características enformadoras e concorrem fortemente para o alcance do bem comum. Ademais, esta é uma argumentação corroborada por Ostrom (2008), para quem as instituições, porque coordenam as ações dos indivíduos, induzem nestes preferências otimizadoras e resolvem tanto o dilema da ação coletiva como a tragédia dos comuns, vaticinada por Hardin (1968).

A inter-relação entre essas duas perspectivas e os arsenais teóricos que oferecem ao serem vertidas para o nosso armazém empírico, permitiu-nos ter

aportes e construir suportes para a apreensão da problemática da implementação dos desafios ambientais no contexto da África e, em particular, em Cabo Verde.

A tese também mobilizou conceitos de outras abordagens, mapeando desde certa antropologia hermenêutica até a sociologia da práxis de Bourdieu e uma sociologia crítica de importação e das mediações para o desenvolvimento. Conceitos como regras, padrões (DOUGLAS, 2004), custos de transação (OSTROM, 2008) e horizontes de sentidos (OLIVEIRA, 2000), de espaços teóricos diversos, são recuperados como ferramentas passíveis de se integrarem nesse diálogo.

Baseado na sua obra *Governing the Commons* (2008), Elinor Ostrom defende uma forma de gestão comum no campo da conservação ambiental em função de uma gestão pública ou privada, sustentada no cumprimento de regras de governança externas. Contrapondo Hardin (1968), que preconizou a “tragédia dos comuns”, que só poderá ser suplantada pela gestão privada dos bens comuns ou pela intervenção estatal nas áreas de conservação, Ostrom, rebatendo-o, demonstra, a partir de pesquisas empíricas sobre a ação conjunta e os arranjos institucionais<sup>6</sup> que os aspectos da confiança, solidariedade, ajuda mútua e a reciprocidade, ou seja, o capital social (PUTNAM, 1996) são suscetíveis de serem ativados sobretudo no mundo rural, através de ações coletivas. Neste sentido, e segundo a autora, as ações coletivas quando levadas a cabo por grupos locais podem trazer mais valias para a comunidade e o seu desenvolvimento, evitando os “custos de transação”<sup>7</sup>, em detrimento dos benefícios que os grupos organizados poderiam obter.

Na mesma linha de entendimento, João Mosca (2008), na sua obra *Agricultura e Desenvolvimento em África*, mostra que se torna mais vantajoso que os beneficiários participem na concepção, elaboração e execução dos projetos, de modo que estes correspondam às prioridades da população.

---

<sup>6</sup> Arranjos institucionais são entendidos como o conjunto de instituições com o qual uma organização ou unidade de produção relaciona-se para realizar sua atividade, conformando um campo ou uma rede de relações, parcerias e apoios que viabilizam e potencializam parcial ou totalmente suas atividades e seus resultados em termos do alcance de objetivos propostos e metas produtivas, organizacionais, econômicas e ambientais. (LOPES, 2001).

<sup>7</sup> Segundo Pondé (1996), “[...] os custos de transação nada mais são que o dispêndio de recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas e compatíveis com a sua funcionalidade econômica”. Trata-se dos custos associados ao estabelecimento dos contratos explícitos ou implícitos que organizam certa atividade. (PONDÉ, 1996 *apud* FAGUNDES, 1997, p.9-10).

Assim, na perspectiva dos referidos autores, verifica-se segundo Mendes (2009) que a descentralização da administração e da gestão de recursos naturais e o envolvimento das populações locais auto-organizadas têm ganhado espaço na formulação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento rural. Mesmo no Estado, percebe-se hoje uma maior abertura para promover o manejo local e participativo dos recursos naturais. Por outro lado, persistem estudos (MENDES, 2009) bastante contundentes que comprovam que a definição de áreas protegidas restritivas à presença humana, mesmo que destinadas ao desenvolvimento de atividades turísticas, é imprescindível para a manutenção da biodiversidade, sobretudo de espécies específicas trabalhados por Brandon (1998) e Terborgh (2002). Ou seja, em matéria de demarcação de zonas ambientais, existem segundo a autora, posicionamentos antagônicos que demonstram tanto a possibilidade de viabilização da conservação em áreas habitadas quanto a necessidade de conservação em áreas desabitadas (GERHARDT, 2008; MENDES, 2009). Resumindo, segundo esses autores, deparamo-nos em nível mundial com uma perspectiva restritiva que pauta a eliminação das pessoas dos seus territórios, negando os seus saberes e suas práticas locais, e uma outra de conservação de áreas com presença humana semelhante ao mundo exterior, que internaliza o *ethos* conservacionista e a valorização de práticas e saberes locais.

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Para um melhor delineamento do trabalho e sua compreensão, esta tese abarcou o estudo de dois parques naturais oficialmente declarados nas ilhas de Santiago e Fogo, localizados no meio rural, no sentido de analisar as interfaces entre os atores e as instituições envolvidas. Isso no firme propósito de que esta análise nos permitirá demonstrar se as instituições são importantes para a materialização de iniciativas como as de Serra Malagueta e Fogo, comunidades rurais que enfrentam vários desafios diante da reconfiguração dos seus territórios em áreas de demarcação ambiental.

O recorte metodológico foi feito de maneira a possibilitar a análise de como são executadas as políticas públicas ambientais em Cabo Verde e de como é

entendida a proteção ambiental a partir da criação de parques naturais em diferentes ilhas. As semelhanças com relação ao modelo de gestão dos parques, configurado na legislação do país e cuja proposição é a gestão integrada e participativa dos recursos comuns, em ilhas com características diferentes, constituiu-se numa mais-valia para este estudo, permitindo analisar o impacto das políticas públicas, as fraquezas e os pontos fortes das instituições que lidam com a gestão ambiental no país, bem como o posicionamento dos diferentes atores em relação a essas políticas.

Nesse sentido, para a execução deste trabalho privilegiou-se a abordagem qualitativa, considerando a relação dinâmica entre a realidade empírica e o sujeito. Optou-se por fazer a coleta de dados por meio de entrevistas, visto que estas possibilitam um contato direto entre o investigador e seus interlocutores, com fraco direcionamento por parte daquele (QUIVY; COMPENHOUDT, 1998). Assim, dois tipos de entrevistas foram utilizados com públicos-alvo diferenciados: entrevista estruturada e *focused interview*, ou entrevista centrada.

A primeira, seguindo um roteiro previamente estabelecido e com questões predeterminadas, permitiu a coleta de dados primários, tendo em conta a adequação para a análise do sentido que os diferentes atores dão às suas práticas, os acontecimentos com os quais se veem confrontados, o funcionamento das instituições, as políticas ambientais executadas e em curso, as parcerias, os acordos, os constrangimentos e os ganhos conseguidos. Foi aplicada aos representantes das instituições públicas, nomeadamente aos responsáveis no governo pelas pastas do ambiente e desenvolvimento rural, objetivando aprofundar informações sobre as legislações ambientais, as linhas mestras que regem as políticas ambientais do governo sobre o que conservar e como conservar, as parcerias e os acordos regionais de cooperação ambiental, bem como a situação do país no que diz respeito ao alcance das Metas dos Objetivos do Milênio na questão ambiental. O mesmo instrumento de coleta de informações foi aplicado aos técnicos dessa instituição que trabalham diretamente ligados aos Parques Naturais de Serra Malagueta e Fogo, visando saber os constrangimentos da gestão, as atividades promovidas, o fluxo de visitas (nacionais e estrangeiros), os conflitos registrados e as alianças.

Não sendo possível uma entrevista dirigida aos responsáveis das instituições privadas pela gestão ambiental, nos organismos internacionais com sede em Cabo

Verde, que têm colaborado com o governo na criação, implementação e gestão de programas e projetos na área de conservação ambiental, optou-se por adentrar nos seus feitos, analisando os seus relatórios. Informações adicionais foram buscadas, também utilizando esse tipo de entrevistas, junto às organizações que influenciam os usos e as instituições dos parques. Dentre elas destacam-se as ONGs nacionais, como a Associação dos Agricultores e Silvicultores da Ilha de Santiago (OASIS) e a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), com o intuito de saber sobre as relações e os arranjos institucionais que caracterizam os grupos formais e informais, as ações desenvolvidas junto às comunidades dos Parques Nacionais que potencialmente influenciam os seus modos de vida e os constrangimentos verificados.

Para coleta das informações nas comunidades abrangidas pelos parques, recorreu-se à entrevista centrada ou *focused interview* (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998), com o objetivo de avaliar o impacto da transformação dos territórios em parques naturais e as experiências vivenciadas pelos participantes. Esse tipo de entrevista não dispunha de uma lista de perguntas preestabelecidas. Sua flexibilidade permitiu ao entrevistado falar livremente sobre o tema proposto pelo investigador, possibilitando a este introduzir ao longo do diálogo questões relacionadas ao tema. Essa técnica foi aplicada principalmente aos líderes das diversas organizações formais (Associações de Base Comunitária - ABC), para a obtenção de informações sobre as associações, suas atividades, regras, estruturas, afiliação, registro de dados; às famílias, sobretudo às mulheres, objetivando saber o seu *status* socioeconômico, suas atribuições na gestão dos parques, relação com os centros administrativos dos parques, atividade agrícola, produtos cultivados e tempo de colheita, informações geográficas e demográficas sobre as diferentes comunidades; e aos “informantes privilegiados” locais, tidos como pessoas envolvidas que têm um papel-chave, que conhecem bem o problema e que podiam oferecer conhecimentos ou perspectivas relevantes.

A Análise de Discurso (AD) foi outra técnica utilizada de forma a descortinar o sentido visado das falas e das escritas dos atores e interlocutores, pois os discursos possuem um suporte histórico e institucional que permite ou proíbe determinadas realizações. Um sujeito, quando ocupa um lugar institucional ou quando atingido por um fenômeno, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo, seja de residência, defesa ou imposição, segundo os interesses de cada trama

momentânea. Nesse domínio, baseamos as nossas interpretações documentais e as entrevistas em autores como Foucault (2009) e Barthes (2009).

Face à heterogeneidade da atividade humana no seu quotidiano, justifica-se a importância que, num estudo dessa natureza e aproveitando a minha formação em antropologia, deveria ser dada à observação, de forma a se compreender e apreender a diversidade das dinâmicas, das hierarquias e da essência das particularidades dos objetos. Ao eleger essa técnica, observação participante, para coleta dos dados, a intenção era proceder à triangulação dos insumos obtidos, analisando-os e confrontando-os, visando conclusões objetivas. Assim, foi integrada à análise a observação participante nos procedimentos metodológicos privilegiados para esta tese, pois o objetivo era captar aspectos que escapam à análise documental e às entrevistas. A observação participante, seguida do registro no caderno de campo, foi, portanto, no presente estudo, uma técnica complementar para apreender a situação das práticas quotidianas, de modo a construir com esses levantamentos uma “etnografia das margens”, isto é, uma descrição dos mundos que são possíveis fora do normal, mas também dos vínculos dessas “margens” com o “centro”.

Para isso, foram realizadas visitas às comunidades e instituições nas ilhas de Santiago e Fogo, com permanência nas comunidades dos Parques Naturais de Serra Malagueta e Fogo, entre os meses de junho a dezembro de 2012. As visitas serviram ainda para estabelecer contatos e coleta de informações junto aos técnicos dos parques e equipes administrativas, para conhecer e compreender em profundidade as políticas da instituição e as políticas públicas compensatórias para as famílias em decorrência das restrições impostas, e junto às associações e ONGs locais.

Um tempo maior de permanência decorreu na Ilha de Santiago, na Cidade da Praia, capital do país, onde estão centralizadas as principais instituições para a gestão da preservação ambiental, tanto nacionais como internacionais e de cooperação, objetivando a aplicação das entrevistas e a pesquisa bibliográfica e/ou documental. As entrevistas foram conseguidas em grande parte na língua materna cabo-verdiana – o crioulo – e depois traduzidas em português. Ao longo da escrita foram preservadas as identidades dos interlocutores com recurso à utilização de nomes fictícios, de forma a preservar a estratégia percebida de alguns atores.

### 1.2.1 Situando o campo de Estudo – Cabo Verde e os Parques Naturais

No meio do Oceano Atlântico e sobre a vertente da plataforma continental africana, situa-se o arquipélago de Cabo Verde (Figura1), composto por dez ilhas e alguns ilhéus.

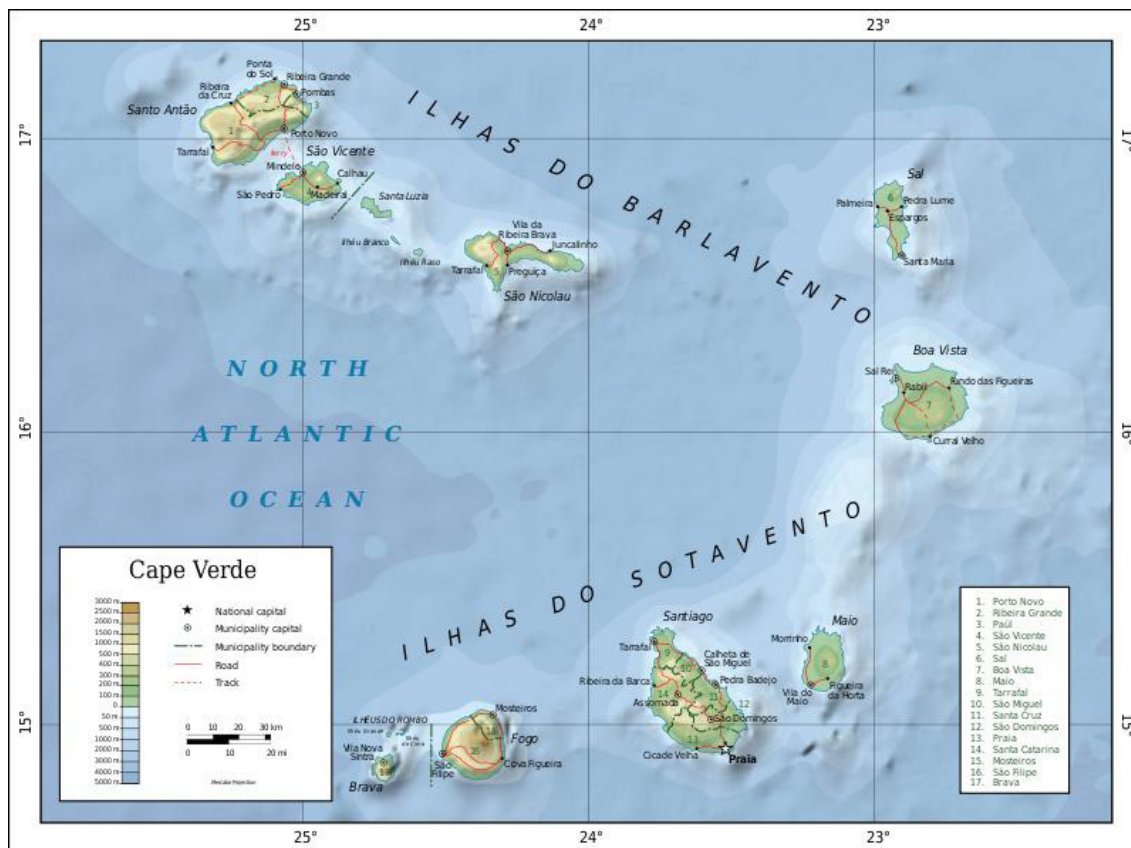
Figura 1 - Mapa Mundi com a localização geográfica de Cabo Verde



Fonte: [www.turim.cv](http://www.turim.cv) (2013).

País insular, de poucos recursos naturais, Cabo Verde é uma pequena nação cuja extensão total se desdobra por 4.033 Km<sup>2</sup>, incluindo todas as ilhas e ilhéus (Fig.2) de origem vulcânica, sendo que a maior de todas é a ilha de Santiago (991 Km<sup>2</sup>) e a menor, a de Santa Luzia (35 Km<sup>2</sup>), sem habitação humana. As ilhas apresentam uma grande diversidade geomorfológica, sendo a Ilha do Fogo a que alberga na sua estrutura o único vulcão ativo, o que lhe deu o nome – o vulcão do Fogo.

Figura 2 - Arquipélago de Cabo Verde com distribuição das ilhas e ilhéus



Fonte: Cabo Verde, DGA/ENAP (2012,p.13).

Cabo Verde possui uma população que, segundo os dados do Censo de 2010 (Tabela 1), é formada por 491.575 indivíduos, em sua maioria jovens (54%), com idade inferior a 24 anos, com 62% da população residindo no meio urbano e 38% no meio rural.

Tabela 1 - Evolução da população cabo-verdiana de 1900 a 2010

Meio de residência/Concelho	Ano								
	1900	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Cabo Verde	143.929	181.740	149.984	199.902	270.999	295.703	341.491	434.625	491.875
Meio Urbano	-	-	-	-	-	-	150.599	234.368	303979
Meio Rural	-	-	-	-	-	-	190.892	200.257	187896
Santo Antão	-	35.977	28.379	33.953	44.623	43.321	43.845	47.170	43.915
Ribeira Grande	-	19.766	15.444	17.246	22.873	22.102	20.851	21.594	18.890
Paúl	-	5.845	5.370	6.024	8.000	7.983	8.121	8.385	6.997
Porto Novo	-	10.366	7.565	10.683	13.750	13.236	14.873	17.191	18.028
São Vicente	-	15.848	19.576	20.705	31.578	41.594	51.277	67.163	76.140
São Nicolau	-	14.846	10.366	13.866	16.308	13.572	13.665	13.661	12.817
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	11465	11556	11.794	7.580
Tarrafal de S. Nicolau	-	-	-	-	-	2107	2109	1.853	5.237
Sal	--	1.121	1.838	2.608	5.505	5.826	7.715	14.816	25.779
Boavista	-	2.779	2.985	3.263	3.569	3.372	3.452	4.209	9.162
Maio	-	2.237	1.924	2.680	3.466	4.098	4.969	6.754	6.952
Santiago	-	77.382	59.397	88.587	128.782	145.957	175.691	236.627	274.044
Tarrafal	-	18.840	13.222	19.140	26.251	24.202	11.626	17.792	18.565
Santa Catarina	-	26.848	19.428	30.207	41.462	41.012	41.584	50.024	43.297
Santa Cruz	-	13.486	9.568	14.368	21.158	22.995	25.892	33.015	26.617
Praia	-	18.208	17.179	24.872	39.911	57.748	71.276	106.348	131.719
São Domingos	-	-	-	-	-	11117	11.526	13.320	13.808
São Miguel	-	-	-	-	-	12349	13.786	16.128	15.648
S. Salvador do Mundo	-	-	-	-	-	8315	9130	9.172	8.677
S. Lourenço dos Órgãos	-	-	-	-	-	6722	7885	7.781	7.388
Ribeira Grande de Santiago	-	-	-	-	-	6321	6527	7713	8.325
Fogo	-	23.022	17.582	25.615	29.412	30.978	33.902	37.421	37071
Mosteiros	-	-	-	-	-	7427	8.331	9.535	9.524
São Filipe	-	-	-	-	-	19851	25.571	27.886	22.248
Santa Catarina do Fogo	-	-	-	-	-	3700	4481	4.796	5.299
Brava	-	8.528	7.937	8.625	7.756	6.985	6.975	6.804	5.995

Fonte: Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística-INE (2010)

Ainda conforme o referido Censo, a Ilha de Santiago, a maior de todas, é a que alberga a maior população e correspondente a 56% do total do país. O crescimento anual da população é estimado em 1,2%. Em 2010, a esperança de vida à nascença foi avaliada em 77 anos para mulheres e 69 anos para os homens.

A taxa de desemprego era de 10,7% em 2010, conforme mostra a Tabela 2, constituindo uma das maiores preocupações entre os jovens, particularmente os que se situam na faixa etária compreendida entre os 15-24 anos, com um desequilíbrio entre homens e mulheres (9,6% para os homens e 12,1% para as mulheres em 2010), que vem se acentuando nos últimos anos, chegando a 18,3% para os homens e 25,5% para mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2012).

**Tabela 2 - Evolução da taxa de desemprego em %, 2000 a 2010**

<b>Sexo / meio</b>	<b>2000</b>	<b>2001*</b>	<b>2002</b>	<b>2003*</b>	<b>2004*</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Homens	66,7		12,6			20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6
Mulheres	110,9		13,2			22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1
Meio urbano	111,1		13,6			25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8
Meio rural	55,4		11,9			16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4
Total	88,6		12,9			21,4	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7

**Fonte:** Cabo Verde - INE 2000; 2001/2002; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010.

A maior fonte de novos empregos continua a ser o setor informal, que até 2009 empregava 18% da população, sendo que hoje se estima que essa percentagem seja ainda maior. O setor de serviços (administração pública) emprega a maioria da força de trabalho, enquanto o setor agrícola (agricultura, silvicultura, pecuária) absorve apenas 12% da força de trabalho total empregada (UNDAF, 2012).

Dada a proporção de famílias chefiadas por mulheres no computo geral (48% em 2010) e, mais particularmente, entre as famílias pobres (56%), as diferenças de gênero se revelam bastante expressivas para eventuais análises. As mulheres continuam sendo muito importantes para o sustento das famílias. Representam 52,5% dos trabalhadores do setor informal e recebem salários inferiores aos dos homens (UNDAF, 2012).

Em termos sociopolíticos e econômicos, considera-se que Cabo Verde é o PALOP das “boas práticas”, ex-colônia de Portugal que

[...] melhor soube caminhar na independência, que mais pacificamente transitou do sistema de partido único para o pluripartidarismo e de uma economia socialista de planejamento central para uma economia de mercado, e país que, em poucas décadas, passou de uma colônia pobre, quase sem recursos naturais e com boa parte dos seus recursos humanos na diáspora para uma situação considerada de desenvolvimento médio em 2008, graças às suas boas performances sociais e econômicas no decorrer dos últimos anos, com indicadores de Desenvolvimento Humano positivos e encorajantes. (REIS, 2010, p.38).

Rogério Amaro, no prefácio da obra *Desenvolvimento em Cabo Verde: as opções estratégicas e o investimento direto português* (REIS, 2010), aponta que essa posição de que Cabo Verde é o PALOP mais bem-sucedido, com melhores experiências de governo, com mais eficaz aproveitamento das ajudas internacionais e com melhores resultados de desenvolvimento, levou muitos investigadores a analisarem com rigor e questionarem tal estatuto adquirido.

No plano político, o país está engajado no processo democrático desde 1991, com a abertura política e o surgimento de novos partidos políticos. O jogo político é, no entanto, tolerável, o que resulta em parte da estabilidade das grandes instituições, da credibilidade do processo democrático e do exercício das liberdades civis e dos direitos políticos. Nesses vinte anos de democracia, realizaram-se cinco eleições legislativas e presidenciais, decorridas não somente em condições regulares, mas principalmente pontuadas pela alternância política que marca a cultura democrática cabo-verdiana.

No plano macroeconômico, o país tem atingido uma das melhores performances do continente africano, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD, 2009). Dados das Nações Unidas (2010) também apontam para progressos em termos sociais, graças a um conhecimento robusto e importantes investimentos em capital humano, antevendo que Cabo Verde deverá atender, em grande parte, aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para 2015. Salienta a mesma fonte que o país caminha no sentido de cumprir a maioria dos ODM até 2015, particularmente no domínio da educação e saúde, e vários dos seus indicadores de desenvolvimento já são exceções na região. A educação primária universal está em níveis de “primeiro mundo”, pois existe uma taxa de

escolaridade de mais de 90%, quando em 1990 era apenas de 72% (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU, 2010).

A evolução da promoção da igualdade de gênero já se vislumbra, embora de forma muito tênue. Os dados de ICIEG (2008) apontavam para 20% de mulheres no executivo, 5,9% na autarquia e 20% no judicial. Em termos de participação política, por exemplo, nos últimos anos registra-se uma paridade no poder executivo, embora no parlamento o aumento da participação de mulheres entre 1990 e 2010 tenha ficado aquém das expectativas (subiu de 11 para 21%) e em nível municipal essa participação seja praticamente inexpressiva, com uma única mulher à frente de uma autarquia na ilha de Santo Antão (UNDAF, 2012).

Deve-se destacar que, apesar das melhorias consideráveis, Cabo Verde continua a enfrentar, segundo os dados da UNDAF (2012) uma vulnerabilidade estrutural da economia: as disparidades regionais, mas também urbano-rurais persistem com maior incidência no domínio da pobreza, acesso à água, à terra cultivável e saneamento. Os desempenhos econômicos de Cabo Verde foram apoiados nos últimos anos, segundo os dados da INE (2012), em uma taxa de crescimento real estimada em 10,8% em 2006, e que continuou além dos 5% desde então. O PIB real per capita aumentou de 902 USD em 1990 para 3.206 dólares em 2008. Mas persistem ainda grandes desafios, nomeadamente a questão da erradicação da pobreza extrema e da fome.

O mais recente mapeamento da pobreza, em 2012, sugere que o crescimento da economia tem continuado a se traduzir na redução da pobreza, baixando a sua taxa de 37% em 2000, para 27% em 2010 (UNDAF, 2012). A pobreza baixou sobretudo em áreas onde o turismo, fonte importante de emprego, encontra-se concentrado. O progresso na redução da pobreza tem sido mais lento nas zonas rurais, onde vivem 72% dos pobres e onde 30% da população vive em pobreza absoluta, em comparação com 12% da população urbana. Tem também variado entre ilhas. As ilhas com maior população rural (Santo Antão, Santiago, São Nicolau e Fogo) têm conhecido as mais elevadas taxas de pobreza e de insegurança alimentar (WORLD BANK-WB, 2013).

Porém, como se nota, há ainda muitas pessoas vivendo na pobreza, situação que atinge sobretudo as mulheres chefes de família, constituindo 33% em nível nacional, sendo que nas áreas rurais a percentagem é de 44%, enquanto nas áreas urbanas é de 13%.

Em termos de paleoclimatologia existem poucos estudos alusivos. O país, segundo Querido (2011), apresenta um cunho marcadamente saheliano, com escassos e irregulares períodos de chuvas, concentrados sobretudo nos meses de agosto, setembro e outubro, intercalados por secas muito intensas e severas, assumindo em determinados momentos da história das ilhas proporções de calamidade. As ilhas, são, desde os primórdios do seu povoamento, em 1462, muito agrestes, com reduzida cobertura vegetal, e castigadas, com frequência, por estiagens que quase sempre provocam fomes devastadoras. Em consequência das mudanças climáticas a precipitação anual tem vindo a flutuar nos últimos tempos.

Na época de chuvas, que ocorre entre agosto e outubro, frequentemente se registram grandes enxurradas, causando destruições sobretudo de moradias familiares, provocando também destruição de terras destinadas à agricultura com grandes prejuízos para os agricultores familiares. Aliás, chegando o período das chuvas, parafraseando Querido (2012) o cabo-verdiano, sobretudo o homem do campo, é confrontado com um dilema constante: se chove, as sementes lançadas à terra germinam e o ano é relativamente farto – de boas águas; se as chuvas são escassas ou falham por completo, as sementes, que com grandes sacrifícios foram lançadas à terra, não germinam e a seca instala-se, tornando-se anos difíceis em termos agrícolas, com grande escassez de água.

Em termos de cobertura vegetal, de acordo com o Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, a área florestal de Cabo Verde é de cerca de 80 mil ha. Em 1990 ela era de 8,7%, e no ano de 2002 passou para 21%. O processo de reflorestamento em Cabo Verde começou principalmente nas regiões altas, como Serra Malagueta, Pico de Antónia em Santiago e na ilha de Santo Antão (MOTA, s/d).

Em contrapartida no que diz respeito à terras cultiváveis de sequeiro e regadio, quase no mesmo período, em 2004, o Recenseamento Geral de Agricultura registou que

“as 35.145 explorações agrícolas familiares que praticam agricultura detêm 443.588 litros do total da área cultivável do país. Desta área, 402.948 litros (90,8%) são terras de sequeiro<sup>8</sup>, 34.755 litros (7,8%) são terras de regadio<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Agricultura de sequeiro – prática agrícola em que as parcelas consagradas a esse fim são cultivadas durante o período das chuvas, a partir de julho. As culturas praticadas são muitas vezes constituídas por milho, feijões e, por vezes, tubérculos e certas árvores (CABO VERDE, RECENSEAMENTO GERAL DE AGRICULTURA - RGA, 2004, p. 15).

e 5.884 litros (1,3%) são terras de regadio e sequeiro. A ilha com maior área agrícola cultivável é a de Santiago com 52,7% do total, seguida da de Sto. Antão com 20,8% e da do Fogo que tem 15,8% do total. As restantes ilhas detêm apenas 10,7% do total da área agrícola cultivável. (CABO VERDE, RECENSEAMENTO GERAL DE AGRICULTURA - RGA 2004, p. 28)

As assimetrias acima apontadas dão conta dos recursos naturais existentes no país e nos fornecem elementos para enquadrarmos os desígnios conservacionistas enquanto prioridade ou não e também na sua forma de execução. Segundo a Direção Geral do Ambiente, Cabo Verde não possui grandes indústrias poluidoras, sendo que um dos maiores problemas ambientais do país está relacionado à prática de agricultura com técnicas tradicionais, com a extração de inertes, apanha de areias nas praias, o pastoreio livre e o corte das árvores, que se registram principalmente nos meios rurais, traduzidas numa elevada pressão antrópica sobre os poucos recursos naturais existentes no país, coadjuvados ainda com a falta de emprego nos grupos mais vulneráveis e que têm resultado em atividades predatórias para o ambiente. Informações de resto constantes, também no Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade de Cabo Verde (2002).

O assegurar da sustentabilidade ambiental, no âmbito do cumprimento das Metas dos Objetivos do Milênio, está também evoluindo devido aos programas e planos traçados por Cabo Verde, mas os desafios ainda persistem. O país, segundo Relatório da ONU (2010), terá que investir mais em energias renováveis, captação de água potável e saneamento. Em termos de desafios, esses são em grande parte resultantes da insularidade e da condição arquipelágica, o que se reflete nos investimentos em termos de produção energética, transportes e áreas de produção, sem contar os baixos recursos hídricos e a salinização progressiva das águas subterrâneas devido às mudanças climáticas. Em termos de conservação ambiental, o país tem evoluído no sentido de atingir as Metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, segundo as informações da Direção Geral do Ambiente, apostando na conservação da biodiversidade. A conservação das espécies em extinção e a criação de áreas protegidas constituem fortes apostas.

---

<sup>9</sup> Agricultura de regadio é praticada nas parcelas que dispõem de água. Essas parcelas estão geralmente situadas nos vales. Cultivam-se ali cana-de-açúcar, banana, tubérculos, legumes, etc. (CABO VERDE, Recenseamento Geral de Agricultura - RGA, 2004, p. 15).

Também se torna fundamental entender Cabo Verde nas suas fragilidades e potencialidades de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento e na sua, por vezes, inesperada capacidade de resiliência às dificuldades e contrariedades que desse estatuto resultam. Para isso, é fundamental conhecer e entender a história do país, nos caminhos percorridos e nas heranças que este foi acumulando ao longo dos tempos, por vezes tão sofridos (secas, emigração), tão dramáticos (fome na década de 1940, que ceifou milhares de ilhéus) e tão desanimadores.

Investigadores como Rogério Amado tem interrogado por que é que Cabo Verde é um país que, em termos culturais é *sui generis*? Porque está situado na encruzilhada entre África, Europa e Américas? Esses desafios, aliados à mudança do estatuto do país e à persistência das vulnerabilidades econômicas, paradoxalmente se unem a outros tantos e novos desafios, quais sejam, o compromisso com Organização Mundial do Comércio (OMC), a parceria especial com a União Europeia e a sua crescente integração na economia global. Esta representa um potencial de crescimento e desenvolvimento para um jovem Estado-nação que só em 1975 conquistou a sua independência em relação a Portugal, estando ainda num processo de consolidação das suas instituições e, conseqüentemente, de amadurecimento.

Desde a independência, os sucessivos governos de Cabo Verde têm apostado em relações de cooperação com parceiros internacionais que têm resultado em projetos de desenvolvimento em variados níveis, sustentados e financiados, em grande parte, pelas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para Alimentação (FAO), o *Millennium Challenge Account* (MCA), o Banco Mundial (BM), dentre outros, apostando no desenvolvimento de vários setores, sobretudo, atualmente, na conservação dos recursos naturais através da criação de áreas protegidas e programas voltados para o desenvolvimento rural.

### **1.2.2 Apresentando os parques naturais de Serra Malagueta e Fogo**

Devido às alterações climáticas globais e aos problemas que envolvem a falta de água, a erosão do solo e o saneamento, Cabo Verde através da Direção Geral do

Ambiente tem apresentado ações para a implementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais, através da criação de espaços verdes e áreas protegidas, promovendo igualmente uma maior conscientização e sensibilização da sociedade na mitigação dos problemas ambientais.

Segundo a análise dos dados recolhidos, os escritos (documentos) e os ditos (falas dos nossos entrevistados), através da análise dos discursos, que o engajamento político do governo de Cabo Verde e as políticas governamentais realizadas para a promoção do desenvolvimento ambiental sustentável tiveram como consequência a ratificação de várias convenções internacionais (sobre biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação), a assinatura de alguns protocolos e a execução destes no território nacional como forma de responder os compromissos assumidos. Informações reforçadas pela Coordenação Nacional de Projeto de Consolidação de Áreas Protegidas de Cabo Verde, confirmando que o projeto de áreas protegidas é uma iniciativa do governo e parte da assinatura das convenções que exige que se cumpram determinados compromissos, de entre os quais a criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas. “Conservar os recursos naturais de acordo com os princípios de sustentabilidade ambiental se afigura de suprainportância para o alcance dos objetivos da conservação”, assinala aquela coordenação.

Assim, através da análise documental, em 2003, a partir do Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de fevereiro, o governo de Cabo Verde estabeleceu o Regime Jurídico de Áreas Protegidas (RJAP), que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), integrando 47 espaços protegidos em todas as ilhas do arquipélago indicados no Quadro 1, incluindo parques e reservas naturais, paisagens protegidas, reservas integradas e monumentos naturais, que ocupam 15% (632,09 km<sup>2</sup>) da superfície total do país (4.033 km<sup>2</sup>) conforme constam do anexo final do Decreto lei nº3/2003.

**Quadro 1 - Rede Nacional de Áreas Protegidas em todas as Ilhas de Cabo Verde**

<b>Ilha</b>	<b>Espaço Natural</b>	<b>Categoria</b>
Santo Antão	Marroços Cova/Ribeira Paúl/Torre Cruzinha Pombas Tope de Coroa	Parque Natural Parque Natural Reserva Natural Paisagem Protegida Parque Natural
São Vicente	Monte Verde	Parque Natural
Santa Luzia	Santa Luzia	Reserva Natural
Ilhéus Branco e Raso	Ilhéus Branco e Raso	Reserva Integral
S. Nicolau	Monte do Alto das Cabeças	Reserva Natural
Sal	Salinas de Pedra Lume e Cagarral Monte Grande Rabo de Junco Baía da Murdeira Costa da Fragata Serra Negra Burracona-Ragona Salinas de Santa Maria Morrinho do Filho Ponta de Sino Morrinho do Açúcar	Paisagem Protegida Paisagem Protegida Reserva Natural Reserva Natural Marinha Reserva Natural Reserva Natural Paisagem Protegida Paisagem Protegida Monumento Natural Reserva Natural Monumento Natural
Maio	Terras Salgadas Casas Velhas Barareiro e Figueira Lagoa Cimidor Praia do Morro Salinas de Porto Inglês Monte Penoso e Monte Branco Monte Santo António	Reserva Natural Reserva Natural Parque Natural Reserva Natural Reserva Natural Paisagem Protegida Paisagem Protegida Paisagem Protegida
Boa Vista	Boa Esperança Ilhéu da Baluarte Ilhéu dos Pássaros Ilhéu de Curral Velho Ponta do Sol Tartaruga Parque Natural do Norte Monte Caçador de Pico Forçado Morro de Areia Curral Velho Monte Santo António Ilhéu de Sal-Rei Monte Estância Rocha Estância	Reserva Natural Reserva Natural Integral Reserva Natural Integral Reserva Natural Integral Reserva Natural Reserva Natural Parque Natural Paisagem Protegida Reserva Natural Paisagem Protegida Monumento Natural Monumento Natural Monumento Natural Monumento Natural
Santiago	Serra da Malagueta Serra do Pico de Antónia	Parque Natural Parque Natural
Fogo	Bordeira Chã das Caldeiras e Pico Novo	Parque Natural Parque Natural
Ilhéus do Rombo	Ilhéus do Rombo	Reserva Integral
Total	47	

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados de Cabo Verde (2003).

Esta rede, inicialmente constituída por 47 espaços protegidos, pode sofrer alterações, podendo estes espaços ser desclassificados em caso de extinção de

espécies endémicas a que se propõe preservar ou no caso de identificação de outros espaços que se justifique importante para os objetivos da conservação, avança aquele coordenador nacional.

A integração de dois parques naturais Serra Malagueta e Fogo nesta tese se deve justamente à realização de uma investigação empírica de um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto específico (GIL, 2007) e que nos permite conhecer, em profundidade, o como e o porquê de uma determinada realidade que se supõe ser única, em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e se ela não poderia ser alternativamente substituída por outras modalidades.

Dos documentos analisados, dentre os três parques definidos no país e em funcionamento (Monte Gordo, Serra Malagueta e Fogo), contata-se que, por ser o Parque Natural de Serra Malagueta o primeiro dentre os 47 espaços declarados a ser criado em Cabo Verde no âmbito das Políticas de Preservação Ambiental, os outros são replicados *mutatis mutandis*, passando a submeter-se desse modo às leis ambientais adotadas no país, constituindo casos emblemáticos de como vêm sendo construídas as relações entre o Estado, as interfaces com os moradores e o processo de mediação em curso, em áreas que passaram a ser ou que vão ser protegidas pela sua importância em termos de biodiversidade. Pois, segundo o Programa Estratégico do GEF para a África Ocidental – SPWA Sub-Componente Biodiversidade (2010)

A biodiversidade terrestre endémica de Cabo Verde é bem distribuída por todas as ilhas. Os factores determinantes mais importantes são o tamanho da ilha, a diversidade do clima e o relevo geográfico e, portanto, os nichos ecológicos. Santo Antão é a ilha mais rica em termos de endemismo, com 46 espécies (das quais 11 espécies são exclusivas da ilha), seguido por São Nicolau, com 44 (com 7 espécies exclusivas da ilha), Santiago com 36, Fogo com 35, São Vicente com 34, Brava com 24, Boavista com 14, Sal com 13, Santa Luzia com 12 e Maio com 10 espécies. Em todas as ilhas há uma variedade de plantas medicinais, tanto nativas como exóticas. Estas plantas são amplamente utilizadas pelas populações rurais; por exemplo, a planta endémica *Micromeria forbesii*, que é conhecida e utilizada pelas populações rurais em diversas áreas como um chá de ervas (p.7)

Apoiados e financiados pela GEF, seu grande financiador, pelo Estado de Cabo Verde e pela PNUD, os projetos Áreas Protegidas, cujo objetivo é preservar a fauna e a flora terrestre e marinha obtiveram um grande recurso. Num primeiro momento, 2004-2008, o financiamento foi de 6.186.900USD e abarcou os parques naturais de

Serra Malagueta em Santiago e Monte Gordo em São Nicolau, objetivando a conservação da biodiversidade, sobretudo terrestre. Este projeto, segundo a Coordenação do Projeto de Consolidação das Áreas Protegidas de Cabo Verde, não contemplou o Parque de Fogo que recebeu financiamento da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) em 2009. Já, o segundo projeto denominado Projeto de Consolidação de Áreas Protegidas de Cabo Verde, orçamentado em 4.183.000 USD, tem também o GEF como maior financiador de projetos com impacto global, planeado para um horizonte de 2013-2022 e abarca a criação de áreas marinhas que até agora em termos de proteção possui 0% de espaço, assim como as áreas protegidas nas ilhas de Boavista, Maio, Sal e entre outros. Um déficit que a Direção Geral do Ambiente vai procurar colmatar com este projeto, segundo consta na Estratégia Nacional das Áreas Protegidas-2013-2022 (ENAP) da Direção Geral do Ambiente de 2012. Neste sentido e segundo consta então no referido documento, até agora apenas três áreas protegidas da RNAP foram efetivamente operacionalizadas através do apoio ao Governo de Cabo Verde, Projecto de Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes (PAPFI) e de um projeto de GTZ. As 3 APs juntos representam 2,5% da superfície terrestre de Cabo Verde, sendo que o objetivo da conservação estabelecido com a CBD é de 17% da área terrestre do país a ser incluída na RNAP, significando que de momento falta operacionalizar cerca de 15% da superfície pretendida pelos compromissos assumidos. (CABO VERDE, ESTRATÉGIA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - ENAP, 2012, p.30).

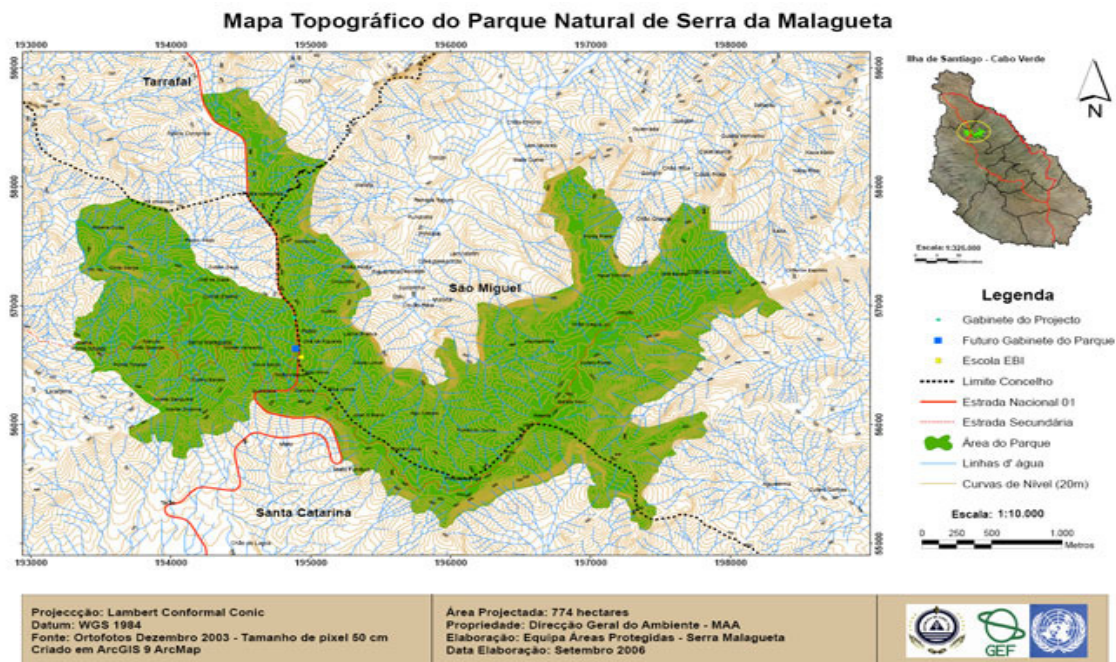
#### **1.2.2.1 O Parque Natural de Serra Malagueta – Ilha de Santiago**

A Serra Malagueta, declarada Parque Natural em 2003 pelo Decreto 3/2003 de 24 de fevereiro, é o primeiro parque natural de Cabo Verde, inaugurado pelo governo, em dezembro de 2008. A Serra é um maciço montanhoso situado na parte Norte da Ilha, de Santiago, alongado no sentido E-W, com a maior parte orientada no sentido N-NE, quando se avança no sentido Norte da ilha, ficando uma pequena franja orientada a NW (CABO VERDE, DECRETO LEI - DL, nº3, 2003, p. 4-5).

O parque abrange territórios de três concelhos: Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel e ocupa uma superfície de 1200 (há), representando 4% da Rede Nacional de

Áreas Protegidas, segundo os dados do Relatório Final da Análise Territorial e Zoneamento das Áreas Protegidas (2012). O seu ponto mais elevado com 1.064 metros de altitude lhe deu o nome de Serra. A área contém o maior número de plantas endêmicas da Ilha de Santiago (26), das quais 14 estão classificadas como ameaçadas.

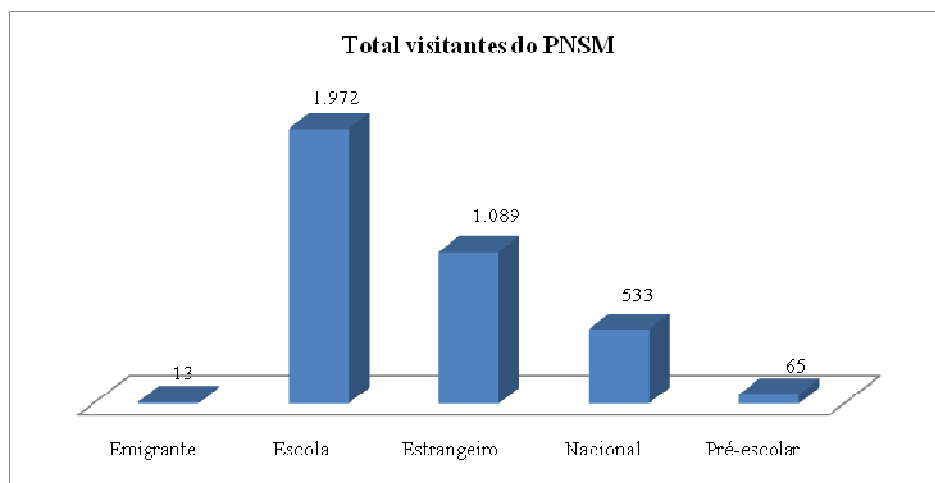
**Figura 3 - Mapa Topográfico do Parque Natural de Serra de Malagueta Malagueta**



**Fonte:** Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente (2010).

O seu território abrange áreas de três municípios (Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal) localizados na Ilha de Santiago (Figura 4), apresentando assim uma localização estratégica privilegiada não só para o setor turístico (ecoturismo), conforme explicou a técnica da área do ecoturismo do parque, como também para a educação ambiental e como centro de pesquisa e investigação como componentes fundamentais do sua constituição.



**Gráfico 1 - Total de visitantes do Parque Natural de Serra Malagueta em 2012**

**Fonte:** Cabo Verde, Direção do PNSM (2012)

Segundo os dados recolhidos junto à direção do parque em dezembro de 2010, aquando do nosso regresso para fazer uma pesquisa exploratória, com vista a preparação para o Seminário de Projeto de Pesquisa, a direção do parque apontava para a existência de cerca de 200 residentes dentro do parque, dados recolhidos em 2005, para efeito de estudo diagnóstico aquando da implementação do parque, necessitando hoje da sua atualização, através da realização de um novo inquérito para avaliar a dinâmica populacional naquele parque. Com relação a zona de seu amortecimento estima-se ser muito maior, aproximando aos 2.700 habitantes, com maior percentual no Concelho de São Miguel nas zonas de São Miguel, Chacha e Gongom. que, direta ou indiretamente, vivem em conexão com o espaço, dedicando-se a atividades econômicas como a agricultura de sequeiro e regadio, e com uma forte tradição do cultivo de batata doce e da pecuária. Contudo, os dados avançados, principalmente no que tange ao número da população local precisam ser atualizados. Sendo de 2005 dificultam uma análise sobre a evolução ou não da população residente, e aquilatar sobretudo uma análise sobre o exôdo rural do qual existem já sinais que permitem afirmar que a população de Serra Malagueta vem diminuindo, sobretudo na comunidade de Cural de Asnos.

### 1.2.2.2 O Parque Natural do Fogo

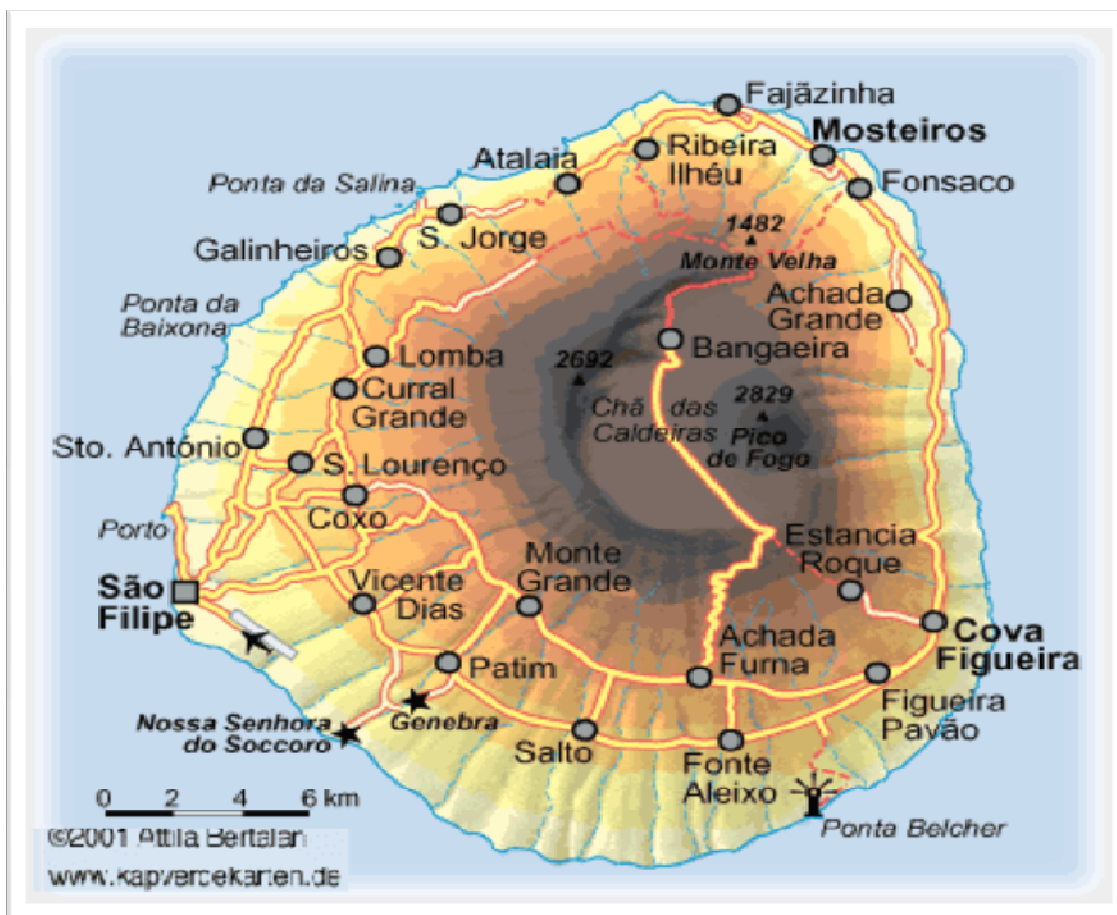
À semelhança do Parque Natural de Serra Malagueta, na Ilha do Fogo, foi implementado o denominado Parque Natural do Fogo, em 2009, tendo em conta a sua localização na área do vulcão (Figura 5).

Segundo o Plano de Gestão do Parque Natural do Fogo, este

“representa a amostra mais significativa dos ecossistemas húmidos da montanha da ilha e comporta um dos mais importantes ecossistemas de fruticultura de sequeiro de Cabo Verde”, (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF 2009, p.21).

O seu território abrange desde os estratos bioclimáticos semi-áridos, os sub-húmidos a nor-nordeste até o cume do vulcão. A ilha é considerada a mais montanhosa do país, com uma altitude de 2.829. Ainda, segundo o mesmo documento, com uma vasta área de 8.469 (há), “o parque situa-se na confluência de três Municípios: S. Filipe (1.861 ha: 22% do Parque), Santa Catarina (4.237 ha: 50% do Parque) e Mosteiros (2.370 ha: 28% do Parque)” e se apresenta como a maior área protegida do país. (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO-PGPF, 2009, p.23).

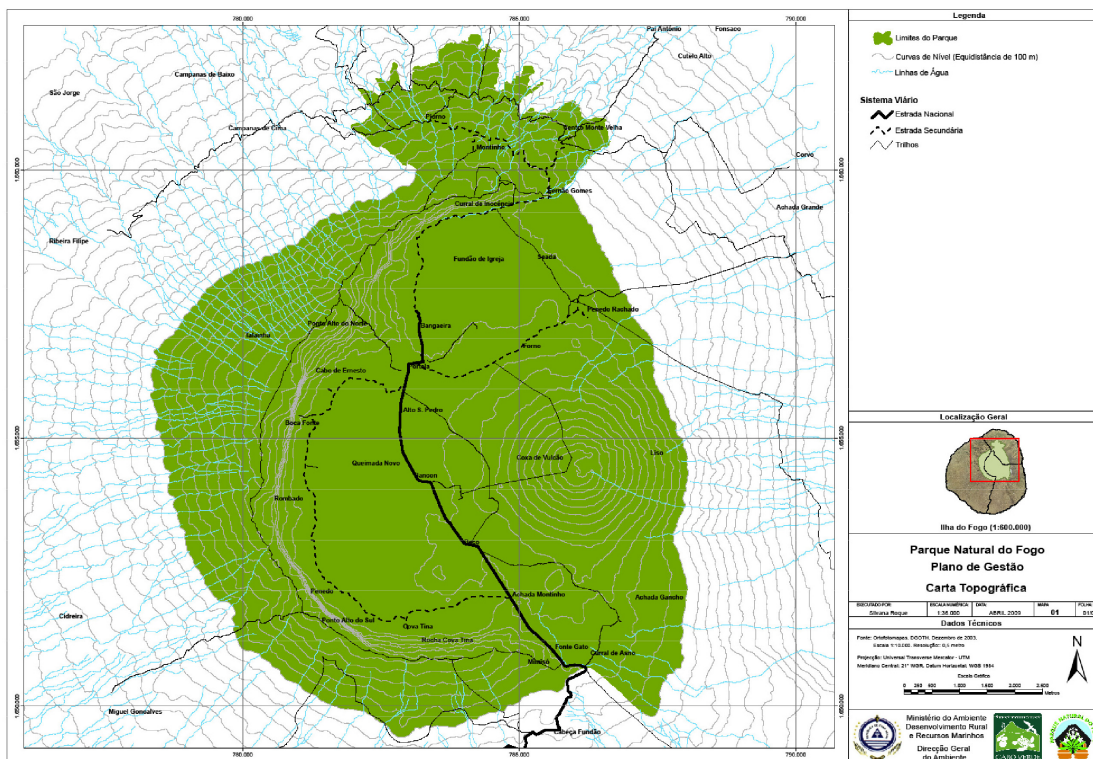
Figura 5 - Mapa da ilha do Fogo



Fonte: www.turim.cv (2013).

A semelhança do Parque Natural de Serra Malagueta, o Parque Natural do Fogo também foi criado pelo Decreto-Lei n.º3/2003, de 24 de Fevereiro. Ocupa a parte central da ilha do Fogo e sua delimitação conforme aparece no Mapa topográfico, (Figura 6) foi aprovada em Conselho de Ministros pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2008, de 2 de Junho. (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF, 2009).

Figura 6 - Mapa topográfico do Parque de Fogo



Fonte: Cabo Verde, DGA, PGPF (2009, p.24)

Conforme se pode visualizar na figura 6, de acordo com o Projeto de Consolidação de Áreas Protegidas, fase I,

A área circunda a cratera do vulcão Pico do Fogo. A flora nativa inclui 31 espécies endémicas (84% dos endemismos da ilha), sendo que cinco são encontradas quase exclusivamente em Bordeira e na área da cratera (*Echium Vulcanorum*, *Erysimum caboverdeanum*, *Tornabenea tenuissima*, *Verbascum cystolithicum* e *Diplotaxis hirta*). A fauna nativa é representada pelo *Falco tinnunculus*, *Apus alexandri*, *Pterodroma feae*, *Corvus ruficollis*, *Passer hispaniolensis*, *Sylvia atricapilla* e *Mabuya fogoensis fogoensis*. 48% destas espécies estão na Lista Vermelha de Cabo Verde. Semelhante ao Monte Gordo, Chã das Caldeiras recebe geada durante os meses de inverno. Há cerca de 3000 pessoas que vivem dentro e ao redor da AP. A vegetação nativa, o solo e a qualidade da água da região estão ameaçadas pela pastagem excessiva e a apanha de lenha, e a sobre exploração de nascentes naturais (CABO VERDE, PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS, FASE I - PRODOC, 2009,p.24).

Especificamente, sobre as espécies a preservar e que levou a sua definição enquanto parque, de acordo com o PGPF,

No Parque, encontram-se diferentes tipos de habitats devido à diversidade de altitude e de microclima. Ele abriga uma grande variedade de plantas (103 espécies), aves (11 espécies), mamífero (3 espécies), répteis (2 espécies) e invertebrados (78) que foram investigados e/ou referenciados em documentos até o momento. Com um total de 37 espécies de plantas endémicas, das quais 5 são endemismos locais, o Parque é um dos espaços mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde. Também com as suas 5 espécies/subespécies de aves endémicas de interesse para conservação global, o Parque Natural do Fogo pode ser classificado como uma área importante de aves (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF, 2009, p.26).

Em termos populacionais, segundo os dados do referido plano

“[...] a ilha alberga cerca de 37.355 habitantes, distribuídos por 7.521 agregados familiares. Cerca de 78% da população vive no campo, com uma economia frágil, dependendo essencialmente das actividades agropecuárias de subsistência, das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e da remessa dos emigrantes [...] a população rural encontra-se concentrada em cerca de “305 localidades rurais dispersas, agrupadas em 45 zonas. A população é maioritariamente jovem, representando esta franja cerca de 60,6% do estrato populacional com idade inferior a 25 anos” (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF, 2009, p. 26, 55).

Quanto aos agregados familiares chefiados por mulheres o mesmo instrumento com base no Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB 2007), confirma que “cerca de 41,8% dos agregados familiares são chefiados por mulheres, o que demonstra a fragilidade do sistema familiar, com todas as consequências sociais” (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF PGPF, 2009, p.55).

A pobreza e o acesso a água potável, segundo o PGPF, constituem ainda um fenómeno preocupante para a ilha, atingindo cerca de 40% da população.

“A população rural, destacando as mulheres chefes de família e as famílias numerosas são as mais atingidas por este fenómeno. Segundo o QUIBB 2007, apenas 37% dos agregados familiares têm acesso à água através da rede pública domiciliária. Os restantes 63% dos agregados familiares abastecem a partir de chafarizes, água auto-transportada, cisternas familiares e públicas, ou ainda através de água canalizada a partir das moradias dos vizinhos. No meio rural a situação é mais crítica, pois apenas 19,7% das famílias tinham água canalizada em casa no ano de 2000 (CABO VERDE, PLANO DE GESTÃO DO PARQUE DE FOGO - PGPF PGPF, 2009, p.55)

Das atividades mais praticadas na ilha e no parque, o plano destaca que a agricultura, a pecuária, mais concretamente a caprinicultura, são mais

preponderante, à semelhança do Parque Natural de Serra Malagueta, sendo práticas típicas em todo o arquipélago.

Apresentados os dois parques importa salientar algumas semelhanças percebidas, resultantes das informações recolhidas, da análise documental e da nossa observação em campo.

Verificamos que as semelhanças residem sobretudo na sua filosofia criadora, com Serra Malagueta a entrar em funcionamento em primeira mão. Ou seja, os dois parques representam a materialização dos compromissos que Cabo Verde firmou com a CBD quando assinou e ratificou a Convenção sobre Biodiversidade em 1994 e se enquadram dentro do Projeto Áreas Protegidas de Cabo Verde, derivado da Lei de Bases da Política Nacional do Ambiente e do Decreto Lei de 2003 que definiu as categorias de áreas protegidas.

Portanto, Serra Malagueta como Fogo, foram criados para responder os objetivos da conservação de fauna e flora, no sentido de evitar a extinção de espécies endémicas que do ponto de vista da biodiversidade se apresentam de grande relevância para a conservação.

Outra semelhança reside no fato de antes de serem categorizados como áreas protegidas já eram definidas como perímetros florestais desde período colonial. Tanto é que em termos de segurança, os antigos guardas florestais formados para vigiar os perímetros e protegê-los das ações humanas, principalmente do corte das árvores, continuam a partilhar os serviços com a gestão dos parques, apesar de alguns conflitos que se registram em termos de aceitação e do cumprimento das normas institucionais. O fato de os dois parques se situar nos territórios rurais, albergando no seu meio uma percentagem considerável de população rural que se queixa dos mesmos constrangimentos em termos de restrições de atividades, sobretudo agrícolas e de pecuária, constitui também, a nosso ver, uma semelhança relevante.

Neste ponto, os moradores se têm queixado com relação a essas proibições derivados dos propósitos da conservação e impostas pelos agentes de gestão em representação ao Estado. O que tem gerado conflitos entre a população local e a administração do parque. Sendo zonas rurais marcadas pela pobreza, em que a população sobrevivia dos recursos da terra, percebe-se que os moradores, apesar de terem a consciência de que hoje, deve-se preservar o meio ambiente, questionam até que ponto é justo e pertinente investir em parques, proteger

espécies animais e vegetais quando várias famílias têm permanecido na penúria por falta de emprego ou de subsídios do governo.

Observamos que os moradores dos dois parques para além da prática agrícola, da pecuária com o seu aproveitamento na produção e comercialização de queijo, a produção de vinho para o mercado nacional e internacional, o artesanato constantes nos planos de gestão dos parques, e observados no terreno, as famílias vem abraçando outras atividades de conversão geradoras de rendimento no sentido de colmatar as limitações impostas pelos parques tendo em conta que o Estado não consegue responder a todas as demandas.

A administração do parque tem tentado desenvolver políticas de “puxão”, defendido pelo Terborgh (2002) no sentido de atrair a população para a permanência no local, mas na prática a sustentabilidade das ações tanto da administração local como do Estado são incipientes, o que empurra os habitantes na busca de incentivos que ajustem e respondam as suas necessidades.

A partir da apresentação desses parques instituídos em diferentes ilhas de Cabo Verde, o Estado sustenta suas políticas de preservação do meio ambiente como sendo uma das prioridades na sua agenda. Diante das fraquezas institucionais e das dificuldades das práticas de gestão ambiental que se registram e apesar do Estado se apresentar como uma entidade preocupada com problemática, a criação de parques não constitui uma medida determinante na resolução dos problemas ambientais, que ainda se registram. Aliás, os modelos de conservação ambiental que vem sendo instituído nas ilhas são mais produtos de imposição de agendas internacionais derivados, sobretudo da GEF do que pequenos desafios estruturais ambientais nacionais.

As políticas públicas de conservação ambiental adotadas pelo Estado de Cabo Verde se enquadram na perspectiva de gestão de áreas protegidas com presença humana, pressupondo com isto a assimilação da população local ao mundo exterior e a internalização do *ethos* preservacionista através da valorização instrumental de suas práticas e saberes. Na pesquisa de campo feita durante os anos de 2010/12 nos dois parques – Parque Natural de Serra Malagueta e do Fogo, observou-se que, na prática, a situação ganha outro contorno.

Por um lado, a demarcação das áreas protegidas pelos órgãos estatais restringe a atividade econômica, limitando as possibilidades de reprodução socioeconômica das famílias; por outro, o Estado não tem apresentado alternativas

viáveis geradoras de renda para as comunidades que outrora tinham no espaço de seus assentamentos o seu sustento. Por trás dessa gestão de conservação com a presença humana, parece existir uma “política de empurrão” (TERBORGH, 2002) que se traduz na migração “voluntária” de jovens que parecem encarar “o modo antigo de vida” como um anacronismo sem esperança, na expectativa de encontrarem nos centros urbanos, melhor educação e mais emprego.

Informações corroboradas pelos técnicos do Parque de Serra Malagueta de que denunciam o êxodo rural que afeta aquela comunidade do parque, sendo que a localidade de Cural dos Asnos donde um dos técnicos é natural, encontra-se completamente desabitada, principalmente porque no período das chuvas os problemas de deslocamento são gritantes, acrescidos da falta de comunicação móvel, luz elétrica e água canalizada que exige deslocamentos acrescidos da população. Nesse sentido, é de se questionar a eficácia das políticas públicas direcionadas a essas comunidades quando tais políticas, em vez de intensificar o processo de “puxão”, excluem de forma indireta os moradores das suas terras.

## **2 ESTADOS PÓS-COLONIAIS E “AMBIENTALIZAÇÃO” DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁFRICA: AGENDAS, DILEMAS E EXTROVERSÕES**

Este capítulo procura, a partir de um campo específico que é o dos Estados Pós-coloniais no Sul, teorizar sobre a ação pública desses atores e demonstrar tanto a sua veia rizomática como a sua ação prática, através de “Políticas de Ventre”. Assim, o ônus da discussão recai sobre a importação de modelos em matéria de governação, a dependência e a continuidade de práticas impositivas e neocoloniais por parte desses Estados. Traz-se ainda para análise as influências e as pressões das instituições internacionais de financiamento sobre os Estados Pós-coloniais na África em matéria de adoção e implementação de políticas de conservação ambiental. Nesse sentido, a discussão será norteadada a partir da ideia de uma hegemonia da extroversão de políticas ambientais nos Estados africanos pós-independência, partindo da análise do “paradigma do jugo”, sobretudo da imposição do Norte sobre o Sul. Traçadas assim as balizas, as reflexões ocorrerão sempre em torno da categoria analítica Estados Pós-coloniais e as suas elites, visto serem destas a incumbência, se não da concepção, pelo menos da mediação e execução da “ambientalização” de políticas públicas.

### **2.1 ESTADOS PÓS-COLONIAIS NA ÁFRICA E POLÍTICAS DE EXTROVERSÃO**

Refletir e escrever sobre a África constitui um grande desafio para qualquer investigador, mesmo aqueles cuja proveniência geográfica se inscreve nesse continente. Afinal, o que enforma o vasto continente africano é a complexidade e a multiplicidade da sua realidade, a qual, ao longo do tempo, vários autores têm tentado caracterizar. Um exercício instigante e desafiador, na medida em que dificilmente se poderiam tecer profundas considerações sobre a África contemporânea ou sobre as experiências africanas em contextos limitados, seja através de artigos, dissertações ou até mesmo em capítulos de tese, como aqui se propõe. A diversidade de experiências do continente faz com que a África seja, nas

palavras do antropólogo James Ferguson<sup>10</sup> (2006, apud OLIVEIRA, 2009, p.94), uma categoria importante, através da qual são estruturadas mundividências, uma categoria constituída de um modo histórico e social, mas nem por isso menos “real” (FERGUSON, 2006).

Existem ainda muitos preconceitos a respeito da África, e entre eles incluem-se as noções acerca do Estado, das religiões e das etnias. Ideias formadas, segundo Bellucci, por

[...] juízos e ciências apressadas ou bolsos interessados, que posteriormente navegam entre intelectuais e pessoas comuns, fomentam comparações do que lá se vê e lá se faz com a realidade ocidental ou analisam as sociedades africanas a partir dos modelos de sociedades ocidentais. Uma prática que conduziu à estigmatização dos Estados africanos ao longo dos tempos, já que, ao se afirmar que esses Estados foram constituídos pelo direito colonial, lhes foi imposto o rótulo de “externos”, “quase Estados”, “artificiais” ou “pseudoestados”.(BELLUCCI 2010, p. 58)

Essa visão é largamente criticada atualmente por muitos acadêmicos que em seus estudos demonstraram a complexidade dos Estados africanos. Dentre eles, Jean-François Bayart (2008) p. 32), que propôs uma historicidade de Estado na África construída a partir das tradições estatais pré-coloniais e da experiência colonial. O Estado africano atual recebe

[...] influências tanto do colonialismo quanto dos reinos e impérios pré-coloniais, e baseia-se tanto nas leis do Estado de direito como em tradições políticas ancestrais, bem como se aproxima e se afasta das religiões, constituindo-se numa instituição complexa de ser gerida e compreendida. (JEAN-FRANÇOIS BAYART, 2008, p. 32),

É caso para se afirmar que mediante essas pesadas heranças a tão almejada ruptura com práticas opressoras e instituições alheias ao contexto das populações autóctones ficou comprometida. Quando profundamente se observam as práticas pós-coloniais, a continuidade em algumas matérias, mormente no campo institucional, parecem evidentes.

Nesse sentido, e ancorada nas ideias de Bellucci (2010) a compreensão do Estado africano pode ser encontrada em seu interior (sobretudo na forma como no

---

<sup>10</sup> FERGUSON, J. Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order (Durham: Duke University Press, 2006), p.6-7.

seu bojo transporta resquícios do passado) e nas suas conexões com o mundo exterior, em seus aspectos institucionais de poder, dos órgãos centrais de decisão, nos governantes e administradores, nas instâncias de negociação e compromissos, nas políticas públicas, permeadas todas por valores tradicionais e modernos. A África é ainda considerada um grande desafio, e a compreensão dos seus Estados depende de vários aspectos, tanto no plano nacional como internacional.

A independência dos Estados africanos, ocorrida em grande parte a partir da década de 50 do século XX, e a integração destes à Organização das Nações Unidas (ONU) como membros da sociedade internacional de Estados soberanos, constitui uma reviravolta na vida política dos africanos. A participação na ONU determinou juridicamente o reconhecimento dos recém-Estados africanos como Estados soberanos por parte de outros Estados membros, contribuiu para o fim do monopólio na condução das relações internacionais por parte das grandes potências e permitiu que os Estados africanos fossem aceitos com todas as prerrogativas formais dos outros Estados, incluindo, sobretudo, o assento obrigatório na ONU, supostamente podendo, a partir de então, utilizar as suas vezes e vozes. Um reconhecimento baseado em novos pressupostos jurídicos que derrubaram os anteriores, os quais postulavam que a viabilidade do Estado se media por sua capacidade de governação, defesa e extração fiscal (OLIVEIRA, 2009).

Essa mudança de paradigma, para autores como Oliveira (2009) e Fage (2010), é importante para compreender a questionada viabilidade dos Estados Africanos Pós-coloniais, muitos deles desprovidos de recursos na época da independência e com uma dimensão territorial muito pequena, como é o caso de Cabo Verde. Esse país, por exemplo, nas vésperas da sua independência nos anos 70 do século XX, foi considerado pelo FMI como um Estado inviável, o que deixava antever reticências várias sobre o *day after* independência.

Porém, tais situações não impediram que as superpotências, no contexto da Guerra Fria em que viviam, se preocupassem com o rumo que esses novos Estados poderiam tomar (HUNTINGTON, 1975), em especial os EUA, que temiam que os países recém-livres caíssem nas garras do socialismo. Nesses termos, houve toda uma gama de estudos e propostas no sentido de qual seria a melhor via de desenvolvimento que esses Estados poderiam adotar. Nesse contexto, a lógica desenvolvimentista, ou a via da modernização, foi o receituário que mais se aconselhou. Assim deve ser entendido todo o apoio sob a forma de ajuda pública ao

desenvolvimento (APD) e/ou rendas geoestratégicas para compensar aliados em diversas conjunturas históricas internacionais.

Contudo, importa ressaltar aqui que, de lá para cá, propagou-se a ideia, por um conjunto de elite, não necessariamente apenas do Sul, de que o fim do colonialismo político não significou o fim de todas as outras formas de relação colonial. Nesse sentido, e como advoga Boaventura de Sousa Santos (2004), a expansão colonial não se limitou apenas aos campos econômico e político, e muito menos terminou com o fim dos impérios coloniais.

[...] a ciência moderna progressivamente ao serviço do desenvolvimento capitalista consolida a sua primazia epistemológica. Ou seja, as duas zonas de contato, entre a modernidade ocidental e as sociedades não ocidentais, a zona colonial e a zona epistemológica, ambas caracterizadas por desigualdades drásticas de poder foram progressivamente transformando uma na outra – um processo de fusão que contribui precisamente para que o colonialismo como relação social sobrevivesse ao colonialismo como relação política. (SANTOS, 2006, p. 29)

Perspectivada dessa forma, parece interessante postular sobre a possibilidade de que também na contemporaneidade africana subsistam efeitos do colonialismo e da racionalidade hegemônica configurados nos modelos de desenvolvimento econômico e político que incitam o investigador a analisar e a debater na perspectiva pós-colonial e pós-imperial.

Entenda-se, nesse sentido, o pós-colonialismo como

[...] um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implementação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais que têm em comum darem a primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (SANTOS, 2004, p. 8)

Este campo de reflexão vem se autonomizando, ganhando o epíteto de estudos culturais, sobretudo com trabalhos de intelectuais, na maioria do Leste e do Sul, como Appiah (1997), Bhabha (1998), Hall (2003), Mingolo (2003), Said (2001), Dussel (1998), Glissant (1997), empenhados em desconstruir os espaços outrora colonizados, sobretudo nos seus resquícios.

Diante desse pressuposto e num período em que se assiste à afirmação do pós-colonialismo enquanto corrente de análise, a tarefa de tentar identificar marcas de colonialidade e de racionalidade hegemônica ocidental na contemporaneidade

africana, sobretudo na sua forma de “relação social e política” através de importação de modelos de gestão e administração do Estado, constitui um dos desafios desta tese.

Ressalta-se, desse modo, que se as jovens nações independentes conseguiram trilhar caminhos para pôr fim ao colonialismo e orientar o seu próprio desenvolvimento econômico, neste último campo, apesar de terem experimentado modelos vários, o resultado em muitas delas tem sido catastrófico, na justa medida em que adotaram modelos de desenvolvimento falhados, herdados e impostos pelas ex-metrópoles. Modelos esses posteriormente colmatados com o desenvolvimento de instrumentos de inserção das antigas colônias nas políticas globais e da criação de instituições internacionais com orientações prescritivas, tais “[...] como aquelas emanadas do Consenso de Washington<sup>11</sup>, cujo fito era redesenhar o quadro da rebeldia da periferia” (VARELA, 2007, p.27), visto que teimavam em manter-se no mesmo patamar de subdesenvolvidos.

Porém, a questão do mimetismo das instituições políticas africanas enquanto chave de análise da natureza dos regimes africanos – *copier-coller* – tomada para efetuar uma justificação da situação política do presente, vem perdendo força com o decorrer dos anos, e é compreensível, à medida que se distancia do período colonial. Daí que as grades de análises que pretendem por este prisma aquilatar problemáticas que afetam a região que se pensam ser tributárias de um neocolonialismo, como defende Jean Gaudusson (2009, p. 47), “[...] on peut pas ignorer les limites d’une analyse faisant du mimétisme la pierre angulaire des démocraties africaines alors qu’il n’en est que le trompe-l’oeil.”

---

<sup>11</sup> É um termo criado pelo economista John Williamson em 1989 quando escreveu uma lista de recomendações aos países dispostos a reformar suas economias. É tido como um receituário neoliberal para os países emergentes na década de 90. Nesta época, criou-se a impressão de que havia um grupo de medidas a serem tomadas no campo da economia que valeriam para o crescimento e desenvolvimento de todos os países. Estas ideias foram implementadas e adoptadas por muito tempo sem serem contestadas. A imposição deste consenso hegemónico tem criado muitos problemas, quanto mais não seja porque se trata de um modelo monolítico a ser aplicado em sociedades e realidades muito distintas. Hoje, depois de alguns fracassos decorrentes da implementação destas políticas, sobretudo no continente africano e nalguns países da América Latina, o Consenso é muito questionado. A propagação do termo criada em 1989 foi facilitada pela queda do bloco socialista, época em que havia percepção de boa parte dos países que seguiam o planeamento central soviético deveriam passar por reformas. Sobre a Génese do Consenso de Washington, cf. Michel Beaud, *Mondialisation, les Mots et les Choses*. Paris; ed Karthala, 1999; Robert Reich. *L’Economie Mondialisée*. Paris: Dunod, 1993. (Varela, 2007, p. 53)

Entretanto, resquícios do fenômeno são visíveis ainda em partes do constitucionalismo de alguns países africanos, como nas constituições daqueles que mimetizaram regimes políticos parlamentaristas copy-paste da Inglaterra, incorporando métodos de representação majoritária sem levar em conta a constituição multiétnica dos seus países, que requeria uma democracia mais inclusiva, capaz de deixar vez e voz às minorias. A própria existência no seio das elites de um discurso de legitimidade que insiste sobre a performance de modelos exógenos constitui um outro domínio da não ruptura.

É também neste quadro de ideias que, a nosso ver, Cabo Verde enquanto país africano deve ser analisado e compreendido.

Assim, analisando as configurações dos campos de saber, é possível identificar a persistência ou não da colonialidade no continente e em Cabo Verde em particular, nas suas mais variadas dimensões, passando pelas relações educacionais, políticas, econômicas e ambientais até as formas de (re)produção e (re)apropriação de saberes e conhecimentos. Situação, aliás, antevista e registrada por Amílcar Cabral, que defendia aquilo que se poderia cunhar como uma “assimilação crítica”, ou seja, a ideia de que a assimilação (entenda-se aqui “importação de modelo”, no vértice que esta tese propõe alinhar) deveria ser contestada e aproximada pelo assimilador à sua realidade contextual. O que à *limite*, adverte esse pensador, vai no sentido de uma certa neutralidade em termos de liberdade de pensamento e de ação; caminho este, diga-se de passagem, não suscetível de ser observado, posteriormente, na edificação do Estado. Seja como for, Cabral defendera que é preciso pensarmos com as nossas próprias cabeças e agirmos a partir da nossa própria realidade, e que perante as coisas do estrangeiro, deveríamos aceitar aquilo que é aceitável e recusar aquilo que não se adequa à nossa realidade. Por fim, que se deva sempre “pensar para agir e agir para pensar melhor” (CABRAL, 1976-77). Um legado deixado aos africanos e que, parcialmente, no caso de Cabo Verde, serviu de base para a política externa do país, pelo menos da sua independência, em 1975, até 1991.

Contudo, importa frisar que na cena africana registram-se várias dimensões de vida política e econômica internacional que em larga medida serviram aos interesses dos atores políticos que dominavam essa cena, como o *apartheid* na África do Sul, as guerras civis fratricidas em Angola, no ex-Congo, etc. Fora das intromissões avançadas na trajetória histórica das ex-colônias por parte das ex-

metrópoles, todo um espectro institucional ainda paira sobre as regiões do Sul, seja através de modelos importados de gestão e administração do Estado, seja na concepção e implementação de políticas públicas que distam do contexto.

Em matéria de políticas ambientais, as elites políticas revelaram-se quase que “blindadas” à absorção ou integração das complexidades e dos contextos africanos nas medidas que se pretendiam implementar e, de certa forma, abriram feridas nas regiões que se pautaram pela expulsão da população dos seus territórios e inibição de atividades em nome da conservação do meio ambiente. Essas regiões agora requerem novas intervenções, por vezes de outra índole, para, em um primeiro momento, curar a petrificação em curso, e só posteriormente propor e/ou negociar saídas mais dignas.

Escusado seria imputar, incautamente, tudo ao estrangeirismo do modelo. Segundo Torres (1998), algumas elites e governos africanos são responsáveis pela marginalização do continente e do seu percurso em várias matérias, incluindo as de teor ambiental. Isso por vários motivos: alguns conflitos são simultaneamente alimentados com pão e armas como contrapartida de recursos naturais; os Estados são corroídos pela corrupção consentida e esvaziados pela fuga de técnicos para as organizações que cooperam em projetos de reforço institucional; registra-se a impotência das instituições locais em adaptar as políticas nacionais e encontrar soluções criativas e ajustadas a cada realidade; e as relações intergovernamentais, sobretudo as efetuadas com a Europa, continuam ainda infestadas de comportamentos coloniais. Esses fatores, com resultados já conhecidos, constituem na atualidade questões preocupantes no continente a serem levadas em devida conta em matéria de desenvolvimento. Os Objetivos do Milênio e as medidas protagonizadas revelam, segundo alguns estudiosos, a pobreza da análise e o cinismo das propostas.

Nesse sentido, impõe-se que a África seja interpretada à luz de suas realidades e é preciso estabelecer alternativas de desenvolvimento que impeçam a reprodução hegemônica dos conhecimentos ortodoxos dos poderes dominantes.

Desse modo, problemas como seca, desertificação, pobreza, fome, guerra e miséria continuam ocupando um lugar significativo nas agendas dos governos africanos. Já a problemática ambiental, tem conquistado algum espaço, com enfoques ainda pouco voltados às demandas nacionais, mas visível no desejo manifesto de proteção dos recursos globais, tendo em conta os esforços

demonstrados com a delimitação das áreas protegidas, criação e constituição de parques nacionais e corredores ecológicos, tanto no período colonial como no pós-colonial. Casos de constituição de parques nacionais em diferentes países africanos, como Uganda, Ruanda, Congo, Camarões, África do Sul, Zimbábue, Angola, Moçambique, Cabo Verde, multiplicam-se.

Os Estados apresentam um discurso que parece demonstrar suas preocupações com a proteção da biodiversidade e das populações que vivem nas áreas de preservação, mas, na prática, suas ações parecem servir a outros interesses. Para além de mostrarem uma forte hostilidade em relação às populações residentes nos territórios a serem preservados, suas ações nas áreas de conservação deixam sobressair, em alguns casos, outros interesses, entre os quais os grandes negócios feitos com as empresas multinacionais, tendo em conta que muitos parques estão sendo privatizados para que as empresas se encarreguem de construir e gerir os equipamentos turísticos, transformando essas áreas de proteção em “disneylândias naturais” destinadas exclusivamente à obtenção do lucro (DIEGUES, 2000).

Em síntese, pode-se asseverar que a preocupação com a problemática ambiental que se evidencia nas agendas dos governantes, principalmente africanos, nesses últimos anos, torna-se instigante na medida em que possibilita uma reflexão que permitirá trazer à luz dos debates acadêmicos as políticas dos Estados Nacionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais, bem como as ações dos organismos internacionais e suas relações com as agendas de desenvolvimento na África, tendo como enfoque o desenvolvimento com base na conservação dos recursos naturais.

## 2.2 INSTITUIÇÕES E DEMARCAÇÕES ECOLÓGICAS NO SUL: AGENDAS, DILEMAS E EXTROVERSÕES

Costumeiramente definem-se instituições como regras e padrões de comportamento ou de interação entre pessoas verificados em uma (ou parte de uma) sociedade, os quais adquirem alguma estabilidade, sendo, portanto, repetidos, ainda que por um breve período. Nesse caso, haveria instituições de curta duração, podendo estas ser ainda incipientes e necessitar, segundo Douglas (2004), de

algum princípio estabilizador fundado nas relações sociais que não seja visto como uma combinação socialmente imaginada e que, de certa forma, impeça a morte prematura dessas instituições.

É razoavelmente aceito que, no mínimo, uma instituição é apenas uma convenção que aparece quando todas as partes têm um interesse comum pela existência de uma regra que assegure a coordenação. Ora, nessa proposição alicerçam-se duas ideias fundamentais: a de que subjaz à criação das instituições uma relação contratual e, por conseguinte, que sendo uma convenção, ela é autopolicadora, na medida em que seus membros vigiam-se mutuamente. É nesse aspecto particular que Douglas (2004) afirma que para que uma convenção se torne uma instituição social legítima, precisa de uma convenção cognitiva paralela para se sustentar. Diz ainda essa antropóloga e investigadora que “[...] as instituições mais estabelecidas, se desafiadas, são capazes de direcionar as suas reivindicações de legitimidade em harmonia com a natureza do universo.” (DOUGLAS, 2004, p.68).

Essa perspectiva interessa, sobretudo, porque é o laço social, ou se preferirmos, o corpo social conferido e condensado pelas instituições que faz destas campos de realização do bem comum e de solidariedade. Afinal, a sociedade civil, a *polis*, só tem razão de ser se, na verdade, estiver organizada de modo a ser, ela própria, um espaço de liberdade e de estímulo para o desenvolvimento integral do homem. Por consequência, ela se constitui para criar um ambiente (de solidariedade) que simultaneamente facilite a cada homem a realização das suas carências, e faz com que todos sejam verdadeiramente responsáveis por todos.

Por outro lado, vários estudos vêm demonstrando que as instituições estabelecem e restringem as escolhas e os comportamentos possíveis dos indivíduos, pelo menos em termos do que é socialmente apoiado, ou considerado aceitável e racional, o que não significa que esses indivíduos necessariamente tenham consciência de tais normas e regras, ou do seu significado e racionalidade (HALL, 2003; RODRIK, 2003). As instituições refletem e assentam, ao mesmo tempo, a estrutura de valores da sociedade. Desse modo, prescrevem o comportamento e desempenho esperados para certas funções sociais e situações, também determinando, juntamente com as formas de recompensa e estímulo e as sanções contra condutas desviantes, as motivações e o grau de confiança que se pode ter com relação a tais comportamentos e desempenho (DOUGLAS, 2004).

As instituições podem, portanto, atuar como meios de redução da incerteza comportamental e inclusive, por meio dessa redução, restringir os impactos de incertezas ambientais, através da coordenação das expectativas divergentes dos agentes e da concentração destas em certos intervalos.

Nesse sentido, realça-se a importância das instituições no que concerne ao ordenamento das sociedades, ao mesmo tempo em que se evidenciam algumas fragilidades das instituições na criação, legitimação e efetivação de políticas públicas que visam a constituição de áreas protegidas e parques naturais.

Através de uma perspectiva neoinstitucionalista, sem descuidar *inputs* culturalistas no todo significativo, torna-se possível analisar a forma como as populações locais reagem às ações políticas governamentais, considerando que as populações locais/tradicionais economicamente se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis e, em geral, não têm outra fonte de renda, sendo que o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Isso reforça a importância da prática de atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato.

Ao longo dos tempos, os discursos sobre a reconstituição histórica dos parques como paraísos formataram os discursos das agências internacionais, cujo marco característico é a criação de Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, objetivando preservar paisagens belas, “virgens”, intocadas, em que o ser humano seria apenas um visitante e nunca um morador (DIEGUES, 1996). Um modelo de conservação que não se aplica aos países africanos e a Cabo Verde em particular, talvez porque, numa lógica meramente economicista, os custos de transação que resultariam da expulsão dos moradores de territórios de pertença secular suplantariam os custos de tolerância.

Segundo Diegues (2000),

vários autores como Adams; McShane, (1992), Guha, (1997), Pimbert, (1997) têm demonstrado como a visão de megainstituições, como Banco Mundial, *World Wildlife Fund (WWF)*, *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e Greenpeace, influenciam as políticas e governos na matéria em questão, bem como muitas organizações não governamentais locais, o que leva alguns cientistas dos países do Sul, como Guha (2000), a qualificar de “neocolonialistas” muitas das ideias de conservação impostas a esses países. (DIEGUES, 2000, p. 4)

Autores do Sul como Guha (2000), Diegues (2000), Goldman (2001) vem afirmando que as políticas de conservação importados dos países do Norte têm servido mais para responder e satisfazer os interesses dos países e classes sociais abastadas, do que propriamente para atender aos objetivos da conservação. Nesse sentido, o mesmo autor destaca cinco maiores grupos que alimentam a conservação da vida selvagem nos países do Sul, a começar pelos moradores das cidades e turistas estrangeiros, passando pelas elites governantes, organizações ambientalistas internacionais como a IUCN e WWF, bem como os funcionários dos serviços dos parques e os biólogos que querem conservar a natureza em nome da ciência.

Com a crítica efetuada, denuncia esse autor uma posição conservacionista em relação à natureza que vê o caçador e o camponês que vivem na floresta como inimigos do meio ambiente, incapazes de enxergar o seu próprio bem e o da humanidade. Um pensamento eivado de preconceito, veiculado por alguns autores e por várias organizações que defendem a conservação, mas que, no entanto, fundamentou vários projetos de conservação que excluem as populações dos seus territórios em nome da herança global da diversidade biológica.

Segundo Sunkel<sup>12</sup> (1996, *apud* DIEGUES, 2000), a conservação tem se reduzido às atividades de proteção, manutenção e restauração do mundo natural, com medidas como a implantação de áreas protegidas desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais, apesar do discurso moderno de muitas organizações conservacionistas. A noção de um mundo selvagem – *Wilderness* – que estabelece que a natureza selvagem somente pode ser protegida quando separada do convívio humano, evidencia a visão de que a natureza é uma construção social do mundo ocidental, uma perspectiva que visa criar a imagem de uma “natureza intocada” pelo homem, embora essa postura se revele utópica, tendo atualmente vários autores claramente se posicionando sobre essa ideia, dentre os quais Antonio Diegues em *O mito moderno da natureza intocada* (1996).

Retomando o raciocínio há pouco introduzido, deduz-se que a ideologia conservacionista do Ocidente, veiculada por agências governamentais e não governamentais que atuam em mundos diferentes, tem-se demonstrado deficitária

---

<sup>12</sup> SUNKEL, O. Beyond the World conservation strategy: integrating development and environment in Latin America and the Caribbean. In: Gardner, J.: Munro, J. Conservation with Equity. Proceedings of the Conference on Conservation and development. Ottawa: IUCN, 1986.

quanto à sua materialização em sociedades diversas daquelas em que se originou tal ideologia (DIEGUES, 2008, GUHA, 2000, GEHARDT, 2008). Há uma forte pressão da parte das agências internacionais no sentido de os países beneficiários se situarem em relação aos modelos exógenos, o que pressupõe não só o abandono de suas fórmulas endógenas de legitimação como a importação de modelos que não se encaixem à sua realidade (ANJOS, 2006).

Pois, segundo Colchester<sup>13</sup> (1997),

O que é claro é que a visão de “mundo natural” dos conservacionistas ocidentais é uma construção cultural não necessariamente partilhada por outros povos e civilizações que têm visões muito diferentes de sua relação com o que chamamos de natureza. (apud, DIEGUES, 2000, p.8).

Embora se viva hoje na chamada “era da globalização”, nem tudo é suscetível de ser globalizado, e se for, nem sempre os resultados em latitudes e culturas diferentes, como nos demonstram exemplos vários, são os mesmos. O fato de que essas sociedades ocidentais e não ocidentais possuem características e visões de conservação diferentes faz com que a aplicação dos modelos, importados daquelas e impostos de forma *top-down* nestas, não tenha produzido os resultados esperados, ficando reduzidas as causas desses fracassos à falta de financiamento, de recursos humanos e de fiscalização adequada que viabilizem o sucesso da conservação. Nesse caso, como afirma Larrère:

[...] a ideia de uma ‘wilderness’ onde o homem é somente um visitante é uma representação urbana de uma natureza longínqua [...]. Conjugando etnocentrismo e imperialismo, a política de preservação da ‘wilderness’ é um luxo dos países ricos e desenvolvidos que não é acessível aos países pobres, e lhes é prejudicial quando aplicada. (LARRÈRE, 1997, p.186).

Essa transposição de modelos de conservação para outros continentes e o estabelecimento desses modelos via criação de parques ou reservas naturais desabitados abundam nos países da Ásia, África e América Latina, e demonstram ser, para além de ineficazes, geradores de conflitos entre as populações locais e os gestores das demarcações ecológicas, tendo em muitos casos transformado as

---

<sup>13</sup> COLCHESTER, M. Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas. In: GHIMIRE, K.; PIMBERT, M. **Social Change and Conservation**. Londres: Earthcan, 1997.

populações intrademarkações em uma espécie de “arrivistas”<sup>14</sup> ou “refugiados da conservação” nas perspectivas de Bauman (1998) e Dowie (2008), respectivamente.

No seguimento desse modelo e remontando ao período colonial, espaços para a conservação de determinados recursos naturais já tinham sido delimitados, conforme demonstra Bensusan (2006) e Dowie (2008) também no continente africano com a criação do primeiro parque nacional na África do Sul, em 1898, na pretensa ideia do retrato da África intocada.

A partir desse período, multiplicou-se segundo Dowie, 2008, a quantidade de lugares a serem preservados da ação humana, com maior incidência no século XX, sendo que no continente outro exemplo emblemático é o caso de Uganda, na África Oriental. Os líderes desse país, induzidos pelos conservacionistas internacionais de que seus territórios estavam ameaçadas por diversos interesses extrativistas, responderam, em 1930, com a criação de três reservas de floresta – Maghinga, Echuya e Bwindi, transformadas formalmente em 1991 em parques nacionais, cuja administração é financiada pela GEF do Banco Mundial numa clara assunção de que os parques constituem um manto de beleza, na ótica das agências internacionais e que por isso devem ser protegidos.

Dowie (2008) e Bensusan (2006) descrevem como esses territórios em África, entendidos como espaços onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente e que, anteriormente, eram habitados pelos Batwa, foram transformados numa área de preservação sem presença humana. Por pressão dos conservacionistas ocidentais, que vinham acreditando que a região selvagem e a comunidade humana eram incompatíveis, os Batwa foram expulsos de seus territórios tradicionais. Nesse sentido, e com a pressão dos conservacionistas, os governantes optaram pela preservação dos gorilas existentes nesses territórios, que constituíam uma forte atração para turistas da Europa e das Américas, em detrimento dos direitos territoriais da população que ocupava essa área há séculos. Ainda em Uganda, outro caso mais gritante foi o da expulsão dos Ik para a criação do Parque Nacional Kidepo.

Essa população foi obrigada a ocupar outras terras e induzida a uma prática agrícola com técnicas diferentes das que estava acostumada. Como consequência, passou por períodos prolongados de fome que conduziram

---

<sup>14</sup> O conceito é requisitado, salvaguardando os devidos contextos utilizados pelo autor, apenas como construto explicativo para apreender o fenômeno em causa no campo do ambiente.

ao seu colapso total. As tradições de compartilhamento da comida desapareceram, e os *!k* foram adiando a morte por fome por meio da caça, da mendicância e da prostituição (BENSUSAN, 2006, p.117).

No sul da África, também conhecido por África Austral, registra-se, segundo autor, o exemplo do Parque Nacional Kruger na África do Sul em que, após o seu estabelecimento, houve a exclusão dos nativos e caçadores. Como resultado, as áreas anteriormente abertas foram invadidas por arbustos, levando à reintrodução das queimadas, anteriormente praticadas pelas populações tradicionais, para trazer de volta a fauna. Ainda na mesma região, no vizinho Zimbábue, o estabelecimento de parques nacionais como o Gonarezhou levou ao reassentamento dos Shangaan, em sua maioria mulheres, nas terras do entorno do parque, que se revelaram inapropriadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas tradicionais.

Situações idênticas têm acontecido na África Oriental, em países como Ruanda, Uganda e em Camarões, com a constituição do Parque Nacional Korup. Nesse caso, salvaguardou-se o direito da população de permanecer nos territórios no entorno dos parques. No entanto, a legislação do país, declarou como ilegal qualquer atividade que gere rendimento alternativo na área de parque, mesmo quando produzem um baixo impacto sobre recursos naturais (BENSUSAN, 2006) .

O caso mais recente, segundo Diegues (1996) que também aconteceu em Uganda, foi a criação do corredor ecológico entre a Reserva Florestal Kibale e o Parque Nacional Queen Elisabeth, levando à expulsão de cerca de 30 mil pessoas das comunidades locais, causando sérias violações dos direitos humanos, morte de animais domésticos, empobrecimento e mortes de pessoas (INFIELD; ADAMS, 1999). Problemática que surgiu em decorrência da criação do Parque Nacional de Yellowstone, consagrado pelas Nações Unidas em 1959 e pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) em 1960 (DIEGUES, 1996; BENSUSAN, 2006; BARRETO FILHO, 2006), e que continua atual nos dias de hoje em vários países africanos, na América Latina e em outros locais do mundo, podendo-se assistir constantemente à transferência forçada e, às vezes, às expulsões de população dos locais onde viviam tradicionalmente com o intuito de criar áreas “desabitadas” para serem transformadas em parques nacionais.

Portanto, tem-se constatado que as políticas de preservação ambiental materializadas via esquemas de áreas protegidas, reservas naturais, corredores ecológicos, parques nacionais e outras categorias denominativas atribuídas a

determinada área a ser conservada, estão desconectadas dos modos de vida local e das formas de manejo das populações residentes, apesar de muitas delas evidenciarem ser efetiva e sustentável a forma como as comunidades valorizam e utilizam os recursos naturais (DIEGUES, 2000; GERHARDT, 2008; MENDES, 2009).

Dentre esses esquemas de preservação, os parques nacionais e outros tipos de áreas protegidas, na forma como são implantadas, constituíram exemplos no sentido de repensar uma forma de gestão e conservação da natureza viáveis nos países do Sul, tem em vistas as especificidades ambientais e culturais daqueles países. Apesar dos riscos ambientais serem de ordem global, afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios são locais, cuja origem se encontram sedimentados no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza (DIEGUES, 2001). Dessa forma, as possibilidades de encontrar soluções para esses problemas na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o mundo natural, torna-se imperiosa.

A partir de 1975 com a realização da 12<sup>a</sup> Assembleia Geral da IUCN no Zaire, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas em Bali, 1982 (BARRETO FILHO, 2006), além dos debates acadêmicos realizados em 1985 que conduziram a publicação da revista *Cultural Survival*, clama-se, particularmente aos formuladores e executores de políticas públicas, pela atenção para o papel dos parques no desenvolvimento nacional e o papel desempenhado pelas populações em áreas protegidas, tomando o exemplo de populações africanas como os Massai, cuja expulsão dos parques nacionais do Quênia e Tanzânia provocou alterações profundas de paisagem (BENSUSAN, 2006).

Preocupação também foi manifestada no 4<sup>o</sup> Congresso Mundial dos Parques, em Caracas, 1992, ressaltando-se

“[...] o papel das populações humanas dentro dos parques nacionais, e reformulada pelo Acordo de Durban, derivado do 5<sup>o</sup> Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em 2003, fundamentando o compromisso da conservação da biodiversidade em dois pilares: as áreas protegidas e as populações humanas. Esse acordo sugere uma série de atividades internacionais, nacionais, locais e nas áreas protegidas, revelando o quão importante é a questão das populações humanas e sua integração na gestão das áreas protegidas consubstanciando assim as iniciativas denominadas Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento. (BENSUSAN, 2006, p.16)

Hoje um dos grandes desafios enfrentados pelos governantes do Sul diz respeito à gestão e à manutenção dos recursos naturais existentes nas áreas preservadas, aliando-as com a luta contra a pobreza dos cidadãos nos territórios demarcados, dadas as limitações de recursos que supostamente deveriam existir para a preservação dessas áreas e o fato destas não disporem de um orçamento adequado, dependendo em grande parte de ajuda internacional. Sem contar ainda que grande parte desses países se encontra sufocada pela dívida externa, a falta de recursos humanos capacitados e de instituições sólidas. Tudo isso impõe a esses países repensar num modelo alternativo a gestão dos recursos comuns. Além do mais existem, sobrepostos a essa situação, os conflitos de interesse das instituições que possuem algum envolvimento nessas áreas de recursos comuns, como as organizações não governamentais (ONGs), os operadores de turismo e as empresas privadas, que, em contrapartida a apoios concedidos, acabam por desenvolver atividades potencialmente impactantes nesses locais (GUHA, 2000).

Necessária se torna, então, uma forma de gestão que vise transformar as áreas protegidas em áreas centrais de um sistema mais amplo, não exclusivo, que envolva o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações locais e o desenvolvimento de outras atividades geradoras de renda, como o ecoturismo e *business*. Isso levando em conta também que as próprias populações locais/tradicionais têm-se organizado em muitos casos, resistindo à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais.

A ideia dessa estratégia é conseguir uma “gestão compartilhada”, na perspectiva de Ostrom (2008), que mobilize aliados externos com recursos e aliados internos por meio da participação comunitária na gestão. O que significa, por um lado, obter parcerias empenhadas na conservação da biodiversidade e, por outro, parcerias que promovam a melhoria das condições de vida intraespacial. Pois nos países africanos o acesso a bens de primeira necessidade é limitado, a taxa de pobreza é gritante e as políticas públicas não conseguem responder às demandas populacionais. Assim, privar as populações com exceções de uso do território ou expulsá-las dos mesmos e realocá-las em nome de um desafio que, enquanto bem comum, distancia-se de outros bens mais prioritários constitui um grande desafio aos governantes da região.

É nessa perspectiva que devem ser equacionadas as ações do Estado cabo-verdiano no âmbito da conservação ambiental e da gestão dos recursos comuns,

uma vez que a permanência das populações nas áreas protegidas também constitui uma forma de combater a pobreza, pois o manejo orientado pode ajudar a preservar a biodiversidade, assim como uma forma de gestão conjunta e autoinduzida dos recursos poderá constituir caminhos mais profícuos.

Ademais, algumas experiências têm demonstrado que a participação, organização e informação são ingredientes fundamentais para uma gestão sustentável e menos conflituosa dos recursos comuns nas áreas de conservação. Neste sentido, quanto mais alternativas geradoras de rendimento promovidas no sentido de garantir a sustentabilidade econômica das famílias residentes nas áreas de conservação, maior é o sucesso da conservação da biodiversidade. Nessa perspectiva, os projetos integrados se configuram como incentivos às populações pelo sacrifício e pela adesão à proposta de preservação (MENDES, 2009). Perspectiva que parte do consenso entre as partes, baseada numa relação de confiança mútua, solidariedade e cooperativismo. Segundo Putnam (1996) e Ostrom (2008) a confiança é a ponte entre capital social e ação coletiva. A confiança, segundo esses autores, seria promovida quando indivíduos são confiáveis, quando eles se encontram em redes múltiplas (*networked*) e quando há instituições (regras formais e informais) que facilitem o crescimento da confiança.

Um exemplo emblemático apresentado por Bensusan (2006) é o caso Parque Nacional Gemsbok na África do Sul, que permitiu que um grupo de Bosquímanos permanecesse no parque, mas preservando seu estilo de vida tradicional. Nessa lógica de tolerância, a estratégia era transformar a população em atração turística, atraindo mais visitantes estrangeiros, e com isso angariar receitas para a manutenção do espaço. Vale a pena ressaltar, segundo o autor, que o contato com o “estrangeiro” transformou profundamente o modo de vida desse grupo, a ponto de os próprios gestores reconhecerem que, enquanto objeto turístico, os Bosquímanos se desqualificaram, o que também poderá pôr em causa sua permanência na área.

Outra experiência de conciliação de população humana com parques nacionais avançada pelo mesmo autor, ainda no sul da África é o de Campfire, no Zimbábue, em que os parques nacionais passaram a reunir áreas com diversas finalidades e distintos graus de usos permitidos, possibilitando a continuidade de atividades tradicionais das comunidades locais e a geração de alternativas de renda como forma de melhorar as condições de vida da população e combater a pobreza.

Tais exemplos se relacionam com as mudanças dos Estados, de seu modo de atuar, propondo formas de gestão participativa (MENDES, 2009). Os governantes africanos estão se conscientizando de que, sendo poucos os recursos para o desenvolvimento do país, é preciso apostar numa gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, bem como do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida das populações.

Posições corroboradas também pelos financiadores internacionais que, acostumados com a baixa eficiência de políticas de comando e controle estatais, incitam a participação da população, possibilitando a democratização de políticas públicas (DIEGUES, 2008). Pois para proteger uma área de preservação da ação da população local são necessários recursos para manter uma equipe administrativa, novas infraestruturas, investir em serviços de segurança, quando outras prioridades se impõem a esses países. Agregando as populações locais na preservação desses recursos públicos comuns, elas se sentem parte do projeto e deixam de constituir um perigo para o ambiente, passando a ser agentes aliados na causa comum.

Nesse sentido, é preciso que as populações locais se sintam como atores sociais, não só na posse de um capital social acrescido, mas também empoderados, no seio de uma multiplicidade de alternativas, capazes de soltar as amarras existenciais e cortar o cordão umbilical com práticas tidas como predatórias para com o espaço de inserção, outrora privado e de exploração estritamente comunitária e hoje de domínio público, voltado para desafios e satisfação de interesses cosmopolitas.

Sabe-se na contemporaneidade que o engajamento nos programas de desenvolvimento implica na posse do capital social no sentido de se referenciar a um conjunto de recursos que gera, cria, fomenta e proporciona valias para alguns indivíduos durante um determinado período.

É bom que se diga que muitos desses programas que os governos nacionais têm realizado foram e são contestados, não só internamente por elites locais adeptas de uma contextualização mais profunda de políticas públicas e uma maior interpretação e traduzibilidade das demandas nacionais, mas também pelas organizações internacionais que “descobriram” a democracia. Como afirma North (2005), o Banco Mundial, por exemplo, nos últimos anos passou a se aproximar

cada vez mais da visão vigorosamente defendida por economistas institucionais de que os mercados eficazes (como o meio ambiente) requerem extensas infraestruturas sociais e políticas. Daí se entende que quando se examina, de forma titular, os sucessivos relatórios dessa instituição de 1991 a 2006, o meio ambiente fez sua primeira aparição em 1992, no ano da Rio-92, e a pobreza só em 2001, conforme se apresenta no

**Quadro 2.**

**Quadro 2 – Titles of the World Bank’s Development Reports, 1991-2006**

1991: The Challenge of Development  
 1992: Development and the Environment  
 1993: Investing in Health  
 1994: Infrastructure for Development  
 1995: Workers in an Integrating World  
 1996: From Plan to Market  
 1997: The State in a Changing World  
 1998: Knowledge for Development  
 1999: Entering the 21st Century  
 2000/2001: Attacking Poverty  
 2002: Building Institutions for Markets  
 2003: Sustainable Development in a Dynamic World  
 2004: Making Services Work for Poor People  
 2005: A Better Investment Climate for Everyone  
 2006: Equity and Development

**Fonte:** Tilly (2007).

Entretanto, intervenções unilaterais e vetoriais têm sido feitas por agências promotoras de desenvolvimento, ficando seus resultados aquém do esperado, tendo em conta que as soluções técnicas apresentadas não se compatibilizam com as realidades sociais, econômicas e culturais desses países. Um exemplo é o caso do projeto que envolve o Banco Mundial na África Oriental, mais concretamente no Quênia, visando compensar os Massai, população tradicional que foi desalojada por causa da constituição de parque nacional no seu território.

Outro problema com que os governantes têm-se deparado é a questão dos *lobbies* ambientalistas. Ao transformarem os parques nacionais em “não lugares”, sem presença humana, abrem-se as portas para a predominância da pesquisa das grandes empresas internacionais no domínio da biodiversidade. Pois essas empresas, ao se apresentarem como “amigos da natureza”, entram em convênios e

acordos com seus capitais financeiros em forma de ajuda e, posteriormente, exigem contrapartidas que, às vezes, ultrapassam a capacidade dos Estados, conduzindo muitas vezes à privatização dessas áreas (GUHA, 2000).

Posto isso, é de salientar que a problemática do desenvolvimento na África e em particular em Cabo Verde, em suas mais variadas dimensões, tem ocupado espaço nas agendas das organizações internacionais promotoras do desenvolvimento desde o período colonial, tendo-se processado, sobretudo, sob o signo da mediação (SARDAN, 1985). Agências internacionais que carregam as agendas de desenvolvimento têm levado a cabo estratégias múltiplas que visam o desenvolvimento das comunidades africanas e são muitas vezes questionadas sobre a falta de clareza de suas opções políticas e sociais e de suas ações sobre os atores, supostamente beneficiários dessa modernização. Pois, essas agências carregam no seu bojo a “linguagem do projeto”, dominada pelos “especialistas” e não dominadas pelos “profanos” – os subdesenvolvidos.

Desdobrando-se em políticas públicas de combate à pobreza, de conservação ambiental, de criação de áreas protegidas e constituição de parques naturais, a execução desses projetos tem-se revelado, muitas vezes, inadequada às realidades em questão. Algumas vezes por não considerar os modos de vida das populações locais; outras porque empurram as populações locais/tradicionais do seu território sem que se tenha criado condições para realocá-las em outros lugares, deixando-as à mercê do destino.

Nesses termos, é preciso questionar as ações dos agentes e das agências, os seus discursos e os dispositivos que disciplinam as suas relações (FOUCAULT, 2009) nos processos de Desenvolvimento e Conservação Ambiental em Cabo Verde, verificando se conformam políticas públicas para o combate à pobreza e o *empowerment* das comunidades rurais.

No novo cenário em que a ruralidade ganhou posição central nas agendas do governo, com novas políticas para o rural que não se restringem à agricultura e à pecuária, é de se questionar ainda até que ponto a nova configuração que se desenha vem merecendo o real engajamento dos diferentes atores e destinatários do processo, pois hoje outras preocupações assombram o mundo rural, principalmente a problemática ambiental, que se apresenta como tema central nas agendas de política e estratégia de desenvolvimento tanto em nível local como global.

Ao analisar os esforços demonstrados por diversas nações com relação à problemática ambiental no âmbito do cumprimento das Metas do Desenvolvimento do Milênio (*Millennium Development Goals* – MDG) em matéria ambiental, cujo objetivo é proteger pelo menos 10% de cada região ecológica do mundo, de acordo com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB, 2010), podemos perceber que alguns países, principalmente os do continente africano, encontram-se distantes da meta estabelecida por motivos diversificados, que variam desde o âmbito econômico e político ao social e cultural.

Hoje parece evidente, por um lado, a assunção por parte dos Estados da questão ambiental, enquanto agentes tutelares da demarcação e da legislação (esta última sob clara influência das agendas exógenas, como já foi dito), com o fito de procurar manter o equilíbrio dessa questão por meio de uma gestão compartilhada com as comunidades rurais, impulsionando o etnodesenvolvimento com respeito pelas demandas e aspirações dos grupos, que devem ser levadas em conta pelos *policy makers* na elaboração dos projetos de desenvolvimento. Por outro lado, e para dinamizar e maximizar o seu campo de atuação, o Estado vem estabelecendo redes de parcerias com outros membros da sociedade civil, sobretudo ONGs, com espectros de atuação que vão do local ao internacional. Essa forma de atuação em relação a grupos específicos representa uma grande possibilidade de ampliação de “horizontes de sentidos” (OLIVEIRA, 2000) das comunidades rurais e das instituições envolvidas. Propostas que, em geral, se apresentam como pragmáticas e sintonizadas com as possibilidades dos atuais contextos políticos dos países do Sul.

Cabo Verde vive hoje, como se pode verificar no Quadro 1, um cenário de expansão territorial das áreas de preservação natural. Cenário esse que tende a aumentar não só nesse país, mas também no Brasil e em outros lugares do mundo, com a crescente preocupação com a biodiversidade, agravada pelo aquecimento global e por outras mudanças provocadas pelo homem no meio ambiente que levantam expectativas alarmantes sobre o futuro da Terra e a viabilidade de sobrevivência das civilizações humanas. Torna-se necessário diagnosticar se tais formatos de proteção ambiental têm sido realmente eficazes sem que a própria existência humana também seja desconectada de sua relação com a natureza e de sua possibilidade de manutenção da vida.

### 2.3 DINÂMICAS TERRITORIAIS E A PRODUÇÃO DOS “ARRIVISTAS” DA CONSERVAÇÃO

Os modelos institucionais de conservação e preservação ambiental, enquanto modelos importados do Ocidente, caracterizados por uma realidade econômica, ecológica e sociocultural distinta dos países do Sul, impostos e implementados por agências financiadoras e pelas elites governamentais em vários países da África, Ásia e da América Latina, têm se revelado pouco profícuos/eficazes para atingir os desígnios da conservação ambiental, causando resistências e conflitos entre populações, instituições responsáveis pela gestão ambiental e movimentos ambientalistas.

Ao perceber a ação antrópica como um “câncer” na conservação em áreas de proteção como parques naturais/nacionais, o que traz como consequência a expulsão das populações residentes, esses modelos de proteção ambiental têm produzido a desterritorialização dos que, no limite, podem ser chamados de “arrivistas” ou “refugiados da conservação”. Nesse sentido, transladada a ideia de Bauman sobre os “arrivistas” em sua obra *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), toma-se de empréstimo, como já dissemos, essa categoria analítica que descreve os nômades da modernidade, à semelhança dos *Refugiados da conservação* de Mark Dowie (2006), para retratar a vida de milhões de pessoas levadas à marginalidade, às periferias, em nome de uma suposta preservação ambiental.

Sendo a modernidade, na perspectiva de Bauman (1998), a impossibilidade de permanecer fixo, ou seja, ser moderno significa estar em movimento, os “arrivistas”, frutos da modernidade, descrevem populações que vivem em situação de nomadismo e que perambulam a fim de se fixar. Trazendo essa categoria analítica de empréstimo para o campo de análise proposto, ela é aqui utilizada para caracterizar as populações excluídas vítimas dos grandes projetos de conservação ambiental. Os “arrivistas”, nesse caso os “bodes expiatórios” da conservação e, por conseguinte, os inimigos do meio ambiente e os “refugiados da conservação”, seriam, utilizando a terminologia de Bauman (1998, p. 92) “[...] alguém no lugar, mas não inteiramente do lugar, um aspirante a residente sem permissão de residência. Alguém que lembra aos moradores mais antigos o passado que querem esquecer e o futuro que antes desejariam longe”.

Nessa categoria de “arrivistas”, ou “refugiados da conservação”, estão incluídas várias comunidades nos diferentes continentes, quais sejam: os Batwa de Uganda, os Massais da Tanzânia, os Ashaninka do Peru, os Gwi e os Bosquímanos de Gana e Botswana, os Karen e Hmongs do sudeste asiático e os Huarani do Equador, que de comunidades independentes e autossustentáveis, transformaram-se em comunidades profundamente dependentes e pobres.

O termo “arrivistas” é aqui utilizado então para descrever ações que ocorreram e ocorrem em áreas destinadas à conservação ambiental, nomeadamente nos Parques Nacionais Africanos, promovidas pelos Estados africanos, e a configuração dessas áreas no âmbito do conservacionismo internacional, visando o cumprimento de acordos e convênios internacionais em relação às políticas de preservação ambiental que objetivam a seleção e a constituição desses parques e as possibilidades de garantir a sua preservação.

A permanência do “arrivista” deve ser declarada temporária, de modo que a permanência de todos os outros possa parecer eterna. Os “arrivistas” seriam, nesse caso, os habitantes de “não lugares”, na perspectiva de Marc Augé (1994), fruto da contemporaneidade. Com que então pressupõe a ausência de uma identidade, por conseguinte também de historicidades ou de relações. O lugar que se tem é provisório e descontínuo, não susceptível de criar memória; não há enraizamento possível. Vivendo como vivem, sob constante e implacável pressão, os “arrivistas” tentam adaptar seu gosto, suas vidas, seus desejos, por lhes ser negado o direito de serem eles próprios em qualquer coisa e em qualquer momento.

Observa-se que as populações residentes nas áreas de proteção, tidas como “santuários da conservação”, são tomadas, muitas vezes, como “bodes expiatórios” que ameaçam a conservação do meio ambiente e, por isso, podem ser excluídas desses espaços.

A exclusão/expulsão das comunidades das áreas de proteção, principalmente dos parques, segundo alguns autores (BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 2000, DOWIE, 2006; BARRETO FILHO, 2006; GERHARDT, 2008) resultante dessas políticas que se sustentam no pressuposto de que o meio ambiente é um bem comum da humanidade e que todos devem contribuir para a sua preservação, tem produzido consequências dramáticas, como a desterritorialização das populações; o aumento dos refugiados da conservação; a destruição das culturas dos povos com forte ligação com as florestas e o risco do desaparecimento dos seus rituais, cantos,

tradição e histórias em pouco mais que uma geração; a miserabilidade de uma vivência nos acampamentos, sem água corrente e esgotos. Situações verificadas, vivenciadas, analisadas e denunciadas por líderes tribais, investigadores e a própria sociedade civil, obrigando a Organização das Nações Unidas (ONU), no início de 2004, a realizar uma reunião em Nova Iorque para aprovar uma resolução protegendo os direitos humanos e territoriais dos povos nativos.

A declaração da ONU afirma que:

[...] os povos nativos não podem ser retirados à força de suas terras ou territórios. Nenhum reassentamento poderá ser feito sem o consentimento livre e informado dos povos nativos, mas somente após um acordo sobre uma compensação justa e, onde possível, com a opção de retorno. (ONU, 2004)

Segundo Dowie (2008), dentre as instituições “destruidoras” de culturas denunciadas por líderes tribais em quase todos os continentes estão incluídas não somente empresas como Shell, Texaco, Freeport e Bechtel, mas também nomes mais surpreendentes, como a *Conservation International* (CI), a *Nature Conservancy* (TNC), o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) e a *Wildlife Conservation Society* (WCS). A própria União Mundial para Conservação, apesar de se demonstrar como a mais sensível aos aspectos culturais e tradicionais poderia ser mencionada, na perspectiva do autor.

Então, não constitui surpresa alguma que os povos tribais considerem os conservacionistas ocidentais como outro colonizador, uma extensão das grandes forças da hegemonia econômica e cultural. Perspectiva já trabalhada por Raymond Bonner no livro intitulado *At the hand of man* (1993), sobre a conservação na África, em que o autor deixa claro o imperialismo, inconsciente e explícito, dos amantes ocidentais da natureza selvagem e biólogos que trabalham naquele continente: “Acima de tudo, os africanos têm sido ignorados, dominados, manipulados e manobrados pela cruzada organizada, orquestrada e dominada pelos homens brancos” (BONNER, 1993, p. 65, apud, GUHA, 2000, p.87). Ou ainda:

Livingstone, Stanley e outros exploradores e missionários vieram para a África no século XIX para promover os três ‘cês’: cristianismo, comércio e civilização. Agora um quarto ‘cê’ foi acrescentado: conservação. Esses missionários modernos estão convencidos que sem a orientação do homem branco, os africanos sairiam dos trilhos. (BONNER, 1993, p. 70 apud, GUHA, 2000, p. 87)

Outrossim, e recorrendo às investigações de Bonner (1993) e Chidumayo (1993), biólogo da Zâmbia, demonstra-se que, se por um lado, associados à ideia de preservação ambiental via criação de parques nacionais, encontram-se modelos e visões de elites ocidentais que, em nome das instituições representadas, têm se posicionado estrategicamente na esfera da gestão ambiental, por outro, e subjacentes às expulsões, estão os “*lobbies ambientalistas*”, envolvendo elites governantes, funcionários dos serviços de parques e grandes transnacionais. A conservação tem se apresentado como um grande negócio, não só na Índia, mas também em outros países asiáticos e africanos, em resposta ao mercado turístico global crescente, como escreveu Chidumayo<sup>15</sup>:

Muitas políticas conservacionistas na África tenderam a servir aos interesses estrangeiros, como turismo e safáris, e ignoraram largamente os valores conservacionistas africanos e sua cultura. De fato, a única coisa que é africana em muitas das políticas conservacionistas convencionais é que são praticadas em terras africanas. (CHIDUMAYO, 1993, p.49 apud, GUHA, 2000, p.87)

Apesar de milhões de povos nativos terem sido expulsos das suas terras, dando espaço a grandes investimentos, poucos sabem que a nobreza da causa se deve à conservação da natureza (PIMBERT; PRETTY, 2000; GUHA, 2000; DOWIE, 2008), em cujos princípios o direito da natureza se sobrepõe ao direito dos povos.

Os africanos não usam os parques e não recebem nenhum benefício deles. E, ainda, estão pagando os custos. Existem os custos econômicos indiretos – a renda governamental que vai para os parques e não para as escolas. E existem os custos pessoais diretos: o deslocamento da população, a proibição de caça, de cultivo e de recolher lenha. (BONNER, 1993, p.70, apud GUHA, 2000, p.87)

Nesses termos, trazer uma reflexão que ajude a desenvolver estratégias realistas que respondam aos desafios da preservação sem que para isso se crie os “refugiados/arrivistas” da conservação ou ecológicos, um destino que para muitos povos tradicionais se aproxima somente da morte, constitui um dos desafios desta tese. É certo que uma análise sobre o modo como as instituições formais vinculadas aos Estados poderiam viabilizar políticas de preservação ambiental endógenas que

---

<sup>15</sup> CHIDUMAYO, E. M. Realities for aspiring Young African conservationists. In: LEWIS, D.; CARTER, N. (Ed.) **Voices from Africa**: local perspectives on conservation. Washington: World Wildlife Fund, 1993.

não ignorem as populações abrangidas pelos parques e que primem pela participação ativa destas na gestão conjunta e inclusiva dos recursos comuns, não constituirá uma tarefa fácil.

Em Cabo Verde o retomar da preocupação com as questões ambientais e rurais está vinculado tanto a estratégias internacionais da circulação das elites políticas como às redes de relação e de pertencimento das “elites do poder”, demonstrando a metamorfose no modo pelo qual os indivíduos usam capital internacional, como títulos universitários, conhecimento técnico, contatos, recursos, prestígio e legitimidade obtidos no exterior para construir suas carreiras em seus países natais. A importação e a exportação de ideias, abordagens e instituições acontecem por meio dessas estratégias internacionais. As estratégias são implementadas particularmente através de “guerras palacianas” (BOURDIEU, 1996), termo utilizado para descrever as lutas não apenas pelo controle do Estado, mas também dos valores dos indivíduos e dos conhecimentos que dão forma e direção ao Estado (DEZALAY, 2002).

Isso se verifica na formatação das instituições dirigidas e concebidas por esses indivíduos, bem como nas políticas que são implementadas e que podem ser aferidas através da materialização de projetos realizados no mundo rural, como a reconfiguração desses espaços em áreas protegidas, passando a ser vistos não só em seus aspectos agrícolas, mas englobando outras vertentes nessa dinâmica de transformação, reconfigurando-se num espaço onde diferentes atores e ações se entrecruzam, colocando em evidência a “gramática de resistência” (BOURDIEU, 2008). Pois nem sempre existe uma harmonização das diferentes perspectivas ou dos “mundos”, fazendo com que muitas vezes haja resistências e imposições; situações que abrem possibilidades de (re)invenção de instituições orientadas para políticas de gestão conjunta e participativa dos recursos naturais.

A título de exemplo, podemos trazer para ilustração alguns contrastes entre as elites políticas no que tange à importação de políticas. Primeiro gostaríamos de realçar os empenhos do PAIGC-CV (1975-1990) e de sua elite, que nos primórdios da construção do Estado, ancorados numa ideologia esquerdista, tentaram implementar a reforma agrária para mitigar os problemas de acesso a terra e minimizar a pobreza no mundo rural, articulada a uma preocupação ambiental, ainda que com contornos vagos e nem tão meritosos. Em segundo, reportam-se as investidas do MPD no governo (1990-2000), cujas elites abandonaram o mundo rural

e associaram a preocupação ambiental e os espaços rurais ao turismo e ao ordenamento territorial. Com a reconquista do poder por parte do PAICV, a partir dos anos 2000, há uma retomada ambígua de preocupações rurais e ambientais, como mais à frente teremos a oportunidade de explicitar.

Todavia, demonstram os estudos que os modelos de políticas de conservação ambiental importados e estabelecidos hegemonicamente são muito criticados, tanto pelas correntes conservacionistas do Norte como pelos cientistas do Sul. Essas críticas se espelham nos trabalhos de Guha (2000) sobre efeitos do ambientalismo inglês no campo da conservação executadas no continente indiano, nos trabalhos de Adams e McShane (1992) sobre a importação de ideias de conservação da natureza por intermédio dos colonizadores sobre o continente africano e, no caso da América Latina, nos trabalhos de Diegues (1996; 2001) e Gerhardt (2008). Esses trabalhos são ilustrativos no sentido de trazer à tona os conflitos gerados pela importação de modelos de conservação inadequados aos países dessas regiões.

Posto isso, parece ser evidente que as heterogeneidades das realidades obrigam a revisão dos modelos de desenvolvimento aplicados centralizadamente e que preveem comportamentos e reações dos atores em questão em conformidade com as receitas dos manuais das políticas ocidentais. A existência desse pressuposto implica a aceitação de rupturas de paradigmas fundamentais sobre a concepção e os modelos de desenvolvimento; sobre as medidas de política econômica e as formas de implementação dos projetos; sobre as formas de organização do Estado e a articulação com os poderes locais e as comunidades; sobre as funcionalidades dos diferentes modelos de preservação, entre o campo e a cidade e com o exterior (MOSCA, 2008).

Os modelos e estratégias aplicados demonstraram, segundo o autor, desconexões às realidades, e os resultados são evidentes em alguns países do Sul: mais pobreza e fome, mais conflitos, rupturas de funcionamento das sociedades, desarticulação dos territórios, dificuldade de implantação de Estados-nações, maiores desigualdades sociais e espaciais. As “anomalias” são por demais evidentes, o que abre possibilidades para um repensar dos modelos impostos, sendo certo que só um fundamentalismo ideológico, ou fortes interesses políticos e econômicos e/ou estratégias maquiavélicas sobre o futuro do mundo justificam a persistência de tais modelos perante a visível ineficácia.

Como de resto já se afirmou, apesar da persistência e do insucesso dos modelos ocidentocêntricos adotados nos países do Sul, hoje são visíveis os esforços que perpassam os Estados Nacionais desses países, bem como as ações das instituições internacionais, ONGs, sociedade civil e das comunidades locais na mobilização de meios e consciências em prol de uma nova conservação: a Etnoconservação, que vem sendo construída, ainda que de forma incipiente e fragmentada, por vários dirigentes em alguns países do Sul. A Etnoconservação (DIEGUES, 2000) é o resultado da constatação das ambiguidades e incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do Norte e transplantadas para o Sul, com o apoio muitas vezes disfarçado de grandes organizações conservacionistas internacionais.

Os diferentes Estados e seus cidadãos perceberam a necessidade de uma maior cooperação, responsabilidade e esforço conjunto, de forma que se cumpra a promessa de garantir uma boa qualidade de vida para todos os seus cidadãos e vizinhos. Para isso, apostam nas parcerias e na eliminação das falhas e deficiências das instituições existentes e, particularmente, na construção de uma ciência e de uma prática de preservação que surjam das necessidades culturais e ambientais de seus países, como forma de também preservar a grande diversidade cultural dos povos e comunidades que nelas habitam.

Nesse sentido, e segundo Diegues (2000) o sucesso da Etnoconservação em curso em vários países do Sul depende, por um lado, do ecologismo social e dos movimentos sociais desses países, movimentos esses que têm emergido na Índia, Brasil, Zimbábue, Cabo Verde, etc., enfatizando a necessidade de construir uma nova aliança entre o homem e a natureza e de valorizar as comunidades tradicionais, seus conhecimentos e práticas de manejo. A Etnoconservação considera a diversidade cultural condição para manter a diversidade biológica quando as comunidades não são expulsas, continuando a ter acesso aos recursos naturais dos seus territórios.

Na linha do exposto, buscamos contextualizar as discussões sobre os desafios da conservação ambiental do macrorregional ao nacional/local. Doravante, o nosso investimento caminha no sentido de analisar a inserção do arquipélago de Cabo Verde na agenda internacional, em matéria de ambiente, com enfoque para as políticas públicas afins e para o “estado de arte”. Esse tipo de análise constitui as

vértebras que se conectam à espinha-dorsal que sustenta esta tese, que se espera ser norteadora e fomentadora de alguns debates em torno dessa problemática.

### **3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a sociogênese das políticas de conservação ambiental em Cabo Verde, os feitos, as suas modificações e seu atrelamento aos discursos internacionais, a partir de uma incursão histórica aos documentos oficiais existentes, abarcando momentos específicos da trajetória do país, desde o período colonial até a pós-independência. Para tanto, através da pesquisa documental realizada junto às instituições que tutelam a pasta do ambiente, identificou-se a primeira Legislação Ambiental de Cabo Verde criada pelos portugueses, o Diploma Legislativo nº 156 de 11 de Agosto de 1928, publicado no B.O. nº 14 de 22 de Agosto de 1928, no quadro legal para a promoção do desenvolvimento dos recursos florestais.

Esse suporte legislativo serviu como ponto de ancoragem para o deslocamento do eixo interpretativo para outros campos conexos de ordem contextual e temporal. Assim, tendo como ponto de partida essa Primeira Legislação Ambiental e com base numa relação diacrônica e dialógica, pode-se traçar um panorama geral em termos da evolução do país no quadro de políticas da conservação ambiental desde o combate à desertificação, passando pela construção de dispositivos antierosivos, até a criação de áreas protegidas nos territórios rurais das ilhas, resgatando, desse modo, as compreensões normativas de áreas protegidas presentes na legislação cabo-verdiana através do Regime Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e, no âmbito internacional, da International Union for Conservation of Nature (IUCN). Também foram analisados os acordos e as convenções assinadas no quadro da gestão ambiental, os instrumentos legais de conservação ambiental que na sequência foram implementados, os atores e as instituições que protagonizaram a sua formatação e execução.

### 3.1 DAS ADVERSIDADES GEOCLIMÁTICAS À EMERGÊNCIA DE UMA LEI PARA O AMBIENTE NO PERÍODO COLONIAL – A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE 1928

Os pequenos Estados, em particular os insulares como Cabo Verde, apresentam restrições específicas que moldam a natureza das suas estratégias de conservação ambiental e do próprio desenvolvimento. Dada a sua reduzida extensão territorial e o seu caráter arquipelágico, situado na confluência de várias e poderosas forças da natureza que se digladiam, este país desde sempre foi fustigado por essas forças num confronto quase que infindável, cujas consequências pouco ou nada lhe são favoráveis (QUERIDO, 2011). Exposto às influências do grande deserto do Saara, muito dependente da conjuntura internacional e muito vulnerável aos problemas ecológicos<sup>16</sup> que atualmente afetam a humanidade, torna-se mais claro o compromisso de suas opções de desenvolvimento endógeno com países terceiros, com recurso, muitas vezes, aos modelos importados de gestão em vários domínios, principalmente na formulação de políticas públicas no campo da conservação, onde os atores internacionais moldam o processo de formulação,

---

<sup>16</sup> Se as ideias do escritor Jorge Barbosa veiculadas nas estrofes dos poemas que se encontram nas páginas seguintes são verdadeiras, somos da opinião de que o desenvolvimento das ilhas de Cabo Verde, reportando ao início da colonização, começou na contramão daquilo que o desafio ecológico impunha. Pois, se quando o descobridor chegou às ilhas não encontrou algo que viabilizasse a sua fixação, pelo menos nos moldes em que estava habituado, e essa inospitabilidade do clima, com forte pendor para a ausência de água, inviabilizou uma ocupação e desenvolvimento à semelhança de Madeira e Açores, portanto uma ocupação eminentemente branca, com cultivo de plantas mediterrânicas como trigo, centeio, cevada, oliveira, etc., suposto seria que, após a “superação do impasse do povoamento das ilhas pela via da mercantilização” do espaço (SILVA, 1996, p. 20), o colonizador investisse ecologicamente de forma a maximizar e bonificar a natureza encontrada. Ainda que se diga que o colonialismo visa sempre extorquir recursos do espaço colonizado, quem quisesse edificar um poder com base num comércio de forma a retroalimentar os descobrimentos no Atlântico Sul com víveres e frescos deveria ter em conta o ecossistema. Porém, como fizemos notar, este só veio a encontrar o primeiro amparo legal a partir dos anos vinte do século XX, em 1928. No domínio da água, por exemplo, pouco se fez, ainda que se soubesse que foi a sua falta, impulsionada pelo clima semiárido, que dificultou o povoamento planejado pelo colonizador. Todavia, mesmo com a independência, a viagem na contramão prosseguiu. Desta feita, com outros “faróis acessos” – o Estado nascente, ciente do fardo herdado no deserto, apesar de ter criado na sua estrutura governamental um Ministério da Agricultura e Águas (Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas: legislação publicada de 1975 a 1985, FAO, 1985, p.25), investiu no melhoramento do clima praticando um reflorestamento profundo do país com espécies como eucaliptos e acácias, procedimento hoje muito criticado, o que contribuiu e vem contribuído largamente para a absorção da água do lençol freático, que já era baixo. Só recentemente pode-se notar a mudança de direção, com investimentos em perfurações, correções de bacias e construções de barragens. O que constitui motivo bastante para afirmarmos que só após cinco séculos e meio atores novos vêm despertando, com um ecletismo de agendas, numa mescla entre velhas/endógenas demandas e novos/exógenos desafios.

participam da elaboração de regulamentos nacionais e da gestão das áreas de conservação ambiental e financiam a execução destas.

Devido a fragilidade do seu ecossistema, e com fraca capacidade de resiliência à exploração excessiva da biodiversidade, Cabo Verde, desde logo, teve a preocupação de adoptar algumas estratégias de desenvolvimento no sentido de uma maior integração do Homem cabo-verdiano na sua relação com o ambiente circundante e nos mecanismos de diminuir os efeitos nefastos das ações antrópicas no território nacional. É nessa moldura de um território com sua especificidade própria que se torna fundamental compreender a sociogênese e as lógicas das grandes políticas ambientais no âmbito da conservação ambiental executadas em diferentes contextos históricos do país, designadamente no período colonial e pós-colonial, e sua contribuição para o desenvolvimento endógeno do país.

Assim, segundo rezam os relatos históricos da colonização portuguesa na África, ainda durante o período colonial, em pleno século XVIII, com o intuito de dar respostas à fraca cobertura arbórea e à fragilidade dos ecossistemas existentes, o naturalista italiano Domenico Agostino Vandelli, que se encontrava a serviço de Portugal, aconselhou aos governantes daquela época a plantação de árvores para minimizar o aspecto desolador em que o arquipélago se apresentava. Aliás, a fraca densidade vegetativa, a falta de chuvas, as fomes destacam-se sempre nos escritos que retratam a história do país desde o seu achamento descobrimento em 1460, e marcaram sempre a história da vivência do povo cabo-verdiano. Situações de adversidades que desafiam quotidianamente os ilhéus e que também merecem a atenção dos grandes poetas das ilhas, sendo dignas de registros.

Nos seus escritos, o poeta e ensaísta cabo-verdiano Jorge Barbosa, um dos maiores protagonistas do movimento literário cabo-verdiano conhecido por Claridoso<sup>17</sup>, revela constantes desafios de sobrevivência enfrentados pelo povo das ilhas desde o momento zero da sua existência – desde os primórdios da colonização. No poema “Prelúdio” do livro *Cadernos de um ilhéu*, de 1956, o poeta recria, reconstitui e descreve as condições naturais em que o arquipélago foi encontrado pelos portugueses em 1460 e 1462:

---

<sup>17</sup> Movimento de emancipação social, cultural e político liderado por um conjunto de intelectuais, que ocorreu em Cabo Verde entre as décadas de 30 e 50 do século XX.

Quando o descobridor chegou à primeira ilha/nem homens nus/ nem mulheres nuas/ espreitando/ inocentes e medrosos detrás da vegetação/.../ Havia somente/ as aves de rapina/ de garras afiadas/ as aves marítimas/ de voo largo/ as aves canoras/ assobiando inéditas melodias. /E a vegetação cujas sementes vieram presas/ nas asas dos pássaros/ ao serem arrastados para cá/ pelas fúrias dos temporais./ Foi o desafio inicial, nessa hora inicial em que começou a cumprir-se/ este destino ainda de todos nós. (BARBOSA, 1956)

E ainda, no dizer do historiador Correia e Silva sobre a situação geoclimática das ilhas,

[...] a posição geográfica de Santiago e o seu sistema ecológico obstavam à possibilidade de uma ocupação camponesa e senhorial, assente na agropecuária alimentar e de auto-subsistência do homem branco. Em princípio, o Cabo Verde quatrocentista não atraía camponeses europeus. Até 1466 a ilha de Santiago, como as demais, encontrava-se muito escassamente habitada. (SILVA, 1996, p.15)

Situações que, não obstante, como indicamos anteriormente na nota de rodapé, desafiavam os construtores do espaço, mas foram dribladas com recurso à busca de externalidades, como a outorga pela Coroa Portuguesa, titular das terras de Cabo Verde, de direitos de livre comércio com a Costa da Guiné com o intuito de atrair populações para povoar as ilhas. Assim, o descobridor ao invés de internalizar o desafio ecológico e procurar minimizá-lo ou superá-lo com respostas sustentáveis, deslocizou-o e o empacotou, postergando-o *sine die*, transferindo o ônus para a posterioridade.

De novo, reportando-se à situação ecológica desse Sahel Insular – Cabo Verde – nas vésperas da independência, eis as palavras saídas da pena de outro escritor cabo-verdiano, Ovídio Martins no seu poema “Seca”:

Árvores de ramos arreganhados a pingarem suor e lágrimas/  
Terra calcinada até à exaustão da angústia/ Almas sideradas até o  
cerne das raízes/  
Árvores sem carne/ Terra de fogo/ Homens bloqueados/  
(espantosamente bloqueados). / Irmãos no cataclismo periódico de  
falta de água/ já sem forças para mandarem/calar o mar.  
(MARTINS, 1962)

Assim, deve-se entender a posição de Cabo Verde com a independência de se inserir no espaço do Sahel, para se beneficiar das ajudas. Os países sahelianos são reconhecidos por características como a seca e a emigração, dois fenômenos que assombram as populações dessas imediações do Saara, sujeitas às constantes migrações e desterritorializações.

Essas peculiaridades ambientais fizeram com que os governantes de então começassem, segundo consta nos documentos oficiais, “a implementar de forma esparsa e tímida alguns dispositivos para ações de arborização, incidindo principalmente nas delimitações topográficas das zonas a arborizar e nas delimitações dos campos de pastagens” (CABO VERDE – DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE, DGA, 2002, p. 5).

Pois desde o povoamento das ilhas verificou-se, em nome da sobrevivência dos ilhéus, uma forte pressão demográfica sobre o território e sobre os recursos naturais, associada à intensificação das secas e, conseqüentemente, da busca desenfreada de recursos para a sobrevivência, com forte impacto ambiental, agravados, sobretudo pela prática de agricultura com técnicas arcaicas, pastoreio livre, corte de árvores para feitura de lenhas como a única fonte de energia na época, com forte impacto na destruição de solos e no estado do ecossistema. Essas práticas degradantes, ao longo dos séculos, destruíram a flora endêmica do país, sendo que em 1975, só existia uma única espécie nativa, o *Sideroxylon marginata* – marmulano.

Em 1928, recorda-se mais uma vez, os portugueses, inspirados nas leis florestais anteriormente aplicadas nas ilhas da Madeira, dos Açores e nas da colônia de São Tomé e Príncipe, criaram (pergunta-se por que só agora) através do Diploma Legislativo nº 156 de 11 de Agosto de 1928, publicado no B.O. nº 14 de 22 de Agosto de 1928, a Primeira Legislação de Cabo Verde, na altura colônia, no sentido de promover o desenvolvimento dos recursos florestais.

Objetivando fundamentalmente a execução de políticas de reflorestamento simbolizadas por “campanhas de reflorestamento”, realizadas através dos Serviços Agrícolas e Florestais, essa legislação, promoveu a conservação das escassas zonas florestais e a biodiversidade existente no território nacional. Do ponto de vista jurídico o referido documento assenta num conjunto de situações relacionadas com as condições para a submissão dos terrenos ao regime florestal, a forma de exploração dos perímetros florestais, bem como os serviços de polícia florestal e os incentivos e apoios para os privados que desenvolvessem ações no sentido da recuperação da biodiversidade local.

De resaltar que essas ações de reflorestamento iniciaram-se primeiro nos territórios submetidos ao regime florestal, nas zonas altas da ilha de Santiago, mais propriamente nos perímetros florestais de Serra Malagueta em 1929, Pico de

António em 1935 e Rui Vaz em 1941.(CABO VERDE, DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA, 2002).

O Diploma Legislativo intencionava, no computo geral, a proteção dos recursos naturais, na perspectiva da conservação ambiental. Nesse sentido, o projeto de reflorestamento realizado pelos Serviços Agrícolas e Florestais no contexto da luta contra a desertificação que ocorreu entre o final dos anos vinte e meados da década de sessenta, com poucas intervenções em relação à gravidade do avanço do processo de desertificação. .(CABO VERDE, DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA, 2002).

As denominadas “campanhas de reflorestamento”, enquanto ações interventivas, marcaram significativamente as políticas ambientais de então e perduraram até os finais da década de 1980. Estima-se que do período em que se aprovou o referido diploma e sua entrada em vigor até a data da independência, haviam sido reflorestados 2.993 ha, sendo 2.213 ha nas zonas bioclimáticas úmidas e subúmidas de altitude e 780 ha nas zonas baixas áridas e semiáridas no arquipélago (MORAIS, 2012).

Salienta-se, em conformidade com as informações recolhidas no II Relatório Nacional do Estado da Biodiversidade (2002), o fato de que a legislação ambiental publicada antes da independência vislumbrou, na sua concepção, uma certa vocação para o desenvolvimento da agricultura, ao mesmo tempo em que deixou transparecer algumas dificuldades no que tange ao desenvolvimento da pesca e preocupações quanto à conservação ambiental, com realce para a proteção de espécies com pouco valor comercial. Situações que mereceram maior atenção na pós-independência, conforme se apresentam nos subcapítulos que se seguem.

Entretanto, apesar das diversidades geográficas e socioambientais dos arquipélagos para os quais o dispositivo Legislativo de 1928 foi criado, no caso de Cabo Verde o mesmo manteve-se em vigor e inalterável até 1985, sem que se tenha praticamente ajustado às condições e às demandas do país.

Contudo, as próprias transformações sociais, políticas e ambientais que vinham e vêm perpassando o país com os novos governantes, que procederam a mudanças institucionais e à desatualização do Diploma diante de algumas situações, este foi perdendo a sua aplicabilidade, o que foi gradualmente levando à sua substituição total em 1985, com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério de Desenvolvimento Rural, consubstanciada no Decreto-Lei nº 32/85 de 30 de Março

de 1985, com a revogação de toda a legislação em contrário, conforme se detalha nos subcapítulos que se seguem.

### 3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA – 1975/1990

Conforme ficou exposto no primeiro subcapítulo, constata-se que as vulnerabilidades do arquipélago despertaram desde muito cedo as preocupações ambientais que marcaram a história do país, embora as legislações publicadas demonstrem maior preocupação na área da agricultura, mormente na proteção do solo para a sua prática. Com a independência em 1975, como se apresenta nos parágrafos subsequentes, as preocupações ambientais aumentaram de intensidade, podendo ser registradas atividades pontuais e isoladas de conservação e proteção ambiental que demonstram que os governos subsequentes têm-se mostrado preocupados com a questão da conservação e com a criação e enquadramento de instituições vocacionadas para a gestão ambiental (CABO VERDE, ESTRATÉGIA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS –ENAP, 2012).

Nesse âmbito, após a independência nacional e, na sequência da crise petrolífera da década de 1970 que levou à recessão países como EUA, num momento em que também já se propagavam os movimentos em defesa do meio ambiente – o ambientalismo – em virtude da forte degradação ecológica, consubstanciada naquilo que hoje é designado de crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, o 1º Governo Independente da República de Cabo Verde, liderado pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde<sup>18</sup> (PAIGC), com o apoio das instituições internacionais, voltou a dar vigor ao reflorestamento intensivo, dada a urgência que havia em se reverter a situação alarmante da degradação ambiental em que o país se encontrava, herdada da era colonial.

---

<sup>18</sup> Partido fundado por Amílcar Cabral em 1956 e que tinha como objetivo a luta pela independência dos países Guiné-Bissau e Cabo Verde. Na altura da independência, em 1975, os dois países foram sujeitos a uma experiência única de governo, pela qual um único partido socialista, o PAIGC, assumia o poder em dois Estados separados. Esse governo único terminou com um golpe de Estado em novembro de 1980. A partir daí, cada Estado seguiu o seu caminho. Os cabo-verdianos, em reação ao golpe, formaram o seu próprio partido – o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).

As preocupações com questões de natureza ambiental e socioeconômica provocado pelas condições climáticas adversas do arquipélago, pela escassa superfície agrícola, como se apresenta hoje no Recenseamento Geral da Agricultura, pelas pressões antrópicas e fracos recursos hídricos, fez com que o Estado Cabo-verdiano recém-independente mostrasse interessado em desenvolver e implementar políticas sociais, económicas e ambientais configurados no 1º Programa Nacional de Desenvolvimento, de 1975 a 1980.

Pode-se afirmar que, de certa forma, o governo cabo-verdiano retomou as políticas da ex-metrópole iniciadas com o Diploma de 1928. Ainda, no âmbito da Organização Política do Estado, foi criado o Ministério da Agricultura e Águas de Cabo Verde (MAA), a partir da Decisão com Força da Lei nº 1/75 de 5 de Julho (1) publicado no B.O. nº1 de 1975 (CABO VERDE – Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas-MDRP, 1985), uma instituição que se pautou pela conservação ambiental, num primeiro momento através de realizações no domínio da introdução de dispositivos antierosivos<sup>19</sup> para proteger o solo e a água e do reflorestamento do país em todas as ilhas.

País insular e saheliano, características advenientes da sua própria condição geoclimática como já foi referido, de poucos recursos naturais, nada comparado a São Tomé e Príncipe, com as suas roças, a sua agricultura e o seu petróleo, ou a Angola com as suas riquezas naturais, como diamantes, ouro, petróleo, grandemente valorizadas pelos portugueses, Cabo Verde, enquanto colônia de Portugal, tinha ficado à margem das prioridades portuguesas durante o período colonial, que subvalorizou o mundo rural cabo-verdiano e revelou baixa preocupação com questões ambientais.

Assim, diante a uma situação caracterizada por um avançado estado de desertificação do país, em partes, fruto das influências do deserto de Sahara e herdada também, do período colonial, o governo de Cabo Verde viu-se diante a necessidade de criar e promover um primeiro programa emergencial para o período compreendido entre 1976/1978, destinado a implementação de uma estratégia sólida no sentido de executar as principais medidas intensivas de luta contra a

---

<sup>19</sup> Conjunto de infraestruturas mecânicas resistentes, como diques, banquetas, muretes, caldeiras e socalcos, construídos nas linhas de água para retenção de água, solos e materiais rochosos que escorrem do montante, com vista a aumentar a recarga dos lençóis freáticos nos leitos das ribeiras e as superfícies de terras cultiváveis, garantindo maior segurança (MOTA, s/d).

desertificação como também solucionar o problema de desemprego que se fazia sentir no mundo rural.

Diante desse cenário de desvalorização do mundo rural e fraca preocupação com questões ambientais, o governo decide modificar o Ministério da Agricultura e Águas, que passa a se chamar Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), de acordo com a Decisão com Força de Lei nº1/77 de 8 de Janeiro de 1977, objetivando não só a continuidade das políticas de conservação, tutelando todos os serviços anteriormente desempenhados pelo extinto Ministério, mas, sobretudo, como forma de responder às demandas do mundo rural, região marginalizada pelos colonos.

Inicialmente as ações do referido ministério foram dar continuidade às políticas de proteção ambiental anteriormente traçadas pelo governo colonial e, assim, minorar os efeitos negativos da erosão e desertificação com a implementação de algumas medidas que se supunham, na época, produzir maior eficácia.

Como já foi dito, o primeiro programa definido para o período de 1976-1990 aconteceu ainda sob a tutela do Ministério de Agricultura e Águas e teve a sua continuidade, posteriormente, em 1977, sob a tutela do Ministério de Desenvolvimento Rural. Durante esse período, foram florestados no país 52.824 hectares, com a fixação de 23.152.218 plantas, foram feitas grandes quantidades de obras de proteção e conservação de solos e água, para além das campanhas de reflorestamento, construção de dispositivos mecânicos e fixação de vegetação herbácea e arbustiva em curvas de níveis (CABO VERDE, DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA, 2002).

Em complemento a essas medidas e como forma de reflorestar maior parte do território nacional, esse Ministério mandou submeter a Regime Florestal Total vários prédios rústicos pertencentes a particulares, nomeadamente na ilha de Santiago, através da Portaria nº 27/81 de 25 de Abril de 1981, visando, sobretudo,

[...] proceder ao revestimento florestal dos terrenos, com vista ao seu aproveitamento para fins de utilidade pública, nomeadamente a criação, conservação e exploração da riqueza florestal, melhoria do regime das águas e a fixação do solo. (CABO VERDE, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - MDR, 1981)

Com a implementação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1980-1985, o Ministério de Desenvolvimento Rural começou o

processo de reflorestamento em todo o arquipélago, visando a conservação dos solos e da água, principalmente nas zonas subúmidas e semiáridas, através de parcerias conseguidas junto governo holandês que em cooperação com o governo de Cabo Verde, financiou esse projeto de recuperação e proteção ambiental.

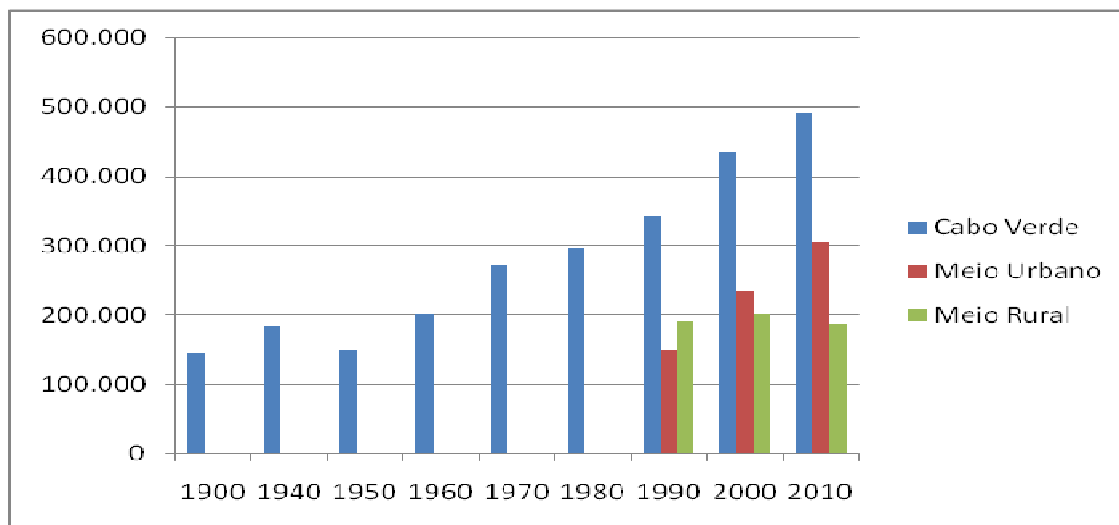
Contudo, a problemática do mundo rural exigia respostas urgentes, porque albergava maior percentagem da população, que se aproximava dos 190 mil habitantes, com uma carga elevada de analfabetismo (87%), numa população total no país que rondava os 300 mil habitantes, segundo os dados do MDR e INE (2010), conforme mostram a Tabela 1 e o Gráfico 2.

O peso da pobreza nessa parcela do território nacional era também considerável, visto que se vivia exclusivamente da pecuária e da agricultura num contexto de má distribuição de terras (concentradas nas mãos de uma pequena minoria), sobretudo nas ilhas de Santiago e Fogo, onde vigoravam grandes propriedades cujos donos eram da família do morgado<sup>20</sup> e, na maioria das vezes, eram absentistas, ou seja, não viviam nessas terras. Era precária a sobrevivência das populações, sem alternativas que não fossem a agricultura e a pecuária, atividades sujeitas aos caprichos das chuvas escassas e irregulares.

---

<sup>20</sup>Termo utilizado para designar o possuidor de grandes propriedades ou morgadios que vigoraram em Cabo Verde durante o período colonial. É uma forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos. No regime de morgadio, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e não suscetíveis de partilha por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogênito. Assim, o conjunto dos bens dum morgado constituía um vínculo, uma vez que esses bens estavam associados à perpetuação do poder económico da família de que faziam parte, ao longo de sucessivas gerações.

**Gráfico 2 - Evolução da População residente em Cabo Verde por meio de Residência (1900 - 2010)**



**Fonte:** Cabo Verde-INE. Elaborado pela autora, 2013.

Assim, em 1978, o Ministério de Desenvolvimento Rural cria, através do Decreto nº 114/78, o Fundo de Desenvolvimento Agro-Pecuário (FDA), com sede na cidade da Praia, capital do país. Uma instituição de vocação eminentemente rural, cujos objetivos eram apoiar a produção agrícola e pecuária estatal e cooperativa, mobilizar meios indispensáveis para o seu incremento, bem como apoiar a execução de medidas de emergência em face da penúria e das calamidades naturais que causariam danos nas culturas alimentares. O Fundo de Desenvolvimento Agro-Pecuário, através de suas políticas, de certa forma veio a responder, em certa medida, às demandas da população rural, que passou a ser orientada na forma de praticar a agricultura e pecuária, bem como se beneficiou de recursos para a materialização de atividades básicas de sobrevivência.

Ademais, entendendo que a agricultura praticada era rudimentar e carecia de orientações técnicas, que havia a necessidade de rotação dos cultivos e, ainda, que a prática da pecuária num sistema de pastoreio livre e descontrolado, como vinha sendo e é praticado em Cabo Verde, contribui para o processo de desertificação, a partir da década de 1980, o mesmo Ministério, através do Decreto-Lei nº 99/81 de 5 de Setembro, cria o Centro de Desenvolvimento Pecuário (CDP), com sede em Trindade, ilha de Santiago, como forma de fazer face aos condicionalismos ecológicos decorrentes da prática pecuarista, promover o fornecimento de espécies melhoradas e o melhoramento de esquemas de pastoreio, dentre outras ações.

As atividades do Centro de Desenvolvimento Pecuário eram coadjuvadas pelo Serviço de Extensão Rural, em que os técnicos orientavam a população através de ações de informação, formação e sensibilização, permitindo que esta adquirisse um *know how* em termos de técnicas de uso e manejo para as áreas demarcadas de florestação, da agricultura, como também no uso das pastagens de forma sustentável e durável. Orientação técnica que permitiu que a população aumentasse a sua produtividade e os seus rendimentos, protegendo também, em parte, a biodiversidade.

Analisando as funções desempenhadas tanto pelo Fundo de Desenvolvimento Agro-Pecuário como pelo Centro de Desenvolvimento Pecuário, vislumbra-se que a introdução de profundas reformas no sentido de resolver de maneira célere os problemas do mundo rural constituía a espinha dorsal do Ministério de Desenvolvimento Rural. Isso fica patente quando, também em 1981, a dita instituição cria uma Comissão Interministerial de Formação para o Desenvolvimento Rural através do Decreto nº50/81; aprova as Bases Gerais da Reforma Agrária através da Lei nº 9/II/82 e através dos Decretos-Leis nº37-A/83 e nº39/83 regula os critérios e os processos de indenização por expropriação no âmbito da Reforma Agrária, assim como a expropriação para os seus efeitos.

Com a Reforma Agrária de 1984, que tinha o objetivo de contornar o marasmo, a inércia e o bloqueio em que se encontrava o campesinato desde o período colonial, acreditava-se configurar uma das principais políticas públicas direcionadas para o mundo rural, no sentido de resolver os problemas da pobreza e do desemprego. Os casos periclitantes de Santiago e Fogo, que se sintetizam em “gente sem terra” e “terra sem gente”, pareciam ter vislumbrado uma luz no fundo do túnel.

É possível perceber também que havia uma preocupação por parte dos governantes no sentido de conciliar o desenvolvimento do mundo rural com as políticas ambientais, ainda que não existisse um ministério exclusivamente vocacionado para o ambiente. Nesse sentido, a implementação de políticas de preservação ambiental, como a proteção do solo através da construção de dispositivos antierosivos; as campanhas de reflorestamento das zonas costeiras; a realização de atividades ocasionais que proporcionou a criação daquilo que veio a

se chamar “Brigadas de Strada<sup>21</sup>”, que também ajudavam a criar postos de trabalho, sobretudo feminino, a fim de aliviar o desemprego no mundo rural, constituem exemplos dessa conciliação. As “Brigadas de Strada” foram posteriormente transformadas em Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e, mais recentemente, em frentes controladas pelas associações locais, acompanhadas da importação de várias espécies de animais do leste, principalmente suínos da ex-Iugoslávia e da Ucrânia, no sentido de melhorar as espécies existentes. Esse conjunto de iniciativas demonstra que o governo conjugava suas ações entre, por um lado, as políticas de preservação ambiental, dirimindo as consequências das secas, e, por outro, as estratégias de combate ao desemprego, apostando na criação de emprego de caráter temporário via criação da FAIMO, com base nas parcerias internacionais, promovendo e diversificando atividades em prol do desenvolvimento do mundo rural.

Apesar das políticas relativas ao meio ambiente levadas a cabo pelo Ministério de Desenvolvimento Rural, que era também responsável por essa área de acordo com a Lei Orgânica do MDR, consubstanciada no Decreto-Lei nº 32/85 de 30 de Março de 1985, o artigo 1º dessa lei declara que o MDR é um departamento governamental encarregado da concepção e aplicação da política relativa ao setor do desenvolvimento rural e que este constitui um setor prioritário na estratégia do desenvolvimento nacional. Diante dessa lei e das novas funções dessa instituição, é possível deduzir que o meio ambiente ficou relegado novamente a um plano secundário em detrimento das problemáticas do meio rural. Aliás, dos doze organismos que conformam a estrutura desse ministério, o único que melhor respondia à problemática ambiental, mormente nas vertentes de proteção do solo e combate à desertificação era a Direção-Geral da Conservação dos Solos, Florestas e Engenharia Rural, composta por dois miniorganismos: a Direção dos Serviços Florestais e a Direção da Engenharia Rural.

A criação da Direção dos Serviços Florestais surgiu da necessidade de um serviço que assegurasse as ações de reflorestamento no país de forma planificada, organizada de forma sustentável e durável. Assemelhando-se aos Serviços Agrícolas e Florestais do período colonial, tinha como principal objetivo

---

<sup>21</sup> Termo crioulo que significa trabalho feito pelas populações. Como eram excutados na maioria das vezes na limpeza e manutenção das vias de acesso – estradas e caminhos vicinais, tomaram esse nome todos os trabalhos ulteriormente feitos pelas populações como forma de lhes garantir empregabilidade.

[...] implementar a política governamental para o setor florestal, visando ainda: inverter o processo de desertificação e melhorar as condições de vida das populações; restaurar o patrimônio ecológico pela constituição e manutenção da cobertura vegetal e pela adoção de técnicas de Conservação de Solos e Água (CSA); explorar de forma racional os recursos naturais, com vistas a contribuir para a satisfação das necessidades básicas das populações (CABO VERDE, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS - MDRP, 1985, p. 54).

No cumprimento dos seus objetivos, mormente no que tange à exploração racional dos recursos naturais, a Direção dos Serviços Florestais se deparou com sérias dificuldades no corte de árvores que iam sendo plantadas, colocando em causa o processo de combate à desertificação e a proteção da biodiversidade em curso. Diante dessa situação verificada pelos técnicos daquela direção, das suas reivindicações em virtude dos problemas encontrados no exercício do cumprimento das suas funções no território fizeram com que o governo da Primeira República publicasse a portaria nº 86/85 no suplemento do B.O. nº 52 de 31 de Dezembro de 1985.

A partir dessa portaria, o Ministério de Desenvolvimento Rural, que ainda mantinha sob a sua tutela a pasta do ambiente, regulou a situação dos perímetros florestais no espaço nacional, através de suportes jurídicos, com medidas que passavam pela conservação dos solos, de combate à erosão. Assim, em 1989, o Decreto-Lei nº 62/89, de 14 de Setembro, viria a revogar, em partes, o aspeto do Regime Florestal do Diploma Legislativo nº 156 de 11 de Agosto de 1928 que, apesar de sua fraca aplicabilidade no arquipélago, mantinha-se inalterável até então, na sua estrutura e concepção. Isto no sentido de possibilitar as condições que permitissem a implementação do Programa Florestal Nacional, concebido para um período de cinco anos configurados no IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), uma medida que se enquadra também no âmbito da adesão de Cabo Verde ao Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS), já anteriormente reportado.

De salientar que o novo Regime Florestal objetivava a regulamentação e a criação de novas áreas florestais, promovendo ainda formas possíveis de gestão, numa clara assunção que distinguisse o Regime Florestal de Produção do Regime de Proteção. Aliás, segundo a referida lei, o Regime Florestal de Proteção tem como

objetivo a persecução de finalidades ecológicas tais como: a restauração e conservação dos solos, o restabelecimento e a manutenção dos equilíbrios naturais.

Entretanto, no quadro de desenvolvimento do mundo rural, continuamente procurando minimizar os efeitos da seca e consolidar a produção de agricultura, sivicultura e pastorícia, por meio de cobertura florestal, o IIº Plano Nacional de Desenvolvimento, que compreendia o período de 1986-1990, projetou florestar inicialmente cerca de 20 mil hectares no país, o que foi largamente ultrapassado com a arborização de 30.601 hectares, cuja fixação de plantas ronda aos 12.890.964 plantas. (CABO VERDE -DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA, p.7-8). Na segunda República, mais concretamente entre os anos 1991-1995, viria-se a implementar o IIIº Plano Nacional de Desenvolvimento num período em que também o país já estava se engajando na Convenção das Nações Unidas na Luta Contra a Desertificação (UNCCD), cujo objetivo é lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca, priorizando em particular a África.

Posto isso, fica evidente que, após a independência e durante a Primeira República, ou seja de 1975 a 1990, o desenvolvimento rural foi considerado o setor prioritário do governo. A criação das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra e a institucionalização de planos de emergência anuais que definiam as ações no âmbito da construção das infraestruturas eram, segundo Pina (2008) até aos anos 90, assistidas pela ajuda financeira internacional através da contrapartida da ajuda alimentar vendida no mercado nacional e das doações financeiras. Ajuda essa que era utilizada, por um lado, como forma de superar o déficit alimentar e, por outro, transformada em recursos suscetíveis de serem aplicados no desenvolvimento do país.

Porém, Pina (2008) resalta que apesar do reconhecimento do importante papel desempenhado pelas FAIMO, muitos consideram que a sua filosofia de funcionamento era essencialmente assistencial, mas estas foram transformadas num elemento permanente de segurança social. Vistas desse prisma, e numa crítica a esta política de desenvolvimento rural do Governo, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, através de um Relatório sobre Cabo Verde e Governança Local na Perspectiva de Redução da Pobreza salienta que “as FAIMO não ofereceram soluções adequadas para a saída da pobreza no meio rural; pelo contrário, cristalizaram e reproduziram a mentalidade de assistidos face ao Estado-

providência” (ONU-PNUD, 2002, p. 28). Caso para dizer que essa situação, com respaldo ainda hoje, gerou na população rural

[...] uma dependência econômica crônica ao emprego, acompanhada de uma série de constrangimentos, quais sejam, a desresponsabilização das populações alvo em relação às infraestruturas construídas, que os agricultores consideram como prioridades do Estado, atribuindo a este a responsabilidade pela manutenção; os baixos salários e atrasos nos pagamentos; a ausência de controle, seguimento e avaliação dos projetos que, por sua vez, despertou um certo mal-estar por parte dos parceiros que decidiram apostar no associativismo rural, elegendo-o como estratégia ideal, direcionando a ajuda para as comunidades rurais e responsabilizando-os por sua própria gestão. (PINA, 2008, p.3)

Com relação às políticas ambientais, todas as orientações, apesar de incidirem quase que exclusivamente no combate à desertificação e nos programas de robustecimento e construção de estruturas e/ou dispositivos mecânicos de conservação do solo e da água, como diques, arretes, socalcos, banquetas e caldeiras (CABO VERDE, DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE – DGA, 2002), propiciaram sobremaneira o desenvolvimento do meio rural. Até porque a construção desses dispositivos exigia mão de obra, sendo, por conseguinte, também geradora de emprego. Foi durante esse período que começaram a ser definidos os organismos com vocação para a gestão ambiental e a produção de uma legislação específica que integrará as novas medidas legislativas que visam a preservação dos recursos naturais.

É de se afirmar que em Cabo Verde a política ambiental recém começou a emergir, ou melhor, começou a ter um destaque de política social prioritária. O pouco que se fez, ainda no bojo do período colonial com continuidade no imediato pós-independência, foi pensado na penúria a que as ilhas e as suas gentes estavam votadas. Daí entende-se tanto a sua estreita articulação com o combate à miséria como a sua introdução em ministérios diretamente ligados à resolução de problemas sociais, mormente os decorrentes do mundo rural, atravessando diversas políticas setoriais: na implementação de florestação, na agricultura, na pecuária, no combate ao desemprego, etc. Cedo se percebeu a necessidade de criar planos de emergência nacional e um conjunto de dispositivos jurídicos que, em um só tempo, servissem para enfrentar os ciclos de seca e de cheias e minimizar as agruras das populações. Viu-se que para alguns problemas ambientais havia soluções, ainda que parcialmente, pois os recursos eram escassos, daí também a articulação acima referida com outras prioridades, como o combate à miséria.

Contudo, para alcançar a eficácia das suas medidas, o país aprofundou as relações de cooperação regional e internacional. A constante procura de sinergias entre o Estado e instituições como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, permitiu que o Estado assumisse uma orientação institucional estratégica (porém com agendas franqueadas de outros interesses e latitudes), visando a obtenção de melhores resultados em termos de conhecimento e sua utilização no processo de desenvolvimento. Para tal, os governantes acharam que era fundamental a adesão do país aos acordos, tratados e convenções internacionais no sentido de se proteger contra os riscos ambientais externos e obter o apoio internacional necessário. Situação que veio a se consolidar na Segunda República, ou seja, a partir de 1990, conforme se apresenta no subcapítulo que se segue.

### 3.3 DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: ENTRE ACORDOS E CONVENÇÕES – 1990-2013

É certo que o governo de 1975-1990 revelou preocupações com questões ambientais e rurais que se materializaram através de políticas de combate à desertificação e erosão do solo, da introdução de novas espécies na pecuária, de novas sementes na agricultura e combate à pobreza e ao desemprego no meio rural, e também com a implantação da Reforma Agrária. Também não é menos verdade que foi só a partir da década de 1990, com a posse de novos atores na arena política nacional, que se começou a vislumbrar novas tendências em termos de políticas ambientais, iniciando pela polêmica criação de zonas de desenvolvimento turístico e integrados (ZDTIs), nas ilhas de Boavista e Maio, já em curso, com a criação de grandes cadeias hoteleiras que “penetram” as zonas costeiras. Uma iniciativa que tem causado várias celeumas, por seu aspecto negativo em termos de impactos ambientais, de espoliação de terras para a agricultura e limitação de acesso às populações mais vulneráveis que da terra dependem, configurando-se esses espaços em novas ilhotas no seio das ilhas para bonificar a economia com o turismo.

Salvaguardando as polêmicas criadas em torno das ZDTIs, foi também nessa década que se desenharam legislações ambientais que mais tarde se traduziram em

instrumentos legais que possibilitaram a criação de áreas protegidas e parques naturais, também não isentas de contestações no que tange aos seus efeitos junto às comunidades rurais.

Como se vê, a década de 1990 emerge como aquela em que a questão ambiental atinge maior visibilidade no cenário internacional, com a Rio-92 e a assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Aliás, nos documentos consultados, o conceito de biodiversidade só apareceu pela primeira vez num programa oficial de governo em março de 1996, o que demonstra que nessa década o ambiente ganha um novo impulso e cunho institucional em Cabo Verde e se constitui tema obrigatório na agenda política, num contexto marcado pela reestruturação democrática, em que as organizações não governamentais e a própria sociedade civil são chamadas a participar, assumir e criar mecanismos de gestão dos territórios, principalmente nas regiões onde menos se faz sentir a presença estatal através das suas políticas públicas.

Como registra o primeiro Relatório Nacional do Estado da Biodiversidade em Cabo Verde,

Jusqu'à présent, la réalisation d'activités dans la conservation des ressources faunistiques et floristiques de l'Archipel, n'a pas compté avec la participation des communautés locales, leur participation dans la gestion de ces ressources étant quasiment nulle. La SNPA-DB a conseillé la création d'incitations pour la motivation et la participation effective des différentes classes d'usagers des ressources biologiques locales. Dans le cas contraire, toutes les actions déjà développées ou à être développées par les Organisations Publiques et/ou Privées n'auront aucun effet positif sur la gestion que l'on prétend *durable* de la diversité biologique. (CABO VERDE, I RELATÓRIO NACIONAL DO ESTADO DA BIODIVERSIDADE, 1999, p.54)

O discurso participacionista em Cabo Verde trouxe para a arena entidades como:

En plus des institutions publiques, on met en exergue le rôle des Organisations Non Gouvernementales (ONG's), notamment l'Association des Amis de la Nature (AAN), financée par ses associés et par la SHELL-Cap Vert, qui concentre ses actions sur le (re)boisement de l'île de S.Vicente, et l'Association pour la Défense de l'Environnement et le Développement (ADAD), financée par ses associés, qu'a inclus dans son programme des actions de sensibilisation pour la conservation de la faune et de la flore du Cap Vert et des campagnes de plantation d'arbres. (CABO VERDE, I RELATÓRIO NACIONAL DO ESTADO DA BIODIVERSIDADE, 1999, p. 54)

Ademais, pelo que ficou exposto nos parágrafos anteriores, confirma-se que a conservação ambiental no arquipélago vem sofrendo, ao longo dos tempos e

momentos políticos, uma sequência de ações, mesmo que a legislação em matéria de proteção de recursos naturais em Cabo Verde tenha limitado-se a casos pontuais de proteção florestal, da fauna e da flora silvestre, além dos solos, pelo menos até finais da década de 1980.

Analisando-se a trajetória do país a partir da década de 1990, período em que se deu a abertura política que conduziu o país pela primeira vez às urnas, derrubando o regime de partido único, o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV), que se encontrava há 15 anos no poder (de 1975 a 1990), o novo governo, liderado pelo Movimento para Democracia (MPD), incorporou a liberalização do país, reformando as suas políticas e economias, num cenário em que tanto Cabo Verde como outros estados africanos, e não só, encontravam-se reféns das doações internacionais para as suas sobrevivências.

Assim, Cabo Verde e outros países que se encontravam na mesma situação tiveram que combater o Estado forte, propondo a privatização e a descentralização das funções estatais, as liberdades civis, a boa governança e a liberdade de circulação de capital. Situações que levaram a uma retração do Estado enquanto entidade reguladora, com reflexos contundentes para as populações mais desfavorecidas, sobretudo as do mundo rural, que novamente vão ser relegados ao esquecimento, ficando à mercê tanto da livre concorrência como dos apoios das ONGs e do movimento associativo, das mais diversas Organizações Comunitárias de Base (OCB), que são estimuladas como panaceia para amenizar os efeitos de políticas demoliberais.

Em Cabo Verde, em campos que direta ou indiretamente têm a ver com a matéria em questão, segundo defende Pina (2008) no seu artigo *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos da revitalização rural*, essas organizações foram impulsionadas pela cooperação americana no âmbito da ajuda alimentar a Cabo Verde por intermédio da ONG americana *Agriculture Cooperative Development Internacional/Volunteers Overseas Cooperative Assistance* (ACDI-VOCA), em parceria com a Direção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária, ou ainda por modelo CBTA (*Community Based Technical Assistance*), cujo objetivo diz-se ser o de promover o crescimento económico e o desenvolvimento da sociedade civil em democracias emergentes nos países em vias de desenvolvimento, oferecendo uma gama compreensiva de serviços de assistência técnica, fomentando também a criação de associações,

cooperativas e instituições financeiras na África, América Latina, Oriente Médio e Ásia. Portanto, uma iniciativa que (a parte o juízo de valor) reporta aos reparos efetuados por Robert D. Putnam (1996), de que muito mais do que as instituições, com as suas regras e normas, importam as organizações e as relações entre as pessoas.

Nas ilhas, a ACDI-VOCA estabeleceu, conforme demonstra Pina (2008), como meta reduzir a pobreza através da criação de emprego e contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola, com base na participação da comunidade na definição, execução e gestão dos seus projetos, promovendo o *empowerment* das comunidades locais/rurais. O primeiro programa adotado pela ACDI-VOCA para apoiar essa política foi o PL480 (*Food For Peace Program*) iniciado em 1992, posteriormente adotado por outros parceiros internacionais com presença em Cabo Verde. Esse programa, segundo a autora, foi o grande impulsionador na criação e proliferação de associações comunitárias no país, principalmente nas ilhas com vocação agrícola, como Santiago, Fogo e Santo Antão, tanto que no ano 2000 foi adotado pelo Programa Nacional de Luta Contra Pobreza no Meio Rural (PNLPR) que iniciou as suas atividades em julho do mesmo ano, contemplando um período de nove anos (2000-09) financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que para melhor cumprir os seus objetivos exigiu que se criasse um mediador junto das comunidades alvo – as Comissões Regionais de Parceiros (CRP) nas ilhas e regiões, cuja função é apoiar as Associações de Base Comunitárias (ACB) com assistência técnica e assessoria.

Nesse sentido, verificou-se, de certa forma, uma nova imposição e/ou assimilação das agendas internacionais, incentivada pelas organizações não governamentais, pelas religiões e pelos discursos dos *experts* internacionais e suas organizações, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e suas agências, desta vez com diretrizes emanadas pelo Consenso de Washington, quais sejam, a privatização, a descentralização e a ênfase forte na técnica em detrimento da política.

Na senda dessas transformações que marcaram a década de 1990, os ideais da conservação ambiental que vinham consagrando-se oficialmente no país desde a sua independência e que tinham requerido continuamente um conjunto de ações, fizeram com que os novos atores políticos se ajustassem às novas demandas em

prol da conservação ambiental, num momento em que a crise ambiental impunha ao mundo repensar o modelo de desenvolvimento e descobrir que os recursos naturais são finitos e estão em perigo. Trata-se de uma conscientização do caráter limitado e finito dos recursos naturais e também dos efeitos nefastos da poluição, num momento em que se vislumbra no país o rumo a ser tomado em face da necessidade de estabelecimento de verdadeiras políticas públicas ambientais, dos instrumentos legais para a proteção do meio ambiente e de instituições específicas para defendê-lo.

A “nova largada” passava indubitavelmente pela adesão, assinaturas, ajustes e ratificações de leis, inclusive ambientais. Segundo Drobenko,

[...] ao mesmo tempo – e pela primeira vez na breve história da Humanidade –, os seres humanos são capazes de destruir de forma irreversível, certos ecossistemas, certas espécies ou espaços, mas também as condições globais de vida sobre o Planeta. (KISHI, 2005, p. 61)

Assim, é atribuída à problemática ambiental uma grande importância num momento em que o maior desafio global é o de construir um regime internacional ambiental comum, conforme propõe o Relatório da Comissão sobre a Governança Global (1996) que promova mudanças de comportamento dos seus principais atores, colocando em pauta nas reuniões planetárias a imprescindibilidade da criação de políticas globais de desenvolvimento sustentável e a urgência de atitudes ecologicamente responsáveis. Ideias de resto compartilhadas pela Hartmann (2009) que defende que mais do que um direito do meio ambiente, almeja-se um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sobretudo através da conscientização da finitude dos recursos naturais e das intervenções dos diferentes atores para a sua proteção.

Como já afirmamos, para Cabo Verde a luta pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado vem acompanhada da luta pela justiça social (questão fundiária, luta contra pobreza e desemprego no meio rural), embora se perceba através dos primeiros programas de desenvolvimento do país uma fraca preocupação com os poucos recursos naturais existentes, aliada à falta de consciência ecológica que ao longo dos tempos em nada inspirou a história do arquipélago para a proteção do meio ambiente. História marcada grandemente pela impunidade de práticas predatórias, existentes também em outras paragens como

Brasil, Senegal, Moçambique, Angola, em prol da sobrevivência humana, num país em que as taxas de pobreza e desemprego são elevadas, somando a isso a própria condição de subdesenvolvimento.

Entretanto, diante da situação de crise ecológica e das possibilidades de criar um sistema de governança global em prol do ambiente, ao país impôs-se um duplo desafio: responder às demandas e pressões internacionais das instituições com as quais é signatário de acordos, convênios ou parcerias e adaptar esses instrumentos legais de conservação ambiental às reais condições internas do arquipélago. Assim, o ambiente enquanto alicerce do desenvolvimento passa a ser representado nos discursos dos “agentes de desenvolvimento” (SARDAN, 1985) como um dos pilares e um dos instrumentos chave do desenvolvimento sustentável.

Perspectivada dessa forma a situação do país, o que marca indelevelmente essa “nova largada” em termos de políticas ambientais é a assinatura da Convenção sobre a Biodiversidade em junho de 1992, aprovada através da resolução nº73/IV/94 de 20 de outubro de 1994 e ratificada em 29 de março de 1995, em que Cabo Verde se comprometeu diante da Comunidade Internacional a colocar em ação os objetivos e os princípios que fazem parte desse documento no sentido de diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de outras gerações, através da conservação e da utilização sustentável da biodiversidade (CABO VERDE-SECRETARIADO EXECUTIVO PARA AMBIENTE - SEPA, 1999).

Na sequência da assinatura da Convenção sobre a Biodiversidade e após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – a Eco-Rio ou Rio 92 – realizada no Rio de Janeiro em 1992, cujo propósito era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico (evento ocorrido após 20 anos da realização do primeiro grande evento sobre meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972), Cabo Verde aprovou e adotou o seu primeiro instrumento legal ambiental – a Lei de Bases da Política do Ambiente – Lei n.º 86/IV/93 de 26 de Julho. Essa lei é orientada pelos princípios de prevenção, baseando-se na redução ou eliminação das causas dos impactos ambientais negativos e/ou na correção dos efeitos das ações ou atividades suscetíveis de alterar a qualidade do ambiente. A mesma associa explicitamente o meio ambiente ao ordenamento do território e ao planejamento econômico, estipulando que deve existir um único órgão nacional responsável pelas políticas relacionadas à

problemática ambiental, ao ordenamento do território e ao planeamento económico, tanto em nível global quanto setorial.

Essa lei constitui um documento resultante de um esforço teórico-legislativo que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural, num período em que o Estado já tinha consagrado na Constituição da República do país o Direito ao Ambiente enquanto direito fundamental.

Para além da fixação das grandes orientações e da definição do quadro legal que deve pautar as relações homem-ambiente, a Lei de Bases da Política do Ambiente abarca: declarações de intenções para a conservação das espécies de flora e fauna; a intenção da criação de uma rede de áreas protegidas; medidas para a conservação dos solos e das águas; intenções de criação de leis para estudos de impacto ambiental, que posteriormente foram criadas, designadamente o Decreto-Legislativo que estabelece o Regime de Avaliação e Estudo de Impacte Ambiental (Decreto-Legislativo n.º 14/97 de 1 de julho) e o Decreto-Lei que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental (CABO VERDE, Decreto-Lei n.º 29/2006 de 6 de março); instrumentos da política ambiental, dentre outros (CABO VERDE, Boletim Oficial n.º 27, de 26 de Julho de 1993, I Série).

Em complementaridade a essa lei, foram publicados em 1997 decretos regulamentares constantes no B. O. N.º 25, 1997, I Série, em que se faz referência às áreas de conservação das espécies e à criação de áreas protegidas.

A criação e a formatação contínua dessas leis, complementadas pelos vários decretos, traduzem preocupações do Estado em criar uma legislação que se esperava ser adequada para a proteção do nosso modesto patrimônio ambiental, mas também em conceber e executar políticas públicas integradas para conservar o território e as culturas locais, alinhando a prática institucional ao padrão internacional de proteção ambiental. Pois, ao apostar-se na importação e ao implementarem-se as políticas públicas de acordo com os parâmetros internacionais, pressupõe-se também a aceitação das normas<sup>22</sup> que conduzem ao cumprimento de tais

---

<sup>22</sup> Nos termos do art. 12 da Constituição da República de Cabo Verde, o Direito Internacional, geral ou comum, integra a ordem jurídica Cabo-verdiana, enquanto vigorar a ordem jurídica internacional. Foi nesse sentido que o país aderiu e ratificou várias Convenções Internacionais, em matéria de meio ambiente, destacando-se dentre essas: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Assembleia Nacional: Lei n.º 17/II/87, 3 de Agosto; Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação, Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, ratificada em 8 de Março de 1995; Convenção sobre a Diversidade Biológica, Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94 de

parâmetros. Isso passa necessariamente pela criação de um sistema jurídico, bem como dos dispositivos legais que regulamentam as diversas formas de conservar o ambiente, que incluem a conservação do ar, água, fauna, flora, solos, ruídos, etc.

Nesse sentido e em nível estratégico, Cabo Verde, em função da adesão aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 21 e acordados na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (1992) elaborou o seu primeiro Plano de Ação Nacional para Ambiente (PANA I) em 1994, cujos objetivos se fundamentavam na promoção de um desenvolvimento durável baseado nas potencialidades e recursos de modo a melhorar as condições de vida das populações e na criação de uma instituição nacional responsável pela política ambiental, capaz de propor normas e regulamentos e fiscalizar a atividade dos agentes públicos e privados que intervêm no espaço nacional (CABO VERDE – II PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA AMBIENTE - PANA II, 2004, p.5).

Ao mesmo tempo, o país adotou e implementou três convenções internacionais de destaque: a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção da Luta Contra a Desertificação dos Países gravemente afetados pela seca ou desertificação (CLCD) e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A partir dessas convenções, foram elaborados em 1999 a Estratégia e Plano de Ação sobre a Biodiversidade e a Estratégia e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas. Em 2000 desenvolveu-se e aprovou-se o Programa de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN-LCD), utilizando uma aproximação participativa de todos os atores da sociedade civil, incluindo associações e ONGs.

---

20 de Outubro, ratificada em 29 de Março de 1995; Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas, Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro, Ratificada em 29 de Março de 1995; Convenção de Viena referente à Protecção da Camada de Ozônio, Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março, aprovada em 6 de Julho de 2001; Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozônio, Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/97, de 31 de Março e ratificada em 6 de Julho de 2001; Estratégia Nacional das Áreas Protegidas – 2013/2022; Regulamentação Comum/CILSS, Homologação de Pesticidas, Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/2005, de 10 de Março; Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), Conselho de Ministros: Decreto n.º 1 /2005 de 21 de Março, ratificada em 10 de Agosto 2005; Protocolo de Cartagena sobre a segurança biológica: Protecção no domínio da transferência, manipulação e utilização segura de organismos geneticamente modificados, Conselho de Ministros: Decreto n.º 9/2005, de 26 de Setembro; Convenção de Ramsar – Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas: Decreto n.º 4 /2004 de 18 de Novembro e ratificada em 18 de Novembro de 2005; Convenção de Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem: Decreto n.º 13 /2005 de 5 de Dezembro e ratificada em 18 de Janeiro de 2006 (CABO VERDE, Estratégia Nacional de Áreas Protegidas (ENAP), 2012, p. 30-31).

Sendo signatário da Convenção sobre a Biodiversidade e para cumprir as obrigações decorrentes desta vinculação, e também porque um dos objetivos do PANA I era a criação de uma instituição nacional para política ambiental, criou-se no país pela primeira vez, em 1995, uma instituição responsável pela Política Nacional em matéria de Ambiente – o Secretariado Executivo para Ambiente (SEPA), que veio demonstrar que a problemática ambiental ganhava uma nova dimensão.

Com as constantes alterações institucionais, o SEPA, através do decreto lei n.º 8/2002 de 25 de fevereiro de 2002, que aprova a lei orgânica do Ministério da Agricultura e Pesca e define as atribuições no domínio do ambiente e dos recursos naturais, foi transformado em Direção Geral do Ambiente (DGA)<sup>23</sup>, serviço central responsável pela coordenação da política ambiental cujo objetivo principal é a definição de políticas ambientais e a fiscalização e implementação dessas mesmas políticas. Antes da sua transformação e sob a tutela do Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente (MAAA), o SEPA produziu o primeiro relatório sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica em 1999, documento publicado com financiamento de GEF/PNUD, completando assim, em primeira mão, a sua Estratégia Nacional e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade (PANA I) em fevereiro de 1999.

Na sequência do PANA I seguiu-se o PANA II, traçado para um horizonte de dez anos, ou seja 2004-2014, e caracterizado pela elaboração participativa de planos de ações municipais e intersetoriais, numa perspectiva integrada, ambos financiados pelo governo dos Países-Baixos. Paralelamente às ações do Plano Nacional para a Biodiversidade e da Lei de Bases para o Ambiente, foram publicados o Código de Água e o Código Florestal, sendo este último elaborado com fins de atualização das normas para uma gestão durável dos recursos e para a transferência de competências às regiões e comunidades.

Assim, no âmbito da cooperação internacional para conservação e proteção da biodiversidade, o Estado de Cabo Verde, enquanto agente tutelar de políticas públicas nacionais vem adotando, através da Direção Geral do Ambiente em parceria com a GEF/PNUD e os *policy makers*, estratégias específicas no sentido de assegurar a preservação do meio ambiente com a implementação de políticas que

---

<sup>23</sup> Órgão que tutela a pasta de ambiente do ano de 2002 até a atualidade.

visam a criação principalmente de áreas protegidas nas diferentes ilhas, contribuindo para a prevenção e/ou eliminação de práticas consideradas nocivas à conservação, cujos efeitos se traduzem no maior controle das atividades extrativas e agrícolas existentes nos territórios abrangidos.

Deve-se salientar que o engajamento político do governo de Cabo Verde e as políticas governamentais realizadas para a promoção do desenvolvimento ambiental sustentável tiveram em consequência, como já foi dito, a ratificação de várias convenções internacionais (sobre biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação), a assinatura de alguns protocolos e a execução destes no território nacional. Dentre essas adesões, podem-se destacar as convenções sobre a biodiversidade, mudanças climáticas e controle da desertificação, nomeadamente: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Convenção Relativa à Proteção Mundial do Patrimônio Cultural e Natural, Convenção da Basileia sobre os Movimentos Transfronteiriços, Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição, Convenção de Viena sobre a Proteção da Camada de Ozônio e Protocolo de Montreal sobre as substâncias que poluem a camada de ozônio.

Com a retomada do governo pelo PAICV em 2001, as agendas de demarcação do mundo rural ganham novas configurações, como a construção de barragens; a microirrigação na prática agrícola em parceria com a EMBRAPA (Brasil); a criação de áreas protegidas e parques naturais nas ilhas de Santiago, Fogo, São Nicolau, São Vicente, Santo Antão, Sal e Boavista; a criação dos clusters do mar; os parques eólicos, dentre outras medidas. Essas (re)configurações constituem novos desafios que reavivam a problemática do Desenvolvimento Rural e da preservação do meio ambiente, desencadeando ações diversificadas, passando a ser, hoje, um tema central nas agendas de política e estratégia de desenvolvimento em Cabo Verde.

Ancorado nessa voga mundial de preservar o meio ambiente, o governo de Cabo Verde, nos últimos anos, tem apostado na solidificação e descentralização de instituições nacionais/locais com responsabilidades em matéria de preservação ambiental. Nesse caso, o Ministério do Ambiente e Agricultura<sup>24</sup> (MAA), através da Direção Geral do Ambiente (DGA), vem traçando estratégias e ações formais no âmbito das políticas de delimitação, criação e gestão de áreas protegidas como

---

<sup>24</sup> Com as diferentes legislaturas vem sofrendo sucessivas reformas institucionais e atualmente é denominado de Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT).

sendo uma área estratégica da conservação ambiental. Pois esse novo governo do PAICV, através das Grandes Opções do Plano (2001-2005) definiu uma visão de desenvolvimento onde se assume de forma explícita a problemática ambiental como a dimensão central de um desenvolvimento econômico e humano durável, conforme se cita:

[...] a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais constituirão uma preocupação central do Governo, que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas setoriais. (CABO VERDE, PROGRAMA DO GOVERNO - PG, 2001-2005)

Neste sentido o Governo decretou em todas as ilhas áreas protegidas, constituindo uma rede nacional de espaços naturais, muitos com potencialidades turísticas capazes de introduzir uma nova dinâmica local e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e do país.

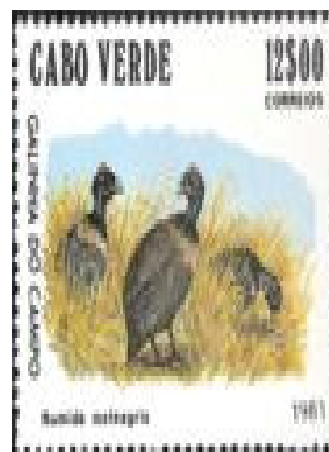
Assim, e com a argumentação de preservar os “bens comuns”, quando a questão de fundo é ambiental e com a justificação de prevenir e/ou evitar situações de extinção de espécies já destacadas na filatelia com imagens de espécies em extinção, tendo o WWF como fomentador (Figura.7), tem-se implementado uma série de iniciativas no âmbito de diversos projetos nacionais, como a criação e delimitação de áreas protegidas, reserva natural e paisagem natural em todas as ilhas que acabam por mexer com os modos de vida local e de certa forma, conduzindo a sua expulsão. Constituem exemplos algumas áreas transformadas em parques naturais, como o Parque Natural de Serra Malagueta em Santiago, o Parque Natural do Fogo na Ilha do Fogo e o Parque de Monte Gordo em São Nicolau, sabendo-se que outros parques estão em processo de constituição, juntamente com mais vinte áreas protegidas em todo território nacional.

Nesse novo delineamento, a Ilha da Brava passará a contar com a sua primeira área protegida, segundo as informações do Coordenador Nacional do Projecto de Consolidação das Áreas Protegidas em Cabo Verde.

Figura 7 - Espécies protegidas e em vias de extinção representadas nos selos de Cabo Verde



Hemidáctilus Boliveeri, 1986



Gallinha do Campo-Numida meleagris, 1981



Purgueira-Jatropha curcas L., 1968



Melanitis lede, 1982

Fonte: CABO VERDE, 1968, 1981, 1982, 1986 (2009).

### 3.4 DA DEMARCAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS E PARQUES NATURAIS EM CABO VERDE

Conforme consta no Decreto-Lei nº3/2003 as áreas protegidas são mundialmente reconhecidas como instrumentos que dão uma contribuição vital para a conservação dos recursos naturais e culturais do planeta, e são também consideradas segundo Pereira (2013) por muitos especialistas como o último refúgio da diversidade biológica, num momento em que, em nível global, regista-se uma intensa atuação de fatores antrópicos, através do crescente aumento da população mundial e da conseqüente humanização da natureza.

Diz a Legislação Ambiental de Cabo Verde que as áreas protegidas constituem instrumentos eficazes utilizados para conservar a biodiversidade terrestre

e marinha, e que promovem a gestão sustentável dos recursos naturais, através da utilização de abordagens compartilhadas e participativas para a conservação. Sublinha ainda esta lei que, a conservação das espécies no seu habitat de origem, mormente nas áreas protegidas é fundamental para garantir a reprodução e existência das espécies (Decreto-Lei, 2003). Entretanto, se for efetuada uma triagem entre as legislações e suas eficácias em matéria de conservação ambiental, a partir de uma constatação *in loco*, percebe-se que as práticas encetadas para a efetivação das leis não são as mais adequadas. Por serem importadas de contextos outros, essas leis são aplicadas mediante práticas que se adequam, mais ou menos, a interesses e/ou recursos das elites que as adquiriram.

Segundo a União Internacional para a Conservação da Biodiversidade (IUCN), uma organização criada em 1948 com o objetivo de obter a cooperação internacional para a conservação e proteção da fauna e da flora, uma área protegida é definida como

[...] um espaço geográfico terrestre e/ou marítimo claramente delimitado e oficialmente reconhecido, destinado e gerenciado para assegurar a conservação da natureza e dos ecossistemas a longo prazo, bem como dos serviços ambientais e dos valores e tradições culturais associados. (DUDLEY, 2008, p.8)

Essa é uma definição adotada pela IUCN que é fornecida pelas *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories* e que destaca: a necessidade de um espaço geográfico definido; o objetivo primário de assegurar a conservação da natureza e dos ecossistemas em longo prazo; a inclusão dos valores e tradições culturais associados a essa área/recursos entre os elementos a serem protegidos e conservados; e a necessidade de um reconhecimento oficial para a área em questão conforme se apresenta na ENAP (2012).

Seguindo, então, o princípio da IUCN, consideram-se áreas protegidas espaços onde a conservação da natureza constitui o objetivo principal, onde se previnam ou eliminem práticas nocivas à conservação, podendo coexistir sob quaisquer tipos de governança, desde que não sejam usadas como justificativas para desterritorializar pessoas (PEREIRA, 2013).

Considerando ser o ambiente uma área relativamente nova na agenda do Estado de Cabo Verde, com os seus avanços e recuos, os primeiros passos em prol do desenvolvimento de ações para a implementação de medidas que garantam uma

gestão sustentável da biodiversidade foram dados através da criação de áreas protegidas que constituem, na perspectiva das instituições nacionais o habitat da fauna e flora, promovendo simultaneamente, ações de conscientização e sensibilização da sociedade civil.

Assim, a aprovação da Lei de Bases da Política do Ambiente – Lei n.º 86/IV/93 de 26 de Julho, em 1993, enquanto referência em termos de Legislação Ambiental no país, lançou as bases para a criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas que veio a se desenhar com a aprovação do Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de fevereiro, em que o governo instituiu o Regime Jurídico das Áreas Protegidas, cujas funções vão

[...] desde a proteção dos *habitats* naturais e seus recursos biológicos, até a manutenção do equilíbrio ecológico das regiões onde estão inseridas. Podem ainda oferecer oportunidades para o desenvolvimento rural e utilização racional das terras, com a consequente criação de empregos, e para a investigação, promoção da educação ambiental, atividades recreativas e turismo. Sendo aliás o turismo um sector destinado a desempenhar um papel importante no desenvolvimento sócioeconómico de Cabo Verde, deverá a política de áreas protegidas estar também estreitamente ligado à política do turismo como um elemento estratégico complementar e diferenciador do produto turístico” (CABO VERDE, DECRETO-LEI nº3/2003, p.3-4).

Nesses termos, a legislação plasma e justifica a criação de uma rede de áreas protegidas em Cabo Verde em moldes recortados do estrangeiro, de acordo com as apostas das “elites no poder” e em função de interesses que lhes salvaguardem a sua posição política de mediadores institucionais e importadores de políticas públicas ambientais, neste caso.

Assim, doravante, no processo de identificação e criação de áreas protegidas nas ilhas de Cabo Verde, que se institucionalizou a partir do Decreto-Lei nº3/2003 definiu-se, através do referido instrumento legal, o Regime Jurídico de Áreas Protegidas (RJAP), o qual passou a reger toda a criação e definição das áreas a serem preservadas nas suas diferentes categorias. Para efeito, o RJAP criou uma Rede ou Sistema Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Os 47 Espaços Naturais Protegidos identificados nas ilhas e nos ilhéus integram essa rede, e em função dos bens e valores a proteger são graduados nas seguintes categorias segundo o Decreto Lei, nº3/2003 (p. 8, 9, 10, 11):

- a) reservas naturais – com espaços naturais de dimensão variável, de especial interesse ecológico e científico, submetidos a um regime de proteção especial e cuja gestão tem por objetivo a salvaguarda e recuperação dos valores que motivaram a sua declaração. Podem ser de proteção total, parcial, onde são permitidos os usos que são compatíveis com a finalidade da proteção ou temporal.
- b) parques nacionais – são espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas; geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, socioeconómico, educativo e recreativo ou onde existe uma paisagem natural de notável valor estético. Podem ser autorizadas visitas apenas para fins educativos, recreativos e culturais;
- c) parque natural - espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com habitat, espécies ou mostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais. A gestão dos parques naturais deve ser orientada de modo a garantir a conservação das espécies, dos habitats e dos processos ecológicos, para a melhoria das condições de vida da população local, assim como do acesso das pessoas às referidas áreas;
- d) monumento natural – são espaços naturais de dimensão moderada, que contêm um ou mais elementos naturais e culturais de valor excepcional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função ecológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas características, eliminando qualquer ação ou atividade que os altere;
- e) paisagem protegida – são zonas terrestres ou litorais onde a ação integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem de qualidade estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a proteção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem;

- f) sítios de interesse científico – são lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contêm elementos naturais de interesse científico, amostras ou populações animais e/ou vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas específicas de conservação temporal.

Em termos de classificação, segundo o referido decreto, as áreas protegidas são estruturadas, em função do seu destino e uso, em quatro categorias: a) zonas de proteção integral, cuja finalidade é a proteção integral da zona, sem intromissão humana, sendo admitido apenas o seu uso para fins científicos, com finalidade educativa específica; b) zona de uso moderado, cuja finalidade é a conservação geral dos recursos de forma compatível com a presença humana; c) zona de uso tradicional, que permite práticas tradicionais de aproveitamento sustentável; e d) zona de uso especial cuja função é a de dar enquadramento técnico de povoados e infraestruturas que, por razões técnicas, devem estar situados dentro dos limites da área protegida (CABO VERDE – REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - RNAP, 2003, p. 19).

O Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro, estabelece ainda no seu artigo 16º que os objetivos de conservação das áreas protegidas podem ser materializados através de um plano diretor<sup>25</sup>, onde se perceb existir tal necessidade e, em qualquer caso, nos parques naturais (p.17). Os planos diretores são elaborados pela autoridade ambiental, em articulação com representantes da população local, e ouvindo os proprietários, departamentos governamentais ativos na área, os municípios, as associações locais que de dedicam à proteção do ambiente (p. 19). O Plano procura conjugar a proteção ambiental, os valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas das comunidades que vivem no interior e/ou na zona de amortecimento desse mesmo espaço.

Estima-se hoje que 15% da superfície total do país são protegidos pela lei ambiental, divididos em 47 áreas de diferentes categorias, conforme apresentado na Tabela 1, totalizando 72.156 hectares de paisagens com interesse nacional e mundial (incluindo exclusivamente paisagens terrestres e zonas costeiras) e 13.460 hectares de paisagem marinha. Um percentual “nada comparável com o do Brasil,

---

<sup>25</sup> Áreas protegidas com plano homologado: em Santiago, Parque Natural de Serra Malagueta; em São Nicolau, Parque Natural de Monte Gordo; e no Fogo, Parque Natural do Fogo.

que possui 15,06% do seu território sob a proteção direta ou indireta, totalizando 128.312.827 hectares protegidos” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA, 2008). Percentual esse “muito elevado se comparado com o percentual global de áreas protegidas, calculado em 12,9%, ou seja, aproximadamente 6,5 bilhões de hectares” (JENKINS; JOPPA, 2009<sup>26</sup>, apud. PEREIRA, 2013, p.32).

Estrategicamente, os decisores políticos cabo-verdianos propuseram que a execução do projeto “Áreas Protegidas” fosse feita por diferentes setores através de projetos específicos. Assim sendo, os projetos que foram elaborados à luz da *Stratégie Nationale et du Plan d'Action en matière de Diversité Biologique* – SNPA-DB, foram executados por diferentes organismos do Estado, nomeadamente a Direção Geral do Ambiente; Direção Geral das Pescas; Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca; Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária; Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, e instituições de ensino, e pelos diferentes municípios do país e organizações não governamentais, onde se destacam as Associações Amigos da Natureza e Biosfera I. No intuito de alcançar os objetivos tratados atores estratégicos internos à comunidade foram incorporados no processo, através de formação e capacitação.

Vale a pena ressaltar que a implementação dos diferentes objetivos e projetos derivados da estratégia de implementação dos parques foi financiada com recurso ao Orçamento Geral do Estado, com o apoio de países e instituições internacionais parceiras de Cabo Verde, a saber: Fundo Global para o Ambiente - GEF, maior financiador; Agências das Nações Unidas; Países Baixos; Cooperação Alemã; Cooperação Espanhola; Cooperação Portuguesa; Cooperação Luxemburguesa; Cooperação Francesa; ONGs nacionais e internacionais; e empresas privadas como a Shell Cabo Verde.

### **3.4.1 A delimitação e implementação dos parques naturais**

Em Cabo Verde, dos 72.156 hectares de paisagem protegida, cerca de 75% são ocupados pelos Parques Naturais e Reservas Naturais, que constituem,

---

<sup>26</sup> JENKINS, C. N. JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial protected area system. **Biological Conservation**, Essex, v. 142, n. 10, p. 2166–2174, Oct. 2009.

portanto, as categorias predominantes entre as Áreas Protegidas no país, conforme se apresenta no Quadro 1. Dos 47 espaços naturais protegidos que conformam a Rede Nacional de Áreas Protegidas, dez foram categorizados como Parques Naturais, declarados oficialmente através do Decreto-Lei nº3/2003, nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Maio, Boavista, Santiago e Fogo.

No âmbito da Convenção sobre a Biodiversidade e com base no discurso imperialista de instituições internacionais como a *International Union for Conservation of Nature*, o referido decreto-lei estabelece ainda o Regime Jurídico dos Espaços Naturais, paisagens, monumentos e lugares que, por sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconômico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma proteção especial e integram-se à Rede Nacional das Áreas Protegidas.

Segundo o mesmo decreto, nos termos do Regime Jurídico das Áreas Protegidas, os parques naturais são caracterizados ainda por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse nacional, onde há uma integração harmoniosa da atividade humana e da natureza. A gestão desses parques naturais tem como objetivos tanto garantir a conservação das espécies<sup>27</sup>, dos habitats e dos processos ecológicos, como melhorar as condições de vida da população local. Por outro lado, esses objetivos possibilitam o acesso das pessoas

---

<sup>27</sup> Nas delimitações do Parque Natural de Serra Malagueta existe o maior número de plantas endêmicas da ilha de Santiago (26), 14 das quais estão classificadas como ameaçadas na Lista Vermelha de Cabo Verde. As maiores ameaças que as espécies enfrentam na área são: por um lado, a pressão antrópica na procura de espaços para cultivo e corte e coleta de madeira para lenha; por outro lado, a erosão do solo e a competição das espécies invasoras como a *Furcraea foetida* e *Lantana camara*. No Parque foram registradas 19 espécies de aves (sendo 8 espécies ou subespécies endêmicas), algumas destas com elevado grau de ameaça (*Acrocephalus brevipennis*, *Ardea purpurea bournei*, *Buteo buteo bannermani*); 6 espécies de répteis terrestres, representando cerca de 85,71% das espécies historicamente registradas em Santiago (4 endêmicas, uma nativa e uma introduzida); uma espécie de anfíbio (única existente em Cabo Verde) e 4 espécies de mamíferos. Existe um número ainda não determinado de invertebrados, com representantes de várias Classes (Arachnida, Diplopoda, Insecta), com um grande número de espécies, algumas comuns, como a *Acherontia atropos*, a *Papilio demodocus*, e espécies ameaçadas (Lista Vermelha de Cabo Verde), como a *Diplognata gages* (em perigo em Cabo Verde). No perímetro do Parque Natural do Fogo encontra-se uma área arbustiva com predominância de *Euphorbia tuckeyana* (tortolho), ocupando uma pequena região do Montinho, próxima da estrada entre Monte Velha e Piorno, que tem o melhor nível de conservação entre as áreas que representam hoje o ambiente natural originário. Os dados disponíveis sobre a fauna do parque Natural do Fogo são extremamente limitados. Existem 79 invertebrados das Classes Gastropoda, Arachnida, Malacostraca, Chilopoda, Diplopoda e Insecta; 10 espécies de aves, com presença confirmada da espécie *Acrocephalus brevipennis* (Tchota-de-cana). Esta espécie, de grande importância para a conservação, é considerada em perigo de extinção. Quanto aos répteis, estão representados pelas famílias Gekkonidae (osgas) e Scincidae (lagartixas). São indicadas para a ilha do Fogo 12 espécies e subespécies pertencentes a essas duas famílias (CABO VERDE, ESTRATÉGIA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - ENAP, 2012).

às respectivas áreas com fins recreativos, espirituais, educativos, científicos, proporcionando ainda atividades de renda que garantam a sustentabilidade desses espaços.

Fica patente que as ações do Estado cabo-verdiano para a conservação de um dado território, tanto através dos instrumentos jurídicos de gestão ambiental como de sua aplicabilidade, através da qual se efetivam as políticas públicas ambientais, seguem as orientações emanadas dos organismos internacionais, impostas de forma *top-down*, sem que se tenha muitas vezes em consideração o contexto geográfico, social e cultural do local onde essas ações vão ser executadas.

Para a delimitação, implementação e funcionamento dos Parques Naturais, o governo aprovou diversos decretos regulamentares para cada parque em diferentes ilhas, sendo que alguns deles ainda permanecem como “parques de papel”, na medida em que a falta de financiamento ainda não possibilitou a sua materialização, embora seus patrimônios já tenham sido alvo de inventários pelo Estado e pelo WWF, e algumas espécies até já se encontram estampadas em selos e papel-moeda do país.

De salientar que apesar da conservação da biodiversidade se constituir uma responsabilidade do governo através dos seus variados ministérios que consecutivamente vem mudando de nomes, agregando ainda no seu bojo outras áreas tutelares, com novos atores na arena política nacional, constata-se, apesar de não assumida pelos dirigentes entrevistados, mas evidenciados nos documentos analisados, algumas descontinuidades e rupturas nas políticas que os sucessivos governos e suas elites vem desenvolvendo.

Atualmente é o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território que tutela a pasta do ambiente, sendo a Direção Geral do Ambiente (DGA) o organismo responsável pela política nacional nesse domínio. A esta entidade cabe a função de coordenar as ações dos diferentes atores envolvidos, nomeadamente as instituições ligadas ao ministério (INIDA, DGASP, INGRH e outros), os projetos de formação e informação, os estabelecimentos de ensino, as organizações não governamentais e as comunidades.

#### 4 A ELITE POLÍTICA CABO-VERDIANA: DAS “DINÂMICAS DE ORFANDADE” ÀS MICROESTRATÉGIAS DE IMPORTAÇÃO E REPRODUÇÃO

Este capítulo se propõe a agregar argumentos que, em um só tempo, permitem afirmar que em Cabo Verde as estratégias de importação e de reprodução de instituições por parte da elite política são não só produtos de “dinâmicas de orfandade” como, paradoxalmente, encontram nestas abrigo de legitimação.

Apoiar-se neste argumento é, além do mais, assumir a ideia de que a problemática de importação de modelos institucionais não é *ex-nihilo* – não surge do nada. Ou seja, quando se pretende compreender por que, ao ser atravessada por determinadas “conjunturas críticas”<sup>28</sup>, uma elite se empenha em procurar modelos exógenos que melhor lhe auxiliem em promover mudanças, “dinâmicas de orfandade”<sup>29</sup> (BADIE; HERMET, 1993, p.180-181) aparecem como indutoras das apostas. Porém, é certo que, na sequência desse contexto que impele ao mimetismo institucional, surgem fatores outros, não menos importantes, como a circulação das elites, a mediação política, a reprodução do *status quo* e a configuração mundial daquilo que Negri e Hardt denominaram de um biopoder sob a forma de império imbuído de um *corpus* de moralismo apto a difundir e/ou impor (HARDT; NEGRI, 2004, p.53). Tudo isso somado acaba por coadjuvar e induzir efeitos acumuladores ao processo de importação.

Nesses termos, deve-se entender que, empenhada na construção de novos sistemas políticos – a construção do Estado ou a refundação de regimes – que exigiam formas novas de legitimação do poder, capazes de operar ruptura e (re)ativar os recursos institucionais e simbólicos, e implementar uma modernização que não só reforçasse as capacidades políticas deficientes, mas também substituísse as tradições que se demonstravam ineficazes, as elites outrora colonizadas e em especial a elite cabo-verdiana, a partir do seu *lócus* de

---

<sup>28</sup> Ensaia-se aqui uma explicação baseada em *critical junctures* (COLLIER; COLLIER, 1991) para a qual eventos discretos, os quais poderiam exercer isoladamente efeitos apenas residuais, quando combinados e simultâneos seriam capazes de alterar equilíbrios institucionais, criando condições para a mudança.

<sup>29</sup> Construto explicativo cunhado nos autores em referência para explicar a desfiliação dos Estados periféricos da América Latina, da África e da Ásia que nos seus processos de desenvolvimento, sobretudo em momentos de transição política, romperam com a tradição em nome de uma modernidade institucional importada.

enunciação (*periferia*), órfã da tradição, sentiu-se impelida a virar-se e a importar do “centro” modelos institucionais afins.

Aliás, qualquer análise que se queira arqueológica, no sentido de deitar olhares esclarecedores tanto sobre a criação e a trajetória de implementação de instituições políticas e sociais em ex-sociedades colonizadas, espaços tidos como periféricos, tais como África, Ásia e América Latina, quanto sobre as eficiências e eficácias dessas instituições, impõe que se tenha em devida conta os remanescentes laços da colonialidade e o grupo de intelectuais que, circulando outrora como estudantes ou profissionais liberais no estrangeiro (na maioria das vezes nas ex-metrópoles), voltaram com *expertise* e se empenharam em operar mudanças nos seus países porque se achavam portadores de um capital cultural diferenciado e acrescido, capaz de acrescentar valor.

É certo que tais empreendimentos, consoantes às exigências do tempo, nunca deixaram de se confrontar com estratégias impugnadoras cultivadas por aqueles que viam na importação um divórcio entre a elite e a massa ou, nos moldes trabalhados pelo Hardt e Negri, acima referidos, “na lógica de luta entre a multidão contra império” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 428). No contexto da nossa tese, isso se traduzirá numa confrontação entre as sucessivas elites políticas – os *policy makers* – e aqueles a quem são destinadas as políticas ou sobre quem recaem os efeitos destas.

#### 4.1 DINÂMICAS E CONFIGURAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS NAS INSTITUIÇÕES POLIÁRQUICAS CABOVERDIANAS

Não constitui novidade afirmar que um conhecimento profundo sobre a ontogênese das instituições nos espaços por nós trabalhados requer, por um lado, que sejam pesquisadas as elites políticas que lhes deram corpo e, por outro, entender o contexto (espaço-tempo) no qual essas instituições se formataram. É nossa convicção de que esse ingresso no círculo (da produção) das elites e no contexto da criação institucional nos proporcionará referenciais que úteis serão para explicarmos as premissas aqui formuladas. Recordar-se que:

- a) em Cabo Verde as estratégias de importação e de reprodução de instituições por parte da elite política são produtos de “dinâmicas de orfandade” e que, paradoxalmente, esses agentes encontram nestas abrigo de legitimação;
- b) a problemática de importação de modelos institucionais não é um fenômeno *ex-nihilo*: há sempre “conjunturas críticas” que estimulam as elites a se empenhar na procura de modelos exógenos;
- c) a existência em nível mundial de um império na perspectiva de Hardt e Negri, apoiado numa biopolítica a ser imposta em nível planetário.

Se o nosso argumento for correto, tentaremos provar que sim, a importação de modelos institucionais ocorre sempre quando há uma disjunção, ou melhor, uma “dinâmica de orfandade” que promova uma “conjuntura crítica”. Dito de outra forma, quando a eclosão de um fenômeno endógeno ou exógeno provoca a mudança sob a forma de ruptura como, por exemplo, na ameaça da subtração da ajuda externa como moeda de troca para a democratização dos regimes, como aconteceu com os países africanos autocráticos na Cúpula de La Baule, na França, em 1990<sup>30</sup> (LOPES, 2012, p. 389), cujos conteúdos foram em nada abonatórios, em nome da sustentação dos Estados de partido único enraizados em tradições alheias, com esquemas modelares de referência, por vezes caducos. Ademais, é quando tais operadores – conjunturas críticas e dinâmicas de orfandade – agenciam uma reconversão das instituições (as normas e regras políticas, sociais e econômicas) que a formação acadêmica exógena é jogada, e que a nova elite se posiciona fazendo valer a sua *expertise* adquirida.

Para reforçar o nosso alinhamento teórico, diríamos que um exame sobre a anatomia das elites políticas em Cabo Verde pode fornecer *insights* promissores sobre os indivíduos, suas trajetórias, seu *background* e suas estratégias na escolha e tripulação das instituições. Deste modo, consoante ao tempo em análise (colonial ou pós-colonial), os sistemas políticos ou se defrontaram com impugnação ou se

---

<sup>30</sup> A Cúpula de La Baule aconteceu em junho de 1990 e nela a França, como uma das potências com forte peso na ajuda externa aos países em desenvolvimento, na pessoa de seu então Presidente da República, François Mitterrand, fez um célebre discurso sobre a Boa Governança e a Democracia, impondo aos países autocráticos africanos que, doravante, só ajudaria os países africanos que abraçassem a Democracia e a *Bonne Governance*, um conceito que seria depois adotado por outros países e que ainda hoje rege as relações do Ocidente com a África. Era, portanto, um novo momento na história das relações de Paris com a África.

retroalimentaram de insumos – positivos ou negativos – provenientes de elites políticas que, em fases sucessivas, foram inicialmente constituídas por: a) *Morgados e Comerciantes*, nos primórdios da colonização; b) *Escritores-literatos* numa segunda fase; c) *Combatentes da luta armada* no auge do nacionalismo e durante a Primeira República, denominados de “os vindos da Guiné”<sup>31</sup>; e d) numa quarta fase, *indivíduos heterogêneos* que, em comum, possuem um *ethos* característico que é o fato de terem sido *diplomados nas universidades europeias*, com destaque para Portugal, por isso chamados de “os vindos de Lisboa”<sup>32</sup>.

O que de certa forma nos autoriza a tomar como válidas as demarcações empíricas das elites aqui formuladas na história (da formatação) do poder em Cabo Verde, é que, como sugerem os elitistas, “há uma associação entre a hierarquia de posições constituídas nos *campos econômico e cultural* e as posições conquistadas no *campo do poder*” (BOURDIEU, 1989, p. 188) que “condiciona as estruturas sociais e cria um monopólio e fechamento à classe de elite política”. Pois que, “o lugar de cada agente nesse terreno é definido pelo volume global e pela composição do capital possuído” (BOURDIEU, 1996, p. 19). No caso em apreço, o primeiro grupo tinha na Terra e no Comércio o seu capital econômico; o segundo apoiava-se na Literatura, portanto na Criação Artística; o terceiro encontrava a sua legitimidade em ter-se posicionado *pro pátria mortem* (na Luta Anticolonial); e o quarto grupo, como detentor de um diploma universitário que lhe confere arcabouços de Ideais Liberais e da democracia adquiridos nas universidades europeias.

Por agora, nesta tese, a análise que se vai fazer, no sentido de falsear as premissas acima elaboradas, centrar-se-á nas duas últimas categorias de elite propostas: c) *combatentes da luta armada* e d) *diplomados nas universidades europeias*.

Duas disjunções protagonizadas por essas elites políticas em moldes diferentes, seja como atores ou opositores, produziram relaxamento no sistema político em vigor e abriram caminhos para a importação de modelos institucionais. A primeira reporta ao rompimento com o *status quo* do colonialismo, pela via da *luta*

<sup>31</sup> Grupo com o qual contou o PAIGC – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde para ter a sua estabilidade e formar um governo de partido único que vigorou até 1990. (QUERIDO, 2011, p.25.)

<sup>32</sup> Segundo Querido, a representação dos “vindos de Lisboa” foi particularmente expressiva, para além mesmo das expectativas dos próprios contemplados, que acabaram por ver nesse gesto tão generoso, por um lado, o reconhecimento dos bons serviços prestados na corrida em direção ao poder, e, por outro lado, o resultado de certa pressão de rua exercida pelos grupos ruidosos que eles tão bem souberam criar, inspirar e manobrar (QUERIDO, 2011, p. 210).

*armada*, que configurou um *campo político*<sup>33</sup> (BOURDIEU, 1999), onde são formatadas novas regras e conversões, e também de onde novos agenciamentos institucionais viriam a se derivar, instituindo um microcosmo em cujo bojo tornaram-se obsoletas as práticas coloniais de opressão, de discriminação e de injustiças. Desde logo, a partir daquela disjunção operada, criou-se, na perspectiva do nosso argumento, uma “dinâmica órfã”, na justa medida em que o campo formatado viria a provocar deslocamentos no espaço social, rompendo posições instituídas pela velha elite literária, cuja arma até então contra o poder colonial era apenas a literatura<sup>34</sup>.

Com a sua lógica e legitimidade própria, a posição que se toma, doravante, no campo político pela *nova elite* – os “*vindos de Guiné*” – é a daqueles que se encontram engajados; há um interesse político específico que, embora não se reduza ao interesse de todos, é alçado como sendo “vontade geral” – a independência: um homem novo, novas instituições e novas políticas. Porém, esse novo (campo), ao mesmo tempo em que se abre (pela nova elite), fecha-se para salvaguardar o monopólio e os interesses gerados ou que se vão gerar no decorrer e/ou no culminar do processo. Aliás, a esse propósito de fechamento como *modus operandi* do campo político, diz Bourdieu que “[...] plus un space politique s’autonomise, plus il avance selon sa logique propre, plus tend à fonctionner conformément aux intérêts inhérents au champ, plus la coupure avec les profanes s’accroît.” (BOURDIEU, 1999, p. 58).

Todavia, anos mais tarde, já nos finais da década de 1980, na sequência das transformações que vinham ocorrendo em nível mundial, como a queda do Muro de Berlim e a própria implosão da União Soviética, potência que em muito auxiliou a elite em questão e, por conseguinte, também de onde essa elite importa todo o aparato institucional na hora da construção do Estado, nova disjunção se fez sentir. O peso daqueles recursos sociais e simbólicos, que muitas vezes era preponderante na estruturação do campo e na legitimação do poder, tendeu a perder importância relativa, e cada vez mais raramente era atribuída importância aos combatentes da pátria ou aos pais da independência e fundadores do Estado.

<sup>33</sup> Um microcosmo, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do macrocosmo, do grande mundo social, com o seu próprio *nomos*. Quando ali se entra é como se estivesse a entrar numa religião, deve-se operar uma transformação, uma conversão (BOURDIEU, 1999, p. 52.).

<sup>34</sup> Compunha este campo os escritores pertencentes aos movimentos pré-Claridosos e os Claridosos. Os primeiros assim chamados por antecederem ao segundo – os Claridosos, que ficaram célebres por terem contribuído na afirmação cultural de Cabo Verde, fazendo a apologia da mestiçagem através de uma revista com o mesmo nome.

Entretanto, como o curso dos acontecimentos foi de tal forma acelerado, os impugnadores dessa elite, na posse de informações exógenas sobre o devir dos regimes políticos mediante as transmutações mundiais acima apontadas – “os vindos de Lisboa” –, acabaram por não dar margens de reconversão à elite política vigente – “os Vindos da Guiné”. Desta feita, obrigada a responder às exigências internacionais<sup>35</sup> e às pressões internas capitaneadas pelos impugnadores do sistema, a abertura política foi a via encontrada pela elite política em vigor, e com ela esvaeceu-se também o modelo pró-soviético importado quando da luta e da edificação do Leviatã crioulo cabo-verdiano. E, de novo, a nova “orfandade” que se gera, estimula e abre possibilidades para novos agenciamentos importar. Dessa vez a democracia constitui a bitola pela qual se mede o engajamento das elites, o desenvolvimento nacional, acarretando instâncias novas de produção de legitimidade, como a convocação da sociedade civil para a esfera de estruturação do poder e o seu envolvimento na construção do Estado de direito democrático.

Da sustentação anterior, resta-nos equacionar a premissa de que: *c) a existência em nível mundial de um império apoiado numa biopolítica que vem sendo imposta em nível planetário* constitui um campo correlato para a compreensão do mimetismo institucional. Ter isso em presença para o debate é, não obstante, não descuidar os cenários das premissas *(a)* e *(b)*, mas ilibá-los em nome de alguns atenuantes, como aqueles postulados pelos autores da obra *Império*:

[...] o Estado-nação pós-colonial funciona como um elemento essencial e subordinado no quadro da organização global do mercado capitalista [...] a libertação nacional e a soberania nacional não só não dispõem de poder frente à hierarquia capitalista global, mas contribuem elas próprias para a organização e funcionamento daquela. (HARDT; NEGRI, 2004, p.155)

Tais reparos remetem-nos não só para aquelas ideias cunhadas na Cúpula de La Baule, anteriormente citada, na medida em que trazem a nu a vulnerabilidade da dependência econômica dos países em desenvolvimento, no caso em apreço, das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), mas também e sobretudo, induzem-nos a uma reflexão acurada sobre a própria independência política e, por conseguinte, a soberania nacional e das elites políticas. Ideias que de certa forma corroboram a perspectiva que B. Badie e P. Birnbaum defendem:

---

<sup>35</sup> Ver nota 21.

[...] les sociétés du tiers monde ont abordé la construction étatique essentiellement par mimétisme, par reprise plus ou moins forcée de modèles exogènes, issus des sociétés industrielles de l'Est et de l'Ouest, artificiellement plaqués sur des structures économiques, sociales et politiques qui reclamaient probablement un autre type d'organisation. Et d'en conclure que l'Etat reste en Afrique comme en Asie un produit d'importation, une pale copie des systemes politiques et sociaux européens les plus opposes, un corps étranger de surcroit lourd, inefficace et source de violence. (BADIE ; BIMBAUM, 1979, p.178 e 181)

De certa forma, no que concerne às políticas ambientais, estas não se apresentam de forma diferenciada das outras importações, uma vez que se enquadram em nível macro às agendas daqueles corpos internacionais organizados do Império de que falam os nossos interlocutores, Hardt e Negri (2004). Discursos e estruturas de autolegitimação tanto constituem focos de onde irradiam tais preocupações, como meios de propaganda usados. A nova ordem mundial em que as Nações Unidas e as suas diferentes instituições satélites (como Banco Mundial, FMI, PNUD, GEF, IUCN, que baseiam-se no reconhecimento e na legitimação da soberania dos Estados individuais, enraizados assim no velho quadro do Direito Internacional definido pelos pactos e pelos tratados) têm construído busca consolidar um *biopoder* que eufemisticamente é considerado como “ [...] uma forma de poder que rege e regulamenta do interior a vida social, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e reformulando-a” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 41).

A questão que se coloca é qual é o estatuto do ambiente nesse campo da biopolítica no contexto da nova ordem imperial? Chegando a este ponto, recuperaremos aqui o desafio por nós lançado de que a luta ambiental nos países do Sul, onde a degradação é produto da ação antrópica (contrariamente aos países do Norte, onde a degradação é produto do desenvolvimento industrial), para que seja mais sustentável, precisa de quem lhe dê um tratamento de política social. Pois nada obsta que se pese que, embora assumida e financiada por agências supranacionais, o seu desafio se ganha no terreno social das massas populares. *Mister* ainda se torna afirmá-lo aqui, nesta tese, cujo enfoque recai sobre o mundo rural em espaços de elevadas assimetrias sociais em cujo escopo se vem introduzindo com ortogonalidade medidas ambientais importadas.

## 4.2 MEDIAÇÕES, DISCURSOS E INSTITUIÇÕES

Neste campo pretende-se sumariar através da empiria, pesquisa documental e bibliográfica, incluindo documentos oficiais relacionados aos principais eventos nacionais e internacionais em torno da agenda ambiental, a posição dos atores e os seus discursos.

É por demais sabido que no cenário internacional denominado de globalização, pautado por uma porosidade da fronteira e a fluidez de pessoas, recursos, ideias e males, os atores políticos e sociais são chamados a um protagonismo diferente daquele que no passado, em um mundo altamente acantonado, tiveram. Mediante velhos problemas, como a seca, a desertificação, as enxurradas, procurar soluções novas. Pois num cenário característico do contexto mencionado, nenhum país está imune às consequências da transnacionalização dos desafios ambientais, ainda que não tenha um papel protagonista na gênese destes. Assim, o paradigma a ser implementado, para que seja sustentável, terá não só de produzir mudanças de atuação do Estado e da sociedade, mas também, para que tais desafios sejam vencidos, todos devem ser convocados a adotar ações conjuntas.

Se é certo que a agenda ambiental internacional de Estocolmo de 1972 é considerada um marco importante na fixação de algumas orientações em matéria de ambiente através da qual muitos países são avaliados, também não é menos verdade que para Cabo Verde essa data fica de difícil avaliação, uma vez que o país se encontrava sob a tutela do colonialismo. Aliás, nas pesquisas efetuadas não encontramos nenhuma alusão a essa Cúpula. Oficialmente, a preocupação ambiental a fazer *jus* às nossas pesquisas é anterior a essa data. O documento mais antigo, como de resto já o dissemos, reporta ao ano de 1928, legislação criada para promover o desenvolvimento dos recursos florestais que posteriormente abriu perspectivas para outras coberturas.

Entretanto, se um marco nos é dado a estabelecer para a emergência de um novo modelo de conservação ambiental em Cabo Verde, que se distancia dos moldes acabados de descrever, este é a Rio 92. A realização desse encontro coincidiu com as reformas democráticas introduzidas a partir da institucionalização da democracia em 1991, em que a própria constituição democrática do país, de

1992, em seu artigo 7º, alínea “k”, consagra como tarefas do Estado proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o patrimônio histórico-cultural e artístico nacional. De lá para cá, o Estado de Cabo Verde vem sendo signatário dos mais diversos “expedientes” em nome da moralidade ambiental<sup>36</sup>.

Ao balizarmos a nossa reflexão em torno das preocupações com o ambiente em Cabo Verde, a partir do aludido documento, a nossa pesquisa deu conta de uma posição proativa, tanto na esfera nacional como na internacional, por parte dos agentes e das instituições por eles criados. Essa atitude mostra-se protetora no sentido nacional – tinha e continua a ter a ver com as vulnerabilidades existenciais do povo das ilhas – e pragmática no sentido internacional, fazendo o Estado ser signatário de quase todos os acordos. Porém, duas breves notas impõem-se: a) acerca do pragmatismo e b) acerca de assinaturas e ratificação de tratados internacionais.

A primeira (a) deve ser inserida e entendida num quadro muito mais amplo, que é o da política externa do país. A elite política cabo-verdiana sempre optou por conduzir o país, no plano externo, com certo pragmatismo. A governação do país no plano econômico, social e ambiental foi forçosamente pragmática e equilibrada, tendo em conta as características de um microestado insular e vulnerável. Era preciso pensar nas hipotéticas ajudas a receber. Assim, um não alinhamento, ainda que com uma “maquiagem crioula” foi, durante a Primeira República, o farol-guia que contribuiu para que o Leviatã crioulo construísse as melhores relações externas e de vizinhança, de forma a dinamizar o processo econômico interno, embora deva-se entender que no contexto dos anos 50 a 70 do século XX não havia alternativa viável para os jovens países desenvolverem propostas homogêneas próprias perante a ameaça da Guerra Fria. Por isso, para muitos, o não alinhamento seria uma conduta realista, e não idealista.

Quanto à segunda (b), que diz respeito à verificação nas pesquisas se há um atrelamento nacional em matéria de assinaturas e ratificação de tratados internacionais, o nosso entendimento é o de que esta aposta deve ser compreendida na sequência da explicação por nós avançada, de que a diplomacia em Cabo Verde esteve sempre à procura de “zonas de coutadas”, espaços de “pastagem” e/ou de

---

<sup>36</sup> Ver nota 14.

captação de recursos. Tanto é assim que o país possui um avançado ordenamento jurídico ambiental sem que se notasse uma materialização efetiva, pois esta fica na dependência de financiamentos externos, apesar dos pequenos esforços nacionais orçamentais.

Hoje, décadas após a Cúpula de Estocolmo, com a agenda ambiental vertida para o centro da agenda política internacional e, conseqüentemente, também da política externa dos Estados Nacionais, importa saber o lugar de Cabo Verde nesse desafio que se tornou moda.

Antes, é bom que se diga que a ecopolítica (GUIMARÃES, 1991) que preenche a arena dos Estados na África, América Latina e na Ásia, denuncia a emergência de um neocolonialismo do Norte nos discursos e nas práticas das instituições dessas regiões. O que nos induz a interrogar sobre a questão da soberania nacional dos países dessas regiões nos moldes proferidos por Jean Bodin (1986), pelo menos no que tem a ver com a matéria em questão. Acrescente-se ainda que esse mesmo discurso (colonialista) ganha desdobramentos em nível nacional dessas regiões promovidos pelas elites nacionais, para com as populações nativas.

Recorda-se que, em matéria de criação e delimitação de áreas protegidas, só recentemente aparece no discurso dessas elites a preocupação inclusiva das populações locais, salvaguardando os seus espaços de experiências e horizontes de expectativas (KODELLECK, 1990). Em muitos casos, as políticas públicas ambientais dessas regiões evidenciam uma desarticulação, fazendo impingir sobre os territórios autóctones modos de vida estranhos ao contexto local, formatado para reproduzir um ethos globalista exógeno, forjado num moralismo internacional, que são obrigados por lei a adotar sob o lema de um ambiente mais saudável, quando as suas preocupações imediatas são em prol da sobrevivência.

A implementação de Parques e Reservas Naturais, Corredores Ecológicos, Zonas de Desenvolvimento Turístico e Integrado para responder a demandas globais como a poluição, o aquecimento global, em meio a uma população carente, que vive em privação extrema, cujas pressões sobre o espaço só residualmente podem ser tidas como antiambientais, sobretudo se comparadas com os efeitos das atuações das indústrias multinacionais distantes que eles não conhecem e das quais nem fazem uso, constitui exemplo suficiente de como o desafio ambiental vem

sendo requerido pelos ditos países, equacionando-o como um capricho meramente economicista, e não social.

O desafio que fica é até que ponto a imposição da consciência ambiental, através de instituições estranhas ao cotidiano da vida nas localidades enquanto valor de alta expressão pode se enraizar num “mundo” em que a sobrevivência material preenche a vida e circunda a expectativa dos cidadãos.

Nas ilhas de Cabo Verde, ainda que com recurso à importação de modelo, como é o caso de adoção da CILSS na região africana, um programa concebido e formatado para minimizar os efeitos da seca provocados pelo grande deserto do Saara, os problemas ambientais começaram de forma articulada com a questão da pobreza no meio rural. Nesse momento, havia uma harmonia entre aquilo que se fazia e aquilo que correspondia às expectativas das populações. O benefício era não só imediato como estimável pelas populações, porque corrigia a situação de vida em que estas se encontravam. De certa forma, concordamos com aqueles que defendem que as questões ambientais, sobretudo as de maior porte, como a emissão de CO<sub>2</sub>, deveriam ser tratadas mediante o princípio de “responsabilidades diferenciadas” e o princípio de “pagador-poluidor”, de forma a não produzir sacrifícios injustos. E mais, a transnacionalização dos efeitos de uma causa que se sabe ser nacional não dá aos decisores políticos o direito de, não podendo ou não querendo intervir na causa, responsabilizar coercitivamente aqueles que, na eventualidade de que as consequências tivessem sido positivas, seriam beneficiados.

Vejam-se algumas interdições e limitações impostas aos moradores que hoje se encontram instalados no interior dos parques naturais de Fogo e Serra Malagueta, em Cabo Verde. Num *focus group interview* realizado em Serra Malagueta com um grupo de famílias, sobretudo mulheres chefes de família, com o intuito de auscultar as transformações ocorridas com as delimitações ecológicas que levaram à reconfiguração territorial da região, elas são peremptórias em afirmar que um conjunto de atividades agropastoris foi interdito e que as suas situações socioeconômicas sofreram profundas alterações, a ponto de se reconverterem os seus ganha-pães.

Segundo uma das interlocutoras, suas vidas mudaram por completo a partir do momento em que a gestão do parque proibiu a prática de pastoreio livre, a agricultura com técnicas tradicionais, como o uso da enxada, e o cultivo de alguns

tubérculos, como a batata-doce, muito solicitada nos mercados regionais do norte da ilha de Santiago, bem como a coleta de ervas endêmicas para uso de medicina tradicional vendidas nos mercados da região, o corte e abate de árvores para usos domésticos e a caça de aves. Ela própria diz sentir-se obrigada a se dedicar ao comércio informal para encontrar alternativas de garantia da sobrevivência. Aliás, ficou patente a reprodução da sua fala por quase todos aqueles que sobre o parque foram solicitados a partilhar informações. Todavia, segundo disseram, ultimamente tem ocorrido, ainda que de forma residual, uma postura mais negociada entre os moradores e a gestão do território, levantando algumas interdições com demarcações específicas e assistências técnicas para orientar atividades que devem ser praticadas dentro do perímetro.

Casos idênticos aconteceram também no Parque Natural do Fogo. Nessa unidade de conservação, algumas das proibições colidiam até com outras atividades do próprio ministério que tutela o parque. Um exemplo dado por nossos interlocutores demonstra como a delimitação do parque ameaçou a produção do queijo local, laticínio que faz parte do cardápio principalmente dos turistas que visitam a região de Chã das Caldeiras, onde o mesmo é produzido. Isso porque a gestão do perímetro natural interditou a coleta de uma erva utilizada para dar sabor àquele tipo de queijo, conhecido em nível local e nacional por suas características *sui generis*. Esse fato gerou conflitos entre os produtores do queijo e a gestão do parque. O mesmo aconteceu com relação à mudança do bebedouro dos animais, deslocado para outro ponto do parque, gerando semelhante repulsão por parte dos pecuaristas.

Cumprе assinalar que, por conta das interdições, decorrentes do próprio estatuto do parque, alguns conflitos se registraram, como os descritos no parágrafo anterior. Porém, exemplos outros podem ser interpretados como urgência e falta de preparação na implementação do espaço de conservação ou uma certa ignorância por parte dos decisores e executores das políticas públicas em Cabo Verde, como é o caso da introdução de asfalto de alcatrão na estrada que atravessa o interior do Parque Natural de Serra Malagueta com destino ao Tarrafal, material este de efeito nocivo e destrutivo. Tudo somado, estas descrições sobre a reconfiguração dos modos de vida dos cidadãos residentes no interior dos perímetros, os conflitos latentes cujas feridas tardam a sarar e a colisão de projetos de desenvolvimento, a nosso ver vêm reforçar o caráter exógeno da instituição por nós aludido

anteriormente. O Poder busca com a importação institucional responder a desafios muitas vezes de *outrém*, que implementados geram por vezes “efeitos perversos”, não preventivamente pensados ou acautelados.

Feitas essas considerações, achamos pertinente e legítimo que outras percepções acessem o domínio da empiria, de forma a trazer à comparação outros cálculos e argumentações. O propósito, desta feita, é cotejar as revelações formais responsivas e institucionais. Vejamos: a partir dos discursos por nós coligidos nas entrevistas, defendem consensualmente algumas elites políticas vinculadas às instituições universitárias, ao PNUD, ao ministério que tutela a pasta do ambiente, e nós concordamos, que “Cabo Verde não possui grandes indústrias poluidoras. Os principais problemas ambientais de Cabo Verde têm a ver com a dificuldade de abastecimento de água para consumo humano e prática de agricultura, a degradação do solo, a exploração descontrolada dos inertes, a pressão do investimento imobiliário no setor de turismo sobre as zonas costeiras e a perda de biodiversidade”.

Problemas esses também registrados no Plano de Ação Nacional para o Ambiente (CABO VERDE, PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA AMBIENTE - PANA II, 2004), e que são comuns em todas as ilhas. Desses problemas, os que mais afetam o meio rural, que conta hoje com cerca de 38% da população total do país, que é de 491.575 indivíduos segundo o censo populacional de 2010 (CABO VERDE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE, 2010), e que têm implicação direta na vida dos cidadãos, são as más práticas agrícolas, aliadas à desorganização do espaço rural, e o sobrepastoreio, associado ao corte desregrado da cobertura vegetal.

No entanto, ao se analisar as grandes áreas de intervenção ambiental por parte de Cabo Verde, numa lógica de demandas e soluções, observa-se uma profusão de campos de intervenção, a qual mereceu a nossa atenção. Ao longo dos anos foram executadas, entre outras, as seguintes ações de desenvolvimento, pelos vários Serviços do Estado: Reflorestamento, Conservação de Solo e Água, Saneamento e Saúde Pública, Nutrição e Alimentação, Proteção da Camada de Ozônio, Conservação da Biodiversidade Terrestre e Marinha, Sensibilização, Informação e Formação, que ultrapassam as demandas nacionais.

Acrescente-se que as insuficiências econômicas e financeiras do país, que requerem um comprometimento equilibrado e criterioso dos escassos recursos

financeiros, deveriam fazer com que as atenções ambientais se concentrassem em setores prioritários, com menos agressões às parcas condições de vida das pessoas. Isso porque problemas conexos, como as indenizações por expropriação, investimento na reconversão nas atividades geradoras de rendimento advinentes de intervenções em espaços já ocupados podem acarretar custos acrescidos, constituindo sumidouros de recursos.

Porém, tal cálculo estratégico não se nota, o que de certa forma nos abre possibilidades de arrolar argumentos no sentido de afirmar que há, ainda que ocultada, uma lógica subjacente a isso: as elites políticas sedentas em catalisar recursos financeiros exógenos para viabilizar o Estado do ponto de vista financeiro, comportam-se como *“bons élèves”*, ou como dizem os americanos, *“good boys”*. Igualmente, essa postura das elites pode ser esclarecedora de outras situações de consenso nacional rumo ao seguidismo, como, por exemplo, a abertura do país para a democracia nos anos de 1990.

Em outras questões, investigadores têm chamado atenção para o fato de que lá onde os Estados africanos totalitários mantinham seus regimes com base em recursos fixos (terra, petróleo, ouro, ferro, etc.) ou com ajudas externas, como é o caso de Cabo Verde, as transições aconteceram consensualmente entre as elites políticas porque a incerteza que paira sobre o *day after* (em que as elites políticas no poder não sabem a posição que vão ocupar com a mudança, ou seja, se vão perder, indo para a oposição, ou ganhar) e também no que tange à continuidade ou não do apoio dos doadores internacionais, fez com que esses regimes tendessem a cooperar e aceitar ser bons alunos, seguindo o que postulam as agências internacionais.

Todavia, as elites criam toda uma retórica discursiva para obscurecer a verdadeira percepção da questão. Nas falas que obtivemos com o mencionado grupo ao longo da pesquisa, essa retórica é mobilizada com frequência. Por exemplo, para passar a ideia antagônica, aquela por nós captada em campo: a) de que a sociedade civil está bem engajada no processo conservacionista; b) de que, apesar da transição política dos sucessivos governos, não houve e nem poderia haver rupturas em termos de políticas ambientais.

Quanto à afirmação postulada na primeira alínea, cremos ter dado exemplos ilustrativos de quizilas existentes entre alguns dos atores locais e centrais. Com relação à segunda alínea, o nosso entendimento é no todo diferente. Ora, ao nos

debruçarmos sobre a preocupação da Primeira Legislação de 1928, cuja menção em outros capítulos fizemos, observamos que os seus objetivos fundantes traduziam-se, essencialmente, na luta contra a desertificação e a proteção dos recursos naturais, iniciativa ajustada aos desafios ambientais da época e que perduram até os dias de hoje. Passadas nove décadas com os mesmos desafios, nota-se que a trajetória conservacionista e protetora do ambiente ampliou novos campos de preocupação alinhados em novas agendas. Dir-se-á que as preocupações ambientais de hoje também não são as daqueles tempos. Concordamos, mas desde que haja uma consonância entre demandas/preocupações e agendas. O que não parece ser o caso.

Entretanto, recorda-se que anteriormente tínhamos fixado na Conferência do Rio-92 um marco para a transição de paradigma de preocupação ambientalista em Cabo Verde. Questiona-se se não foi essa reunião internacional do Rio de Janeiro que induziu a criação do PANA I de 1994/95, o qual, como nos revelou um dos responsáveis ministeriais entrevistados, não foi assumido nem implementado pelos sucessivos governos da época. Aliás, como se registra no preâmbulo do PANA II,

O *PANA I*, apesar de não ter sido formalmente aprovado e divulgado, funcionou como alerta para alguns sectores da sociedade para os problemas do ambiente. Apresentou uma estrutura que favoreceu a apreensão integrada dos objectivos, políticas, estratégias e acções. Destacou a necessidade da integração dos aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento. Contudo, não foi suficientemente assimilado, ao nível das estruturas de planificação e decisão e, conseqüentemente, não foi integrado nos exercícios de planificação municipal e sectorial. (CABO VERDE, PANA II, 2004)

Dito isso, fica evidente que o modelo conservacionista protoganizado por aquele instrumento não chegou a ser materializado, o que nos autoriza a conjecturar sobre a probabilidade disso ter ocorrido por causa da inexistência de recursos financeiros e humanos, ou, *latu sensu*, da própria eficácia do documento em si, o que pode ser entendido no contexto do país que acabou de transitar para a democracia com novas agendas e novos desafios institucionais. De qualquer forma, o PANA II, criado a partir de 2002/03 com um carácter intersectorial, com desdobramentos em 22 municípios do país e um horizonte de duração de 2004 a 2014, contém áreas ainda mais vastas de atuação com um enquadramento para uma estratégia de desenvolvimento económico e social. As suas Linhas de Orientação Estratégica da Política Ambiental recobrem Gestão Integrada e

Sustentável dos Recursos Hídricos, Saneamento Básico e Saúde, Gestão Sustentável da Biodiversidade, Ordenamento do Território, Transportes, Infraestruturas, Construção Civil, Marinha e Portos, Educação, Formação, Informação e Sensibilização Ambiental, Setor do Turismo, Agricultura, Silvicultura e Pecuária; Setor das Pescas, Indústria, Energia e Comércio.

Com essa ambição deveras ampla, a sua concretização, como nos adiantou um dos responsáveis pela pasta do Ambiente “conta com parceiros estratégicos como o GEF, e todos os sistema das Nações Unidas, incluindo o PNUD, UNEP, UNIDO, FAO e BM, muito firmes e disponíveis para apoiar políticas ambientais em Cabo Verde”. Resta saber os termos desta parceria estratégica, uma vez que essas agências não são inócuas. No caso do Banco Mundial, como demonstra João M. Perreira (2010), a instituição é um *Ator Político Intelectual e Financeiro*, pois possui dirigentes com habilidade política e recursos de poder para persuadir e cooptar.

Esse banco trabalha com ONGs, contratando-as para fins de consultoria e implementação de projetos de todo o tipo, em particular nas áreas social e ambiental, em estreita articulação com o processo de neoliberalização ao sul e ao leste (WOODS<sup>37</sup>, 2007, *apud* PEREIRA, 2010, p. 335). Uma espécie de “imperialismo brando”, que consiste em manter uma vasta rede de ONGs (nacionais e internacionais) presas às planilhas de pagamento de doadores internacionais e nacionais, rede por meio da qual grupos comunitários permanecem dependentes da manutenção de projetos realizados por ONGs (DAVIS<sup>38</sup>, 2006 *apud* PEREIRA, 2010, p. 335-6).

Em matéria ambiental, essa instituição já possui legados. Dois exemplos, quanto a nós, elucidam sua intervenção. Um remonta ao ano de 1997. Num diálogo multisetorial promovido pelo Banco Mundial e IUCN para discutir questões controversas a respeito da construção de grandes barragens com a Comissão Mundial sobre Barragens (CMB), presidida pelo então Ministro de Assuntos Hídricos e Florestais da África do Sul, a comissão encomendou inúmeras pesquisas sobre aspectos relativos à construção e ao desempenho de grandes barragens localizadas em dezenas de países. Tendo recebido quase mil informes de todas as partes do

---

<sup>37</sup> WOODS, N. *The Globalizers: the IMF, the World Bank and Their Borrowers*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2006.

<sup>38</sup> DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

mundo para socializar, o relatório final analisou em detalhe oito projetos – entre os quais alguns bastante polêmicos, como os de Tucuruí (Brasil), Tarbel (Paquistão), Kariba (Zimbábue) e Park Mum (Tailândia) – e foi apresentado em Londres por Nelson Mandela em 2000.

Esse relatório continha recomendações claras de que havia custos econômicos, sociais e ambientais demasiadamente elevados, bem como o fracasso sistemático na avaliação de impactos negativos potenciais na implementação de programas adequados de reassentamento das populações atingidas e também profundas desigualdades na distribuição de custos e benefícios gerados pelas grandes barragens, sobretudo com o ônus a recair sobre as populações rurais, indígenas e em condições de pobreza. Com base nesses dados, o documento propunha que se deveria rever o projeto. Mediante tais reparos, o Banco Mundial esquivou-se de responsabilidade sobre o legado de sua atuação na área e não endossou os resultados da pesquisa nem as suas recomendações.

Um outro exemplo de diálogo falido foi durante a Revisão das Indústrias Extrativas, em que o Banco Mundial foi confrontado com seu envolvimento em atividades impactantes para o ambiente, como o financiamento de indústrias extrativas de petróleo, mineração e gás. Em resposta, o banco mandou efetuar uma investigação independente para apurar se tais projetos estavam de acordo com as metas de desenvolvimento e redução da pobreza propostas por ele próprio. Tarefa que ficou a cargo do ex-ministro de meio ambiente da Indonésia e cujo resultado apontou várias incongruências caso a atividade continuasse. Porém, tendo constatado que os encargos lhe pertenciam, mediante as recomendações da consultoria, a instituição deslocou a responsabilidade para os clientes, ao invés de focalizar a mudança de suas próprias políticas de salvaguarda.

Vê-se, portanto, que o Banco Mundial se excusa sistematicamente a cumprir parâmetros e normas comuns que permitem avaliar o seu compromisso com a sustentabilidade socioambiental, sobretudo quando os relatórios o desagradam e ao empresariado parceiro. Portanto, a sua atuação evidencia uma clara dissociação entre o discurso em prol da boa governança e transparência, a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.

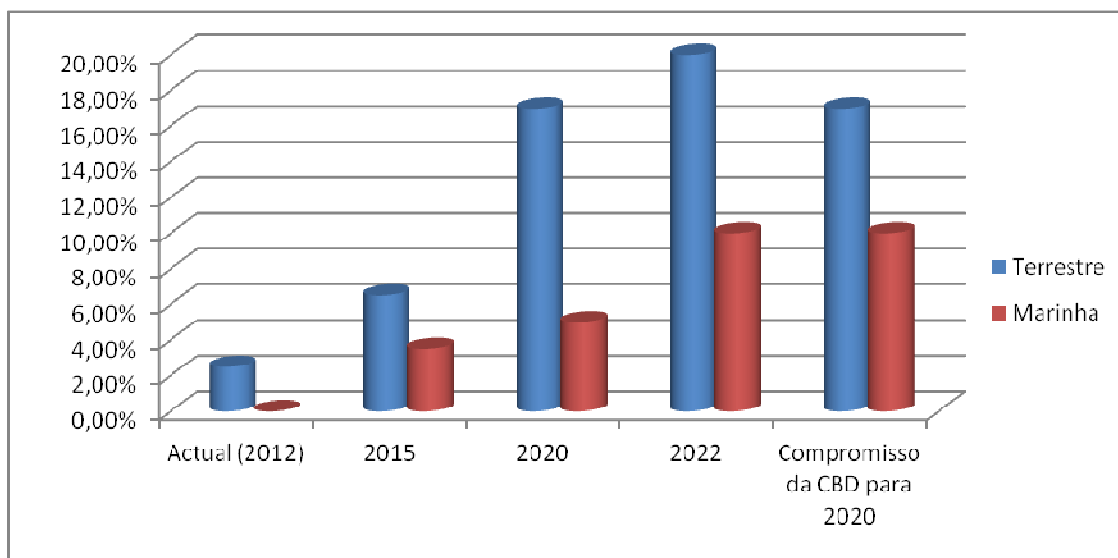
Sendo o Banco Mundial uma instituição com grande poder, não constitui exagero afirmar que os exemplos aqui citados, ainda que relacionados ao domínio ambiental, constituem em uma escala ampliada a atuação da instituição em quase todas as

esferas onde possui intervenções: política, financeira, econômica, educacional, judicial, etc. De certa forma, o *modus operandi* da instituição pela via de um “imperialismo brando”, em estreita articulação com o processo de neoliberalização, vai ao encontro das ideias defendidas por Hardt e Negri de que há um “império que se materializa diante dos nossos olhos” que “regula efetivamente as trocas mundias e que constitui “uma nova forma global de soberania” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 11).

Por último, a azáfama em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os compromissos assumidos juntos à CBD em alguns dos seus pontos (neste caso, o ponto sete, que têm a ver com o ambiente), aludida por nossos entrevistados, pode no todo não se traduzir em mais-valias para um país pequeno com tantas pressões populacionais sobre a terra.

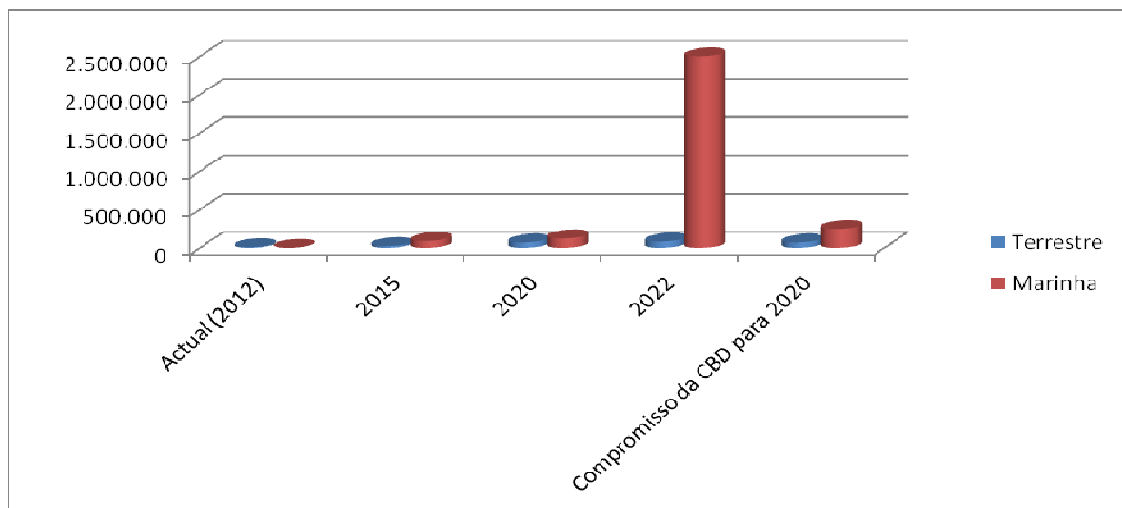
Recorda-se que, historicamente, a terra para a agricultura e criação de gado – portanto como um bem que garante a sobrevivência das populações, constitui um problema no mundo rural e em partes consideráveis de tecidos urbanos. O Estado de Cabo Verde acordou cumprir com 17% do território nacional como área protegida e 10% como território marítimo, conforme se apresenta nas representações gráficas que se seguem (Gráfico 3), o que pode traduzir-se em privações ao acesso a “bens comuns”. No caso da superfície terrestre, as APs declaradas pelo DL 3/2003, que têm esboço de limites (41 unidades), já somam 12,4% do território nacional (CESARINI, 2012).

**Gráfico 3 - Evolução de percentuais de superfície Terrestre e Marinha em Áreas Protegidas**



**Fonte:** Banco de dados, CABO VERDE, DGA, ENAP-CV. Elaborada pela autora, 2013.

**Gráfico 4 - Evolução da superfície Terrestre e Marinha transformada em Áreas Protegidas, em Hectares**



**Fonte:** Banco de dados, CABO VERDE, DGA, ENAP-CV. Elaborada pela autora, 2013.

O que fica em jogo com a pretensão de cumprir os acordos assinados, sobretudo aqueles estabelecidos com a CDB, conforme ilustram os gráficos (3 e 4) é saber até que ponto a preservação de “bens comuns” põe em causa a sobrevivência de largos seguimentos populacionais que deles dependem. De resto, convém que se diga que em Cabo Verde várias pendências que têm a ver com a justiça social em torno da terra ficaram por resolver, como a reforma agrária, suspensa na década de 80 do século passado, e as indenizações referentes às expropriações fundiárias devido a realizações de grandes infraestruturas como estradas, portos e aeroportos no período pós-colonial. Assim sendo, é preciso saber como se pensa conciliar a agenda do milênio com esses desafios, uma vez que o cumprimento daquela empata a vida destes, o que implica uma transversalidade de políticas públicas nesse domínio.

Até para que não se venha a repetir erros do passado (como a privação na área de agropecuária cometida quando da delimitação da territorialidade dos parques naturais, provocada pela não consideração dos impactos dessa demarcação sobre os modos de vida das populações locais), que só por agora, tardia e timidamente, vêm sendo corrigidos com planos de promoção e incentivo ao ecoturismo, de *business*, etc., o que, inversamente, nos obriga a admitir, a despeito dos conflitos que a presença estatal gerou com a implementação de APs nas

regiões analisadas, potencialidades passíveis de serem convertidas em investimentos econômicos. Porém, é bom que se diga que a materialização de tais intenções tarda por se concretizar. Até a data da nossa última estadia nos parques em questão (dezembro de 2012), poucos investimentos foram realizados no sentido de enquadrarem naqueles desafios eram suscetíveis de serem notados.

Dados existentes apresentam um quadro ainda deveras desafiante no que diz respeito à sustentabilidade ambiental na sua assimetria rural/urbano. Embora o objetivo global das metas dos ODM sobre os recursos hídricos já tenha sido alcançado, 31% da população ainda procura fontes de água, com uma média diária abaixo do padrão reconhecido internacionalmente (20 litros/pessoa/dia) (UNDAF, 2012). O acesso à água potável, segundo o mesmo documento continua a ser um problema para a população rural, sendo que cerca de 25% é ainda privado, apesar dos últimos investimentos na construção de barragens<sup>39</sup>. Posto isso, um reparo deve ser efetuado no sentido de que a delimitação dos parques se sobrepos aos antigos perímetros florestais criados antes e após a independência com reflorestações feitas quase que exclusivamente com eucaliptos e acácias, que os sucessivos Estados cabo-verdianos não tiveram a oportunidade de repensar. Ora, se por um lado a intenção era proteger os solos contra a erosão e criar microclimas, por outro, tais escolhas fizeram com que o lençol freático do subsolo dessas regiões venha baixando cada vez mais em virtude daquelas práticas, deteriorando ainda mais os poucos recursos hídricos existentes nas ilhas.

Num outro prisma, sob a proteção integrada do meio ambiente, o setor de saneamento é um desafio. Estima-se, segundo os dados da UNDAF (2012) que apenas 66% da população têm acesso a melhores sistemas de esgotos, enquanto esse acesso em áreas rurais é de 45,1%. Em relação ao saneamento, 62,9% da população têm acesso melhorado, nas seguintes percentagens: 74,2% na área urbana e 42,1% nas áreas rurais. Entre as famílias com um sistema adequado de drenagem e tratamento de esgoto, 19,4% dos domicílios despejam em esgotos e 46,6% usam fossas sépticas.

Partindo de um exame minucioso, seguindo um pouco aquela lógica por nós aventada de que a fraca capacidade estatal obriga a mobilização de recursos exógenos para, no caso específico do meio ambiente, encetar medidas protetoras, a

---

<sup>39</sup> Barragens de Poilão, e de Faveta na ilha de Santiago.

nossa pesquisa analisou a distribuição de recursos financeiros disponibilizados pelo Programa de Assistência das Nações Unidas para Desenvolvimento de Cabo Verde para o quadriênio 2012/2016 (Quadro 3), no campo ambiental. A ideia era observar até que ponto questões ambientais que afetam diretamente as populações são tidas na lista de prioridades, o que nos permitiria avaliar se há efetivamente uma correlação entre a política conservacionista e a política de combate à pobreza. Campos que, no nosso entender, são indissociáveis em países pobres como Cabo Verde. Não só porque os pobres são, no meio rural, os que mais pressão exercem sobre os recursos naturais, mas também, por outro lado, porque uma conservação excludente, sem alternativas viáveis para esse segmento, aumentaria a depauperação. Portanto, se tais questões não estivessem entre as prioridades, ficaríamos legitimados a prosseguir com o nosso elo de entendimento de que as políticas ambientais e as suas agendas são heteroinduzidas, e que, deitando olhares para a realidade cabo-verdiana, internamente, os desafios são outros e bem maiores como, por exemplo, o combate à pobreza e ao desemprego.

Na sequência, a análise do referido documento ressaltou logo uma preocupação do investimento vetorizado em direção às instituições (técnicos, projetos, consultorias), demonstrando que, de modo *top-down*, é reservado a essas instituições o papel de reforçar e incorporar políticas de sustentabilidade ambiental, quando paradoxalmente uma quantia menor é reservada àqueles que são tanto agentes como vítimas imediatas dos impactos ambientais, ainda que se propague e se estimule o legado geracional em matéria de meio ambiente.

**Quadro 3 - Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Cabo Verde (2012-2016) – pilar da sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas**

		<i>Recursos regulares</i>	<i>Recursos extra-orçamentais</i>	<i>Recursos a mobilizar</i>	<i>Total</i>
<b>PILAR 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas</b>	Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e incorporam os princípios de sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e a redução dos riscos de catástrofes naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.	1,663,000 \$	4,429,000 \$	11,850,000 \$	17,942,000 \$
	Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção de habitats críticos e da biodiversidade e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para um crescimento inclusivo.	725,000 \$	2,512,202 \$	5,630,756 \$	8,867,958 \$
	Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de defesa do Meio Ambiente e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão sustentável dos recursos naturais.	85,000 \$	192,418 \$	1,375,000 \$	1,652,418 \$
	<i>TOTAL PILAR 4</i>	2,473,000 \$	7,133,620 \$	18,855,756 \$	28,462,376 \$
<b><i>TOTAL UNDAF</i></b>		<b>24,413,000 \$</b>	<b>16,277,438 \$</b>	<b>53,056,606 \$</b>	<b>93,747,044 \$</b>

Fonte: Nações Unidas, UNDAF (2012)

#### **4.2.1 “Dilemas de ação coletiva” e “tragédia dos comuns”: em busca de uma saída coletiva**

Até aqui, o nosso foco de análise mais não fez do que confrontar a nossa tese com a seguinte empiria: o que tem sido a concepção e a ação dos desígnios conservacionistas na África e em Cabo Verde, versando as práticas e os discursos dos *policy-makers* em (des)articulação com os atores locais.

Porém, por um lado, novas amarras se fazem sentir em reforço à empiria, com os exemplos e discursos trazidos, numa relação entre as preocupações ambientalistas globais e a sua articulação com a pobreza no Sul, em especial em Cabo Verde. Por outro lado, não se deve descurar, e esta tese também não, de que a problemática ambiental constitui um desafio global cuja existência em si exige, por conseguinte, um esforço conjunto, independentemente dos recursos dos países e da franja de pobreza localizada internamente.

O processo de institucionalização da problemática ambiental, apesar de sua recente agenda, tem merecido bastante preocupação por parte de cientistas sociais (DUNLAP, 1997; BUTTEL, 1997; HANNIGAN, 1997; YEARLEY, 1996; FERREIRA, 2006, FUKS, 1998) com perspectivas diferentes, mas complementares no sentido de erigir como espinha-dorsal o ambiente enquanto problema social. O que, de certa forma, demonstra que se em nível internacional a preocupação só veio para o campo das ciências sociais há pouco tempo com enfoque específico, o mesmo se possa dizer sobre uma sociologia da questão ambiental em espaços periféricos, onde se ensaia a nossa pesquisa.

Apesar de alguns operadores conceituais como “ação comunicativa” (HABERMAS, 1989), “modernidade reflexiva” (GIDDENS, 1997; BECK, 1997), “mudanças ambientais” (BUTTEL, 1997), “perspectiva construcionista do ambiente” (HANNINGAN, 1997), “ambiente enquanto problema social” (FUKS, 1998), já serem de uso corrente na análise das questões ambientais, denota-se que do ponto de vista da teoria, pelo menos levando em consideração as constatações empíricas registradas por esta tese, novas sínteses operativas na dialética conservação/pobreza se tornam necessárias com o deslocamento da problemática do global para o local e, concomitantemente, daqueles que mais poluem (para aqueles que menos poluem) para aqueles que mais sofrem.

No entanto, uma observação, produto de constatação em campo, merece ser mencionada: a de que localmente, nas comunidades interiores aos territórios demarcados nas áreas de Serra Malagueta e Fogo, há uma consciência pró-ambiental, sobretudo nos discursos dos moradores. Ou seja, o ambiente ainda que circunscrito à modalidade de conservação introduzida nessas localidades passou a ser não só do domínio dos especialistas, mas também dos cidadãos ordinários. Mas se as práticas dos moradores dos parques não condizem ou, se estes se furtam ao

cumprimento das normas institucionalizadas, é na medida em que estas últimas são tidas como invasivas e pouco conciliadoras com o *ethos* local.

Em todo o caso, a constatação narrada vai ao encontro dos desígnios/pressupostos conservacionistas veiculados através das instituições e de seus agentes que se baseiam na ideia de que existe uma relação inversa entre as ações antrópicas e a saúde do meio ambiente, percebida na fala dos nossos interlocutores. O que não deve ser tomado como um dado adquirido no sentido de respaldar o *status quo* vigente, pois existe certa incongruência entre o discurso e a prática, a nós revelada pelos moradores e não suscetível de ser captada por aqueles cuja incumbência e o papel foram e continuam a ser o de representar, controlar, vigiar e punir (FOUCAULT, 2009), uma vez que estes moradores reconheceram em nós interlocutora privilegiada imbuída de uma neutralidade axiológica inerente à nossa própria condição de pesquisadora apenas, capaz de transitar entre os discursos e as práticas dos entrevistados.

Assim, não obstante, há segundo Mendes (2009) muita polêmica sobre a forma como esse processo vem sendo concebido e implementado, tendo em conta a habitabilidade endógena de grupos culturais diversos. Nessa linha de ideias, propostas de que se devem associar a essas políticas outras não heteroinduzidas e mais articuladas, que permitam potencializar sua eficácia e que assegurem melhores condições de vida às populações, começam a ganhar corpo. Perspectivas de ações compartilhadas e participativas demonstrada por Mendes (2009) são delineadas, e avolumam-se os estudos que demonstram a capacidade que os grupos têm de se autorganizar para monitorar o próprio comportamento e impor sanções àqueles indivíduos que apresentarem comportamento inadequado (PIMBERT; PRETTY, 2000; OSTROM, 2008; DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Dentre essas perspectivas, destaca-se a de Elinor Ostrom, que sustenta na sua obra *Governing the Commons* (2008) que é possível uma gestão comum atendendo os ganhos e benéficos que podem trazer e que por isto podem substituir a gestão pública ou privada nos espaços de conservação a partir do cumprimento de regras de governança exteriores.

A Escola dos *Commons* é considerada hoje por muitos pesquisadores como uma referência teórica no campo da conservação, que conjuga uma perspectiva de gestão compartilhada em detrimento das práticas autoritárias promovidas pelas instituições governamentais e várias organizações não governamentais nacionais e

internacionais, descritas por Diegues (2000), que desrespeitam os direitos civis das populações locais criando “arrivistas” e promovendo deslocamentos forçados das áreas transformadas em parques, ignorando o vasto conhecimento das populações e as suas práticas de manejo sustentável e inclusivas.

Ancorada nas literaturas sobre a gestão dos recursos naturais de uso comum e objetivando trazer uma análise interpretativa baseada em teorias desenvolvidas, que privilegia instrumentos significativos como a participação comunitária na gestão dos recursos comuns, a perspectiva aqui trazida visa dar seguimento ao mote deste subcapítulo.

Ao longo desta análise, procura-se conjugar a reflexão partindo dos pressupostos da Escola da “Tragédia dos Comuns”, a partir da perspectiva de Garrett Hardin, passando pelo seu reflexo no surgimento da Escola dos *Commons* e suas linhas orientadoras.

As áreas protegidas e os parques naturais enquanto espaços de usos e de recursos naturais comuns, e pelo seu caráter social e político, constituem um dos temas que vêm sendo debatidos atualmente, no momento em que se verifica uma ampliação dos interesses privados, com reflexo para vários aspectos da vida social, estimulado, sobretudo, pelo mercado e pela ideologia neoliberal, ameaçando assim esses espaços e os recursos naturais de uso comunitário (DIEGUES; MOREIRA, 2001). Situações, segundo os autores, verificadas principalmente nos espaços rurais e litorâneos, onde as comunidades dispõem de espaços territoriais como lagos, campos, florestas, que ainda são apropriados de forma coletiva, sendo que os seus recursos são usados pelos comunitários através de um conjunto de normas construídas coletivamente e que regulam o acesso, garantido pelo pertencimento à comunidade e pela partilha do universo simbólico, com as suas normas e proibições.

Levando em conta que grande parte desses espaços se localiza em regiões periféricas e de difícil acesso, vinculados em sua maioria às regiões rurais com forte carga de pobreza, muitos são considerados terras devolutas do ponto de vista jurídico formal, sobre as quais as comunidades não possuem nenhum aporte legal de propriedade. A nossa pesquisa de campo confrontou na prática essas informações, tanto com os moradores como com os *policy makers*, o que de certa forma corrobora as informações acima referidas de que a propriedade da terra em Cabo Verde envolve problemáticas várias que dificultam não só a prova da sua titularidade, mas também o próprio ressarcimento em caso de expropriação. Ficou-

nos a sensação de que o Estado – entidade com poder de expropriar –, conhecedor da situação, vem surpreendendo os cidadãos através da inversão do ônus de prova. Em tal prática, iniciam-se desde logo as desconfianças e os desacordos entre essas duas entidades, o que dificulta a construção de consensos a *posteriori*, fundamentais na gestão dos bens comuns.

Apesar de existir uma diversidade de sistemas que governam o acesso e o uso dos *comuns*<sup>40</sup> no continente africano, os territórios onde as comunidades não possuem titulação de propriedade são, muitas vezes, apropriados pelo Estado e transformados atualmente, em muitos casos, em áreas de preservação ambiental, no sentido de frear a atual degradação dos recursos comuns, ou “*bens comuns*” numa perspectiva mais economicista, “[...] uma classe de recursos que podem ser subtraídos e para os quais a exclusão dos usuários é difícil. Esses recursos incluem florestas, bacias hidrográficas, oceanos, recursos pesqueiros [...]” (OSTROM, 2009, p 45).

Uma gama de recursos fundamentais para a manutenção da vida humana e para o ecossistema, mas que quando excessivamente explorados podem por em causa a vida humana, sendo que hoje é evidente de que a conservação desses recursos depende das ações racionais desenvolvidas pelos homens, e sua capacidade em promover e criar novas instituições que primam pelo manejo sustentável dos recursos, das escalas locais às regionais e globais. Aqui, nesta tese os recursos comuns constituem uma categoria de análise utilizada para definir um conjunto de recursos existentes nas áreas de proteção ambiental, incluindo os bens ligados a terra, água, pastagens e fauna nas áreas protegidas e adjacentes. Esses recursos, no caso de Cabo Verde, concentram-se sobretudo em espaços territoriais rurais que antes eram de uso comum, explorados pelos locais e transformados hoje, no âmbito das políticas de preservação ambiental e sob o lema “preservar nossos comuns locais/globais”, em propriedade estatal, configurados, em grande parte, em parques naturais, sendo o Estado o responsável pela tomada de decisão em relação ao acesso aos recursos e ao nível e à natureza da exploração dos mesmos.

Segundo Mendes (2009), a transformação dos territórios em áreas de proteção dos recursos comuns se processa, em grande parte, a partir do estabelecimento de regras e normas impositivas e restritivas que limitam o campo de

---

<sup>40</sup> Termo utilizado em referência ao regime de propriedade comunal onde os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes (OSTROM, 1986).

atuação dos atores locais, principalmente para a realização de suas atividades econômicas, suscitando muitas vezes conflitos relacionados com o manejo de recursos e defesa dos territórios, anteriormente reportados. Situação que nos permite analisar o papel das instituições na implementação de políticas de conservação bem como as dificuldades de construir e manter instituições nacionais e locais capazes de confluir interesses e agentes diversos e frequentemente conflituosos.

Por conta disso, hoje há muitos debates sobre as políticas de conservação ambiental veiculadas por diferentes instituições planejadoras e executoras dessas políticas e pelas organizações internacionais de financiamento que visam, em nome do desenvolvimento, a determinação de áreas a serem protegidas. Há também questionamentos sobre a forma de participação local no processo da manutenção da biodiversidade e na gestão dos recursos de uso comum. Pois “as instituições, enquanto regras formais e informais, os pode e os não pode que as pessoas reconhecem em dada situação” (OSTROM, 2009, p.110) têm sido estudadas por pesquisadores há bastante tempo como um aspecto fundamental da organização social humana.

No entanto, como de resto já afirmamos, o estudo das instituições que vem pautando pela à exploração dos recursos naturais representa um campo novo e desafiante pela própria dinâmica dos contextos. Mendes (2009) na sua tese faz referência aos debates sobre os tipos e prioridades de instituições, arranjos e abordagens que oferecem melhores propostas de resultado, dada a diversidade de condições político-econômicas, culturais e ambientais que envolvem as áreas de proteção no mundo. A tendência, onde se enquadra também esta tese, é a de desencadear pesquisas que permitam a identificação de padrões e de relações nos sucessos ou fracassos, ficando o desafio de saber se fazem diferença ou não na conservação ambiental.

Nesse sentido, avolumam-se os debates sobre os modelos de políticas de conservação ambiental importados pelas principais agências de desenvolvimento e financiamento e aplicados por diferentes governos num esforço conjunto para preservar e refazer as áreas comuns do mundo, com as suas diferentes lógicas de atuação, cujo resultado, segundo alguns estudos, aponta para a destruição dos comuns. Goldman, em seu artigo intitulado *Inventando os Comuns* (2001), apresenta os debates da literatura em relação aos comuns como uma homilia, demonstrando a

tensão que existe entre a produção do conhecimento e a consciência histórica, uma tensão entre lançar um olhar cego para as forças destrutivas da expansão capitalista sobre os comuns e um largo sorriso aos “subcapacitados” habitantes tradicionais que, desafiando todas as certezas, protegem seus recursos comuns. Segundo o autor,

Aquilo que a princípio parece ser uma cacofonia de vozes sobre os comuns do mundo é, na verdade, uma “comunidade epistêmica” monotonal de vários teóricos e profissionais que emprega uma série singular de modalidades discursivas e práticas enraizadas no famoso argumento da Escola da Tragédia dos Comuns. (GOLDMAN, 2001, p.44-45)

De certa forma, a Escola da Tragédia dos Comuns, da qual o biólogo Garrett Hardin é um dos principais precursores, constitui, segundo Goldman (2001), na perspectiva de muitos, um legado para a ciência e marca o debate acadêmico sobre o acesso aos recursos comuns e a exploração destes. Os pressupostos dessa escola ainda vicejam profundamente nas almas de teóricos que lidam com a questão dos comuns. Brotada do seio de uma elite intelectual composta por cientistas naturais que eram também ambientalistas ativos nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70 do século passado, essa perspectiva defendia a substituição das instituições comunais pela propriedade privada e por maiores imposições governamentais a fim de reverter as ações predatórias dos humanos.

Segundo o autor o discurso da Tragédia dos Comuns também formatou o pensamento sobre os novos “comuns globais”, liderados atualmente por acadêmicos e planejadores que se esforçam em direcionar a tomada de decisão supranacional para as áreas consideradas nebulosas das propriedades globais, como camada de ozônio, reserva de biodiversidade, oceanos, dentre outras que pouco ou nada têm a ver com os impactos diretos nos recônditos espaços dos países do Sul, onde se nota similar preocupação. Enfim, uma estrutura considerada velha e dúbia aplicada inicialmente em questões sobre recursos comuns locais, impedindo os pastores egoístas de destruir a pastagem comunitária, é atualmente aplicada para salvar os nossos comuns globais, seja na forma de privatização ou da intervenção estatal nesses espaços, como propõe Hardin.

Apesar de ser um trabalho pioneiro e de grande relevância acadêmica, umas das maiores críticas imputadas à Teoria da Tragédia dos Comuns de Hardin reside

no fato dele ter ignorado que nos sistemas tradicionais de uso comunitário também existem regras destinadas a evitar a utilização excessiva dos recursos naturais que capitalizados poderiam minimizar os custos de rejeição, como aquelas que esta tese registra (GOLDMAN, 2001).

No entanto, estudos compartilhados por Diegues (2001) e Goldman (2001) demonstram que determinadas instituições culturais, como a prática de agricultura itinerante e o pastoreio nômade, tornaram-se obsoletas em sua capacidade de manejar a base comunitária de recursos naturais e devem ser reestruturadas para evitar a degradação, ou que os comuns seriam mais bem manejados através de uma lógica de uso global direcionada ao mercado, que aumente a produtividade e se traduza no bem-estar da humanidade e da natureza. O certo é que as críticas à Teoria de Hardin, com as quais se alinha esta tese, levaram ao surgimento de vários estudos empíricos que tornaram públicos os esforços dos comunitários em manter e reconstruir formas de acesso a recursos naturais de uso comum, bem como a importância dos sistemas tradicionais e de controle comunitário sobre os espaços territoriais comunitários.

Ostrom demonstrou até que ponto os impactos de teorias como a “Tragédia dos Comuns”, que reporta a degradação ambiental, dizem respeito à utilização dos recursos escassos (HARDIN, 1968). O “dilema do prisioneiro” (DAWES, 1975), percebido como uma estratégia não cooperativa na qual os atores envolvidos em igual posse de informações agem desertando-a, e a “ação coletiva”, em que os indivíduos com interesses comuns agirão voluntariamente em busca desses interesses (OLSON, 1965<sup>41</sup> *apud* MENDES, 2009; ARAÚJO, 2013) constituem tentativas outras que apresentam a irreconciliação dos atores sociais quando da proteção do bem comum.

Noa vários trabalhos de pesquisas publicados por Ostrom (2008) a autora vem trazendo exemplos de casos estudos e que traduzem esforços no sentido de obtenção do sucesso na governança e gestão de recursos recursos. Trabalhos que podem servir de farol guia para uma nova forma de gestão no Sul e que primam por gestão compartilhada que pode ser ativada nas áreas protegidas.

---

<sup>41</sup> OLSON, E. **The logic of collective action**. Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

Do vários trabalhos publicados por Ostrom, a referência melhor indicada no sentido de desenvolver uma estratégia institucional para o estudo de gestão conjunta nas áreas protegidas é *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action (2008)*. Nesta obra a autora apresenta os pressupostos de exploração dos recursos comuns que se apresentam como bens existentes em espaços de conservação ou não, podendo ser acessados por conjunto de indivíduos numa perspectiva de subtração.

Ao apresentar uma abordagem sobre a gestão dos recursos comuns e os arranjos institucionais com a agregação dos aspectos da confiança e da reciprocidade, a autora se propõe a demonstrar que ações conjuntas podem conduzir ao desenvolvimento, evitando “os custos de transação”. A proposta da conciliação da presença humana nas áreas de conservação ambiental, nos casos de grupos humanos vulneráveis, como nos parques cabo-verdianos vislumbram-se numa possibilidade presente sobretudo se ao fazedores de políticas públicas e os gestores das áreas protegidas levarem em conta as populações, suas culturas e suas práticas.

Ainda em referência aos “comuns”, num artigo intitulado *Regime de Propriedade Comum: uma relíquia do passado?*, Ostrom apresenta diversas categorias de propriedade, alertando que tais categorias não devem ser vistas como compartimentadas, o que impossibilitaria que compartilhassem atributos e características positivos. Destaca que os recursos explorados são fisicamente caracterizados como uma unidade coesa e, conseqüentemente, há ganhos em explorá-los de maneira integrada, dando como exemplos o caso japonês da exploração de florestas e prados comuns, a irrigação na vila Andhra Pradesh, no sul da Índia, e uma cooperativa local de pescadores em Nova Jersey, todos ilustrando que os locais são capazes de desenvolver estratégias, podendo organizar e monitorar o uso de recursos, alocar direitos de uso e ajustar níveis de utilização agregada para manter o uso sustentável dos recursos. Esses casos indicam que, sob circunstâncias apropriadas, ações coletivas voluntárias são viáveis e efetivas (OSTROM; MCKEAN, 2001).

Os vários trabalhos desenvolvidos por Ostrom, pela sua consistência analítica e pelas valias conseguidas nos campos por ela demonstrada, tem impulsionado o desenvolvimento de pesquisas outras (DIEGUES; MOREIRA, 2001) que visam, à semelhança da autora demonstrar a capacidade que os locais possuem no sentido

de auto-organizarem e viajar e punir comportamentos que não se adequam as normas da conservação. O que de certa forma chama a atenção para uma gestão descentralizada, neste caso de estudo, nos parques, de forma a possibilitar mais e melhor integração dos locais na formulação de políticas públicas de desenvolvimento comunitário fazendo deles aliados e não “arrivistas”.

No continente africano, estão sendo repensadas as estratégias de conservação ambiental e a relação homem/natureza, tanto pelos governos como pela academia. Os debates sobre os comuns têm respondido, principalmente, às questões sobre o que os profissionais em desenvolvimento, organizações internacionais de financiamento e teóricos têm feito para proteger os comuns (locais e globais), numa busca incessante de modelos bem sucedidos, apontando as falhas daqueles que contribuíram para o insucesso de tais modelos e suas políticas, em vez de lograrem uma reflexão sobre em que condições as instituições e quais instituições se tornam necessárias e possíveis para gerir os bens comuns. O certo é que, implícitas ou explícitas, as prescrições dos modelos importados se revelam de grande importância para a classe dos profissionais em desenvolvimento elaborarem agendas de investimento para os tradicionais comuns do mundo, transformando-os em supostos clientes de desenvolvimento.

## 5 PONTES E PORTAS DA RECONVERSÃO (DAS ÁREAS PROTEGIDAS) DO MEIO RURAL CABO-VERDIANO

Ensaia-se aqui uma análise prospectiva cuja ênfase recai sobre o deslindamento do que vem sendo efetuado no âmbito tanto da “estetização” do mundo rural com a introdução de áreas de conservação ambiental como no que concerne à mudança de perspectiva discursiva em nível internacional sobre o meio ambiente.

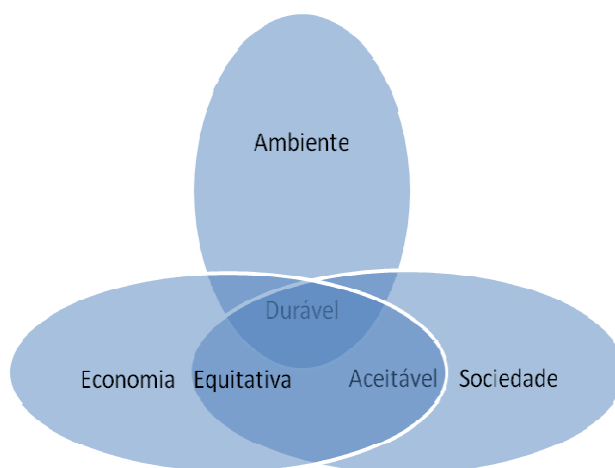
Não obstante as considerações já efetuadas, importa salientar que as demarcações ecológicas nos países poderão abrir novas perspectivas de desenvolvimento no meio rural, sobretudo para os segmentos populacionais mais vulneráveis, como as mulheres. Entre a criação de um certo “estado de exceção” no limiar de indeterminações entre democracia e autoritarismo, na perspectiva que defende Giorgio Agamben, (2010), a criação de parques naturais, ao impor restrições (portas) e a busca de reconversões (pontes) poderá estabelecer novas oportunidades que, bem caucionadas, poderão empoderar o território de suas inserções. Já o mesmo não se pode dizer em nível internacional, na justa medida em que o concretizar dessa perspectiva requer o engajamento de atores que poucos sinais dão no sentido de mudarem suas práticas.

### 5.1 REINTRODUZINDO DISCURSOS DE DINÂMICAS DE INCLUSÃO: A ECOSSOCIOECONOMIA

Dos desafios mapeados por esta tese através da empiria ou aqueles cuja articulação a teoria demonstrou menos conciliável, gostaríamos de aqui nuançar um que, de resto, a própria Estratégia Nacional das Áreas Protegidas 2013-2022 registrou como ameaça: que não há um amadurecimento de uma consciência do potencial econômico que os ecossistemas funcionais possuem (CABO VERDE, ESTRATÉGIA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - ENAP, 2012, p.99). Ao trazer isso em consideração, queremos crer que, ainda que a *posteriori*, já existe um discurso pró-inclusão por parte das instituições e dos *policy-makers*.

É certo que essa pretensão de (re)inserção dos comunitários abrangidos pelo desígnio conservacionista vai no sentido de uma ecossocioeconomia (SACHS, 2007), que, em um só tempo, responde a preocupações já cunhadas de que “o sucesso da conservação dos recursos naturais dentro da área protegida vai depender fortemente das alternativas e soluções que vierem a ser encontradas para a utilização sustentável dos recursos fora da própria área” (LEYENS, 2002, p. 60). Por conseguinte, essa perspectiva também tenciona recuperar alguns fios de meadas deixados por nós em capítulos anteriores: a) de que a política de meio ambiente não encontrou ainda quem lhe dê o destaque de política social, ou seja, de perceber os limites ecológicos como limites sociais; b) de que novas sínteses operativas entre ambiente e pobreza se fazem *mister* quando se demarcam perímetros de proteção ambiental em espaços com segmentos populacionais nos limiares da pobreza; c) de que esse novo travestimento consubstanciado na tríade ecologia, sociedade e economia, que incorpora valores como durabilidade, equidade e aceitabilidade (Figura 8), a despeito do juízo que sobre ele se possa fazer, pode configurar-se em uma reimportação ou reimposição. Mas vejamos aonde nos leva esse raciocínio.

**Figura 8 - Diagrama de relações entre Ambiente, Economia, Sociedade e Valores**



**Fonte:** Elaborada pela autora, (2013).

O pensamento em (a) advém de um pano de fundo que lateja nesta tese e que pode ser formulado da seguinte maneira: o projeto de conservação ambiental implementado em Cabo Verde sob a forma de Áreas Protegidas, sendo produto de

importação e/ou imposição de modelos exógenos, gerou conflitos e criou limitações e restrições que levaram, em alguns casos, ao êxodo rural. Assim, o Plano de Gestão dos Parques, em articulação com a Estratégia Nacional de Áreas Protegidas 2013-2022, ao terem em seu horizonte a criação de um Plano de Ecoturismo e um Plano de *Business* (cujos contornos ainda estão por definir), dos quais supõe-se poderem aproveitar os moradores no vértice dos seus habitats, reconvertendo os seus ganha-pães, se bem acauteladas, podem configurar, na nossa maneira de ver, a conciliação entre ecologia, economia e sociedade. Assim, em nível nacional, acredita-se que as atividades outrora desempenhadas que se furtam às regras impostas podem ser minimizadas e quiçá banidas, se se contemplar os moradores com as novas atividades lucrativas.

Porém, é em nível internacional que essa tripla funcionalidade que vem sendo propalada como álibe, enquanto apanágio das agências internacionais e dos seus atores, pode estar a anunciar ou a justificar de forma sistêmica operações que não passam de meras retóricas. Parafraseando Barthes, podem constituir-se em “fraseologias com termos progressistas que não passam de bonitas cláusulas conspiratórias” (BARTHES, 2009, p. 141).

No que tange ao meio ambiente, sabe-se que há uma “mistificação da linguagem”. Os EUA, por exemplo, dificilmente como têm demonstrado ao não assinarem o protocolo de Kyoto, adotariam essa relação sistêmica configurada na tríade ecologia, sociedade e economia, porque implicaria sacrificar o seu crescimento econômico em nome da preservação do bem comum, reduzindo a poluição industrial. Aliás, a poluição e o nível de CO<sub>2</sub> quase nunca são mencionados pelos países desenvolvidos, os mais poluidores. Esses problemas são quase sempre escamoteados.

Para isso, dispõem-se de dois meios: mencioná-los o mínimo possível (processo mais frequente) ou dar-lhes o significado do seu próprio contrário (processo mais perversamente astucioso, que está na base de quase todas as mistificações da linguagem como assevera Barthes - 2009). A palavra poluição, por exemplo, torna-se um eufemismo nos discursos dos países desenvolvidos/poluidores. A biodiversidade e a sua proteção é a categoria contrária estimulada e servida aos países do Sul. Portanto, há um discurso que redesenha, cujas relações discursivas, como diz Foucault (2009) não são internas ao discurso,

uma vez que não ligam entre si os conceitos ou as palavras com os fenômenos e realidades retratados.

De outro modo, o inverso também pode ser compreensível, no sentido de sustentar o nosso dito em (b). Essas novas atividades lucrativas que se pensa promover, ampliam alternativas econômicas e diminuem a pressão sobre os recursos naturais que, na ótica dos conservacionistas, são prejudiciais à ecologia. Atendendo à justiça entre as gerações ou ao carácter geracional que subjaz à preocupação ambientalista de legar um mundo ecologicamente saudável para as gerações vindouras, ainda que a geração presente nas zonas demarcadas demonstrasse reticências em acolher essas novas alternativas, uma vez que se trata de uma proposta cujo escopo induz a uma modernidade social, talvez a futura geração venha a se engajar melhor nesses novos projetos a médio e longo prazo.

Parece apropriado dizer que essas alternativas com as quais se quer curar as cicatrizes existentes que procederam da unilateralidade na concepção e implementação de políticas públicas afins, ou melhor em seu carácter *top-down*, que agride o *ethos* local, comportam, de início, marcas da modernidade que podem eventualmente não ter aceitação tão rápida quanto se deseja em espaços como aqueles nos quais elas vão ser implementadas. Pois, inscritas em uma mercadologia transplantada do mundo urbano, o turismo e *business* foram concebidos para se integrar aos mecanismos do mercado e para reproduzir um capital que lhe seja consentâneo. A sua adoção significará a “abertura” do mundo rural tradicional e a sua paulatina conversão ao modo de vida moderno. O que de outra forma não significa a completa desestruturação desse mundo.

Ora, se para o rural se entende, como diz Bernard Kayser, “um modo particular de utilização do espaço e de vida social” (KAYSER, 1990, p.13), compreende-se também que o espaço de vida, não sendo estático, é capaz de reelaborar os insumos recebidos numa ótica de reequilíbrio e não do desequilíbrio. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importação social, cultural e política da sociedade local (WANDERLEY, 2009). Dessa forma, pensamos que se as alternativas a protagonizar forem negocialmente introduzidas nas comunidades, estas são capazes de, por seus antídotos, saber conservar a ordem social e simbólica que caracteriza as suas tradições.

Por fim, é ousadamente inspirado na concepção de mimetização e importação de instituições que para o debate trazemos esse outro vértice (c) da questão. Situando-nos num terreno cujos contornos ainda se vêm desenhando, diríamos que a intenção de tornar turísticos espaços ecológicos delimitados pode vir a assemelhar-se à consagração dos espaços transformados em patrimônios culturais mundiais em Cabo Verde, como sítios, monumentos, etc. As patrimonializações, por exemplo, de Cidade Velha e de Campo de Concentração de Tarrafal, na ilha de Santiago, que passaram a ser locais de uso restrito dos turistas, uma vez que a taxa cobrada para visita quase que exclui liminarmente os nacionais, pelo baixo poder aquisitivo destes, constituem referências que do nosso ponto de vista enquadram bem o que aqui se pretende descortinar.

E mais, as explorações terceirizadas por empresas estrangeiras demonstraram-se lesivas para o próprio conhecimento e valorização do patrimônio. Se for seguida a mesma trajetória, novas exclusões poderão vir a acontecer. Por exemplo, um cidadão que reside e trabalha num outro extremo de Santiago, em Serra Malagueta, no perímetro de conservação do qual é trabalhador e que recebe diariamente trezentos escudos cabo-verdianos (equivalentes a oito reais), dificilmente visitaria a Cidade Velha, Patrimônio Mundial da Humanidade, cuja taxa para visita é equivalente a dois dias de sua jornada de trabalho. Vice-versa (um cidadão do espaço do patrimônio cultural para o parque natural de Serra Malagueta) também seria de se pensar.

Essas reflexões constituem motes de alertas no que tange a pacotes adquiridos a partir de experiências outras, muitas vezes de sociedades com menos assimetrias econômicas e sociais, cujo transplante para um contexto diferente produz resultados perversos – não previstos. Longe de asseverarmos as vantagens da triangulação compreensível ecossocioeconômica que se pensa doravante seguir, por demais conhecidas em outras latitudes, a nossa preocupação enquanto cientista social é criar “alarmes de incêndio” que sirvam de *inputs* àqueles cuja incumbência recai sobre a formulação de políticas públicas no setor em torno do qual esta tese debate.

Prosseguindo na mesma linha de entendimento, não poderíamos deixar passar despercebido um reparo, atendendo à margem de pobreza existente nas localidades mencionadas. Ao se pretender agregar o componente natureza à oferta turística, antes de se intervir no local estritamente pensando na conservação da

biodiversidade, dever-se-ia intervir na promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias residentes. Não constitui novidade afirmar que o turismo não rima com a pobreza. Países que melhor rendimento tiram do turismo, ou tiveram que investir no início, ou, pela via do investimento, injetaram capitais em setores que estrategicamente foram tidos com potencialidades para o efeito. Levar o turismo, seja nacional ou internacional, para espaços desestruturados do ponto de vista econômico e, por conseguinte, também social, pode traduzir-se em expor e disponibilizar novos paraísos e novos mercados a atividades turísticas como a pedofilia, a prostituição, o tráfico de seres humanos, a mendicidade, entre outras.

## 5.2 (SERÁ) A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO RURAL – PONTE DE PLANEJAMENTO E EMPODERAMENTO TERRITORIAL (?)

Até aqui, o nosso argumento tem sido procurar entender se houve ou não uma articulação entre políticas ambientais e a pobreza nas regiões contempladas com elevação a espaços de conservação ambiental. O que *à la limite* equivaleria a averiguar a consentaneidade entre o que se realiza em nome da conservação ambiental e as demandas do contexto nacional. Recorda-se, o nosso argumento foi e continua ser de que, não padecendo de grandes males em termos de degradação ambiental, como poluição industrial e seus resíduos, nem sujeita a uma forte pressão populacional sobre exploração de recursos naturais não renováveis, não obstante o caráter e a consciência global que a conservação ambiental requer e a todos nós impinge, Cabo Verde, um país de poucos recursos financeiros, deveria optar por uma política inclusiva e conciliadora entre os dois campos referidos.

Doravante, navegaremos em uma água menos turva, ou seja, exploraremos a possibilidade de, ao abrir “corredores” ecológicos no mundo rural, provocando mudanças nesse espaço de vida, podem ocorrer a criação de novas pontes que poderão empoderar as regiões rurais e, conseqüentemente, inseri-las na lógica conservacionista que se pretenda engajadora. Bem nuançado, o entrosamento entre os campos referidos pode fazer com que o meio rural assumira uma dimensão do espaço público, rompendo com o isolacionismo, a setorialização primária e a insustentabilidade econômica dos atores, passando a conectar-se com os mais variados serviços. Nesse sentido, a ideia é a de que, para catapultar o futuro dessas

regiões atreladas ao ambiente, pontes novas a edificar só serão profícuas se se investir de forma correlata via empoderamento ou transferência de rendas que promovam iniciativas empresariais, como o agronegócio e o artesanato, que transformam os produtos locais já visíveis, ainda que anêmica e timidamente, nas regiões de Fogo e de Serra Malagueta observados em 2009. (CARDOSO; GONÇALVES; 2009).

Procedendo dessa forma face à incrementação de novos projetos de desenvolvimento que rompam com o alheamento e a reprodução de “laços fracos” com a natureza, que se quer intocada nas imediações, distante da realidade cabo-verdiana, por via de deslocamento, essas novas ações podem pôr em marcha o início daquilo que Bourdieu denominou de *estruturas em estruturação*, na justa medida em que “laços fortes” poderão se erigir através de novas redes sociais e econômicas.

Dessa forma, as microfinanças suscetíveis de serem criadas em virtude do fomento daquelas e de outras atividades incrementadas em equação às atividades conservacionistas, criam um capital social de ligação – *Bonding Social Capital* (NARAYAN, 2002), que não só salvaguarda a reprodução comunitária dos atores rurais no seu território, mas também pode originar um capital social ponte – *Bridging Social Capital* – que amplia as redes e produz ligações entre essas comunidades rurais e o todo social cabo-verdiano, com respaldo para o mundo.

De outro modo, como já foi demonstrado, prosseguir com a via clássica de conceber e planejar o rural de forma setorializada, que confina a ver uma estética de demarcação oposta ao urbano, (WANDERLEY, 2009) onde só se pode praticar a agricultura e a criação de gado, não constitui nem estimula pensar o desenvolvimento rural, quanto menos ainda trazê-lo em conexão com o ambiente. Assim, vejamos. Em Cabo Verde, passadas quase quatro décadas da independência nacional, o bloqueio agrário, sobretudo no mundo rural, continua ainda a se fazer sentir, apesar de nos últimos tempos algumas iniciativas venham sendo realizadas, como os projectos de construção de barragens, de reordenamento das bacias hidrográficas, de micro-irrigações e perfurações no subsolo. As técnicas e os modos de produção agrícola continuam ainda a ser arcaicos.

Também a concentração da terra continua a ser uma peneira social. O malogrado projeto de Reforma Agrária embandeirado pelo Estado independente durante a Primeira República com o lema “a terra a quem trabalha” não se efetivou,

apesar de muitas celeumas causadas; a sociedade agrária não sofreu grandes transformações entre o colonial e o pós-colonial; o morgadio, não obstante o seu desmantelamento jurídico, ainda persiste, e com ele o arrendamento, porém não tão concentrado como no período colonial, mas o suficiente para privar uma boa parcela dos cidadãos de terra. O absentismo também continua, não na via clássica de serem os proprietários de terra colonos residentes em metrópoles, mas sim emigrantes que, perante o novo poder aquisitivo graças à emigração, adquiriram propriedades e se encontram residindo no estrangeiro, o que obstaculiza e impossibilita por vezes negociações em matéria da infraestruturização do meio rural.

Claudio Furtado assim prognosticava a mudança social em Cabo Verde:

[...] como o investimento dos emigrantes na compra de terras e na modernização das técnicas e práticas agrícolas, incentivados pelo governo, o investimento dos morgados desde que sejam eles proprietários-produtores, ainda que recorrendo ao trabalho assalariado, as cooperativas agrícolas de produção, a transformação, embora ainda em pequenas escalas, de antigos rendeiros e parceiros em proprietários mediante a distribuição de títulos de posse útil, o investimento do sector público na difusão de novas tecnologias, insumos e na instituição do crédito agrícola – ainda por vir – demonstram não só as mudanças ocorridas após a independência mas também o carácter e o sentido das mesmas. (FURTADO, 1993, p.191)

Mas essa mudança, através da transformação das estruturas agrárias na Ilha de Santiago (1993), não só estagnou-se como parece vir a ser retomada numa lógica setorializada. O otimismo expresso pelo autor no “ainda por vir” continua a esperar melhores dias. Portanto, o sentido, descortinado por esse autor, ou melhor, os discursos de mudança captados na elite política governamental por ele, esmoreceram à medida que as iniciativas neles propostas começaram a esbarrar em problemas de fundo como os acima apontados. As intenções eram maiores do que os recursos. Se uma política pública voltada à terra requeria infraestruturização, esta por sua vez implicava em expropriar. Esta expropriação necessariamente requeria por sua vez a indenização, sobre a qual a impotência do Estado tão cedo se manifestou. Na Segunda República, conforme mencionamos, o rural só residualmente é mencionado, quando muito tido como um fardo para o desenvolvimento. Nenhum empreendimento de porte para transformá-lo foi levado a cabo a não ser a engenharia do projecto de cambate à pobreza.

O meio rural cabo-verdiano é dotado hoje de uma nova funcionalidade, sobretudo as áreas que receberam instituições ambientais. O planejamento planejado territorial e não setorial desse meio, ativando novas orientações, como aquelas que em alguns países desenvolvidos têm sido executadas em torno de três princípios: aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem-estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio socioambiental das regiões rurais (OCDE, 1998), contribui, como um novo compromisso político institucional, com pontes e portas para a diversificação das alternativas das gentes que ali vivem.

Procedendo-se assim, o rural não é mais subvalorizado, é agora visto como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social e interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. A nova abordagem do desenvolvimento (rural) que se espera nascer formata-se pela via de que

[...] os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos como fatores que podem favorecer o desenvolvimento da região, inclusive em sua dimensão econômica, ao se constituir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população. (MEYER; MUHEIM, 1996, p. 14)

Tudo isso faz com que, sob o ângulo político, o território se prolongue para além do próprio espaço local, ao se constituir como a base para a formulação de um projeto de desenvolvimento onde há novos estímulos, como a criação de solidariedades locais (djuda, djunta mon)<sup>42</sup> que superam as barreiras de isolamento, de dispersão e capitalizam os recursos internos. Possibilidades outras com certeza se abrirão num planejamento como, por exemplo, a reserva de mercados para produtos locais, a abertura do espaço escolar para a introdução de programas que têm a ver direta ou indiretamente com o ambiente e com o meio rural à semelhança do extinto projecto PAPFI nas escolas (conforme se observa no I Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade (1999) e o próprio investimento em modos de reversão sobre atividades impactantes para o ecossistema. Enfim, a ideia é planejar numa concepção ampla, tendo o rural como apenas um dos vértices que englobam, de forma articulada, a ecologia, a economia e a sociedade.

---

<sup>42</sup> Forma de solidariedade local. Ajuda mútua.

Assinala-se, portanto, no seguimento do que vem sendo dito, que o “planejamento contemporâneo do mundo rural adquirisse uma dimensão mais territorial do que sectorial” (ABRAMOVAY, 2003, p. 18) que por sua vez, favoreceria a expansão de atividades econômicas de proximidade. Os supostos gastos de investimento por parte do poder, seja no ambiente ou naquelas atividades promotoras do empoderamento dos atores, voltam como produtos e serviços, que não encontram por vezes concorrência fora do próprio local.

Tudo indica que, apesar de investimentos desconexos, nos anos de 1990, na justa medida em que tais infraestruturas produziram mais ônus do que bônus sobre o mundo rural, como a introdução da eletricidade, telefones, cisternas de captação de água, infraestruturas escolares e de saúde, o meio rural vem perdendo gente, quando o suposto era o contrário.

Num espaço de dez anos, como é mostrado no Gráfico 1, houve um decréscimo populacional de 12.361 indivíduos, com um diferencial enorme para as mulheres, embora não traduzido no quadro, mas passível de ser observado em campo. O sexo masculino é aquele que mais vem abandonando a região, o que se supõe acontecer pela busca de emprego, em um espaço cujo acesso a terra vem sendo limitado, sobretudo nos lugares que são alvo de conservação ambiental.

O alinhamento das precedentes considerações autoriza-nos a um balanço. O ponto fundamental, cujo significado parece percorrer, transversalmente, este subcapítulo tem a ver com os diversos tratamentos direcionados ao meio rural pelo poder político. Numa primeira fase pós-independência, ele é recortado setorialmente como *agropecuário*; numa segunda fase, durante a Segunda República, o meio é estetizado com serviços que para alguns significavam induzir os progressos da modernidade, traduzidos em *bens e serviços*, e na fase atual há de novo um *volte-face* para uma setorialização mais ou menos eclética, cujos contornos longe ainda se afiguram de um planejamento territorial nos moldes em que a tese registra.

### 5.3 DESAFIOS (OCULTOS) DO AMBIENTE E DO GÊNERO NO MUNDO RURAL CABO-VERDIANO

Embora corramos o risco de ser descritivos, não pretendemos abdicar destas “etnografias” que imbricam, a nosso ver de forma exemplar, o gênero, ambiente e a ruralidade em Cabo Verde, decorrentes da nossa aproximação nesta matéria, de forma mais assídua a partir de 2009, cujas constatações foram dadas à estampa, em primeira mão através de um “caderno especial”, numa produção conjunta (GONÇALVES; CARDOSO, 2009) retratando a questão do “Trabalho e posição da mulher no mundo rural”, divulgado pelo Jornal a Nação de Cabo Verde (Apêndice A).

Assim, não tendo em mira aprofundar nesta tese a problemática do gênero no meio rural, apesar de variadíssimas vezes termos estado no seu *entourage* a concatenação das ideias até aqui efetuadas convoca-nos para algumas reflexões que ulteriormente pretendemos dar encaminhamento. No entanto, salienta-se que a nossa aproximação à problemática do gênero não é de agora. Os primeiros contatos aconteceram a quando da pesquisa de campo e elaboração da nossa dissertação do mestrado sobre os Rabelados do Bacio e Espinho Branco da ilha de Santiago em Cabo Verde, no biénio 2007/2009.

Contudo, outras aproximações ocorreram na nossa vida profissional que exigia a promoção da atividade cultural o que nos colocou em contato com a precariedade das mulheres no meio rural, em partes provocada por processos desterritorializantes. Mais tarde, no doutorado na UFRGS no âmbito de projeto de CODESRIA, em junho de 2010 intitulado “Repensando os Processos de Desenvolvimento Rural – Gênero, Poder e Instituições: estudo comparativo Cabo Verde/Angola e no exercício da atividade docente, em que lecionamos a disciplina de Género e Identidade, realizamos seminários temáticos e visitas de campo com os estudantes das Universidade de Santiago e da Universidade Pública de Cabo Verde.

É a partir dos aportes ali incorporados e com base numa sócio-anthropologia das ausências e das emergências (SANTOS, 2004) que propusemos analisar outros discursos, discursos de resistências das mulheres obrigadas a se sitiarem à margem das suas próprias comunidades vivenciais, ainda que para reconstruir a margem em função de fronteiras interditas no domínio do ecossistema num processo de confrontação através de práticas declaradas interditas do ponto de vista institucional.

Ensaia-se, então, com os ditos, feitos e escritos, mapear “a luta pela sobrevivência *versus* a (des)proteção do meio ambiente” por parte de grupos adversos de mulheres chefes de família, na sua maioria mães solteiras, que vivem no Parque Natural de Serra Malagueta e na zona de amortecimento, mais concretamente em Fundura, no Concelho de Santa Catarina, que se dedicavam ao processo de extração de inertes, ou aglomerado naturais, como forma de provisão das respetivas famílias. Essas mulheres têm em comum o fato de terem sido direta ou indiretamente expelidas e desterritorializadas em virtude da criação do referido Parque Natural. Situação que também nos reporta a um conjunto de mulheres cabo-verdianas como as de Ribeira de São Miguel no Concelho de Calheta, Mulheres de Porto de Ribeira da Barca, de Chã de Tanque e do Rincão no Concelho de Santa Catarina, Mulheres de Gouveia em Ribeira Grande de Santiago, que vivem em “coletes de força” porque compelidas pela lógica exógena da conservação ambiental.

O trabalho a que se dedicam é considerado árduo, exigindo esforço físico e tempo. O dia a dia é marcado pela quebra de rochas para produção de brita nas encarpas e ribeiras e pela apanha de areia nos mares e nas ribeiras destinadas à venda para a construção civil. Atividades extrativistas de grande impacto ambiental, cujo desenvolvimento escapa ao controle do Estado, ou este lhes fecha os olhos assumindo de outro modo a sua impotência na conversão deste grupo.

Aliás, os dirigentes políticos retroalimentam camufladamente a atividade, porque a partir dali é possível estabelecer redes de clientela eleitoral. Chegamos a assistir a festa de conversão dessas mulheres em um grupo de “batukadeiras”, batizadas com o nome de Mulheres de Pé-de-Rocha, apadrinhado pelos políticos com responsabilidade no governo, à semelhança de tantos outros grupos existentes no país como é o caso de mulheres de Gouveia por nós visitadas em 2011, no âmbito dum seminário temático: Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local, com duas turmas do curso de Sociologia.

Pautada por uma presença totalmente feminina, a semelhança das mulheres fornadeiras de São Miguel etnografadas por Carvalho e Schneider (2013) elas se fazem acompanhar das suas filhas menores numa perspectiva quase que de “iniciação” ao mundo das atividades femininas – nomeadamente a interiorização dos valores, comportamentos e papéis aceitos como fazendo parte da condição feminina

(FISCHER<sup>43</sup>, 2006 apud CARDOSO, 2009). Ali na localidade de extração, demos conta que elas criam fora do lar processos de sociabilidade, constroem e reconstróem ao longo do tempo um espaço de sobrevivência, de trocas e de saberes, manifestado e consubstanciado na música e na dança tradicional cabo-verdiana como o “batuko”.

Registra-se a peculiaridade deste grupo de Pé-de-Rocha que com o seu saber e conscientização (próprios do senso comum) canta o que o mundo, os acadêmicos, as ONGs e os políticos sabem e pouco ou nada fazem – que a extração de inertes é uma situação que provoca a degradação ambiental. Muito mais do que trazer à baila os desafios e as dificuldades que enfrentam, nesta composição as “mudjeres de pé-di-rotxa” e as outras clamam por uma alternativa. Alternativa que vendo as escarpas de Pé-de-Rocha e o físico das mulheres e crianças que ali se encontram, tarda a chegar como demonstram nesta letra por elas compostas e cantadas:

Grupo de Pé-de-rocha prejudicou a natureza  
 Por falta de trabalho prejudicamos a natureza  
 Por causa de filhos sem pais prejudicamos a natureza  
 Em busca do sustento para os nossos filhos prejudicamos a natureza  
 Grávidas, fomos sempre,  
 Paridas fomos a mesma  
 Em busca de sustento para os nossos filhos, prejudicamos a nossa saúde,  
 Se formos apoiadas iremos proteger a natureza. (BATUKADERAS DE PÉ-  
 DE-ROCHA, 2010)

O que mais nos chamou a atenção nesta composição que reporta ao gênero é que elas se encontram disponíveis a receber apoios em troca do abandono daquela atividade. Com experiências frustradas de alternativas que normalmente lhes são *top-down* impostas, como tecelagem, artesanato, cabeleireiro etc, que ocorrem sobretudo através do processo de mediação alertam essas senhoras, em conversas particulares, que não pretendem abraçar quaisquer atividades, uma vez que já possuem experiências em áreas de atividades que não são funcionais no local. Exemplificam com a “ravidância” (ação de intermediário comercial, com a compra de produtos e a revenda destes), que suspenderam por não trazer benefícios e com a extinta unidade de tecelagem, um projeto financiado pelo

---

<sup>43</sup> FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Massangana, 2006.

Ministério de Ambiente em 2009, com a mediação da OMCV e a Associação Local Asa Feminina de Achada Lém, oferecidos como alternativa.

Enquanto assessora do Ministro da Cultura e Coordenadora do Centro Cultural Norberto Tavares/Museu de Tabanka em Assomada dentro de uma estratégia governamental que consistia na promoção de atividades culturais de grupos locais e artefatos culturais, não só recebia produtos de tecelagem, artesanato, reciclagem, destas senhoras resultados das ditas conversões para exposição e venda no centro, como também promovi atividades culturais cujo objetivo institucional consistia sobretudo em dar visibilidade à essas mulheres no sentido de poder colmatar as suas vulnerabilidades económicas e as empoderar.

Portanto, evidenciados desde os primeiros contatos efetuados em 2009, a situação destas mulheres ainda persiste. Na altura, tínhamos posto em reparo que

devolver as suas filhas à infância e à escola figura como prioridade dessas. Para que isso aconteça, é urgente apresentar alternativas para essas mães e esposas. Investir em bens comunitários de exploração com lucros comuns parece-nos ser a via de preservar, não tanto a natureza e o ambiente, porque estes são de afetação global e pouco importa para muitos a degradação localizada, mas sobretudo essas senhoras, grávidas, paridas, solteiras e viúvas de emigração (GONÇALVES, 2009, p. 2).

Em suas condições de chefes de família, cuja proporção no meio rural é de 50,1%, em contraponto com 41,1% nos centros urbanos (CABO VERDE, INSTITUTO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO-ICIEG, 2008), afetadas pela pobreza e com o nível de escolaridade muito baixo, qualquer trabalho de recuperação e empoderamento, ou, melhor dizendo, quaisquer políticas públicas que se pense implementar com o intuito de devolver formas mais dignas e humanas de sobrevivência a essas mulheres terão de ser bem pensadas e estruturadas sob pena de rejeição ou de inadequação. (GONÇALVES; CARDOSO, 2009).

É também nessa lógica de inadequação de projetos de conversão, em especial nas áreas protegidas, em Serra Malagueta, Fogo e Monte Gordo em São Nicolau que um Relatório<sup>44</sup> de Consultoria sobre “Análise de Género nas Áreas Protegidas em Cabo Verde” encomendado pela PNUD de Cabo Verde e realizado por Mossab e Vieira em 2010, recomenda:

---

<sup>44</sup> Relatório gentilmente oferecido em formato digital pelo email, em 30 de Maio de 2012, pela autora Miriam Vieira.

[...] elevar o nível de escolaridade da população (complementado, mas não substituído pelas formações), com foco em ações para aumentar a escolaridade das mulheres e coibir a evasão escolar das mesmas, e viabilizar um programa de alfabetização de adultos, com o desenvolvimento de metodologia apropriada para cada região e gênero (horário diferenciado para as mulheres. (MOASSAB; VIEIRA, 2010, p.108)

Com essas descrições e considerações avançadas por nós recuperaremos então aquilo que foi postado como central no capítulo em análise, a proposição de que a conversão do meio rural passa por um amadurecimento de uma consciência do potencial econômico que os ecossistemas funcionais possuem, numa lógica de ecossocioeconomia, anteriormente desmontada, podem disponibilizar empoderando os agentes mais vitimizados pelo sistema – as mulheres. Dizer isso implica, do nosso ponto de vista, romper com a lógica de desenvolvimento por projeto constatada por nós em campo e pelo referido relatório. Pois apesar de alguns trabalhos de remendo efetuados nos dois parques conforme adianta aquele relatório “[...] ao nível do associativismo e gestão de projetos, negociação de conflitos e turismo, cursos voltados á geração da renda como culinária, artesanato tecelagem, pecuária, agricultura, cabeleireiro e informática [...]” (MOASSAB; VIEIRA, 2010, p. 85) queixam-se as contempladas da inviabilidade de conversão em capital os projectos de formação e capacitação adquiridos devido a inexistência de mercados locais, a falta de poder de compra, ao insulamento das localidades e a dificuldades financeiras para se autoemprenderem.

Assim, se nos dois últimos capítulos (3) e (4) o nosso esforço fez emergir um pano de fundo que nos permite a partir de agora avançar com um outro eixo argumentativo - a mediação<sup>45</sup> nos projetos de conservação e desenvolvimento no meio rural - é porque a institucionalização de políticas de conservação ambiental em Cabo Verde, desde a sua origem e formulação pelas elites políticas demonstrou um grande percurso de dependência (*path dependence*) das agendas e das agências internacionais ainda que por via de importação de legislação, de captação de recursos financeiros e de consultorias.

Tudo isso somado gera um complexo jogo entre o Estado, em nome de uma política; os agentes internacionais e não governamentais em nome de ideologias escamoteadas; e os atores locais em nome da sobrevivência o que constitui um

---

<sup>45</sup> Processo de interlocução, geralmente, exercido pelo mediador, o *expert* que em representação a uma determinada instituição se apresenta como “tradutor” de demandas locais, interessado em descodificar formal e cientificamente os problemas comunitários. (SARDAN, 1985)

campo privilegiado para a consolidação de posições dos agentes especializados no exercício da “corretagem” na perspectiva de Sardan (1985) e, por conseguinte, também em redes de clientela (WOLF, 2003), fenômenos constitutivos da mediação.

Ademais, apesar de a problemática do ambiente, gênero, pobreza e do Desenvolvimento Rural são fenômenos imbricados, nos países do Sul e assumida pelos poderes políticos nacionais, conforme se nota em relação a Cabo Verde, (PANA II Estudo de base: Impactes de apanha e extração de inertes em Cabo Verde, Vol. I e Vol. VII Estudo de base: impacto do PANA II sobre género e pobreza de 2004) a nível global a ação só se vislumbra mais na assistência ao Sul, através de programas de correção financiados pelas agências internacionais. Nessa linha de ideias, torna-se mister analisar, como se processa esse diálogo, entre as diferentes instituições de mediação como os Estados, as ONG’s e a sociedade-civil e os agentes conxionistas emergentes em matéria de consecução e execução de estratégias múltiplas que conformam uma agenda que visa a sustentabilidade do meio rural e o empoderamento das suas gentes.

Olivier de Sardan, na obra *Anthropologie et Developpement* (1985) reflecte sobre o processo do desenvolvimento em África e demonstra a forma como se dá a interface entre os agentes de desenvolvimento de terreno que constituem a interface incontornável entre o “projecto” das instituições de desenvolvimento que representam e os seus “destinatários”. Esta perspectiva constitui um filtro teórico que nos possibilita apreender o fenómeno em Cabo Verde, em particular nas comunidades rurais de Serra Malagueta e Fogo, bem como entender o papel das instituições e da mediação para o (des)envolvimento com base na conservação dos recursos naturais. Todavia, o facto de nem sempre as formas e os instrumentos de correção oferecidos pelas políticas institucionais, consubstanciarem-se em alternativas e produzirem efeitos práticos estruturais nas comunidades a que se destinam, como acima apontamos, importa equacionar o papel das instituições e dos seus correlatos e a sua própria sustentabilidade na materialização de projetos que vem sendo implementados em nome do desenvolvimento das comunidades locais nos limítrofes dos parques.

A nossa pesquisa deu conta de um “pipocamento” de projetos em cujo âmbito é visível a presença de mediadores endógenos e exógenos às comunidades. Exemplos como projetos de assistências às famílias, através de reabilitação de moradias financiados pelo MAHOT, ocorridos no primeiro semestre de 2013 que

contemplou dez famílias; projeto de construção de cisternas comunitárias implementados em 2007 com apoio da Cooperação Francesa, mediada pela OASIS e a associação comunitária que construiu 20 cisternas num valor total de dois mil e tal contos cabo-verdianos, que nas palavras de um dos nossos entrevistados, na época, acabaram por ultrapassar o número de famílias necessitadas; projeto de apoio educativo local materializado na concessão de bolsas de estudo, materiais escolares e apoio com os transportes, financiado pela Cooperação Luxemburguesa com a mediação da FICASE e da gestão dos parques; projetos culturais de artesanato, tecelagem, reciclagem e pano-de-terra, já com alguma divulgação dentro das comunidades, nas salas de exposições dos parques, nas ilhas e nos Centros Culturais do país, bem como a fomentação de grupos de batuque, como as Batucadeiras de Parque Natural de Serra Malagueta composto por treze elementos jovens e adultos que também fazem parte da Associação Comunitária dos Amigos do Parque Natural de Serra Malagueta, que vem sendo desenvolvido desde 2008, num esforço entre Parque Natural, Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade e Comissão Regional de Parceiros de Santa Catarina.

Putnam (1996) demonstrara a propósito do desenvolvimento institucional na Itália com a regionalização que o capital social é, em muitos casos, imprescindível para o desenvolvimento local. Suportando nas suas premissas podemos questionar até que ponto o processo de tradução, mediação e corretagem dos agentes acima afluídos no terreno vem construindo alternativas estruturais que criam pontes, com sustentabilidade económica para os atores locais, sobretudo as famílias chefiadas por mulheres nos parques naturais.

Pela natureza e variedade de projetos e pelas suas sucessões aqui demonstradas depreende-se, desde logo, uma difícil articulação diante uma multiplicidade de mediadores e financiadores no terreno, colocando em pauta os seus interesses na qualidade de mediadores ou financiadores de atividades esparsas e específicas, consoante o caso registado, as suas agendas carregam uma linguagem especializada – a “linguagem de desenvolvimento” em que as ditas instituições de desenvolvimento, através dos agentes de “terreno”, passam a ofertar pacotes de projetos aos *développeurs* (SARDAN, 1985), numa perspectiva de colonialidade, sem que os atores sociais beneficiários participassem na formulação de seus interesses.

Estudos sobre Políticas Públicas Ambientais (D'ÍSEP, et al, 2009; ROCHA, 2005), demonstram que a não participação dos putativos beneficiários no momento da formulação e coagulação de interesses em alternativas traduzir-se-á a partida no fracasso do projeto que se queira implementar, na justa medida em que, mediadores/tradutores ao construir no gabinete o problema de uma determinada comunidade, sua posição se consolida e se reconfigura com base no *capital cultural* que aporta e pelas competências para se inserir em redes amplas de políticas externas à comunidade, posicionando-se assim, na perspectiva de Bourdieu (2007), como um *especialista* em relação aos atores comunitários que representa - os *profanos*.

Deste modo, a operacionalização das acções se já eivada de pressupostos etnocêntricos torna-se ainda mais problemática quando vários interesses se chocam quais sejam: a defesa do interesse do mediador, da instituição que ele representa (neste caso a luta pela conservação ambiental) e a mediação dos interesses de outros actores locais (neste caso as populações rurais dos parques e zonas de amortecimento). Desta forma, o desenvolvimento *top-down* e como tal hetero-induzido que emanado das instituições internacionais financiadoras constitui determinações em como os recursos aportados/oferecidos são na maioria das vezes aplicados e desperdiçados. No caso de Cabo Verde, atendendo a fraca capacidade do Estado em dar respostas às multiplicidades de demandas sociais como o emprego, a educação, a saúde, a problemática do gênero etc. que recaem sobre a sua competência e as próprias instituições estrangeiras no país e ONG's, é notória a recorrência aos ditos especialistas de desenvolvimento com intuito tanto de legitimar atos comitativos ou omissivos do Estado. Legislações, reformas institucionais, projetos são exemplos de *know how* importados pela elite política e em certos casos impostos pelos especialistas das agências internacionais, sob capa de cooperação repletos de estrangeirismos.

Concretamente, o desdobramento desta influência se encontra nos projetos de criação de áreas protegidas; nos programas de luta contra a pobreza; de micro-crédito no apoio à modernização agrícola e pecuária através do sistema de micro-irrigação, de espécies melhoradas e incentivos para pecuária; na pesca através de contratos de exploração na Zona Económica Exclusiva e na concepção e construção de infraestruturas de grande porte como as estradas, portos, aeroportos, barragens, demarcações das ZDTIS e na urbanização de espaços outrora de manejo comum.

De resto, podemos dizer, a partir dessa lógica mediadora, que a “linguagem do desenvolvimento”, conforme defende Sardan (1985) na prática é a “linguagem do projeto” dominada pelo mediador - o *especialista* e não dominada pelas comunidades rurais – os *profanos* (agricultores, mulheres chefes de família, pescadores). As condições do diálogo, também, se dão numa condição de assimetria. Pois que a função dos mediadores, também, se reduz à tradução de sistemas referenciados importados de fora para os mediados e, sendo a tradução um processo pragmático em que o mediador aparece como um agente mobilizado, engajado na lógica da instituição, carregando sua linguagem e defendendo seus interesses políticos, enquanto mandatário, ele faz a tradução da “linguagem do projecto” junto dos actores beneficiários que, *a priori*, se apresentam como sujeitos destituídos, que precisam de uma agenda de desenvolvimento que responda às suas demandas construindo, nesta circunstância, uma relação cujo pano de fundo é uma relação de poder, cujas origens reportam ao colonialismo e que não cessa de se agenciar.

Constata-se que comunidades afetadas pelos parques, sobretudo as mulheres, em face às alternativas propostas e levadas a cabo tem resistido à “linguagem do projeto”, através de uma “gramática de resistências” não aceitando certas políticas impostas pelos mediadores porque estas não respondem às expectativas e necessidades comunitárias, como, por exemplo, as políticas de microcrédito para pecuária, em relação às quais se registra a inconformidade da população, que almeja apostar na criação de bovinos, e não na de suínos, imposta pelos mediadores.

Todavia, dos exemplos oferecidos pelo campo casos de sucessos de conversão perante o desígnio conservacionista existem. As mulheres de Gouveia acima referenciadas e algumas famílias do Parque do Fogo demonstram que singularidades locais quando bem articuladas com as alternativas a implementar traduzem em sucesso. A nosso ver, se esses dois exemplos constituem são dignos de realce é na justa medida em que Cidade Velha berço do primeiro e vulcão do Fogo zona de inserção do segundo já possuíam de per si um potencial turístico. A conversão de atividade económica encontrou um bálsamo. E se o sucesso é ainda um sonho adiado na Serra Malagueta é porque a região, à partida, não possui vocação turística.

Do contato com o campo ficou evidente de que o mundo rural, no geral, e Serra Malagueta e Fogo em especial, vem sendo vítima daquilo que Sardan (1985) denominou de “desenvolvimento por projeto”. Vários foram os projetos identificados no terreno com o intuito de insuflar a sustentabilidade económica deste espaço cuja insustentabilidade vem, estruturalmente, defraudar as expectativas das famílias, sobretudo mulheres. Portanto, ciente do potencial existente nos projetos quando bem equacionados, o que a nosso ver precisa ser examinados é a lógica, natureza e o *modus operandis* que os projetistas e os seus encomendadores neles embutem.

Portanto, este reparo a ser aprofundado, já é apontado tanto por parte pelos sucessivos públicos – alvo, beneficiário como por parte das instituições que formulam e financiam os projetos de desenvolvimento. Uma análise comodista poderia no contexto cabo-verdiano, simplesmente, associar a insustentabilidade impregnada à fragmentação dos atores, de financiamento cuja pulverização na intervenção social o neoliberalismo abriu o caminho, a partir dos anos de 1990, em Cabo Verde, com a entrada das ONGs, coadjuvando o Estado nas intervenções sociais. Alíás, Varela (2007) defende que

“[...] o neoliberalismo atingiu o seu ponto alto com o Estado a retirar-se do setor social e da regulação económica e a lei do mercado a presidir à regulação económica e social com a proliferação de Organizações da Sociedade Civil e das ONGs, com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas lá onde o mercado não consegue dar resposta e o Estado não está em condições de o fazer” (p,54).

Avança ainda o mesmo autor, na perspectiva daquilo que vem sendo defendido por Boaventura Sousa Santos de que isto tudo não passou de uma falsa questão na medida em que

“ [...] tentou-se silenciar as transformações sociais, a participação popular, o Contrato Social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social [...] sem para eles oferecer uma alternativa positiva. Ao invés da participação popular, instalou-se a participação dos titulares de interesses reconhecidos; em vez do contrato social, a autoregulação.” (VARELA, 2007, p.54)

Daí, a nossa convicção ser de que a via de um planeamento territorial, por nós defendido, constitui caminho para intervenção por meio de políticas públicas, e não de outro modo, dadas as exigências que requer. (GONÇALVES, 2009) Perspectiva, de resto, corroborada por Guareschi não a propósito do gênero e gênero e políticas públicas no Brasil, ao afirmar que

“o que se observa é que o universo dos ‘projetos’ vem substituir a construção de políticas públicas, isto é “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas.”(GUARESHI *et al.*, 2004<sup>46</sup>, p. 180, apud MOASSAB; VIEIRA, 2011, p. 75-76)

Salienta-se que, não obstante o carácter “falho” que a lógica de assistir fenómenos estruturais por via de projeto evidencia, há já incorporado na linguagem dos moradores a ideia de que as demandas são, paliativamente, assistidas. O lado nefasto disto não é tanto a persistência de fundo do problema que se queira sanar, mas o assistencialismo que vem ganhando terreno. Daí, os remendos constituírem empenhamentos tanto por parte dos assistidos, que já não se vislumbram nada que seja sustentável, como por parte das entidades políticas com responsabilidades sociais. As narrativas de mulheres reforçam essas ideias, conforme se registram,

*[...] pertenço ao grupo de batukadeiras amigos do parque natural de Serra Malagueta. O grupo de batuko também estava parado. A presidente emigrou. Agora com apoio do parque estamos a retomar...Participamos no concurso em Assomada com ajuda do diretor. Ele nos apoiou no transporte. Ele sempre nos ajuda. Conhece todas as pessoas do parque e tenta nos ajudar. Mas aqui as coisas não estão bem. Temos dificuldades. Não temos trabalho. Todas as mulheres queixam de falta de trabalho. O governo precisa olhar para nós. Eu estou desempregada e tenho dificuldades financeiras em montar o meu próprio salão de beleza, para qual possuo formação ministrada. Estou preocupada também porque aqui pouca gente frequenta salão de beleza. Aqui muitas mulheres tiveram formação umas na culinária, outras em tecelagem, rendas, panos de terra e bordados. Quando terminamos era nosso sonho ter o nosso próprio negócio. Infelizmente até agora nada podemos fazer. Estamos à espera que o Parque nos ajude. Não temos dinheiro para comprar equipamentos e montar os nossos negócios. A FAMI-Picos que fazia empréstimo na comunidade e ajudava um pouco, agora já não faz mais. Dizem que temos muitas dívidas. As pessoas não pagaram as contas. O diretor disse para aguardarmos. Temos esperanças de que vai resolver. Temos fé em Deus que ele resolve. (Aguida, Serra Malagueta)*

Informações também corroboradas por uma outra moradora do parque natural de Serra Malagueta, responsável pelo centro de tecelagem da comunidade

*Eu já recebi formação na área de culinária, reciclagem e pano de terra. Sou responsável por este espaço onde trabalhamos e colocamos os nossos produtos para vender. O parque financia o aluguel do espaço. Não pagamos*

<sup>46</sup> GUARESCHI, N. et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene et al. (Org). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

*aluguel porque não temos trabalho e o pouco do que vendemos não chega para cuidar dos filhos. Colocamos os nossos produtos para vender no Centro em Assomada. Mas a venda está fraca. Tem muitos expositores concorrentes. Dinheiro está pouco com esta crise. Agora vamos para São Vicente. O diretor conseguiu umas ajudas para fazermos a nossa exposição lá. Já tínhamos ido umas vezes. Lá é melhor. Vendemos mais [...] (Quiminta, Serra Malagueta)*

Das entrevistas realizadas junto aos técnicos do parque, confirma-se que os cursos normalmente são oferecidos por instituições como os Ministérios do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, assim como pela própria direção dos parques em decorrência de demandas locais. No que tange ao recurso a créditos, através de entrevista realizada à técnica do parque de Serra Malagueta bem como dos moradores anteriormente beneficiados ficamos sabendo que eles existem e são distribuídos através da FAMI-PICOS, porém encontram-se suspensos, devido ao endividamento das credoras, seja porque não cumpriram em investir nas áreas contratualizadas seja porque não existe mercado local capaz de absorver os serviços, contribuindo para o retorno do financiamento acrescidos ainda mais pelos avultados juros de mora cobrados pela ONG financiadora. Aliás, neste aspeto alguns moradores criticam a posição do ONG que em vez de contribuir para a sustentabilidade económica da família, tem conseguido duplicar o seu recurso em virtude dos acrescidos juros que vem recolhendo com os empréstimos concedidos.

Maria Rosa, funcionária do viveiro de um dos parques, partilhou conosco a sua preocupação sobre a vulnerabilidade familiar que atravessa na condição de mãe solteira e chefe de família:

*[...] Eu não tenho marido. Tenho 2 filhos. A minha filha mais velha está a terminar o 12º Ano. Ela quer ir para Universidade em Assomada. Mas é muito custoso. Meu salário mensal é de 12 mil escudos. Não chega para custear as despesas. Já tinha pedido apoio ao parque mas nunca me deram. Deve ser porque tem gente mais necessitada do que eu.*

Na mesma situação de precariedade económica e social se encontram muitas outras mulheres dos parques que convivem quotidianamente com o desemprego e sobrevivem numa agenda de FAIMO que ocorre uma vez por ano no tempo da preparação dos trabalhos das águas. Durante a nossa pesquisa presenciamos um grupo de cerca de trinta mulheres e jovens pré-universitários que trabalhavam na construção de diques, aretos e limpeza de parque, no âmbito do projeto de luta contra a pobreza concebido pela associação comunitária local que mediada pelo

parque junto da GEF obteve um financiamento de modo a ajudar temporariamente algumas famílias. Uma trabalhadora da FAIMO em Serra Malagueta conta

*Trabalho de agricultura não está dando. Cultivamos batata-doce mas a venda está pouco. Estamos contentes com este trabalho que o parque conseguiu para comunidade. Fazemos isto uma vez por ano e recebemos o nosso dinheiro que nos ajuda em casa. É pouco mais ajuda. Trabalhamos das 7h30 até ao meio dia. Recebemos 300\$00 pela diária. Este trabalho devia acontecer sempre. Assim não ficámos sem trabalho. É triste, muito triste ver quase toda gente sem emprego. Ver os nossos filhos que terminaram o 12º ano a fazer este trabalho. Jovens todos sentados em casa sem nada para fazer e em perigo de fazer asneira. Governo precisa olhar para nós. (Natália).*

Teresa, uma senhora de 50 anos, em estado de gravidez também partilhou conosco, as suas preocupações no que tange a precariedade que se vive no parque. Trabalhando diariamente no viveiro comunitário na peneiração de terra para a produção de plantas endémicas utilizadas na florestação dos parques e para venda, conta,

*Eu estou grávida. O pai da criança veio de Santiago me deixou grávida e desapareceu. Tenho cinco filhos. E agora fiquei grávida nesta idade. Vida está difícil. Todos se queixam. Mas o parque tem tentado nos ajudar. Eu recebi apoio do Parque. Construíram um banheiro na minha casa. Estou contente e espero receber mais ajudas. Aqui todos precisamos de ajuda. Tem muita gente que já recebeu ajuda, em sacos de cimentos, ferros e arreia para construção. Mas ainda não chegou para todos. Mas vai chegar [...].*

Esses e outros relatos vivenciados no campo durante as nossas pesquisas que retratam a precariedade com que vem degladiando as famílias nos parques, sobretudo, o alarmante desemprego na camada jovem e adulta, sobretudo mulheres, o endividamento das famílias em virtude dos programas de micro-créditos concedidos, a degradação habitacional que vem sendo colmatada com alguns trabalhos de correção do MAHOT com a construção de banheiros para as famílias mais carenciadas e a falta de terra para cultivo revelam desafios locais com os quais as demarcações ecológicas vêm convivendo explícita ou implicitamente. Se por um lado é legítimo deduzir a imposição de uma agenda extemporal, porque os desafios locais são outros e a demarcação só os vem acrescer, por outro lado, ao abrir a presença estatal via tais instituições, gerou-se expectativas não cumpridas e induziu-se a população a uma inércia, com o perigo de se resvalar para a mendicidade.

Sinais visíveis desta última já se fazem sentir, quando chega gente exterior à comunidade, mormente na companhia de estrangeiros.

Ao invés de ser uma mola propulsora do desencravamento social e econômico das regiões, sobretudo no que diz respeito às mulheres, as áreas protegidas circundando as comunidades parecem ter induzido um esvaziamento de sentido nas pessoas, uma vez que, não sendo dado um campo de experiência, não existe um dado horizonte de expectativa e uma dada vontade de preenchimento. Sendo assim, como relatamos, cada indivíduo cria as suas próprias estratégias de se relacionar com o ecossistema. E isso, como se compreende, alimenta um jogo evasivo e não cooperativo no cumprimento das regras, o que implica um redobrado custo de transação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo proposto analisar as políticas públicas ambientais executadas pelo Estado cabo-verdiano e suas elites, com enfoque no modelo instituído e nos efeitos decorrentes, esta tese teve que retomar o período tardo-colonial, uma vez que, tratando-se de um país neófito, com apenas três décadas de independência, encontram-se ainda fortes resquícios da colonialidade no campo trabalhado. Mormente num país que, na data de seu nascimento como Estado independente, foi dado por uma agência internacional – FMI – como sendo inviável.

Todavia, a esse respeito o tempo forneceu *feedback* e ilustrações positivas que contrariaram tal preceito. Digamos que foi no empenho desse anelo retroalimentativo do tempo que recuamos ao passado, não para dele tirar lições, mas para encontrar causas que elucidem algumas situações ambientais do país no período pós-colonial. Por exemplo, como explicar que na data da independência só existia em termos da flora uma única espécie endêmica – *sideroxilonmarginata*, “marmulano”? Deduz à partida quem se confrontar com essa e outras observações sobre o estado da biodiversidade, que a conservação de flora e fauna não era prioridade do governo de então. O que mais paradoxal se torna quando se sabe que os relatos do descobrimento das ilhas de Cabo Verde apontavam para um cenário de exiguidade de recursos ambientais gritante como limitante da ocupação e da permanência no território.

Nesses termos, a comparação se impõe como método, ainda que implícita e dissimulada. Recordar-se, por exemplo, que a Cúpula de Estocolmo, que ficou marcada pela disputa do “desenvolvimento zero” defendido pelos países desenvolvidos e do “desenvolvimento a qualquer custo” defendido pelas nações subdesenvolvidas, passou à margem de Cabo Verde, levando em conta que o país ainda não era independente. Não obstante, esta tese pôs em reparo que nos anos de 1920 o Estado colonial respondeu positivamente aos desafios ambientais da então colônia, iniciando campanhas de cobertura vegetal, sem que os efeitos destas fizessem extenuar a gravidade do avanço do processo de desertificação que, posteriormente, viria a se sedimentar com desdobramentos em secas cíclicas e fomes.

As premissas com que partimos e com as quais trabalhamos ao longo desta tese traduzem a ideia segundo a qual (a) os estados pós-coloniais do Sul situam-se em matéria de políticas públicas ambientais como nos demais campos de desenvolvimento nacional, mimetizando os modelos institucionais dos países do Norte e /ou das suas ex-metrópoles; e que (b) em consequência, ao assimilarem tais modelos, as entidades políticas nascentes e suas elites vêm provocando a extroversão no desenvolvimento do país; sendo assim, (c) a problemática de importação de modelos institucionais, muito debatida no Sul, não é um fenómeno *ex-nihilo*; há sempre, por um lado, “conjunturas críticas” produtoras de “orfandades” que estimulam as referidas elites a se empenharem na procura de modelos exógenos e, por outro lado, existe também uma forte pressão por parte das agências internacionais financiadoras no sentido de as elites se situarem em relação aos modelos exógenos. Trata-se então, com essas premissas, de direcionar o nosso argumento para o objetivo proposto e deste para as notas conclusivas.

É possível afirmar que a premissa proposta em (a) é quase que em sua totalidade factível. Demos conta de que a exiguidade de recursos naturais em alguns casos, como em Cabo Verde, e problemas internos ligados ou não à descolonização em outros países recém-independentes colocou-os em situação de procurar ajudas internacionais para viabilizarem seus projetos de desenvolvimento, e as ditas ajudas eram dadas não só em áreas não das suas prioridades, mas naquelas em que o doador previamente determinava ou possuía interesses. Contextos que, por serem estranhos, exigiam instituições e técnicas dos mediadores estrangeiros, sobretudo do Norte. No domínio político, econômico e social isso é evidente no desenvolvimentismo/modernização adotado na época da independência e, posteriormente, com o advento da “Terceira onda da democracia” (HUNTINGTON, 1997), no hermetismo com que adotaram determinados modelos de democracia, sobretudo a partir da década de 1990.

Quanto à premissa (b), aproximando-a do campo de análise, ela é não só factível como manifestamente positiva. Tal qual em outros campos, a extroversão estatal tem exibido os seus efeitos, como no que tange ao colapso da democracia representativa no campo político e aos desvios econômicos provocados pela liberalização, no campo econômico. No domínio ambiental, as falas dos moradores de Serra Malagueta, Fogo e zonas de amortecimento, que dão conta dos projetos de correção desconexos introduzidos pelo Ministério do Ambiente para amenizar o

efeito dos parques e fornecer alternativas às restrições de uso a que esses moradores vêm sendo sujeitos dentro das suas próprias comunidades, testemunham o caráter extrovertido da instituição.

Com relação à terceira premissa (c), os diversos nós do entendimento desenlaçados ao longo desta tese, quais sejam: a existência de um “império” dedicado a se impor em nível planetário, parafraseando Hardt e Negri (2004); coadjuvado aos momentos de transição (em que as elites não hesitaram em romper com a tradição em nome da modernidade, abraçando projetos ocidentocêntricos sem a devida triagem para com o espaço-tempo – contexto das suas regiões), são lastros que a reiteram. Aliás, após terem participado da Cúpula Rio+20, as elites políticas cabo-verdianas foram convocadas para os discursos enraizados na tragédia dos comuns dos teóricos e profissionais das instituições supranacionais, em especial do Banco Mundial. “Um discurso que formata o pensamento sobre os novos ‘comuns globais’, liderado por acadêmicos e planejadores que se esforçam em direcionar a tomada de decisão supranacional para as áreas nebulosas das propriedades globais: camadas de ozônio, oceanos, reservas de biodiversidade (por exemplo, Amazônia) polos Norte e Sul, ondas de rádio e assim por diante” (GOLDMAN, 2001, p.46).

Ciente de que uma tese não tomaria corpo unicamente pela via hermética de meras correspondências entre o(s) objetivo(s) traçado(s) e as hipóteses falseadas, outras considerações finais emergem do filtro entre os aportes teóricos e a empiria.

Como desfecho, poder-se-ia questionar: o que se pode exigir das entidades levando em conta o momento tardio em que se executam as políticas de conservação ambiental em Cabo Verde e considerando também que os modelos institucionais propostos nem sempre são produtos de demandas nacionais? A pergunta faz todo o sentido no momento em que a ciência dispõe de conhecimentos críticos sobre o que vem sendo efetuado em nome da conservação dos comuns globais. Recordam-se as críticas das três escolas antitragédia: os Ecólogos Humanos, que demonstram a complexidade dos comuns através de uma perspectiva baseada na cultura e na territorialidade; os Especialistas em Desenvolvimento, que pragmaticamente demonstram como recuperar os comuns degradados, fortalecer instituições sociais enfraquecidas e “modernizar” os pobres países do Terceiro Mundo; e os Gerentes de Recursos Globais, que descrevem como os comuns não se constituem somente em problemas de escala local ou

associados a povos desprivilegiados, mas também contribuem para a crise ecológica global (GOLDMAN, 2001).

Das observações no terreno de como o processo ocorreu a montante e a jusante, percebemos que o desafio conservacionista iniciou durante a Primeira República como políticas públicas do governo de Cabo Verde e vem terminando como projetos. Todavia, empacotados e ofertados pelas agências internacionais, os projetos dão enfoque a *coisas*, e não a *processos*. Advogam os Especialistas em Desenvolvimento uma mudança de ênfase. Ao invés de se formatar um projeto para melhorar uma floresta ou uma pastagem (coisas), deve-se elaborar se não políticas públicas, algo que fortaleça o autogerenciamento local (processo). Projetos equivalem a financiamentos esparsos (empréstimos bancários sem os quais não existiriam) e a assistência técnica (serviços e bens importados). Pensando ainda que o “projeto dos comuns” constitui uma transferência de responsabilização dos países ditos desenvolvidos perante as suas atuações na destruição dos comuns, para os países pobres. O que de certa forma pode levar-nos a concluir na linha de que Goldman (2001) vem defendendo de que tal projeto de preservar e refazer as áreas comuns do mundo não é mais que uma instituição de dominação e imperialismo do Norte para o Sul.

Autores outros com Bromley e Cernea (1989), Goldman (2001), Sardan, (1985), Perira, (2010) procuraram explicar os fracassos dos projetos de desenvolvimento, sobretudo aqueles cuja intervenção estrangeira pesou fortemente nas suas dinâmicas. Goldman (2001) associa, por exemplo, o fracasso a questões como: problema de ignorância sobre os sistemas institucionais locais e o contexto sociológico dos territórios receptores por parte dos funcionários e consultores em desenvolvimento das instituições financiadoras internacionais; o problema de ignorância também dos *policymakers* e dos técnicos locais que se consideram conhecedores profundos de realidades locais capazes de manipulá-las e alterá-las; a descontinuidade entre o que veio e o que tem seguimento; o monitoramento das capacitações de reconversão das atividades para avaliar a sua acuidade prática e uma articulação ampla com o território, sobretudo no que concerne às ofertas atribuídas e às demandas regionais. Exemplifica ainda este investigador, bem como Pereira (2010) com os casos do Banco Mundial que em busca de melhorias dos comuns tendentes a dar vazão aos desafios ambientais globais, tem demonstrado algumas fraquezas na execução dos seus projetos de desenvolvimento. Bromley e

Cernea (1989 apud, GOLDMAN, 2001) exemplificaram a questão, trazendo também o exemplo da África envolvendo o Trans-Juba no Livestock Project na Somália, em que alguns supracitados problemas de ignorância se manifestaram a ponto de inquinarem o preconizado objetivo.

A propósito da lógica de projetos com “circunscrição temporal e com lacunas” avançadas por (MOASSAB; VIEIRA 2010, p. 81), como estrangulamento das populações nas zonas convertidas em Áreas Protegidas não constitui novidade alguma. O sentido circunscrito dos projetos pode ser entendido não como evidência de fracasso mas sim como tentativa de romper com o comodismo e evitar a perpetuação de assistencialismo. Aliás, Cabo Verde constitui um caso típico em que em todos os sectores de desenvolvimento (educação, saúde, economia, ambiente) qualquer leigo pode contabilizar a quantidade de projetos que em três décadas de independência foram injetados sobre os diversos nós de vulnerabilidade que em momentos precisos o país evidenciou. Sobre os parques naturais num período de menos de uma década os enumeramos bastante no capítulo anterior.

Outrossim, a própria semântica do conceito “projeto” transporta no seu bojo um alfa e um ómega (um princípio e um fim) seja em função das causas que impulsionaram a sua existência, seja também pela sua sustentabilidade financeira e no limite cria-se, também, que ontologicamente a ideia da concepção de projetos emerge de conjunturas críticas cujas evidências são dadas pelas insuficiências do presente. Se assim for, a sua convocação já incorpora o seu lado vulnerável.

Historicamente acreditamos nós, se se efetuar uma indagação em termos de contextos em que o conceito de projeto é empregue e a sua realidade é construída, seguramente eles se associam à crise, à insuficiência de recursos pelos agentes e/ou no espaço do seu requerimento ou execução. O que se deve então dar conta, parafraseando o professor Ivaldo Gehlen (2010) são os seguintes pressupostos: “sua estrutura, consistência e viabilidade<sup>47</sup>”, cujos desdobramentos são em nosso entender no sentido de filtrar que empecilhos alheios que têm a ver com os seus *stakeholders*. Por exemplo, seus artifícios, as suas dinâmicas e o contexto social da sua aplicação ou desenvolvimento e de como estes podem ou não conduzir ao seu fracasso.

---

<sup>47</sup> Falas das aulas da disciplina Planejamento e Gestão de Projetos para Desenvolvimento Rural, Sem.I. 2010. Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (2010).

Desta forma, sobre os projetos de desenvolvimento afiguravam ser de supra importância atendendo a sua germinação em contextos de insuficiência e vulnerabilidades no momento presente (ponto de partida) questionar também os artífices (quem são?, de onde são?, as suas culturas pessoais e institucionais; as suas trajetórias de vida); as dinâmicas de concepção, elaboração e implementação (a base ideológica do proponente e financiador, os recursos materiais e financeiros para a sua execução, o grau de abertura a novas sustentabilidades) e o seu carácter relacional, (com que parceiros os ditos *experts* contaram, qual é o grau da envolvência dos potenciais beneficiários e a mobilização de uma plataforma de sustentabilidade). Características e tarefas que interpelam a natureza da mediação, dos mediadores, tradutores e, da corretagem. Neste sentido, qualquer “estudo diagnóstico”, de consultorias ou relatórios espera-se trazer um conjunto de indagações contendo em referência a captação dos riscos decrescentes que cada projeto findo ou em vigor comporta. Pois, a viabilidade de um projeto se sedimenta no sentido inverso com os riscos decrescentes.

Ademais, se esses instrumentos de *per si* constituem um produto que se acrescenta sobre o “estado da coisa” para reequacionar investidas ou subtrações, pergunta-se qual o tratamento e encaminhamento que esses instrumentos têm tido junto das entidades solicitadoras e financiadoras.

Ocorre-se ainda que o desafio que se sente suspenso ao se adentrar como investigadora no seio das comunidades delimitadas e transformadas em parques naturais é de que, se não se assegurar a integridade e a reprodução do rural como um património com o seu *ethos* característico, falham as tentativas que operam com recortes ortogonais, ou com lógicas de balcão, em que as reivindicações são servidas *por outrem* prontas para consumir.

Ademais, o agenciamento das populações interiores aos parques naturais através do ecoturismo ou planos de *business* a acontecer conforme adiantada pela Direção Geral do Ambiente, afinados pelo mesmo diapasão, em moldes recortados como vêm sendo efetuadas, se por um lado podem até trazer valias na conversão das atividades geradoras de rendimento às populações locais, principalmente às mulheres, por outro lado guindam-nas para espaços públicos onde as suas vulnerabilidades, para além de limitar as suas competências, expõe-nas a novos desafios, aos quais urge dar melhor atenção. A questão de género se sobressai, e a mulher aparece como aquela em direção à qual novos olhares devem ser

focalizados. Daí a atrelagem que o fenômeno requer com a problemática do gênero, da pobreza e do desemprego, levando-se em consideração que quase todas são mulheres chefes de família.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ADAMS, J.; McSHANE T. **The myth of wild Africa**: conservation without illusion. Berkeley: University of California Press, 1992. Chapters 3 e 4, p. 37-84.

AGAMBEN, G. **Estado de Excepção**. Lisboa: Edições 70, 2010.

ANJOS, J. C. G. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

APPIAH, K. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da super modernidade. Campinas (SP): Papiros, 1994.

BADIE, B; HERMET, G. **Política Comparada**. México: Fundo de Cultura Económica, 1993.

BADIE, B.; BIRNBAUM, P. **Sociologie de L'État**. Paris: Grasset, 1979.

BANCO MUNDIAL; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. Agricultura para o desenvolvimento. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008**. Washington. 2007. Disponível em: <wrd08\_overview\_port.pdf>. Acesso em: 08 maio 2013.

BANQUE AFRICAINE DE DEVELOPPEMENT – BAD. **Document de Stratégie – Pays. République du Cap Vert 2009-2012**. Département Régional – Ouest 2 (ORWB), Praia: Septembre, 2009.

BARBOSA, J. **Caderno de um ilhéu**: poemas. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1956.

BARRETO, F. H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

BARTHES, R. **Mitologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAYART, J. F. **L'Etat en Afrique**: la politique do ventre. Nouvelle Edition. Paris: Fayard, 2008.

\_\_\_\_\_. La démocratie à l'épreuve de la tradition en Afrique subsaharienne. **Pouvoirs**, revue française d'études constitutionnelles et politiques. Paris, n.129, p. 27-44, 2012.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

BELLUCCI, B. O Estado em África. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 3, p.9-44, 2010.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BODIN, J. **Les six Livres de la République**. Reproduction de l'édition de Lyon, 1953. Paris: Fayard, 1986.

BONNER, R. **At the hand of man: peril and hope for Africa's wildlife**. New York: Knopf, 1993.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand, 1989. p. 163-207.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas (SP): Papius, 1996.

\_\_\_\_\_. A Força do Direito: elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico. In: \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Parte 1, p. 209-254.

\_\_\_\_\_. **Propôs sur le Champ Politique**. Lyon: Université Lumière, 1999.

\_\_\_\_\_. Espaço social e espaço simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papius, 1996. p. 13-48.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007. p.95-16.

BRANDON, K.; REDFORD, K.; SANDERSON, S. (Ed.). **Parks in Peril: people, politics, and protected areas**. Covelo, CA, Washington, DC: Island Press, 1998, p. 415-440.

BROMLEY, D.; CERNEA, M. The Manegement of Common Property Natural Resources: some operational fallacies. **WB Discussion Paper**, Séries 57, October, 1989.

BUTTEL, F. H. Social Institutions and environmental change. In: RADCLIFE M; WOODATE, G. (Org.). **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham/Northampton: Edward, Elgar, 1997.

CABO VERDE. Bolitim Oficial. 286 I, SÉRIE nº 10, 6 de Março de 2006.

CABO VERDE. Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo. **Relação de Pessoas do Povoado de Chã das Caldeiras para Efeito de Enquadramento no Emprego Público**. Santa Catarina, 2010.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. **Constituição da República**. Praia, 2010.

CABO VERDE. Direção Geral do Ambiente -DGA. **Estratégia Nacional de Áreas Protegidas**: ENAP.Praia, 2012.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente - DGA. **4º Relatório Sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde**. Praia, 2009.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente -DGA. **Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA) PANA II - 2002/2014**.Praia, 2004.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente -DGA. **Action Plan for Implementing the Convention on Biological Diversity's Programme of Work on Protected Areas**. MAHOT-DGA, Cabo Verde. Praia, 2012.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente -DGA. **Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA Estratégico)**. Impacto do PANA II sobre Género e Pobreza. Praia, 2004.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente - DGA. **Relatório Nacional do Estado da Biodiversidade**. Praia, 1999.

\_\_\_\_\_.Direção Geral do Ambiente - DGA. **Relatório da Direção Geral de Sivicultura**, Praia, 1990.

CABO VERDE. INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO (ICIEG). **PLANO Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género (PNIEG)**. Praia: ICIEG, 2008.

CABO VERDE. Instituto Nacional de Estatística - INE. **Censo 2000, Resultados Preliminares**. Praia, 2000.

\_\_\_\_\_.Instituto Nacional de Estatística (INE). **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Praia: INE, 2010.

\_\_\_\_\_.Instituto Nacional de Estatística. **Indicadores de conta nacional**. Praia: INE, 2012.

CABO VERDE. Ministério de Agricultura, Ambiente e Pesca (MAAP). **Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente**. Praia, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério de Agricultura Ambiente e Pesca (MAAP). **Estratégia e Plano Nacional para a Biodiversidade**. Praia, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério de Agricultura Ambiente e Pesca (MAAP). **Livro Branco Sobre o Estado do Ambiente**. Praia, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – DGA e PCSAPCV. **Estratégia Nacional das Áreas Protegidas – 2013/2022**. MAHOT/GEF/UND. Praia, 2012.

CABO VERDE. Ministério de Desenvolvimento Rural e Pesca. **Legislação publicada de 1975 a 1985**. Praia: FAO,1985.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente e Agricultura. **Decreto-Regulamentar nº 19/2007**. Praia, 2007.

\_\_\_\_\_.Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA). **Decreto-Lei nº3/2003**, de 24 de Fevereiro, 2003. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_.Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA). **Plano de Gestão Parque Natural da Serra Malagueta**. Praia, 2009.

CABO VERDE. Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos - MADRRM. **Lei de base do Ambiente**. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério de Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM). **Plano de Gestão Parque Natural do Fogo**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério de Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos – MADRRM. **Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) - Sub-programa Melhoria da Gestão dos Outros Recursos Naturais**. Praia, 2009.

CABO VERDE. Ministère de L'agriculture, de L'alimentation et de L'environnement. Secretariat Executif pour L'environnement (SEPA). **Rapport National sur L'état de la Biodiversité**. Premier Rapport. Convention sur la Diversité Biologique. Praia, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretariado Executivo para Ambiente – SEPA. **Deuxieme Rapport National sur L'Etat de la Biodiversité au Cap Vert**. Praia, 2002.

CABO VERDE. Ministério das Finanças. **Programa Nacional de Desenvolvimento 2002-2005**. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério das Finanças. **Programa Nacional de Desenvolvimento do Primeiro Governo da Primeira República, 1975-1980**. Praia, 1976.

\_\_\_\_\_. Ministério das Finanças. **Programa Nacional de Desenvolvimento do Segundo Governo da Segunda República -1996-2001**. Praia, 1996.

CABO VERDE. **Recenseamento Geral de Agricultura**. Praia, 2007.

CABRAL, A. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral**. Lisboa: Seara Nova, 1976-77. v. 1-2.

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeiras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 215-232.

CESARINI, D. Análise Territorial e Zonamento da Rede Nacional das Áreas Protegidas. **Relatório final de consultoria. Projecto de Consolidação do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde (PCSAPCV), GEF/UNDP/MAHOT**. Praia, 2012.

COLLIER, R.; COLLIER, D. **Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA - CBD. **Strategic plan: future evaluation of progress**. Disponível em: <<http://is.gd/5clkn>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

DEZALAY, I. Stratégies impérialles et professionnelles dans le champ du pouvoir d’État. In: **La mondialisation des guerres de palais: la restructuration du pouvoir d’État en Amérique Latine, entre notables du droit et «chicago boys»**. Paris: SEUIL, 2002.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

DIEGUES, A. C. **O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência do ambiente na conservação da natureza**. In: DUPAS, G. (Org.). Meio Ambiente e Crescimento Económico. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo/ LPSTROP, 2000. p. 9-22.

DOUGLAS, M. **Como pensam as instituições**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DOWIE, M. **Refugiados da conservação**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2008.

DUDLEY, N. (Ed.). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland: IUCN, 2008.

DUNLAP, R. E. “The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of American experience”. In RADCLIFFE, M.; WOODATE, G. (Org.). **The**

**international handbook of environmental sociology.** Cheltenham/Northampton: Edward, Elgar, 1997.

DUPAS, G. (Org.) **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais.** São Paulo: IEEI, UNESP, 2008.

DUSSEL, E. **Ética de la Liberacion en la edad de la Globalizacion y de la exclusion.** Valladolid: ed. Trotta, 1998.

FAGE, J. D. **História da África.** Lisboa: Edições 70, 2010.

FAGUNDES, J. **Economia Institucional: Custos de transação e impactos sobre a política de defesa da concorrência.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1997.

FERGUSON, J. **Global shadows: Africa in the neoliberal world order.** Durham: Duke University Press, 2006, p. 6- 7.

FERREIRA, L.C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREEDOM in the world 2013: **democratic breakthroughs in the balance.** Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio Janeiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 87-113, 1998.

FURTADO, C. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança - Santiago, Cabo Verde.** Praia: ICL, 1993.

GAUDUSSON, J.B. "Le mimétisme postcolonial, et après ?". In: **Pouvoirs: revue française d'études constitutionnelles et politiques.** n.º.129, 129 - La démocratie en Afrique, 2012. p. 45-55.

GERMANO, M.; ERIK, T. Rural Development, Growth and Poverty in Africa. **Journal of África Economies**, AERC, v. 13, s.1, p.i16-i65, 2004.

GERHARDT, C.H. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições".** 2008. 545 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GLISSANT, E. **Traité du tout monde.** Paris: Gallimard, 1997.

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

GONÇALVES, M. L. S. **Os Rabelados de Santiago** – Espinho Branco e Bacio: entre o “mito” de folclorização e a (re)formulação identitária. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

\_\_\_\_\_. CARDOSO, C. **Mulheres no Meio Rural em Cabo Verde**. Painel Académico. Praia: Jornal a Nação, 2009.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

GUIMARÃES, R.P. **The ecopolitics of development in the third world**: politics and environment in Brazil. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

HABERMAS, J. Atores da sociedade civil, opinião pública e poder comunicativo. In: \_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 91-121.

HALL, S. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/ Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

HARDIN, G. The tragedy of commons. **Science**, New York, v.162, p. 1243 - 1248, Dec. 1968.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

HARTMANN, A. A. Políticas Públicas Ambientais: a atuação do Ministério Público. In: HARTMANN; Cavalcante *et al.* (Org.). **Políticas Públicas Ambientais**: Estudos em Homenagem ao Professor Michel Prieur. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 31-57.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: USP, 1997.

INFIELD, M.; ADAMS, W. M. Policy Arena: Institutional sustainability and community conservation: a case study from Uganda. **Journal of International Development**, v. 11, n. 02, 1999. p. 305-315.

INSTITUTO BRASILEIRO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Unidades de Conservação Federais**. 2004. Disponível em <<http://is.gd/cpU7t>>. Acesso em: 15 out. 2011.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE- IUCN, 2012. IUCN Red List.<<http://www.iucnredlist.org/>> Acesso em 12 de out. 2012.

JENKINS, T. N. Economics and the environment: a case of ethical neglect. **Ecological Economics**, v. 26, p. 151-163, 1998.

KAYSER, B. **La renaissance rural**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KISHI, S.; Inês V. (Org.). **Desafios do direito ambiental no século XXI**: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005. p.61.

KOSELLECK, R. **Le Futur Passé**: contribution à la sémantique des temps historiques. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

LARRERE, C. **Du bom usage da La nature**: pour une philosophie de l'environnement. Paris: Alto Aubier, 1997.

LEYENS, T. **Biodiversidade da prevista área protegida na Ilha do Fogo/ Cabo Verde**: elaboração de programas e medidas para a sua conservação sustentável. Praia: GTZ, Eschborn, 2002.

LOPES, S. L. **Arranjos institucionais e a sustentabilidade de sistemas agroflorestais**. 2001. 184 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – PGDR, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

LOPES, V. **Aristides Pereira. Minha vida nossa história**. Praia: Spleen. Ed., 2012.

MARTINS, O. **Caminhada**. Lisboa: C.E.I., 1962, p.79.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva: **Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas**. Sociologia e Antropologia, volume II, São Paulo, E.P.U/EDUSP, 1974.

MENDES, A.B.V. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre justiça**. 2009. 398 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – NEPAM, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

MEYER, H. V.; MUHEIM, P. Dynamiques territoriales de l'emploi. **L'observateur de l'OCDE**, n. 203, p. 22-26, Dec./Fev. 1997.

MINGOLO, W. Os esplendores e as Misérias da Ciência: Colonialidade, Geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistémica. In: Santos, B. S. (Ed.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

MOASSAB, A; VIEIRA, M. S. **Análise de género nas áreas protegidas de Cabo Verde**. Relatório de consultoria para a Rede de Parlamentares para o Ambiente,

Luta Contra a Desertificação e a Pobreza, do Parlamento cabo-verdiano e Nações Unidas. Praia, dezembro de 2010.[mimeo]

MORAIS, L. Realidades e Perspectivas da Fileira Florestal de Cabo Verde. In: CONGRESSO DE ENGENHEIROS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 2012, Lisboa. [Anais...]: a Engenharia como Fator Decisivo no Processo de Desenvolvimento. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2012.

MOSCA, J. **Agricultura e Desenvolvimento em África**. Lisboa: Inst. Jean Piaget, 2008.

MOTA, M. **O processo de florestação da ilha de Santo Antão**. s/d. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto Superior de Educação. ISE. Praia, Cabo Verde. s/d.

NARAYAN, D. Bonds and bridges: social capital and poverty. In: RAMASWAMY, Sunder (Ed.). **Social Capital and Economic Development: Well-being in Developing Countries**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, n. 5, v. 1, p. 97-112, 1991.

\_\_\_\_\_. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

OLIVEIRA, R. S. África desde o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**, Lisboa, p. 93-114, dez. 2009.

OLIVEIRA, R. C. Ação Indigenista, Etnicidade e o Diálogo Interétnico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, n.40, p. 213-230, set./dez. 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - OCDE. **Remote rural areas**: Developing thought natural and cultural assets. International Conference. Albarracin, Espanha, 05/06 de Novembro. 1998. Disponível em <http://www.OECD.org> Acesso em: 15 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD. **Cabo Verde, Governação Local na perspectiva de Redução da Pobreza**. Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governação em África. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Comissão Económica para África. Maputo, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Quadro de Assistência das Nações Unidas para O Desenvolvimento da República de Cabo Verde (2012-2016)**. Praia: UNDAF, 2012.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

OSTROM, E.; GIBSON, C.; MCKEAN, M. A. **People and Forests: Communities, Institutions, and Governance.** Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, Games, and Common-Pool Resources.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. An Agenda for the Study of Institutions. **Public Choice**, v.48, n.1, 1986.

\_\_\_\_\_. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **SCIENCE**, New York, v.325, p. 419–422, July 2009.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro: 1944-2008.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PERREIRA, M. A. **Gestão de Recursos Comuns no Entorno de Áreas Protegidas: Ação Coletiva e Desenvolvimento Rural no Sistema Sócio-ecológico (SES) do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – MS.** 2013. 176 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2000.

PINA, R. Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008. Faro. [Atas]. Faro: Universidade de Algarve, 1-3 nov. 2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUERIDO, J. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde: o país, sua gênese, seu percurso, suas incertezas e ambiguidades.** Lisboa: Chiado, 2011.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de recherche em sciences sociales.** Paris: Dunod, 1998.

REIS, R. **Desenvolvimento em Cabo Verde: as opções estratégicas e o investimento directo estrangeiro – contributo português.** Centro de Estudos Africanos. Lisboa: Mimo Graphus, 2010.

RELATÓRIO da Comissão Sobre Governança Global. **Nossa comunidade global.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHA, C.V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: Algumas observações. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5. n. 1, p.11-18, jan./jun. 2005.

RODRIK, D. (Ed.). **Search of prosperity**: analytic narratives on economic growth. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SAID, E. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SARDAN, J. P. O. de. **Anthropologie et développement**. Paris: APAD/ Karthala, 1985.

SILVA, A. L. C. **História de um Sahel insular**. Praia: INAC, 1996.

SACHS, I. Rumo à Ecosocioeconomia. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **Teoria e Prática do Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2008, Coimbra. **Conferência de abertura do VIII Congresso**. Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento Prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo/Porto: Cortez/Afrontamento, 2006.

SPERGEL, B. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, 2002.

SUKUMAR, R. Wildlife-human conflict in India: na ecological and social perspective. In: GUHA, R. (ed). **Social Ecology**. Nova Délhi: Oxford University press, 1994.

TERBORGH, J; PERES, C. O problema das pessoas nos parques. In: SPERGEL, Bary et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, 2002.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TORRES, A. **Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do séc. XXI**. Lisboa: Veja, 1998.

VARELA, A. J. M. L. **Unipolaridade e Alternativa**: os lugares de não-alinhamento na política internacional contemporânea – entre Bandung e Porto Alegre. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Programa de pós graduação em História Contemporânea, Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo Rural como espaço de vida**. Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 2009.

**WOLF, E. R. Antropologia e Poder.** São Paulo: Ed. UnB, 2003.

WORLD BANK, 2013. Aspectos gerais sobre Cabo Verde. Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/country>>. Acesso em: 15 maio 2013.

**YARLEY, S. Sociology, environmentalism and globalization.** Londres: Sage Publications, 1996.

## APÊNDICE A - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Boll, 2004. p.132-145.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2009.

BARRETO, F. H. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação**: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004.

BRÉHIMA, K. ; BOUREIMA T. **Appropriation des instruments de gestion des ressources naturelles par les acteurs locaux de la commune de Madiama, cercle de Djenné**. Dakar: CODESRIA, 2011.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

CAJKA, F. Antropologia Ecológica: uma visão de ver o mundo. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

DIAMOND, J. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2012.

FILIPPI, E. E. Experiências internacionais de reforma agrária: entre socialismo e populismo? In: FERRANTE, V.; WHITAKER D. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, v. 11, p. 88-110.

FRANZÉN, M.; FILIPPI, E. E. Globalization of the common and the transnationalization of local governance. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBALIZATION, 5., 2011, Ostrava (República Tcheca). **Proceedings ... Ostrava** (República Tcheca): University of Ostrava Publications, 2011. p. 1-19.

JENKINS, C. N. JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial protected area system. **Biological Conservation**, Essex, v. 142, n. 10, p. 2166–2174, Oct. 2009.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LASCOUMES, P. **L'éco-pouvoir**: environnements et politiques. Paris: Éditions La Découverte, 1994. p.37-96.

LITTLE, P. Etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba/SP. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

LOBÃO, R. Economia Política do ressentimento: contingente ou necessária? **Anais**. Reunião Brasileira de Antropologia, 25 - Saberes e Práticas Antropológicas: desafios para o século XXI. UCG e UFG, Goiânia, GO, Brasil, 11 a 14 de junho de 2006.

MILANI, C.R.S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do capital social no campo do desenvolvimento local. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224, jan/abr. 2007.

MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do trópico úmido**. Belém, UFPA/NAEA, 1997. p.53-77.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

OSTROM, E. Collective action and local development processes. **Sociológica**, Bolonha, v. 3, p. 1-32, mar. 2007.

PEPPER, D. **Ambientalismo Moderno**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PLATTEAU, J. P. Constraints on african economic growth: the institutional legacy. Paper prepared for the First IERC Conference: The Economic Performance of Civilizations: Roles of Culture, Religion, and the Law. Los Angeles: University of Southern California, February 23-24, 2007.

\_\_\_\_\_. Is culture an obstacle to african economic development? Paper prepared for the First IERC Conference: The Economic Performance of Civilizations: Roles of Culture, Religion, and the Law. Los Angeles: University of Southern California, February 23-24, 2007.

RODRIK, D. Depois do Neoliberalismo, o quê? Texto apresentado no seminário NOVOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO NO MUNDO. BNDES, Rio de Janeiro, 12-13 de Setembro, 2002.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e a gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2000.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. São Paulo: Ed. Artmed, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. K.; CORTES, S. M. V. Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Cadernos Metrópole**, PUCSP, v. 21, p.155-172, 2009.

TOURÉ, B. **Décentralisation**: logiques institutionnelles et logiques communautaires cas de la commune urbaine de Djenné. Bamako: FLASH, 2000.

VEIGA, J. E. O que é desenvolvimento? In: **Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006, Cap 1.

VÉRON, R. The 'new' Kerala model: lessons for sustainable development. **World Development**, n. 29, v. 4, p. 601-617, 2001.

### APÊNDICE B - QUADRO DE INFORMANTES

Informante Número	Atuação
1	Direção Geral do Ambiente
2	Coordenação do Projeto Áreas Protegidas em Cabo Verde
3	Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais
4	Equipe técnica de Serra Malagueta
5	Programa das Nações Unidas
6	Equipe Técnica de Camara Municipal de Santa Catarina
7	Equipe Técnica de Delegação do Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território de Santa Catarina
8	Responsável de Organização das Mulheres de Cabo Verde em Santa Catarina
9	Responsável de Organização de Agricultores, Suinicultores de Santiago
10	Presidente de Associação de Amigos de Parque Natural de Serra Malagueta
11	Moradores dos Parques de Serra Malagueta e Fogo
12	Moradores do Parque de Serra Malagueta
13	Mulheres de zonas de amortecimento do parque de SM
14	Batukaderas amigos de Serra Malagueta
15	Mulheres de Viveiros de Serra Malagueta

**Fonte:** elaborada pela autora (2013)

## APÊNDICE C - CADERNO MULHERES

ESPECIAL

## Dia da Mulher Cabo-verdiana

Parte integrante do Jornal A Nação, nº 82, de 26/03 a 01 de Abril de 2009



## Trabalho e posição da mulher no meio rural

A unidade da produção e do consumo são espaços culturalmente construídos como masculino e feminino, com a valorização do trabalho masculino em relação ao feminino. Situação/condição que tende, gradualmente, a mudar com novos e diversos desafios que as sociedades vêm enfrentando ao longo dos tempos; sobretudo no mundo rural onde é notória a ocorrência de processos de desconstruções espaciais com base no género. Perspectiva que nos leva a afirmar que o trabalho da mulher, não valorizado e o qual ganha uma nova face no meio rural, com a entrada e a participação activa das mulheres em diversas actividades geradoras de rendimento como extracção de inerlas, produção de aguardente, entre outras.

Não obstante, constata-se que a jornada quotidiana do trabalho da mulher no meio rural continua sendo, em parte, subestimada uma vez que fica subsumida no trabalho doméstico, pouco ou nada valorizado enquanto trabalho cujo rendimento é susceptível de ser quantificado – visto, nestas larmos, apenas como extensão de suas atribuições de mãe, esposa e dona-de-casa. E, pese embora, estas mulheres se dediquem a outros trabalhos (agrícolas, artesanais e confeccionais) voltados para a produção de bens para consumo no grupo doméstico e no mercado local, o trabalho masculino é lido, ainda, como tendo valor superior ao feminino – e, esta é uma condição histórica que está presente em inúmeras sociedades – o que reflecte a dominação masculina na divisão social do trabalho e em consequência, na divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 1999).

É na participação de um conjunto de actividades enquadradas no âmbito da

comemoração do mês de Março, mês da mulher, no interior da ilha de Santiago, que deparamos com diversas situações de mulheres que diariamente lutam pela sobrevivência e, quiçá, emancipação. Quisemos através deste caderno, muito mais do que desabafar escrevendo páginas da vida inexistencialmente produzidas, trazer para a discussão pública casos que despertaram a nossa atenção e suscitou interesses em divulgar. Exemplos de mulheres que desafiam árdua e quotidianamente uma existência ferrada pela pobreza, pela emigração e pelas agruras da vida. Com base numa sócio-antropologia das ausências e das emergências (Boaventura Santos), pretendemos através destas páginas identificar outras narrativas, outros discursos, recuperar visibilidades. Enfim, dar voz e voz a vivências, trabalhos e desafios das mulheres no meio rural particularmente do interior de Santiago.

Num primeiro eixo, o nosso esforço vai no sentido de evidenciar uma relação óbvia entre o processo de degradação ambiental e a luta pela sobrevivência. Num segundo eixo, abordaremos as iniciativas femininas no espaço da fomaçã na produção do grogue na localidade da Principal, concelho de São Miguel. Num terceiro eixo fazemos duas entrevistas de mulheres que trabalham em prol da emancipação da mulher numa perspectiva comunitária.

BOURDIEU, Pierre, (1999). *A dominação masculina*. Oeiras, Celta Editora.  
SOSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SOSA SANTOS, Boaventura (Org.). *Conhecimento Prudente para uma vida decente*. São Paulo: Corleaz, 2004, p. 777-821.

## Análise

## 1. “Mudjeris di pé di rotxa”: a luta pela sobrevivência versus a (des)protecção do meio ambiente

Há alguns anos a localidade de Achada Lém e Fundura no Concelho de Santa Catarina de Santiago, a semelhança de outras tantas regiões da ilha e do país, viu surgir um grupo de 60 mulheres, de todas as idades e estado civil, no processo de extracção de inertes como forma de provisão das respectivas famílias.

Sendo um trabalho árduo, exigindo muito esforço físico e tempo, tendo em conta que estão sujeitas a levantar de madrugada, trabalhando todo o dia quebrando as rochas para produção de inertes, neste sentido o quotidiano dessas mulheres é marcado pelas deslocações diárias, a pé, num percurso de aproximadamente 3 km. Com uma presença totalmente feminina neste trabalho, as mulheres fazem-se acompanhar das suas filhas menores numa perspectiva quase que de “iniciação” ao mundo das actividades femininas – nomeadamente a interiorização dos valores, comportamentos e papéis aceites como fazendo parte da condição feminina (Fischer, 2007).

Num primeiro momento há uma discordância por parte dos maridos/companheiros da ausência da mulher em casa, pois no mundo rural ainda muitos homens tentam fazer da casa o único espaço reservado às mulheres. Porém, quando nas lides fora de casa a renda trazida ajuda a suportar as despesas domésticas denota-se uma abertura considerável dos homens no que tange ao trabalho feminino.

O tempo e o esforço físico despendido neste trabalho é muito elevado se tivermos em consideração a renda conseguida. Mensalmente, duas ou três mulheres se juntam neste processo de extracção conseguindo extrair um “Toyota Dina” de inertes por apenas seis mil escudos em que a quantia arrecadada com a venda é repartida pelas mesmas. Essa renda, associada ao rendimento de outros membros da família, é utilizada nas lides domésticas, na educação (transporte e materiais didácticos) dos filhos e na saúde.

Sendo mulheres afectadas pela pobreza e com o nível de escolaridade muito baixo (este caso confirma o estudo realizado pela INE de que as mulheres são mais afectadas pela pobreza, principalmente no meio rural) qualquer trabalho de recuperação da dignidade existencial,



ou melhor dizendo, quaisquer políticas públicas que se pensa implementar com intuito de devolver formas mais dignas e humanas de sobrevivências a estas mulheres terão de ser bem pensadas e estruturadas.

Até lá, as “Mudjeris di pé di rotxa”, ali ao Pé –da Rocha vão diariamente suavizando as suas existências, à semelhança de tantas outras, espalhadas pela ilha de Santiago, como por exemplo, as mulheres de Rincon, as Batucadeiras Rabeladas, que nos seus afazeres de sobrevivências longe dos olhares, dos apoios dos homens e do mundo cantam e espantam os seus males.

Pois, o facto de permanecerem muitas horas fora da comunidade e do próprio lar, criam processos de sociabilidade, constroem e reconstróem ao longo do tempo um espaço de sobrevivência, de trocas e de saberes manifestado e consubstanciado na música e no *batuko*.

É na extracção e transformação de inertes na localidade de Achada Lém que um grupo de mulheres sem nome, deram o nome – “Batukaderas de pé di rotxa” – à sua sobrevivência e sociabilidade, cuja existência oficial data de 15 de Março de 2008. Do grupo faziam parte cerca de 32 elementos, mas, como em tudo, por divergências político-partidárias o grupo se

instituiu com 14 elementos, incluindo duas crianças de 5 e 12 anos respectivamente.

Regista-se a peculiaridade deste grupo que com o seu saber e consciencialização (próprios do senso comum) canta o que o mundo, os académicos e os políticos sabem e pouco ou nada fazem – que a extracção de inertes é uma situação que provoca a degradação ambiental.

Muito mais do que trazer à baila os desafios e as dificuldades que enfrentam, nesta composição, as “mulheres de pé-di-rotxa” clamam por uma alternativa. Alternativa que vindo pelas escarpas de Pé-de-rocha e pelo físico das mulheres e crianças que ali se encontram, tarda a chegar.

Grupo di pé di rotxa ki prejudika natureza

Por falta di trabadju nu prejudika natureza

Trokadu fidju sem sés pai nu prejudika natureza

Na buska pón di fidju nu prejudika natureza

Prenha nu bai simé

Parida nu bai simé

Na buska pón di fidju nu prejudika nós saúdi

Sí nu apoiadu nu ta proteji natureza

Com experiências frustradas de alternativas que normalmente são-lhes *top-downs* impostas, alertam essas senhoras, em conversas particulares, que não pretendem abraçar quaisquer actividades uma vez que têm experiências em vários ramos, nomeadamente a “rabidância”, que suspenderam por não trazer benefícios.

Devolver as suas filhas à infância e à escola, afigura como sendo prioridade primeira destas mulheres; para que isto aconteça é urgente apresentar alternativas a essas mães e esposas. Investir em bens comunitários de exploração com lucros comuns parece-nos ser a via de preservar, não tanto da natureza e o ambiente porque estes são de afectação global e pouco importa para muitos a degradação localizada, sobretudo essas senhoras, grávidas, paridas, solteiras e viúvas de emigração.

FISCHER, Izaura Rufino, (2006). *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*, Recife, Ed. Massangana.

## Ficha Técnica

Maria de Lourdes Gonçalves, Antropóloga, Mestre em Ciências Sociais; e-mail: lourdes27cv@hotmail.com; lourdes27cv10@gmail.com  
Carla Carvalho Cardoso, Socióloga, Mestre em Ciências Sociais; e-mail: carlacarvalhocardoso@gmail.com, charliecardoso@yahoo.fr



*Transformação da posição social das mulheres no meio rural*

## O exemplo das “fornadjas” da Ribeira de Principal – Concelho de São Miguel

No espaço da “fornadja” estreia-se, a partir da adolescência, a interiorização das fronteiras da divisão do trabalho no espaço social de produção em função do género, em que os rapazes iniciam as primeiras tarefas ligadas à produção do grogue (destilação do grogue) enquanto as moças desempenham outras tarefas (transporte da água e do grogue, levar refeições) consideradas femininas. Porém, na idade adulta, ela se estabelece na “fornadja” como trabalhadora e produtora de grogue a partir da saída gradual do homem, principalmente para o estrangeiro.

A presença de mulheres na “fornadja” influenciou outras a trabalharem nesse espaço. Antes de uma inserção significativa das mesmas nesse espaço, somente as solteiras, viúvas ou algumas com maridos emigrados estavam na linha da frente da produção do grogue. Mas, as mulheres começaram a seguir pisadas das outras e, actualmente, estão nesse espaço de produção todas as “categorias” de mulheres na “fornadja”: desde casadas, solteiras, viúvas, jovens, idosas, adultas.

A iniciação da mulher e, quiçá, a sua própria permanência na “fornadja” pode ser pensada como um rito de passagem do espaço privado para o público. O rito

envolve, no caso, uma rede de rupturas com os papéis previamente determinados e, a constituição de uma identidade pública. Essa entrada coloca a mulher à frente de novas relações de poder e, consequentemente, de tensão no espaço da “fornadja”, no grupo doméstico e na própria comunidade, pois consideram que a mulher não devia trabalhar na “fornadja”.

As “fornadjas” jogam um papel chave como reprodutoras e gestoras de conhecimento na produção do grogue. Os saberes adquiridos, ao longo dos anos, servem de mote

para iniciar novas mulheres na “fornadja”. Ao aprenderem e dominarem as técnicas da produção do grogue realizam um trabalho de socialização desse aprendizado com outras mulheres. Outra situação que contribuiu para a entrada feminina na “fornadja” foi a introdução do “trapiche” mecanizado na moagem da cana sacarina que veio a dispensar o uso da força física nesse espaço.

A produção do grogue contribui para a autonomia dessas mulheres na garantia da provisão do seu grupo doméstico. Neste sentido, as redes sociais

construídas por essas mulheres contribuem para a ida e o aumento das mulheres no espaço das “fornadjas” para, também, trabalharem e participarem activamente desse espaço público de produção.

A presença da mulher na “fornadja” é, muitas vezes, justificada com a falta de emprego dos membros do grupo doméstico. Assim, as mulheres começaram a trabalhar nesse espaço porque os homens (tidos como provedores do grupo) não têm demonstrado capacidade para prover todas as necessidades do mesmo, além disso, tanto os homens como as mulheres consideram que a situação socioeconómica não permite a configuração. Porém, dependendo da situação socioeconómica dos grupos domésticos assim se justifica a frequência e a regularidade da presença da mulher trabalhando na “fornadja”. Se estes possuírem condições socioeconómicas mais favoráveis frequentam a mulher frequente a “fornadja” para participar das sociabilidades ali construídas, caso contrário, este espaço é, também, o espaço da renda. Em todo o caso, a “fornadja” constitui um recurso acessível uma vez que, nesta Ribeira, há uma vasta tradição na produção do grogue.



*Maria Vicenta Cabral Fernandes, delegada da OMCV em Santa Catarina*

## OMCV no apoio às associações femininas no meio rural

### 1. Quais são as actividades desenvolvidas pela delegação da OMCV em Santa Catarina em prol das mulheres no meio rural?

É sempre bom tornar do conhecimento público as actividades por nós realizadas. Temos um conjunto de actividades que são correntes da delegação, mas também outras que, normalmente, surgem no âmbito dos projectos e contratos programas. Neste momento, a nível nacional, Santa Catarina está em segundo lugar na lista dos Concelhos que beneficia os chefes de família no âmbito do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. Para além de outros projectos a nível da saúde principalmente no combate ao VIH/SIDA, com acções de mobilização e sensibilização dentro do projecto CCS/SIDA no apoio aos infectados, órfãos e crianças em situação de risco. Temos realizado, também, actividades no âmbito do projecto de Bacia Hidrográfica Picos – Engenhos onde trabalhamos directamente com as associações comunitárias em parceria com o Ministério de Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos e com o financiamento do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento). Essas são as mais importantes para além de outras que temos estado a realizar.

### 2. Quantas associações de apoio à mulher existem no meio rural de Santiago e, no caso concreto, no concelho de Santa Catarina?

Neste momento não tenho dados exactos. Mas, no caso específico de

Santa Catarina temos duas associações "Asa Feminina" sedeadas em Achada Lém e Ricabom (Engenhos e Ribeirão Carrão) ambas lideradas por mulheres.

Existem ainda grupos que estão numa fase embrionária de formação da associação e que têm recebido nosso apoio para além de outros grupos liderados por homens e que nos solicitam parcerias e apoios no âmbito de elaboração de projectos para desenvolvimento comunitário, os quais temos apoiado prontamente.

### 3. Qual a relação entre a OMCV e as restantes associações femininas?

Temos excelentes relações. Temos relações de parceria, de intercâmbio... e queria destacar as associações lideradas por mulheres, sobretudo as associações de base comunitárias que têm estado a dinamizar muito bem as comunidades.

### 4. Que tipo de apoios prestam a essas associações?

O nosso apoio se verifica em termos pontuais. Por exemplo ao nível da documentação e elaboração dos projectos e na orientação para a criação das associações. Temos em forja vários projectos de cariz social mas estes dependem do financiamento. Estes projectos estão vocacionados para as áreas de formação profissional e do "empoderamento" feminino.

### 5. Qual o balanço dessas parcerias?

Há uma interactividade entre a



OMCV e as associações. Há situações em que nos solicitam parcerias e outros casos em que nós procuramos apoios nesses grupos para a realização de actividades comunitárias nas suas localidades. Temos vontade de fazer mais e muitos projectos por realizar mas por causa da falta de financiamento e dos poucos recursos disponíveis torna-se difícil a realização e a concretização dos mesmos.

### 6. Quais os constrangimentos verificados a nível de actuação neste Concelho?

A falta de recursos humanos, principalmente. Estamos num concelho onde mesmo que se tenha a pretensão de realização de actividades temos carências de materiais e de recursos huma-

nos. A delegação tem a sua autonomia, mas esta não é suficiente para desenvolver o plano de actividade. Gostaríamos de ter alguma descentralização em termos de serviços que beneficiam maioritariamente as mulheres de forma a ganharem mais autonomia e assim com possibilidades de resolverem os seus problemas, sobretudo conjugais; ter também um gabinete de orientação à família e jovens. A nossa vontade é ver diminuir e extinguir a violência física e psicológica nas mulheres, mas também gostaríamos que o Ministério de Trabalho, Emprego e Solidariedade estivesse um pouco mais descentralizado com uma delegação para região Santiago Norte. Temos consciência do país que temos... mas isso é um apelo à Senhora Ministra porque é um dos ministérios que as mulheres podem contar para a resolução dos seus problemas mais urgentes.

### 7. Qual a mensagem que gostaria de transmitir as mulheres deste Concelho e de Cabo Verde no geral?

Em primeiro lugar temos de alargar o nosso espaço local e nacional que não é fácil... De forma consciente, ciente e firme para com os desafios que o mundo se coloca com o intuito de dar respostas positivas e construtivas... Sem perder de vista o equilíbrio da igualdade e a equidade. Sem o envolvimento activo da mulher não é possível mudar o mundo, quer seja de uma mulher doméstica a uma mulher cientista, só assim poderemos avançar.